

**Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília**

ERIKA BATISTA

**A INSUSTENTÁVEL TEORIA DA SUSTENTABILIDADE
IDEOLOGIA E REIFICAÇÃO NO DISCURSO EMPRESARIAL DA
RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL**

**MARÍLIA
2013**

ERIKA BATISTA

**A INSUSTENTÁVEL TEORIA DA SUSTENTABILIDADE
IDEOLOGIA E REIFICAÇÃO NO DISCURSO EMPRESARIAL DA
RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor(a) em Ciências Sociais.
Área de Concentração: Ciências Sociais
Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo

MARÍLIA
2013

Batista, Erika.

B320i A insustentável teoria da sustentabilidade. Ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social no Brasil / Erika Batista. – Marília, 2013.
257 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.

Bibliografia: f. 230-253

Orientador: Antonio Carlos Mazzeo.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Ideologia. 3. Sustentabilidade. 4. Alienação (Psicologia social). I. Autor.
II. Título.

CDD 371.9

ERIKA BATISTA

A INSUSTENTÁVEL TEORIA DA SUSTENTABILIDADE
IDEOLOGIA E REIFICAÇÃO NO DISCURSO EMPRESARIAL DA
RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Tese para obtenção do título de Doutor(a) em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^o. Antonio Carlos Mazzeo, Livre-docente em Ciências Sociais, UNESP.

2º Examinador: Prof^o Francisco Luiz Corsi, Doutor em Ciências Sociais, UNESP.

3º Examinador: Prof^o Newton Duarte, Livre-docente em Psicologia da Educação, UNESP.

4º Examinador: Prof^o Carlos Eduardo Montañó Barreto, Doutor em Serviço Social, UFRJ.

5º Examinador: Prof^o. Mauro Luis Iasi, Doutor em Ciências Sociais, UFRJ.

Marília, 11 de março de 2013.

*Para aquele que viveu a agonia e o êxtase junto.
Meu amigo, meu companheiro e meu amor, Alexandre Adas.*

AGRADECIMENTOS

Perdi a conta de quantas vezes me imaginei chegando até aqui. E o “aqui” é “aqui” mesmo, nos agradecimentos. Porque significava que tinha acabado, tudo. E ficava me perguntando o que seria o “tudo” quando este dia chegasse. E fiz muitas versões para este “tudo”. Versões de amor, humor e horror. Muita coisa se viveu durante estes últimos quatro anos, mas ainda há tanto o que se viver que o “tudo” é só uma pequena parte do que ainda está por vir. Peço licença e me adianto a dizer que hoje este “tudo” representa a minha catarse e vou escrever “tudo”.

Foi um processo longo e cheio de surpresas, que trouxe desafios, alegria e decepção. E muita gente passou, acompanhou ou viveu partes deste processo junto comigo, conferindo significado ao que muitas vezes careceu de sentido. E se eu fosse buscar aqui todo mundo estes agradecimentos ficariam maiores do que a própria tese. E como ninguém agüenta mais isso (inclusive eu), me antecipo a pedir desculpas pelos que fatalmente ficarão de fora. Não porque eu sou ingrata, mas porque eu não consigo mais forçar a minha cabeça. Também me permitirei rasgar o protocolo e agradecer de forma pessoal como a Erikinha, a Erikucha, a Erikão, a Keka, a Kekão, a Rere e a Cigana fariam.

Numa das infinitas versões eu estava muito brava com um certo alguém, e ficava me perguntando como é que eu iria agradecê-lo. Foram muitas idas e vindas, muitas brigas e risos, muitos porres e palavrões, muito choro e gargalhada, afinal faz 15 anos que esta estória começou. Era o primeiro protesto da minha vida, na Assembléia Legislativa de São Paulo, organizado pelos estudantes das universidades públicas paulistas para acompanhar a votação da LDO em 1998. Foi o dia em que eu percebi que aqueles caras não estavam lá para nos representar e que a polícia não estava lá para nos defender. Estava com 19 anos e era meu segundo mês na Unesp de Marília, cursando o primeiro ano de Ciências Sociais, morando em outra cidade, dividindo república e em São Paulo sem que meus pais soubessem, lógico.

O tumulto começou quando nós já estávamos lá dentro e a rapaziada fez contagem regressiva para invadir a plenária. O cordão da Polícia Militar já estava pronto, Mazzeo pedia calma aos estudantes, mas nós achávamos que faríamos a revolução e que “quem sabe faz a hora não espera acontecer”. E aconteceu: cacetadas, chaves de braço, socos e pontapés. Fiquei imprensada numa porta de vidro e só saí quando ela se espatifou em cima de mim e de outros estudantes. Na hora eu nem me dei conta que meu braço estava sangrando. Foi a minha irmã-de-teto Laura Daniel que percebeu. Quem me conhece sabe que eu sou uma pamonha quando tem sangue na parada. Quando vi que não era um só um “cortinho” só pensava que a minha

mãe iria me matar, que eu não tinha que ter ido e que era uma imbecil com um corte no braço coberto por uma folha de caderno.

Mazzeo providenciou meu atendimento ali mesmo na Assembléia. Levei os primeiros pontos da minha vida, dados por um médico grosso que só faltou me dizer “bem-feito”. Mazzeo me esperou e me levou para registrar um boletim de ocorrência. Levamos o maior chá de cadeira na delegacia, já era noite e o pessoal da Unesp estava nos esperando lá fora. Eram três ônibus vindos de Marília, o famoso “campus vermelho”. Registramos o BO e seguimos para o Instituto Médico Legal. Lembro dos ônibus seguindo o carro que o Mazzeo tinha arranjado e do pessoal nas janelas dando uma força fazendo palhaçadas. Sentados a espera do médico legista eu disse: “Meu, até aqui estes putos tratam a gente como querem? Isso aqui não é democracia, isso é ditadura! Ditadura mascarada! Eu quero estudar isso, você me orienta professor?” E foi aí que tudo começou. Lembrando agora de tudo isso é até engraçado, mas na hora foi bem tenso.

Mazzeo me orientou durante os anos de graduação e quando eu fui convocada pelo Banco do Brasil no finalzinho do curso para trabalhar em São Paulo, me preparando para tentar o mestrado na Unespinha, ele foi uma das poucas pessoas que me disse “vai, depois você volta”, além da minha mãe e do Alexandre (o estudante de jornalismo por quem eu estava perdidamente apaixonada). Parecia unânime para todo o resto que se eu abandonasse o barco naquela hora nunca mais voltaria a estudar e certamente engavetaria o diploma. A independência financeira era uma necessidade, já que eu estava esfregando o umbigo no balcão de uma loja de shopping. Alexandre disse que se eu viesse ele também viria e foi assim que viemos morar juntos em São Bernardo do Campo pela primeira vez.

Durante os quase quatro anos em que permaneci no banco a ideia de me programar para “pedir as contas” e voltar a estudar era uma loucura para muita gente, menos para Mazzeo e Alexandre. Mazzeo estava sempre por perto, acompanhando minha trajetória e perguntando quando eu achava que daria para voltar, enquanto Alexandre fazia as contas junto comigo e me ajudava a decidir o melhor momento para a empreitada. Foi em 2005 que eu saí do Banco do Brasil e entrei no mestrado com um projeto de bancários e o Mazzeo de orientador. Queria entender porque tanta gente boa, inteligente e guerreira ia trabalhar quando tinha greve e porque tinham tanto medo do gerente.

Alexandre foi transferido e nos mudamos para Londrina em 2006. Comecei a dar aulas no início de 2007 e defendi a dissertação em dezembro do mesmo ano. Jurei para mim mesma que não faria doutorado tão cedo, pois havia começado a dar aulas nas faculdades da região. E aqui abro outro parênteses para agradecer duas grandes mulheres que me ajudaram muito

nesta época: as professoras Ileizi Fiorelli e Angela Maria de Souza Lima. Como eu havia me formado somente no bacharelado, aproveitei para me matricular na UEL e cumprir as disciplinas referentes à licenciatura. Foi quando tive o prazer de cruzar com estas duas guerreiras. A primeira me influenciou muito com a sua militância e carinho com os alunos, e a segunda com a sua dedicação incansável e profissionalismo, sem contar que foi ela quem me ensinou a dar aula, literalmente falando. Muita gratidão a vocês, suas queridas!

Bom, cuspi para cima muito rápido e logo caiu na minha cara, pois em 2008 eu já estava tentando entrar nessa. Bati na porta errada duas vezes e recuei, certa de que eu realmente já tinha chegado longe demais como aquelas senhoras da Unicamp me fizeram acreditar. Afinal, eu era filha de mais um nordestino que tinha vindo tentar a vida em São Paulo, feito Senai e “ficado rico” trabalhando de operário na estamperia das indústrias Ford. Minha mãe também era “Maria ninguém”, a 11ª dos 13 filhos daquele casal pernambucano que veio para cá na década de 1930 e que também tinha “ficado rica” trabalhando de bancária na Caixa Federal. Eu tinha curso superior e um mestrado, já estava bom demais para alguém da minha origem.

Foi difícil me resgatar do limbo da baixa-estima. Mazzeo, minha amiga Maria Izabel Lagoa e Alexandre tiveram bastante trabalho, mas conseguiram. Em 2009 lá estava eu batendo na porta da Unespinha velha de guerra. Enquanto Mazzeo estava de licença na Itália eu entrei no doutorado com a ajuda de muita gente: Maria Izabel me emprestou seus textos para estudar, meu primo Gustavo Madeiro corrigiu as traduções do francês, professora Fátima Cabral e professor Marcos Del Roio ajudaram com dicas para o projeto, a revisão foi feita por minha irmã Karen Batista e pelo colega Anderson Deo, enquanto o professor Jair Pinheiro assumiu minha orientação como “barriga de aluguel”. Obrigada a todos vocês!

Eu estava dentro e o sonho de ser uma professora pesquisadora fazia todo o sentido. Havia começado a dar aulas na Universidade Estadual de Maringá como professora colaboradora (lógico), não precisava mais brigar para receber meu salário no dia combinado e os alunos não faziam abaixo-assinados contra mim porque eu estava dando aula de verdade (e não apenas fingindo). Aliás, aproveito para mencionar a chefia do Departamento de Ciências Sociais da UEM naquela ocasião, pois os professores Walter Praxedes e Geovâneo Rossato fizeram o que puderam para adequar minha carga horária ao ritmo insano que estes dois anos me impuseram. Agradeço às secretárias do DCS, Flora e Denise, pela paciência e ajuda com a burocracia, e aos colegas de departamento que de alguma forma me acolheram por lá, especialmente aos professores Meire Mathias e Antonio Ozaí. Igualmente quero mencionar mais dois colegas de trabalho que tornaram minhas estadias em Maringá muito mais divertidas, os professores Fábio Viana (que gentil e alegremente dividiu a sala comigo) e

Zuleika Bueno (com quem tomei muito “café da tarde” no final das 6^{as}-feiras). Dei muita risada com vocês e tenho muita saudade. Agradeço por ainda trocarmos figurinhas sobre as “coisas da vida”.

Nunca me senti tão respeitada por fazer o meu trabalho e segura de minha escolha como nesta época. Foram dois anos muito bons, apesar de muito corridos. Eu viajava 800 km por semana para dar aulas em Maringá e cumprir os créditos em Marília enquanto morava em Londrina, mas não tinha importância porque Alexandre e eu havíamos comprado nosso “carro zero” e nos casado “de papel passado”. Ah, aproveito para lembrar aqui os colegas de Programa que se tornaram queridos amigos durante as viagens a Marília, André Siqueira e Fernanda Laubstein, os fiéis integrantes da “caravana de Londrina”.

Bem, como nem tudo são flores, a tormenta começou quando eu “matei” o carro zero num acidente de carro viajando para Maringá, Alexandre foi demitido, o contrato na Uem acabou e a tese era um punhado de artiguinhos medíocres. Decidimos voltar para São Paulo para correr atrás do “mardito” e viemos morar em São Bernardo do Campo pela segunda vez no final de 2011. Alexandre iniciou um novo trabalho e eu estava tão desconectada da tese que fiz as contas para devolver o dinheiro da bolsa à Capes e acabar com a tortura que era “ter que” fazer a tese. Queria ir atrás de aulas, queria ter um filho, queria tudo menos dar conta da tese. Acho que foi a única vez que vi Mazzeo realmente preocupado que eu poderia “dar pra trás” e “dar trabalho”.

Foi necessária uma nova operação de resgate, desta vez conduzida pela professora Célia Tolentino da Unesp. Encontramo-nos ainda naquele ano, eu chorei as pitangas e ela me ajudou a acreditar que ainda dava tempo de “aprumar”. Fizemos um novo cronograma de atividades, ela me ajudou a conceber os instrumentos de coleta e eu fui em frente. Como a tese estava parada há quase um ano e eu precisava qualificar em dez meses, o esforço foi grande: pesquisa bibliográfica, documental, empírica, análise de dados e o texto propriamente dito ao mesmo tempo. Mais um grande amigo participou deste momento reunindo fontes bibliográficas que foram fundamentais para a discussão ecológica da tese. Meu muito obrigada a vocês, Celinha e Leandro Belini.

Enquanto isso, minha “santinha” Maria Izabel estava nos bastidores cuidando para que meus textos fossem lidos e corrigidos por aquele certo alguém. Também contei com a ajuda providencial de minha sogra Maria Lúcia Adas, que literalmente cuidou da minha casa e da gente enquanto eu finalizava o texto. Acabou sobrando até para minha cunhada Sandra Adas, que praticamente formatou as capas iniciais do trabalho porque eu já não enxergava mais e o relógio andava rápido. Minha irmã Karen assumiu seu posto de revisora de textos novamente,

enquanto Alexandre cuidava da apresentação que eu utilizaria na qualificação. Consegui concluir o texto de qualificação a tempo e sou muito grata a vocês todos por isso.

Agradeço à banca de qualificação por ter sido generosa comigo, apesar de meu nervosismo comprometer bastante minha apresentação. Os professores Mauro Iasi e Neusa Dal Ri foram muito respeitosos e as respectivas considerações fundamentais para o direcionamento da conclusão deste trabalho. Agradeço especialmente ao professor Mauro, por aceitar prontamente nosso convite ciente da saga que é chegar em Marília e por ter pacientemente aturado minha insistência com solicitações de bibliografias após o exame.

Como as considerações da banca pareciam razoáveis para o prazo que tínhamos até a defesa, assumi as aulas de Mazzeo na Unesp durante o segundo semestre de 2012 e lá estava eu viajando 900km semanais novamente para trabalhar. Sair do isolamento foi essencial para o amadurecimento da tese. Agradeço aos alunos da turma de Ciência Política II pelos debates “de igual para igual” que travamos, especialmente aos alunos Rafael Pompei e Yuri Cunha. Também agradeço aos colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília: Anderson Deo, Marcelo Lira e Rodrigo Belli pela companhia agradável e pelas sessões de angústia com cerveja, aos professores Fátima Cabral, Célia Tolentino e Jair Pinheiro (novamente), juntamente aos professores Jayme Gasparotto e Paulo Cunha, pelos bate-papos que muitas vezes foram orientações informais. Ao professor Marcos Del Roio, muito obrigada pela contribuição teórica desde a graduação e pelo respeito durante todos estes anos mesmo eu sendo “desbocada” e “sem pavio”.

O semestre acabou e comecei a correr atrás das observações da banca, que em dezembro já não eram razoáveis, e sim assustadoras. O tempo gasto com as viagens e preparação de aulas me custaram caro e eu me perdi de novo. Quanto mais eu lia “o que faltava” mais eu entrava em pânico que não ia dar tempo porque o buraco se mostrava cada vez mais embaixo. E desta vez a força tarefa necessária ao resgate foi maior, porque eu realmente estava de saco cheio e questionando o sentido de tudo isso. O reencontro com a rotina acadêmica permitiu que eu entrasse em contato com uma realidade que eu ainda não tinha acompanhado de perto. O fetichismo da produção científica era mais profundo do que eu “tinha ouvido falar” e as concessões realizadas em seu nome não estavam restritas aos “departamentos” de sempre. Os acordos velados, o individualismo mascarado, o carreirismo disfarçado, a ditadura da burocracia e do produtivismo haviam tomado conta da universidade até na “minha Unespinha”.

Fiquei triste, fiquei puta, briguei, chorei e amaldiçoei. Mas, como o processo das construções mediativas que nos permitem desvendar os fenômenos é contraditório, eu tinha

uma tese para terminar. Desiludida e enfraquecida em minhas convicções fui resgatada novamente por um time de peso, ainda que muitos ignorem que cumpriram este papel. Mesmo sem saber, as lutas individuais e os exemplos de conduta de vocês foram estímulo para que eu “rangesse os dentes e fechasse a cara” (como dizia um amigo quando treinamos para a São Silvestre) para encarar a subida rumo ao fim desta saga como se fosse a subida da Brigadeiro.

“Santa” Maria Izabel Lagoa liderando a torcida, ao lado de Karen Batista, Roseane Madeiro dos Santos, Laura Daniel, Virgínia Spósito, Rita Salmaso, Nair Soares, Ana Lis Soares, Fernanda Laubstein, Tathiana Guimarães, Carusa Gabriela, Marcos Xexé, Fabiana Andrade, Lívia Moraes, Rúbia Martins, Priscila Ohira, Maurício Grilli, Mariana Silveira, Maria Regina Grilli, Hélcio Grilli, Grupo Angolinha de Capoeira (Rudge Ramos), Kelly Estrela, Lourdes Possatto e Dalton Roston, gratidão pela contribuição única de cada um de vocês.

Minha gratidão à Força da natureza. Por me ajudar a reconhecer minha própria força e pela companhia das nossas queridas filhas felinas, Kaya Maria e Maria do Céu. Agradeço aos meus pais José Benedito Batista e Dolizete Fialho Batista, pelos exemplos de coragem e luta. Pelas lições de humildade e responsabilidade, que tantas vezes foram difíceis para ensinar e aprender. Pai, lamento não ter sido a “doutora” que você imaginou. Mãe, sinto por até hoje não ter sido capaz de expressar a você o que as minhas escolhas representam para mim.

Também quero mencionar os professores Carlos Montañó, Newton Duarte, Francisco Corsi e Mauro Iasi, que aceitaram prontamente o convite para compor a banca avaliadora desta tese e, principalmente, por não desistirem quando a “ciranda” das datas começou. Sei que todos vocês abriram mão de compromissos e das raras horas de descanso que a carreira acadêmica proporciona para assumir este papel, de modo que registro aqui meu sincero muito obrigada. Agradeço também às funcionárias do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Ana Paula Rodrigues e Tatiana Fonseca, por me ajudarem com as pendengas administrativas e por resistirem como podem à frieza do burocratismo. Meu muito obrigada a todos os depoentes que participaram da pesquisa através da concessão de entrevistas e preenchimento dos questionários. Sem vocês esta tese não teria sido possível.

Enfim, eis-me aqui com a tese pronta e prestes a ser defendida. Ganhei três quilos, uma coceira na cabeça que médico nenhum sabe da onde vem, descobri o café e o psiquiatra. Porém, duas coisas valeram muito durante este longo processo de auto-conhecimento. A primeira é ter descoberto a constante que acompanhou 15 anos de amizade, mesmo em meio a tanta contradição, para poder agradecer aquele certo alguém. Mazzeo, obrigada pela confiança que você depositou em mim durante todos estes anos, apesar de tudo e de todos. Eu não fui um

exemplo de orientanda, assim como você também sabe que não foi um exemplo de orientador. Mas, como diria o Alexandre, “cada um tem o orientador e a orientanda que merece”. Sendo assim, agradeço por você ter apostado em mim quando muita gente duvidou e por ter acreditado que eu era capaz de superar as dificuldades da minha formação para chegar até aqui. Muito obrigada por você nunca ter me cobrado favores de nenhuma natureza, por nunca ter me pressionado para produzir ou se aproveitado da minha produção em benefício próprio e por ter me aceitado do jeito que eu sou. Por mais que eu mande esta vida de merda “à merda”, me lembrarei sempre desta constante quando eu mesma duvidar que sou capaz de fazer algo novo.

A segunda é por me sentir tão amada, apoiada e respeitada por você meu amor, mesmo diante das minhas inúmeras ausências, infinitos chilikues, diversas grosserias e de toda a loucura e intensidade que é viver do meu lado. Passamos por poucas e boas neste processo e você foi muito guerreiro para segurar o rojão em todas delas e me ajudar a reagir. Não são dois parágrafos, mas é a gratidão de todo o meu ser. Te amo muito e não vejo a hora de gritar “positivo”. Agora vai!

Ah, já ia me esquecendo de mencionar que esta tese contou com o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante 24 meses no período de 2011 a 2013 na forma de bolsa e que é absolutamente insuficiente para impor que um estudante se dedique integralmente à pesquisa e produza com qualidade, o que é ainda mais contraditório considerando-se a esquizofrenia do produtivismo cobrado pelas agências de fomento e programas de pós-graduação.

São Bernardo do Campo, 17 de fevereiro de 2013.

Às vezes, seu moço
Me sinto tão encolhido
Com meu coração sentido
Sem poder evitar

Tenho vontade
De gritar pro mundo inteiro
Que a vida não é só dinheiro
Não é só discriminar

É verdade seu moço
Nossa vida é um colosso
Mas pra mim vale amizade
Do que dinheiro no bolso.

Cantiga de Capoeira

Se a igualdade entre os homens – que busco e desejo
– for o desrespeito ao ser humano, fugirei dela.

Graciliano Ramos

Deixa-me dizer-lhe, com o risco de parecer ridículo,
que o revolucionário está guiado por grandes
sentimentos de amor.

Che Guevara

Resumo

Dadas as condições de exploração e esgotamento dos recursos naturais e sociais criadas pelo modo de sociabilidade capitalista contemporâneo, uma nova tentativa de reestruturação produtiva avança na direção de novas fontes de reprodução da acumulação do capital configurando um novo modelo organizacional: o da sustentabilidade. Articulado sobre três pilares – o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial – esta teoria organizacional está presente de diferentes formas no cotidiano das práticas sociais, atuando diretamente na formação da subjetividade social para além dos espaços organizacionais de trabalho. Tal modelo julga oferecer uma alternativa de superação às condições assinaladas por meio de concepções que qualificam o capitalismo como “verde”, “moralizado” e “responsável”, ocultando os fundamentos objetivos destas condições por uma determinada visão de mundo que se encontra limitada pelas perspectivas que compõem o horizonte da classe burguesa. O objetivo geral deste trabalho é decompor a teoria da sustentabilidade em seus pilares constituintes a fim de caracterizá-la como uma das formas de ideologia capitalista, enquanto o objetivo particular compreende aprofundar o estudo do discurso da responsabilidade social empresarial no Brasil como um novo padrão de intervenção social. Os resultados que serão apresentados parecem comprovar que tal padrão se origina de determinada fração da classe burguesa, denominada de burguesia empresarial “engajada” e representada, sobretudo, pelo grupo que fundou o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social no Brasil, além de indicar que esta entidade permanece atrelada à teia de articulações global que visa consolidar esta ideologia como um novo movimento de reestruturação produtiva do capital. O objeto desta investigação concentra-se nos projetos organizacionais de responsabilidade social empresarial desenvolvidos por determinadas organizações associadas ao Instituto Ethos e nas respectivas práticas singulares dos sujeitos sociais envolvidos por estes projetos no âmbito de suas atividades profissionais. É por meio da investigação deste objeto e da realização de seus objetivos geral e específico que este trabalho tentou contribuir para a construção de uma teoria marxista da subjetividade. Para isso houve a realização de entrevistas bem como a aplicação de questionários, que foram os instrumentos de coleta utilizados para a produção direta de dados empíricos. As considerações aqui relatadas parecem demonstrar que há a formação de uma subjetividade social reificada que convém à reprodução da ideologia da sustentabilidade, dinamizando o processo de democratização burguesa no Brasil. Entretanto, esta formação parece ocorrer de forma heterogênea, indicando níveis de reificação que podem orientar a crítica ao fenômeno da responsabilidade social empresarial e a ideologia da sustentabilidade como um todo. A natureza deste trabalho é qualitativa e parte de pesquisa de fontes bibliográficas, documentais e institucionais para a apropriação do referencial epistemológico que caracteriza o materialista histórico.

Palavras-chave: teoria da sustentabilidade; responsabilidade social empresarial; ideologia; reificação; subjetividade social.

Abstract

Due the conditions of exploitation and depletion of natural and social resources created by the contemporary capitalist mode of sociability, a new attempt to productive restructuring moves towards new sources of capital accumulation reproduction setting up a new organizational model: the sustainability. Articulated on three pillars - sustainable development, corporate governance and corporate social responsibility - this organizational theory is present in different forms in everyday social practices, working directly in the formation of social subjective beyond the organizational labor spaces. This model considers offering an overcome alternative to the conditions indicated by conceptions that qualify capitalism as "green", "moralized" and "responsible", hiding the main objectives of these conditions by a particular worldview that is limited by the perspectives that make up the horizon of the bourgeois class. The overall objective of this study is to decompose the theory of sustainability into their constituent pillars in order to characterize it as a form of capitalist ideology, while the particular purpose includes further study the discourse of corporate social responsibility in Brazil as a new pattern of social intervention. The results presented here seem to confirm that this arises from certain fraction of the bourgeois class, called "engaged" entrepreneurial bourgeoisie and represented mainly by the group that founded the "Ethos Institute of Business and Social Responsibility" (Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social) in Brazil, besides indicating that this entity remains tied to the global web of joints which aims to consolidate this ideology as a new movement of productive restructuring of capital. The object of this research focuses on organizational projects of corporate social responsibility developed by certain organizations associated with the Ethos Institute and by the respective unique practices of the social subjects involved by these projects in the context of their professional activities. It is through this study and the achievement of its objectives specific and general work that this sought to contribute to the building of a Marxist theory of subjectivity. For this it was conducted interviews as well as questionnaires, which were the collect instruments used to the direct production of empirical data. The considerations reported here seem to show that there is a formation of a social reified subjectivity that proper to the ideology of sustainability, streamlining the process of bourgeois democracy in Brazil. However, this formation seems to occur heterogeneously, indicating levels of reification that can guide the critique of the phenomenon of corporate social responsibility and sustainability ideology as a whole. The nature of this study is qualitative and it is based on bibliographical, documental and institutional sources for the appropriation of the epistemological reference that characterizes the historical materialist.

Keywords: sustainability theory, corporate social responsibility, ideology, reification, social subjectivity.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Abiquim	Associação Brasileira da Indústria Química
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ADOC	Associação dos Opositores ao Crescimento
ALN	Aliança Nacional Libertadora
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BctA	Business Call to Action
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSR	Business for Social Responsibility
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEO	Chief Executive Officer
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIVES	Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVM	Comissão Mobiliária de Valores
DORT	Distúrbio Osteo-muscular Relacionado ao Trabalho
DS	Desenvolvimento sustentável
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EC	Escola Clássica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Eco-Eco	Economia Ecológica
EM	Ensino Médio
ERH	Escola de Relações Humanas
ESV	Escola Social do Varejo
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FED	Federal Reserv
FGTS	Fundo de Garantir do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FIS	Fundação Itaú Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos Sete Países
GC	Governança corporativa
GEE	Gases de efeito estufa

GIFE	Grupo dos Institutos, Fundações e Empresas
GRES	Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade
GRI	Global Reporting Initiative
Gvces	Centro de Estudos em Sustentabilidade
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IL	Instituto Liberal
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEE	Sociedade Internacional de Economia Ecológica
ISSO	International Organization for Standardization
ISP	Investimento social privado
IU	Instituto Unibanco
IW	Instituto Walmart
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIT	Sistema Just-in-time
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LaSSu	Laboratório de Sustentabilidade em Tecnologia de Informação e Comunicação
LER	Lesão por Esforços Repetitivos
MBA	Master in Business Administration
MCI	Movimento Comunista Internacional
MCP	Movimento Camponês Popular
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	Ministério do Meio-ambiente
MOC	Movimento dos Opositores do Crescimento
MORHAN	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEO	New Employment Opportunity
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PFL	Partido da Frente Liberal
PG	Pacto Global
PIB	Produto Interno Bruto
PJF	Programa Jovem de Futuro
PMEs	Pequenas e médias empresas
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPLD	Partido em Prol do Decrescimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RSC	Responsabilidade social corporativa
SER	Responsabilidade social empresarial
AS	Sociedades Anônimas
SBEE	Sociedade Brasileira de Economia Ecológica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
Simproquim	Sindicato de Indústrias Químicas de São Paulo
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SUS	Sistema Único de Saúde
TGA	Teoria Geral da Administração
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Undime	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Apresentação	20
Capítulo 1 - Capitalismo e formas organizacionais de controle social	28
1.1 Mundialização financeira, neoliberalismo e crise	29
1.2 A esteira de montagem das ideologias organizacionais	48
Capítulo 2 – A insustentável teoria da sustentabilidade	58
2.1 O desenvolvimento (<i>in</i>)sustentável do “capitalismo verde”	59
2.2 A (<i>des</i>)governança corporativa do “capitalismo moralizado”	71
2.3 A (<i>ir</i>)responsabilidade social do “capitalismo humanizado”	81
2.4 A sustentabilidade da ideologia	97
Capítulo 3 – Responsabilidade social empresarial no Brasil	120
3.1 Do assistencialismo ao colaboracionismo	121
3.2 Da emergência das ONGs ao arranjo neoliberal	133
3.3 Da filantropia empresarial à formação do Instituto Ethos	142
3.4 Da profissionalização do novo padrão ao “ethos sustentável”	158
3.5 A base material da subjetividade social reificada	181
Considerações finais	221
Referências	230
Fontes bibliográficas	230
Fontes em meio eletrônico	244
Outras fontes	253
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	254
Anexo B – Pauta das Entrevistas	255
Anexo C – Questionário de RSE e Sustentabilidade	256

Apresentação

Este trabalho reflete a trajetória de um objeto de pesquisa iniciado com a dissertação de mestrado “A fantástica fábrica de dinheiro na trilha do *empowerment*: o discurso gerencial do Banco do Brasil”, defendida em dezembro de 2007 nesta mesma universidade e programa de pós-graduação. Através da investigação sobre as reestruturações bancária e organizacional ocorridas especificamente no Banco do Brasil, verificou-se como a vida dos trabalhadores atingidos por estas reestruturações havia sido afetada no cotidiano de trabalho e nos demais espaços de socialização desta categoria.

Para compreender o objeto foi realizada uma pesquisa de campo com estes trabalhadores para a coleta de dados empíricos que trouxe um novo e complexo elemento para a análise: o componente subjetivo dos trabalhadores. Tal componente foi tratado nos limites de uma dissertação de mestrado, de modo que a inquietação para com ele permaneceu. As pesquisas preliminares para a formulação do projeto de pesquisa que originou esta tese de doutorado se deram na direção de buscar alternativas a esta inquietação, dando continuidade à pesquisa iniciada naquele momento.

O trabalho aqui apresentado reflete a tentativa de tratar de forma mais profunda as complexidades de uma categoria que cada vez mais influi sobre as determinações da atual fase da sociabilidade capitalista: a produção e reprodução da subjetividade social. Esta categoria será afrontada pelo conjunto de mediações estabelecido pelo objetivo geral e o objetivo específico desta pesquisa, que compreendem decompor a teoria da sustentabilidade em seus pilares constituintes a fim de caracterizá-la como uma ideologia cuja base material consiste em mais uma tentativa de reestruturação do capital, e aprofundar o estudo do discurso da responsabilidade social empresarial (RSE) no Brasil como um novo padrão de intervenção social, respectivamente.

O objeto desta investigação constitui-se pelos projetos organizacionais de responsabilidade social empresarial desenvolvidos por determinadas organizações e pelas respectivas práticas dos sujeitos sociais envolvidos por estes projetos no âmbito de suas atividades profissionais. É por meio da investigação deste objeto e da realização de seus objetivos geral e específico que este trabalho tenta contribuir para o debate sobre a categoria da subjetividade social através da perspectiva materialista, oferecendo observações que possam somar-se aos esforços empreendidos para a construção de uma teoria marxista da subjetividade e individualidade.

A tese pressuposta é a de que a teoria da sustentabilidade compreende mais um modelo organizacional que tenta lançar as bases de um novo movimento de reestruturação produtiva para o controle social pelo capital. Constituindo-se em três pilares fundamentais – o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial – esta teoria se reproduz enquanto ideologia na medida em que pretende este movimento a partir da “visão de mundo” burguesa e dos limites de sua “falsa consciência”. Tal ideologia se materializa na construção de um novo padrão de intervenção social, que por sua vez assume formas e função bem definidos sob o pilar da responsabilidade social empresarial e demonstra sua influência sobre os processos de alienação e reificação da subjetividade social. O resultado destes fenômenos é a legitimação de um novo modelo que representa mais uma forma do processo de democratização burguês no Brasil e no mundo.

Partindo-se do pressuposto de que os objetos científicos das Ciências Sociais não devem ser apreendidos como elementos autônomos e tampouco construídos de maneira isolada ou ideal, o tratamento metodológico dedicado a estes objetos para comprovar esta tese e dar conta de seus objetivos partiu da categoria da totalidade com a análise das determinações econômicas, políticas e sociais do capitalismo contemporâneo, passando às formulações mais particulares da teoria da sustentabilidade através de seus três pilares fundamentais.

O primeiro capítulo “Capitalismo e formas organizacionais de controle social” apresenta um breve retrato desta totalidade histórico-social a partir da descrição de tais determinações na atual fase de desenvolvimento da sociabilidade capitalista, profundamente marcada pela lógica da mundialização financeira que tem caracterizado a acumulação de capital e as crises sociais das últimas décadas, conforme a leitura realizada por François Chesnais e Edmilson Costa, seguida pelo debate com outros autores, como David Harvey e Perry Anderson.

A partir desta caracterização mais geral do neoliberalismo, as concepções neoliberais são tratadas como funcionais à manutenção deste padrão social econômico, político e ideológico. Como componentes orgânicos desta fase, tais concepções assumem importante papel para a condução desta dinâmica de acumulação e preservação da hegemonia de classe burguesa, de modo que tanto formulações neoliberais mais ortodoxas como as de Friedrich Hayek, quanto as formulações neoliberais de cunho “socialdemocrata” como as de Anthony Giddens, servirão para acomodar este padrão.

Os modelos organizacionais de gerenciamento produtivo e da força de trabalho – como o fordista, taylorista e toyotista – acompanharam o movimento de constituição da mundialização financeira e das políticas neoliberais, de modo que suas trajetórias históricas e função social foram trazidas à tona com o objetivo de pontuar as reverberações destes modelos para a ampliação do controle social pelo capital. As teorias organizacionais “produzidas em série” durante o século XX funcionaram como poderosos instrumentos ideológicos que perpassaram o espaço de trabalho e construíram o consenso de legitimação destes modelos para além deste espaço, conferindo-lhe forma social e uma base material concreta.

No fim desta “esteira de montagem” encontra-se a teoria da sustentabilidade, como representação da ideologia organizacional que surge nas últimas décadas do século XX traduzindo-se numa espécie de “boa nova” que marca a ênfase dos discursos organizacionais para o século XXI. Pressupondo-se como uma proposta societal substancialmente “nova”, esta teoria se expressa, sobretudo, como tentativa de um novo movimento de reestruturação produtiva do capital na direção de construir mais um ciclo virtuoso e criar mais uma alternativa às crises cíclicas de acumulação.

Constituído de três grandes frentes de ação ou pilares fundamentais – o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial – este movimento propõe parâmetros de reestruturação produtiva que podem ser questionados objetivamente pelo limites próprios à lógica de funcionamento da sociabilidade capitalista – e que obedecem à ordem dialética da dinâmica social independentemente da “vontade” de seus maestros – conforme demonstrado no segundo capítulo “A insustentável teoria da sustentabilidade”.

No início deste capítulo estão presentes as principais discussões teóricas pertinentes ao tratamento analítico destes pilares, bem como um conjunto de dados institucionais e documentais que demonstram a objetividade deste modelo ao final do capítulo. Foram fundamentais obras do próprio Marx e de Lênin, bem como as interpretações de Lukács e alguns de seus mais reconhecidos estudiosos – como István Mészáros, Ester Vaisman e José Paulo Netto – para comprovar a sustentabilidade desta teoria enquanto mais uma das formas da ideologia capitalista. Também integram este capítulo os dados coletados por meio de entrevista pautada concedida pela Superintendente de Sustentabilidade do Grupo Itaú-Unibanco à pesquisa, elemento que foi fundamental para a compreensão desta teoria

como mais um modelo organizacional que acompanha uma proposta de reestruturação produtiva do capital.

Apesar do tratamento analítico dado aos três pilares em geral neste capítulo, a ênfase da abordagem se concentrará nas formulações que permitem analisar o objeto particular da pesquisa, o pilar da responsabilidade social empresarial. Ainda que neste momento o tratamento do objeto se realize no plano teórico, atravessará discussões fundamentais para contextualizá-lo frente às suas manifestações concretas no interior na realidade brasileira. Formulações como as de Estado, sociedade civil e cidadania foram analisadas no âmbito das concepções neoliberais, cujo debate – ainda que apresentado brevemente e a título de introdução ao tema – entre as premissas elaboradas por Antony Giddens e Jürgen Habermas foi confrontado com as formulações marxianas a partir do próprio Marx e de Lênin, juntamente as de Antonio Carlos Mazzeo, Ivo Tonet e Haroldo Abreu.

A partir deste tratamento analítico foi possível situar o objeto específico em suas determinações particulares a fim de apresentá-lo no terceiro capítulo “Responsabilidade social empresarial no Brasil”. As seções que compõem este bloco trouxeram os fundamentos histórico-sociais de um fenômeno que adquiriu o *status* de novo padrão de intervenção social sob o comando de uma fração burguesa denominada aqui de burguesia empresarial “engajada”. Considerando-se as condições históricas brasileiras para o surgimento deste fenômeno, a trajetória do fenômeno responsabilidade social empresarial foi analisada desde a sua origem com o colaboracionismo entre as classes que marcou o industrialismo até culminar como importante ator do processo de democratização burguês, sobretudo a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso no Brasil.

Foi neste período que as formas e a função deste pilar da teoria da sustentabilidade se tornaram mais evidente, expondo como a teia de relações construída pela ideologia da responsabilidade social empresarial se articulou no país. Um importante agente político e ideológico da burguesia empresarial “engajada” emergiu como grupo dirigente neste processo, desempenhando papel fundamental para a articulação das diversas entidades de representação desta burguesia junto ao movimento da sustentabilidade global: o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que na condição de intelectual orgânico desta fração de classe será um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento e consolidação deste novo padrão de intervenção social no Brasil.

Para a devida caracterização do Instituto Ethos enquanto agente deste padrão foi realizada uma extensa pesquisa documental realizada junto às fontes do próprio Instituto e

demais instituições empresariais relacionadas, ao lado de uma pesquisa bibliográfica sobre os temas que circundaram a atuação deste agente, como o das organizações não-governamentais e “terceiro setor”, principalmente. Para esta tarefa, a pesquisa contou com a colaboração de reconhecidos trabalhos como os de Carlos Montaña, Virgínia Fontes, André Martins e Joana Coutinho, dentre outros. Além disso, foi solicitado diretamente ao Instituto acesso para a realização de entrevistas e/ou aplicação de questionários junto aos seus funcionários que, no entanto, não foi obtido por “falta de agenda” da Organização, segundo a resposta encaminhada. Mesmo com a ausência do acesso direto foi possível a coleta de dados por meio de uma entrevista pautada concedida por um(a) funcionário(a) do grupo alocado(a) no Uniethos, unidade de educação corporativa do Instituto.

O aprofundamento do estudo do fenômeno da responsabilidade social empresarial no Brasil por meio da atuação do Instituto Ethos permitiu a identificação do objeto particular a partir de determinadas dimensões ontológicas do ser social que foram utilizadas para conferir materialidade ao novo padrão de intervenção social, como as ético-morais. Tal identificação se demonstrou essencial para percorrer o caminho ao encontro da categoria de subjetividade social, de modo que trabalhos como os de Maria Lúcia Barroco, Mauro Iasi, Paulo Silveira e Newton Duarte foram bastante importantes – além das formulações de Lukács, Guido Oldrini e István Mészáros – para que este percurso fosse enriquecido com a ideia de “ethos sustentável”.

A última sessão deste capítulo traz os resultados desta elaboração, apresentados junto ao cruzamento dos dados empíricos – documentais e institucionais – bem como de dados coletados diretamente por meio da realização de entrevistas e aplicação de questionários junto a indivíduos envolvidos concretamente com a realização das práticas de responsabilidade social empresarial no Brasil. Através da análise de projetos de intervenção desenvolvidos por organizações empresariais e seus respectivos institutos e fundações – todos vinculados ao Instituto Ethos de alguma maneira – é que foi possível concluir o objetivo específico da pesquisa, trazendo as principais relações identificadas entre os processos de objetivação e subjetivação contidos nos projetos particulares de RSE e nas práticas singulares dos agentes que materializaram estes projetos.

Esta etapa da pesquisa empírica se estruturou sobre como o papel de difusor do novo padrão de intervenção social protagonizado pelo Instituto Ethos ocorre praticamente junto aos seus associados, avaliando em primeiro lugar em que medida as orientações dadas às organizações desencadeiam projetos e ações concretos, e em segundo qual a influência que

os parâmetros utilizados por este padrão possuem no processo de formação da consciência dos sujeitos sociais que viabilizam o conjunto de ações de responsabilidade social empresarial.

A preparação, tanto da pauta utilizada nas entrevistas quanto do questionário aplicado, foi elaborada de modo a privilegiar a narrativa da trajetória e das atividades desenvolvidas pelos próprios participantes da forma mais livre possível, servindo somente como um guia para a aplicação destes instrumentos de coleta. O objetivo desta metodologia foi o de criar uma atmosfera agradável para que os participantes não se sentissem constrangidos e pudessem relatar suas experiências na área de RSE e sustentabilidade de forma espontânea e verdadeira. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, via telefone e via Skype, enquanto os questionários foram disponibilizados de forma eletrônica em uma plataforma do Google Docs. Foram analisados os projetos e as atividades desenvolvidos por indivíduos que estavam atuando (ou atuaram) nas seguintes organizações: Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco, Novartis Biociências, Sandoz, Vale, Diagonal, Instituto Walmart e Unimed do Brasil¹.

O contato obtido com a superintendência de sustentabilidade do Grupo Itaú-Unibanco permitiu o acesso direto à Fundação Itaú Social, que foi realizado a partir de uma entrevista pautada concedida pelo funcionário responsável pela área de Comunicação da fundação. Já com o Instituto Unibanco o contato se deu de forma indireta, visto que após uma aceitação inicial da proposta de pesquisa o acesso foi negado quando a metodologia da coleta de dados foi especificada – a realização de entrevistas ou aplicação de questionários diretamente com funcionários do Instituto. Apesar da negativa, houve a aplicação do questionário junto a dois representantes do Instituto Unibanco, um(a) na ativa e outro(a) que havia sido demitido da organização.

Com relação ao Grupo Novartis, o acesso se deu por meio de duas entrevistas concedidas por funcionários(as) que também representavam as áreas de Comunicação da Novartis Biociências do Brasil e Sandoz do Brasil, respectivamente. O primeiro(a) participante ainda atuava na empresa quando houve a realização da entrevista, enquanto o segundo(a) também havia sido demitido do Grupo. Nos dois casos os resultados das entrevistas foram complementados com as políticas formais de responsabilidade social empresarial disponibilizadas pelo material institucional do Grupo.

¹ Tanto a superintendente de sustentabilidade do grupo Itaú-Unibanco como o(a) participante do grupo Ethos-Uniethos citados concederam as entrevistas através desta mesma metodologia e a partir da mesma pauta utilizada com os demais participantes.

No caso de empresas como a Vale e Diagonal Urbana foram aplicados os dois instrumentos de coleta. Na Vale o contato se deu com um(a) gestor(a) de sustentabilidade sediado em uma planta da mineradora localizada em Moçambique na África, que respondeu ao questionário eletrônico. Já pela empresa Diagonal – prestadora de “serviços sociais” contratada pela Vale – o contato se deu tanto via questionário, com o preenchimento eletrônico por três participantes envolvidos em projetos de responsabilidade social empresarial também na África, como via entrevista, concedida por um(a) participante nas mesmas condições.

Também houve contato com o Grupo Walmart através de entrevista concedida pelo presidente do Instituto Walmart – entidade que centraliza as ações de responsabilidade social empresarial do grupo no Brasil – e com o Grupo Unimed do Brasil, que também centraliza as políticas e diretrizes deste pilar da teoria da sustentabilidade para as demais unidades associadas no país. Neste caso, o acesso se deu por meio de entrevista concedida por um(a) funcionário(a) que atua junto a formulação e execução destas políticas e diretrizes ao mesmo tempo em que também ocupa o papel de agente assistido pelas práticas de RSE na condição de portador de deficiência visual.

Os dados empíricos coletados nesta etapa da pesquisa superaram as expectativas da tese, de modo que muitos aspectos dos depoimentos não foram suficientemente esgotados ou incluídos neste texto. Outra observação importante é a de que todas as entrevistas que foram concedidas bem como os questionários preenchidos foram aplicados com a anuência dos participantes ao “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, que disponibilizou a opção sobre a divulgação dos nomes dos participantes com a respectiva associação às empresas, institutos e fundações de atuação. As identidades foram ou não preservadas mediante a opção assinalada pelos participantes no referido termo, daí a maioria destas referências estarem sob o tratamento de gênero indefinido. A pauta das entrevistas, o questionário e o termo de consentimento constam como anexos deste texto.

Como pode ser percebido nesta apresentação, o trajeto percorrido para a elaboração da pesquisa foi orientado pela perspectiva materialista histórica, de forma que os resultados aqui apresentados – juntamente aos seus questionamentos – possuem um posicionamento intelectual que é ao mesmo tempo político. Tal posicionamento marca mais ou menos alguns trechos deste texto, que foram escritos com mais ou menos intensidade de entusiasmo, angústia ou esperança, e é preciso ressaltar que esta “habilidade” humana de se

posicionar diante dos fatos – traduzida pelos maestros que orquestram a ciência burguesa como ideologicamente não-científica – não exclui necessariamente o compromisso com os procedimentos analíticos e metodológicos necessários para a execução da tarefa científica.

Capítulo 1 - Capitalismo e formas organizacionais de controle social

Diante do aprofundamento das condições de exploração do capital sobre o trabalho e esgotamento dos recursos naturais e sociais provocado pelo modo de produção capitalista a acumulação de capital encontra-se em fase predominantemente financeira e os efeitos devastadores de sua reprodução atingem fortemente as condições de reprodução objetiva e subjetiva da força de trabalho, sua organização e, sobretudo, suas possibilidades de resistência e luta.

Este capítulo apresenta o pano de fundo no qual figura a produção da teoria da sustentabilidade, descrevendo as tendências econômicas e políticas da atual fase da sociabilidade capitalista marcada pela lógica da mundialização financeira. O crescimento da financeirização aparece na mesma proporção em que o aumento do desemprego de modo que a migração da acumulação de capital da esfera produtiva para a esfera financeira delinea novos limites para que este mesmo fluxo possa se reproduzir.

A configuração do neoliberalismo neste contexto ocorre como parte integrante da lógica da mundialização financeira, assumindo faces aparentemente distintas em virtude dos projetos políticos da classe burguesa e da pressão exercida pelas lutas populares em suas respectivas especificidades históricas, ora mais ortodoxa ora mais social. Porém, observando-se a essência da configuração das políticas neoliberais é possível perceber o mesmo núcleo que fomenta as políticas econômicas que concretizam a acumulação predominantemente financeira de capital e de reificação da vida social.

Este processo de reprodução do capital não acontece sem crises sistêmicas provocadas pela natureza anárquica e paradoxal típicas do seu metabolismo, embora estes momentos de crise venham sendo administrados pelos gestores do capital a partir das reestruturações produtivas que acompanham este processo. Os modelos organizacionais de gerenciamento produtivo e da força de trabalho reverberam as condições desta reprodução e delinham os aspectos do controle social necessário para a exploração de todos os potenciais da força de trabalho e natureza para a manutenção da lógica do capital.

As teorias organizacionais produzidas ao longo do século XX representam esta articulação – entre as formas de exploração do capital e as formas sociais de controle – e como numa esteira de montagem que opera com processos de ruptura e continuidade produzem ideologias que atravessam o espaço de trabalho e constroem o consenso social reificado que sustenta os modelos produtivos que permitem a reprodução de uma lógica societal destrutiva e anárquica.

A teoria da sustentabilidade representa a ideologia organizacional que marca o século XXI, além de uma nova tentativa de reestruturação produtiva do capital em busca de novas fontes de acumulação para a construção de mais um ciclo virtuoso. Daí a necessidade da reflexão sobre esta teia de relações econômicas, políticas e sociais, para que as possibilidades de luta e resistência no interior deste contexto se ampliem em totalidade, objetiva e subjetivamente.

1.1 Mundialização financeira, neoliberalismo e crise

O capitalismo tem apresentado à humanidade novos desafios que reverberam sobre as dimensões econômica, política, ideológica e cultural da sociedade. Cada vez mais a lógica paradoxal de sua reprodução se torna evidente, tornando-se nítida a partir do acirramento do processo de migração de capital da esfera produtiva para a esfera financeira e as conseqüentes, e recorrentes, crises sistêmicas. A mundialização das políticas neoliberais funcionou como o pilar de sustentação deste modelo que, ancorado na ficção do “dinheiro que gera dinheiro”, resulta numa acumulação capitalista de natureza predominantemente financeira².

O processo de reprodução do capitalismo contemporâneo caracteriza-se fundamentalmente pelo que Chesnais (1999) denominou de *mundialização financeira* e, mais tarde, quando do aperfeiçoamento do conceito, *financeirização* (2005), que consiste num regime de acumulação mundial cujo desenvolvimento é delineado por um crescimento veloz da esfera financeira e pelo papel destacado das maiores instituições financeiras transnacionais, ambos articulados no contexto político caracterizado pelo neoliberalismo.

Este processo também recebe outras denominações, tais como “financeirização da economia”, “globalização financeira”, “mundialização financeira” e “regime da acumulação financeira”, todos ressaltando o caráter do momento predominante do capital financeiro da atual fase do capitalismo e vinculando-o de alguma forma à ideologia política neoliberal. Fontes (2010) argumenta sobre a necessidade de um conceito mais “elástico” sobre o capital

² A inter-relação entre a esfera produtiva e financeira deve ser apreendida num contexto de totalidade das relações sociais de produção a fim de que suas singularidades sejam identificadas na relação com as categorias particulares e universais. Utiliza-se a relação de “momento predominante no âmbito de interações complexas”, como desenvolvido por Lukács (1979), ou seja, a prioridade da categoria universal da produção material em interação com momentos predominantes particulares de consumo, distribuição e circulação. É desta perspectiva que tratamos o processo de acumulação financeira.

contemporâneo e suas crises, capaz de destacar a flexibilidade da expansão imperialista típica da constituição histórica capitalista, chegando ao conceito de *capital-imperialismo*³.

É importante frisar que tal dinâmica de acumulação tem se intensificado durante as três últimas décadas, quando se articulou o projeto de fortalecimento do capital privado, industrial e, sobretudo, financeiro, como tentativa de sanar as dificuldades de valorização originadas na esfera produtiva, no qual as políticas de liberalização e desregulamentação das economias foram os agentes fundamentais, lançando novas bases para o fluxo de reprodução do capital em totalidade.

Chesnais (2005, p. 37) esclarece que a *acumulação financeira* consiste na “centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros (...) mantendo-os fora da produção de bens e serviços”. O autor também afirma (2005, p. 35) que o capital portador de juros “busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem sucedida”.

Como em uma *fantástica fábrica de dinheiro*⁴ – pois mesmo que a valorização do capital tenha origem direta na esfera da produção, no processo do capital produtor de juros esta valorização aparece como se fosse produzida pelo capital-dinheiro – o processo de valorização ocorre aparentemente de forma independente do processo produtivo sem a mediação do trabalho e fetichizando as relações sociais de produção. Lenin (2002) já havia chamado atenção para a natureza imperialista do capital financeiro, típica da fase monopolista, assim como Marx (1985, p. 451- 452):

O capital em sua marcha completa é unidade de processo de produção e de circulação, proporcionando por isso determinada mais-valia em período

³Segundo a autora (2010, p. 146): As três características do capital-imperialismo que assinalamos – o predomínio do capital monetário, expressando a dominação da pura propriedade capitalista e seu impulso avassaladoramente expropriador – resultaram em modificações profundas do conjunto da vida social, que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade. No entanto, aprofundam um traço intrínseco, permanente e devastador do capital, desde seus primórdios: sua necessidade imperativa de reprodução ampliada, sua expansão em todas as dimensões da vida social. Neste mesmo trabalho, Fontes polemiza com Harvey (2011) sobre o conceito de *acumulação por espoliação* proposto pelo autor em contraposição à *acumulação por reprodução expandida*, que segundo Fontes carrega diferenças fundamentais se comparado ao tratamento das *externalidades* do capital no bojo de seu conceito de capital-imperialismo, já que a autora utiliza o termo *acumulação por expropriação*. É possível explorar as teses do autor em Harvey (2011), enquanto o debate teórico travado por Fontes (2010) pode ser acompanhado no Capítulo I deste trabalho da autora, uma vez que o aprofundamento desta questão não é objeto desta tese.

⁴Conforme termo utilizado por Batista (2007) para caracterizar o processo de valorização do capital produtor de juros no setor de serviços bancário brasileiro.

dados. Na forma do capital produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem a intervenção dos processos de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora de juro, aumentando a si mesmo. (...) A relação social reduz-se à relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma.

O processo de mundialização financeira ocorre há séculos, quando ainda no processo de acumulação primitiva de capital, especialmente com as grandes navegações, Marx (1981) observou os registros de sistemas primários de crédito e compra de títulos dos governos monárquicos, conforme apontam Moraes e Batista (2012). Porém, nunca antes esta forma de acumulação fora predominante como agora, conforme demonstram os investimentos nos chamados ativos futuros, que passaram a circular em “aproximadamente 250 trilhões de dólares em 2005 (a produção total mundial foi então de apenas 45 trilhões de dólares)”, como apontam os dados de Harvey (2011, p. 26).

Inevitavelmente, um mercado descentralizado e desregulamentado de capital financeiro se consolidou, no qual novas fontes de investimento para o excedente de capital foram criadas e ampliadas, tais como a privatização de bens e serviços em setores essenciais como energia, transportes, comunicação, educação, saúde e habitação – que por sua vez fortaleceu a especulação, sobretudo imobiliária – acompanhada pelo aumento da produção de bens tecnológicos, contribuindo para o aprofundamento de uma cultura de massa do desperdício e ultraconsumista, além de estender os limites de precarização do trabalho, dentre outras fontes.

A ortodoxia neoliberal cuidou de garantir as bases teóricas, políticas e ideológicas para que este mercado, propício à financeirização, se consolidasse com a reestruturação produtiva da década de 1970. Friedrich Hayek, já em 1944, seguido por Milton Friedman e seus “Chicago boys”, iniciaram um forte movimento de “atualização” da teoria liberal para evitar que a “civilização da liberdade” – diga-se o modelo do capital imperialista – embarcasse no projeto keynesiano que marcou o interstício dos anos 1945-1974. Na verdade, as teses de Hayek (1990) buscavam barrar o avanço da socialdemocracia de viés trabalhista na Inglaterra afirmando que tal projeto político e econômico conduziria ao mesmo erro do nazismo, o que denominou de “servidão moderna”.

Contudo, o capital passava por um ciclo virtuoso – também chamado de Período Glorioso – de acumulação com altas taxas de crescimento e lucro, possibilitado pelo elevado índice de extração da mais-valia absoluta e relativa que marcou este ciclo de reestruturação produtiva, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, índice este suficiente para “financiar o processo de reprodução social” nas palavras de Abreu (2008, p. 184). Ou seja, a exploração

do capital sobre o trabalho atingiu um nível em que foi possível gerar excedente aos detentores do capital na forma de lucro e ceder às pressões dos movimentos sociais redistribuindo parte deste excedente na forma de salários e direitos sociais obtidos com o repasse de impostos ao Estado. Neste contexto, as teses da Sociedade de Mont Pèlerin – grupo formado por Hayek e demais adversários políticos e ideológicos do Estado de bem-estar europeu e do New Deal norteamericano como Karl Popper, Lionel Robbins, Michael Polanyi, dentre outros “inimigos” da socialdemocracia, tanto trabalhista quanto socialista – limitaram-se ao plano teórico, como aponta Anderson (1995, p. 9-10).

Apesar de conservar as bases do modo de produção capitalista e sua lógica, o Período Glorioso iniciou uma nova fase para a acumulação e reprodução social do capital, em que reformas significativas para o movimento popular – organizado em partidos, sindicatos, associações e outras organizações – bem como para o capital, foram levadas adiante. O *Welfare State*, como também ficou conhecido este interstício, demonstrou uma grande inspiração pelo Estado providência bismarckiano do fim do século XIX⁵ e funcionou com o objetivo de atenuar o descontentamento popular e agitação social que permeavam países europeus como Inglaterra, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia e Noruega desde o primeiro pós-guerra – todos marcados pela tradição de um representativo movimento operário e por um Estado liberal que dispunha de excedentes econômicos passíveis de serem redistribuídos na forma de direitos restituíveis – conforme argumenta Abreu (2008, p. 171-172).

O autor também aponta que esta configuração, guardadas as devidas particularidades históricas, também se deu fora da Europa em países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia (nações vinculadas ao imperialismo britânico), enquanto em Estados de industrialização tardia e tradição conservadora não-liberal como Alemanha, Áustria e Itália não houve condições para que a tendência do Estado de bem-estar se colocasse antes do segundo pós-guerra e se desenvolvesse como nos primeiros casos. De forma diferente ocorreu nos Estados Unidos e França, pois enquanto o primeiro não contava com um forte e organizado movimento operário capaz de “forçar” a redistribuição dos lucros capitalistas auferidos da extração de mais-valia por meio de “pactos sociais”, o segundo reproduziu um “pacto” conservador apesar da tradição de luta do movimento operário francês.

⁵ Tal comparação pressupõe que o *Welfare State* promoveu mudanças sociais em benefício da classe trabalhadora a fim de frear o movimento comunista. O Estado alemão de Bismarck também promoveu ajustes sociais que visavam melhoramentos para os trabalhadores nesta mesma lógica, de oferecer benefícios que obstaculizassem o crescimento do sindicalismo alemão então nascente. Para aprofundar esta tese consultar Parte III (Allemagne) em Hege e Dufour (1992) juntamente ao Cap. I de Brunhoff (1982). Sobre o caráter do capitalismo na Alemanha, ver também “Introdução” de Lukács (1972) e Herf (1990).

De toda forma, o reconhecimento das classes burguesas dirigentes de que não era mais inteligente ignorar as necessidades evidenciadas pelos diversos movimentos sociais em luta contra a opressão econômica, política e cultural – como o operário-camponês, feminista, negro e demais setores subalternos reprimidos – diante da ofensiva socialista promovida pela reverberação das conquistas alcançadas pela Revolução Russa é que permitiu que as teses keynesianas se consolidassem na forma do Estado liberal de bem-estar.

O modelo de produção em massa fordista foi universalizado e combinado com as técnicas de “administração científica” tayloristas, ao passo que foram ampliados diversos direitos de natureza restitutiva qualificados como “proteção social”. É claro que tais direitos não foram viabilizados pela benevolência do Estado, e sim por uma tática de conter o risco social representado pelas pressões exercidas pelos trabalhadores através das lutas sociais por previdência social, seguro desemprego, saúde pública, dentre outros direitos, além da existência da URSS que também pressionava os Estados capitalistas às políticas de bem-estar social, o que suavizou temporariamente o conflito inerente à relação capital-trabalho.

O Estado keynesiano funcionou como mediador de um “pacto conciliatório⁶” entre capitalistas e trabalhadores, necessário para a reconstrução do mundo capitalista destruído pelas duas grandes guerras. O Estado arrecadava os impostos, provia e assegurava certos direitos sociais, o patronato se comprometia com o pagamento dos altos salários inspirados nos “five dollars a day” de Henry Ford e os trabalhadores suportavam as pesadas formas de exploração do trabalho fordistas-tayloristas. Até 1973-74 este modelo garantiu um ciclo virtuoso de crescimento com baixas taxas de desemprego, dando margem inclusive ao retorno da teoria do pleno emprego das forças produtivas no plano teórico econômico.

Na medida em que a produção capitalista se internacionalizava e a concorrência imperialista pelos mercados se acirrava, a tentativa de manter os ganhos de produtividade se chocava com as barreiras protecionistas criadas pelo próprio Período Glorioso, daí a necessidade de buscar formas alternativas que viabilizassem mais um ciclo de acumulação e expansão⁷. A crise deste modelo econômico se completou em 1973, quando praticamente todo o mundo capitalista entrou em profunda recessão e, pela primeira vez, os senhores do capital

⁶ A idéia de “compromisso” ou “pacto” pode ser verificada nas formulações de Bihl (1998), Braga (1995) e Antunes (2002b), dentre outros.

⁷ Antunes (2002, p. 31) aponta que: “Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.”

assistiram ao movimento fatal de baixas taxas de crescimento, combinadas com a consequente queda da taxa de lucro e aumento da inflação. Neste cenário de desordem capitalista o “retorno” ao liberalismo de mercado – ou neoliberalismo – pareceu uma alternativa coerente, daí a redefinição do *Welfare State* a partir de teses como as de Hayek e sua turma.

O argumento central da Sociedade de Mont Pèlerin era o de que as raízes da recessão que assolava os países capitalistas mais representativos decorriam do poder demasiado dos sindicatos e do movimento operário que pressionava os salários – juntamente aos gastos sociais promovidos pelo Estado – prejudicando as taxas de crescimento e lucro capitalistas, que por sua vez desencadeavam o processo inflacionário que caracterizava a crise, de acordo com Anderson (1995). Diante de tal diagnóstico o “coquetel-salvador” tornava-se claro: repressão sobre sindicatos e partidos operários e redução drástica de impostos sobre altos rendimentos e gastos do Estado com proteção social.

Uma das teses de Hayek (1990, p. 107) é a de que liberdade e igualdade são premissas opostas e que somente a primeira – a liberdade – constitui um valor supremo que deve ser perseguido, enquanto todas as iniciativas e instituições que perseguirem outro valor que não este – ou ainda que questionarem este valor supremo – devem ser eliminadas. O autor não só combate a noção de igualdade como valor como a substitui pela de desigualdade, segundo ele um mecanismo “natural” de estímulo às capacidades humanas, e, portanto, do desenvolvimento social e econômico. O intervencionismo estatal, a justiça social e a igualdade são afrontas à liberdade econômica que “constitui o requisito prévio de qualquer outra liberdade”.

A essência do projeto teórico e político das teses de Hayek está na defesa de um sistema social organizado a partir do mercado concorrencial, o único princípio capaz de garantir a liberdade e regular a sociedade. As únicas tarefas de um Estado verdadeiramente democrático, segundo este argumento, são garantir a estrutura para o funcionamento do mercado concorrencial e o provimento dos serviços que o mercado ainda não dispõe, enquanto as políticas públicas sociais devem ser utilizadas de forma focalizada e somente como instrumento emergencial durante os períodos de recomposição do mercado, daí a idéia do “Estado mínimo”⁸.

⁸ Como afirma Mazzeo (1995, p. 59), “(...) utilizando a crise da experiência socialista, a burguesia propõe uma aparente reformulação do Estado, baseada na idéia do “Estado mínimo”. Essa idéia que, em seu aspecto formal, tem a proposta de uma estrutura estatal mais ágil, constitui-se, de fato, na privatização de todas as instâncias fundamentais do Estado, coerentemente alojada dentro da visão globalizadora neoliberal, que busca transferir as atribuições do Estado para as grandes corporações privadas”.

O projeto hayekiano contemplou as bases teóricas, políticas e ideológicas desta primeira fase do neoliberalismo que foi seguida por países capitalistas expressivos como Inglaterra e EUA nas respectivas figuras de Margareth Thatcher em 1979 e Ronald Reagan em 1980, após o esgotamento do caminho keynesiano que caracterizou o Período Glorioso, segundo Hayek (1990) o caminho da servidão responsável por desviar os princípios liberais de seus postulados clássicos.

Anderson (1995, p. 11-12) destaca que ao final da década de 1970 outros países capitalistas que contavam com um governo social liberal como Alemanha, Dinamarca e quase todos os países do norte da Europa ocidental também assumiram o programa político do neoliberalismo, mas o modelo inglês foi o “mais pioneiro e mais puro”. A estabilização monetária na Inglaterra foi perseguida por meio da contenção da emissão de moeda, aumento das taxas de juros, redução de impostos sobre altos rendimentos, abolição de controle sobre os fluxos de capital financeiro, privatização dos setores de habitação, energia, gás e água. Sem contar, claro, a nova legislação anti-sindical e o desemprego massivo⁹.

Nos países europeus em que coalizões de direita foram eleitas para pôr fim ao modelo do Estado de bem-estar houve um neoliberalismo que Anderson (1995, p. 13) classificou como “mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com sindicatos”. Outra característica apontada pelo autor é a de que enquanto eram eleitos governos de direita ao norte do continente europeu, pela primeira vez eram eleitos governos da esquerda socialdemocrata ao sul durante a década de 1980 – chamados de eurosocialistas – como os de François Mitterrand na França, Felipe González na Espanha, Mário Soares em Portugal, dentre outros países como Grécia e Itália.

Todavia, esta característica não assegurou que o programa neoliberal não fosse aplicado por estes governos. Excetuando-se, ainda segundo Anderson (1995), os governos francês e grego – em que houve inicialmente uma tentativa de combinar política de deflação e redistribuição com pleno emprego e proteção social – os mercados financeiros internacionais

⁹ O autor distingue o modelo neoliberal inglês do que foi empreendido pelos Estados Unidos, uma vez que quase não existia um Estado liberal de bem-estar a ser destituído. Deste modo, o foco do neoliberalismo norte-americano se deu na direção da competição militar com a URSS, enquanto a política interna de Reagan reduzia os impostos sobre os altos rendimentos, elevava as taxas de juros e reprimia os movimentos sociais. Entretanto, Anderson (1995) assinala uma diferença crucial entre estes modelos – e que mais tarde será decisivo para a eclosão da crise sistêmica iniciada em 2008 – sobre a disciplina orçamentária. Ao contrário de Thatcher, o governo de Ronald Reagan gastou somas altíssimas com a corrida armamentista, o que ocasionou um déficit público enorme.

forçaram o programa neoliberal ortodoxo em todos os países capitalistas. Tanto que países como Austrália e Nova Zelândia, em que ascenderam sucessivos governos da socialdemocracia trabalhista, por exemplo, levaram as políticas anti-sociais e fiscais do modelo ao extremo, “desmontando o Estado de bem-estar muito mais completa e ferozmente do que Thatcher na Inglaterra”, como afirma o autor (1995, p. 14).

A tendência neoliberal triunfou na década de 1980 e não revelou somente que as forças ortodoxas do programa elaborado por Hayek estavam no comando. Mais importante foi o fato ressaltado por Anderson de que a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo se deu no plano ideológico, uma vez que pouco importou a tradição socialdemocrata trabalhista ou socialista dos partidos que assumiram os governos de países representativos no intercâmbio do capital imperialista. Se na primeira fase o neoliberalismo foi praticado por governos da direita liberal assumidos, neste segundo momento qualquer governo poderia se autoproclamar de esquerda e assumir o programa neoliberal sem o menor constrangimento. Conforme sintetiza o autor (1995, p. 14), “o neoliberalismo havia começado tomando a socialdemocracia como sua inimiga central (...) provocando uma hostilidade recíproca por parte da socialdemocracia. Depois, os governos socialdemocratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais”.

Como o modelo do Estado de bem-estar estava ancorado materialmente na produção de excedente proveniente das condições da extração de mais-valia, que por sua vez mantinha um nível adequado às altas taxas de crescimento e lucro e a regulação da reprodução social, a incapacidade de evitar a queda destas taxas determinou o fim do “pacto social” firmado entre capitalistas, trabalhadores e Estado, aprofundando as contradições latentes entre a gestão do trabalho, a reprodução do capital e da força de trabalho que, apenas aparentemente, permaneceram em *stand by* durante o Período Glorioso.

A ofensiva ortodoxa neoliberal produziu o consenso hegemônico de que a reprodução social com “bem-estar” só era possível com a expansão capitalista via mercado concorrencial e reestruturação das formas de gestão do trabalho, o que envolvia a destituição de direitos sociais concedidos durante o Estado do bem-estar, como parte do “sacrifício” de cada um, e o arrocho das condições de trabalho. Em contrapartida, a euforia capitalista com a dinâmica da especulação financeira assumia proporções cada vez mais incontroláveis e a perspectiva paradisíaca da obtenção de lucros fáceis sem os “constrangimentos” da esfera produtiva tornava-se irresistível¹⁰.

¹⁰ Galbraith (1992, p. 12) explica a natureza dos processos especulativos destacando uma lógica comum entre aqueles observados pelo autor na história das crises financeiras. Segundo o autor tais processos iniciam-se em

Costa (2009) chama atenção para o início dos processos especulativos ocorridos com a dinâmica da acumulação capitalista predominantemente financeira, sobretudo nos Estados Unidos, e explica como se deu a constituição da chamada “nova economia” durante a década de 1990. Parte significativa do complexo industrial norteamericano foi transferida para a Ásia, México, América Latina e Central em busca de mão-de-obra barata, o que possibilitou a implantação do monetarismo nestas regiões como um gestor político do sistema socioeconômico enquanto o grande capital estadunidense realizava o que o autor denomina de “fuga para frente” a partir da estruturação de uma economia de serviços ancorada na criação de riqueza por meio do desenvolvimento do capital fictício. De acordo com o autor (2009, p. 136), “o objetivo era construir um sistema financeiro sofisticado e hierarquizado a partir das instituições norteamericanas, capaz de capturar parte da mais valia mundial e consolidar as relações socioeconômicas mundiais a partir dos interesses dos Estados Unidos”.

Contudo, tal reestruturação não ocorreu sem ônus para a economia estadunidense que se viu imersa em um conjunto de problemas estruturais cujos elementos centrais foram o déficit crescente na balança comercial, a elevação da dívida externa, do endividamento das famílias e empresas e, principalmente, de um sistema financeiro altamente especulativo. Este conjunto aliado às políticas neoliberais de redução de impostos sobre altos rendimentos e os gastos com a corrida militar travada com a ex-URSS – posteriormente transferida para os países árabes – tornaram-se os antecedentes da crise sistêmica que atingirá boa parte da economia mundial a partir dos anos 2000.

Seguindo o movimento já prenunciado por Marx (1985) o capital sempre sai em busca de novas fontes de rentabilidade para restabelecer seu fluxo de acumulação quando as taxas de lucro e valorização começar a cair. Como as condições que permitiram o ciclo virtuoso do capital durante o Período Glorioso havia se esgotado e resultado no decréscimo das taxas de acumulação, o capital realizou seu movimento em busca destas novas fontes. A desregulamentação financeira que caracterizou o neoliberalismo foi a saída econômica que viabilizou a dinâmica da especulação, aumentando o descolamento entre as esferas produtiva, de circulação e consumo do fluxo de acumulação.

um setor aleatório da economia capaz de gerar uma inovação financeira, que por sua vez atrai o capital fictício para a perspectiva de ganhos fáceis, entrando em colapso quando a bolha especulativa desinfla. Nas palavras do autor: “Algum acontecimento novo e desejável toma conta da mente financeira. O preço do objeto da especulação dispara. Títulos, terrenos, objetos de arte, ou outros bens adquiridos hoje passam a valer mais amanhã. Este aumento e a esperança de novos aumentos atraem novos compradores; os novos compradores garantem novos aumentos. Outros tantos são atraídos e outros tantos também compram. E o movimento altista continua: a especulação alimenta-se de si mesma e confere a si mesma o seu próprio ímpeto”.

A despeito de todos os esforços dos gestores do capital para a defesa do livre mercado concorrencial a expansão da mundialização financeira viabilizada pelo programa neoliberal trouxe consigo a estagnação do crescimento econômico. Mesmo nos países capitalistas centrais as taxas diminuíram, juntamente com as de investimento direto na produção e comércio internacional. Plihon (1999, p. 100) demonstrou que a taxa de crescimento médio anual do PIB dos países do chamado G7¹¹ era de 3,6% na década de 1970, 2,8% na de 1980 e 2% até a primeira metade nos anos 1990¹². Em 2009, o comércio global internacional teve queda de 1/3, alterando as balanças comerciais de países exportadores como Alemanha e Brasil, bem como a de países produtores de petróleo como Rússia e Venezuela, que assistiram a uma grande queda de preços, segundo Harvey (2011, p. 13).

Paralelamente, houve o crescimento do desemprego, sendo as taxas de 3,7% na década de 1970, 8,8% nos anos 1980 e 9,5% de 1990-95 nos países do G7, conforme Plihon (1999, p. 102). Em contrapartida, o autor demonstrou o crescimento vertiginoso das finanças internacionais em relação à “esfera real” a partir do volume das transações transnacionais com títulos, representado pelo Produto Interno Bruto (PIB). Na década de 1980 a média das transações financeiras dos países centrais era de 10% do PIB, enquanto em 1992 equivalia a mais de 100% (1999, p. 112).

Analisando este movimento ainda em meados da década de 1990, Anderson (1995, p. 16) questiona por que a recuperação da taxa de lucro não foi suficiente para recuperar a taxa de crescimento com investimentos, e responde: “porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva”. A supervalorização da esfera financeira da economia em detrimento da produtiva provocou uma recessão que vem se aprofundando nos países centrais do capitalismo desde a década de 1990, quando a dívida pública de países como Inglaterra e Estados Unidos começou a assumir grandes proporções, concomitantemente ao endividamento das famílias que, para cobrir os gastos de sua

¹¹ O chamado “Grupo dos sete países” (G7) é formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. A Rússia foi introduzida em 1997 no grupo destes países, reconhecidos como os mais ricos, desenvolvidos economicamente e industrializados, bem como detentores de uma suposta tradição democrática inabalável, de modo que atualmente faz-se referência ao “Grupo dos oito países” (G8). Porém, como a Rússia não participa de todas as reuniões e decisões do G8, o G7 continua a ser um grupo forte formado pelos países respectivamente citados.

¹² O consenso dos economistas sobre a taxa de crescimento considerada “saudável”, segundo Harvey (2011, p. 30) – e “saudável” aqui significa o nível em que a maioria dos capitalistas obtém lucro razoável, é de 3% aa. Quando é menor significa que a economia está lenta, ou melhor, que os capitalistas estão obtendo lucros pequenos, e quando abaixo de 1% caracterizam período de crise e recessão, o que significa que muitos capitalistas não têm lucro. Ou seja, para manter um fluxo saudável de capital as economias devem crescer a 3% aa pelo menos, o que não ocorre há algum tempo na maioria dos países da Europa e também nos EUA.

reprodução social no novo contexto de destituição de direitos e desemprego, submeteram-se às altas taxas de juros dos empréstimos¹³.

Politicamente uma das saídas para a recuperação do crescimento foi o movimento de revisão do neoliberalismo em suas premissas ortodoxas, a fim de possibilitar uma reformulação ideológica do discurso, sobretudo sobre a intervenção do Estado na articulação das elites dominantes com a participação popular, sem tratar-se de uma recuperação das teses keynesianas do Estado do Bem-estar e muito menos de um debate socialista ou reformulação das bases materiais de sua manutenção.

Dado o reconhecimento de que as bases sociais e políticas da elite neoliberal ortodoxa estavam profundamente abaladas pela atrofia provocada pela financeirização das economias, a regulação da participação popular volta a ser considerada como uma importante estratégia na rearticulação destas bases e o discurso neoliberal – que não havia tido problemas em assumir a propaganda de valores como igualdade e justiça social e aplicar políticas totalmente contrárias a tais valores, como são exemplos as experiências eurosocialistas da Europa – passa a reforçar a face “social” do projeto burguês neoliberal nesta fase.

Na verdade, era preciso conter os efeitos nefastos causados pelo modelo de reprodução do capital centrado na especulação e desigualdade social novamente no plano ideológico. A primeira expressão deste movimento de revisão do neoliberalismo ortodoxo começou com a redefinição dos princípios que nortearam o estabelecimento das metas e procedimentos do Banco Mundial (BM) em 1992¹⁴, que remodelou a estrutura organizacional da instituição. Temas como “participação”, “parceria” e “diálogo” passaram a figurar como condição para a concessão de empréstimos aos governos, que a partir deste remodelamento deveriam adotar tais metas como referências e organizar a “participação da sociedade civil” de seus países, conforme Melo (2005).

O ajuste econômico promovido pelo discurso neoliberal do Banco Mundial foi acompanhado pelo ajuste político dos partidos comprometidos com esta ideologia, por exemplo, pelos chamados “Novos Democratas” nos EUA e pelo “Novo Trabalhismo” na Inglaterra, com a eleição de Bill Clinton em 1992 e Tony Blair em 1997, respectivamente,

¹³ Perry Anderson (1995, p. 19) traz ainda outra observação sobre o triunfo do neoliberalismo ortodoxo mesmo a despeito de sua incapacidade de recuperar as taxas de crescimento e emprego das economias consideradas centrais, a vitória do programa neoliberal na Europa Oriental e na ex-URSS após a queda do comunismo. Uma vez que os dirigentes que assumiram as economias pós-comunistas no Leste eram seguidores de Hayek e Friedman a aceitação do programa foi levada ao extremo e “a analogia com o euro-socialismo do sul da Europa é evidente. Em ambos os casos há uma variante mansa – pelo menos no discurso, senão sempre nas ações – de um paradigma neoliberal comum na direita e na esquerda oficial”.

¹⁴ Conforme Arruda (1998) após a publicação do relatório de Willi Wapenhans, então vice-presidente do Banco Mundial em 1992.

bem como a articulação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com o Partido da Frente Liberal (PFL), que elegeu Fernando Henrique Cardoso no Brasil em 1994 – e da coligação que mais tarde elegeu Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002 – todos na tentativa de sincronizar o discurso da economia de livre mercado com a busca pela justiça social e a fim de apresentar uma “nova face” para o neoliberalismo.

A expressão teórica deste movimento de revisão foi dada pela concepção do programa da Terceira Via¹⁵, que teve como um de seus maiores formuladores o sociólogo britânico Anthony Giddens¹⁶ e, ainda que o programa da Terceira Via não tenha sido vitorioso em muitos dos países que engrossaram o coro da ortodoxia neoliberal, suas formulações teóricas e políticas influenciaram fortemente intelectuais orgânicos da direita – e da esquerda – que continuaram firmes na tentativa de formatar um “capitalismo de novo tipo”¹⁷.

Tomando-se como referência o programa elaborado por Giddens (1996; 2001), o compromisso da Terceira Via partiu do pressuposto de que diante do fracasso das experiências socialistas a esquerda se aglutinara sobre a velha socialdemocracia enquanto a direita assumiu a ortodoxia neoliberal. Em nenhum destes casos foi possível responder aos desafios econômicos, políticos e sociais do atual “mundo em transformação” do autor. De modo que, a melhor opção seria o que chamou de “centro radical” (1996), única posição capaz de obter a “humanização” do capitalismo através do equilíbrio entre mercado e reprodução social.

Na verdade, Giddens (1996) não considera a predominância do processo de financeirização da economia no processo de transformação social que classifica de “pós-tradicional”, e sim a mudança cultural, responsável pela ressignificação das dimensões de espaço e tempo, que teriam convertido o mundo num grande espaço de trocas de hábitos, costumes, percepções, desejos e experiências, resultando num indivíduo supostamente mais

¹⁵ Este movimento de reorientação do neoliberalismo também é denominado de “centro radical”, “centro esquerda”, “nova esquerda”, “nova social-democracia”, “social-democracia modernizadora” e “governança progressista” por outros autores.

¹⁶ Giddens atuou como importante intelectual orgânico do Partido Trabalhista inglês e assessor da “Cúpula de Governança Progressiva”, que em 1999 reuniu governantes de países europeus em Florença, na Itália, a fim de integrar a Europa no processo de redefinição do neoliberalismo iniciado em Washington no mesmo ano, quando se articularam Bill Clinton, Tony Blair, Gerhard Schröder, Wim Kok e Máximo D’Alema a fim de propor uma frente política internacional para o programa da Terceira Via. De acordo com Martins (2009), além de Washington e Florença, em 1999, ocorreram reuniões em Berlim (2000), Estocolmo (2002), Londres (2003 e 2004), Johannesburgo (2006) e Viña Del Mar (2009). Martins (2009) observa que FHC esteve presente em todas as edições do encontro da Cúpula enquanto foi presidente do Brasil, demonstrando o alinhamento com as políticas neoliberais. Na mesma tendência, Lula esteve presente entre os líderes de governo que participaram da reunião de 2004, bem como na que ocorreu em 2006.

¹⁷ Este “capitalismo de novo tipo” alude à essência sintetizada por Gramsci (2001, p. 382) na discussão de “Americanismo e Fordismo”, quando afirmou que “a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção”.

inteligente e disposto às mudanças, o que o autor denomina de *reflexividade social*. Daí a necessidade de integração coordenada entre Estado, mercado e “sociedade civil” para resolver a crise, que segundo o programa da Terceira Via seria de *tradição cultural*, possibilitando a criação da *democracia cosmopolita* (2001, p. 150).

Nesta compreensão da crise do modelo keynesiano e da “crítica” ao neoliberalismo ortodoxo, o programa da Terceira Via sustentou que o Estado seria o grande agente das relações externas, responsável pela regulação da sociedade e pela indução do desenvolvimento econômico voltado para uma “sociedade do bem-estar”, de modo que o movimento de renovação do neoliberalismo se daria na recomposição da aparelhagem estatal para uma nova forma de relacionamento com a “sociedade civil¹⁸”.

Embora o programa da Terceira Via tenha se esforçado para reconfigurar a relação entre Estado, capital e trabalho não conseguiu evitar que a crise gestada pelo modelo neoliberal se completasse nos anos 2000. A dinâmica especulativa transformou o sistema financeiro dos Estados Unidos e influenciou sobre todo o complexo das finanças internacionais numa escala sem precedentes, que de acordo com Costa (2009, p. 138-139) teve início no processo de especulação ocorrido no setor tecnológico com as chamadas *empresas ponto com* comandadas pela tecnologia de informação na década de 1990. Em 2001 – já sob a era de George W. Bush – os preços destas ações despencaram nos EUA e a bolha especulativa ancorada no mercado de telecomunicações começou a desinflar gerando uma série de prejuízos financeiros – e consequentemente, sociais – caracterizando o que o autor classificou de *avant première* da crise de 2008.

Para retomar a “ordem do caos” financeiro criado pela dinâmica da especulação o governo dos Estados Unidos reduziu as taxas de juros e ampliou o sistema de crédito, o que possibilitou que as famílias repusessem sua renda e aumentasse o poder de consumo por meio de mecanismos de endividamento – empréstimos bancários, cartões de crédito, financiamentos automotivos e imobiliários¹⁹, por exemplo – propiciando o chamado “efeito

¹⁸ A concepção de sociedade civil adotada por este trabalho será oportunamente discutida no item 1.5 “A (ir)responsabilidade social” do Capítulo II.

¹⁹ Foi no setor imobiliário que a crise financeira iniciada com os Estados Unidos teve mais destaque e a desregulamentação do setor financeiro estimulou a criação das *finanças estruturadas* pelas instituições financeiras. Conforme explica Costa (2009, p. 139-140), a lógica do sistema de financiamento imobiliário foi alterada de modo que as hipotecas e demais dívidas constituídas em títulos poderiam ser “empacotadas” e vendidas para instituições financeiras e agentes econômicos no mundo inteiro. Estes compradores, por sua vez, obtinham empréstimos para comprar novos títulos, realizando a dinâmica da especulação conforme o ciclo de Galbraith (1992). A entrada de companhias seguradoras no jogo especulativo garantia os riscos dos títulos, que eram repassados ao próximo comprador, que fazia novo seguro da dívida e mantinha o ciclo. Agências avaliadoras de risco – como Standard Poors e Moody’s Fitch – classificavam os títulos, o que abriu espaço para mais um mercado especulativo, já que para dar credibilidade aos negócios os investidores institucionais (como

riqueza” ou “capitalismo popular” da sociedade norte-americana. Numa espécie de “orgia especulativa” que chegou a cerca de US\$ 11 trilhões no mercado hipotecário, como bem classificou Costa (2009, p. 140-141), “todos estavam felizes em ganhar dinheiro a partir do nada. Praticamente o dinheiro estava se multiplicando como pé de jaboticaba: dava frutos dos troncos até os galhos menores”.

Entretanto, o milagre especulativo funcionou até o momento em que as dívidas começaram literalmente “a vencer”. Como o equilíbrio financeiro foi forçado artificialmente, já que não houve aumento da produção e de postos de trabalho e, portanto, da distribuição da riqueza efetiva entre as famílias, a inadimplência foi o resultado natural deste processo. No final de 2006 a “fórmula mágica” não dava mais conta de forçar o equilíbrio artificial da economia e o governo dos Estados Unidos iniciou uma política de reajuste com o aumento de juros, o que desacelerou a economia e provocou a queda na renda das famílias novamente, fazendo com que os “donos da vez” das hipotecas vislumbassem que a ciranda financeira chegaria ao fim se ninguém pagasse a conta.

Iniciou-se então o processo de reversão da bolha financeira com todos os agentes econômicos que participaram da ciranda vendendo seus títulos no mercado. O preço das dívidas baixou conforme mais papéis securitizados foram sendo disponibilizados para venda e a “ressaca” do mercado especulativo apareceu. Conforme demonstra Costa (2009, p. 142), o valor de mercado de alguns ativos chegou abaixo do valor patrimonial e as empresas começaram a divulgar prejuízos, juntamente à quebra, aquisição ou fechamento de importantes bancos de investimento em 2008 – como Lehman Brothers, Merrill Lynch e Goldman Sachs, respectivamente. Agora era o “efeito pobreza” que tomava conta da economia real.

Contrariando o princípio neoliberal de não intervenção do Estado na dinâmica do mercado o governo de Bush interviu para supostamente “salvar” a economia, quando na verdade foi uma operação para restituir os prejuízos dos grandes investidores com a quebra dos principais bancos que centralizavam a ciranda especulativa. Ainda segundo Costa, o governo injetou mais de US\$ 250 bilhões para estatizar duas grandes instituições hipotecárias – a Fannie Mae e a Freddie Mac, que detinham US\$ 5,4 trilhões em títulos hipotecários – e em aliança com o Federal Reserv (FED) “pariu” um pacote de resgate de US\$ 700 bilhões, “socorrendo” também a seguradora AIG.

fundos de pensão, corretoras e demais instituições regulamentadas que centralizam recursos arrecadados junto a sociedade) só poderiam comprar títulos com classificação de segurança máxima. Segundo Costa, foi este o mecanismo detonador do *boom imobiliário* anunciado pelas autoridades norte-americanas como *efeito riqueza*.

Para as famílias que tiveram suas hipotecas inadimplentes o governo de Bush não elaborou pacote algum, muito pelo contrário. Permitiu que os proprietários tivessem seus imóveis apreendidos como forma de pagamento das dívidas e que milhões de norte-americanos fossem despejados. Conforme ressalta Harvey (2001, p. 9), a taxa de despejos em áreas de baixa renda como Cleveland e Detroit explodiu, atingindo principalmente afro-americanos, imigrantes e mães solteiras. Também chegou à classe média branca de áreas urbanas e sub-urbanas da Flórida, Califórnia, Arizona e Nevada, totalizando até 2007 quase dois milhões de pessoas que perderam suas casas e outros quatro milhões que corriam o risco de perder.

Outro efeito da crise de 2008 – que também ficou conhecida como “crise do mercado imobiliário”, “das hipotecas *subprime*” ou a “crise de Wall Street” – foi o congelamento do mercado de créditos, abalando o mercado interno com o fechamento de lojas e fábricas – aumentando ainda mais os níveis de desemprego e as consequências sobre a força de trabalho – a partir de 2009. Harvey (2011, p. 13) demonstra a tendência assustadora do aumento do desemprego quando destaca que cerca de 20 milhões de trabalhadores chineses perderam os empregos enquanto o número de desempregados nos EUA aumentou em mais de cinco milhões, acompanhados pela Espanha que atingiu uma taxa de desemprego superior aos 17% durante os primeiros meses de 2009, além de outros países europeus como Portugal, Irlanda e Grécia²⁰.

Contratos políticos globais foram firmados em nome da manutenção do excesso de liquidez para que as instituições financeiras transnacionais continuassem a saciar sua sede de supervalorização e a “fábrica de dinheiro” continuasse a funcionar, ainda que de forma fantástica, numa tentativa de recuperação do ciclo. Na verdade, Costa (2009, p. 143) assinala que a crise de 2008 não deve ser analisada somente pelo viés particular do mercado especulativo do qual o setor imobiliário foi o mais fortemente atingido, dados seus elementos de originalidade em relação às crises anteriores, tais como: a internacionalização da produção e das finanças mundialmente, o amadurecimento da reprodução do capital em escala

²⁰ Para o autor o desemprego está altamente concentrado nos EUA e de forma desigual na Europa, como demonstram as taxas oficiais publicadas conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), que aumentaram em nove pontos na Irlanda e quatro na Grécia, Portugal, Reino Unido, Suécia e Itália em 2010. Harvey (2011, p. 212) também ressalta outros números a respeito do desemprego mundial, como, por exemplo, o da perda mundial de 30 milhões de empregos entre 2007 e 2009, sendo que dos 20 milhões documentados em estatísticas de órgãos oficiais como FMI e OIT, três quartos estavam concentrados nos EUA, Espanha e Reino Unido, ao passo que economias “emergentes” como a da China representaram ‘apenas’ três milhões. Vale à pena consultar o “Epílogo” deste seu trabalho para conferir outras relações que ilustram as consequências da crise contemporânea do capital e seus efeitos sobre o emprego, produção e crescimento.

internacional e a unificação global do ciclo do capital. Nas palavras do autor, “essa *performance* possibilitou a constituição de um ciclo mundial único do capital, gerando uma crise sistêmica, simétrica e avassaladora, tanto nos países centrais como na periferia, o que impossibilita no curto prazo as possibilidades de fuga da crise para outras regiões”.

Considerando as crises financeiras de 2006 a 2008 Harvey (2011, p. 38) também explica que “o colapso dos mercados de crédito teve um impacto diferenciado de acordo com o grau em que a atividade econômica dependia desses mercados”. Enquanto países que não haviam se integrado completamente no sistema financeiro global permaneceram mais “protegidos” – como é o caso de China e Índia – países que já estavam endividados no mercado de crédito global como EUA e Reino Unido, bem como aqueles que dependiam dos EUA para a exportação – como os países do Leste e Sudeste Asiático – sofreram os impactos da crise de forma mais profunda.

Novas edições de saídas clássicas para conter o colapso econômico e social foram e continuam a ser adotadas, de modo que os planos de ajuste²¹ funcionam como “vitrines” em que são exibidas as condições para o “socorro” aos países que “não souberam controlar suas contas e sua inflação” – na descarada terminologia neoliberal – enquanto severas consequências recaem sobre os trabalhadores para a sustentação da lógica perversa da financeirização. O caso de países como EUA, Irlanda, Portugal, Espanha e, mais drasticamente, o caso grego, ilustram esta relação desde a crise de 2008.

As medidas de austeridade impostas pelo FMI – que incluem basicamente a predominância de um câmbio flutuante, o ajuste fiscal com cortes orçamentários de áreas como saúde, educação e habitação, controle inflacionário, demissões, repressão salarial, supressão de direitos trabalhistas, privatizações, liberalização e desregulamentação financeiras, e, claro, o uso legalizado da violência sobre todas as formas de resistência social – continuam a ser evocadas pelos oráculos da economia neoliberal como a única forma de assistência para “evitar o inevitável”.

²¹ O *Washington Consensus* talvez seja o exemplo da articulação mais marcante que introduziu a “regra” dos planos de “ajuste estrutural” tornando-os lugar-comum na economia mundial. O termo foi criado nos EUA em 1989 por John Williamson e sintetizou um conjunto abrangente de princípios, metas e regras a serem aplicados aos diversos países e regiões do mundo capitalista, para que se ajustassem econômica e politicamente ao novo capitalismo global, reordenado pelos princípios do neoliberalismo norte-americano. Em janeiro de 1993 reuniram-se centenas de especialistas no seminário promovido pelo Institute for International Economics, tendo à frente Fred Bergsten, para analisar o documento de John Williamson escrito no manual “Search of a Manual for Technopols”. O documento em si continha o plano de ajuste das economias subordinadas e a definição dos *technopols* – economistas capazes de somar ao perfeito manejo do seu *mainstream* a capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda política do Consenso de Washington – conforme esclarece Fiori (1998, p. 13).

Sobre as tendências criativo-destrutivas inerentes à lógica do capital, Marx e Engels (1998) afirmaram que o capitalismo traz em si, tendencialmente, o germe de sua própria destruição, algo que aparece claramente em suas crises periódicas – ou sistêmicas. Segundo Grespan (2008, p. 57), o capital realiza uma *autocrítica* ao desnudar sua dimensão negativa, pois, na medida em que é valor que se valoriza: “(...) os momentos em que ele desvaloriza o valor existente de maneira inevitável, comprometendo assim a base de seu crescimento, são momentos em que ele mesmo se contradiz, negando as condições de sua existência”.

Percebe-se que ao mesmo tempo em que as crises desnudam as contradições do modo de produção capitalista, criam as condições para sua superação e um novo ciclo, ou seja, o próprio sistema reage à queda tendencial da taxa de lucro e a lei do valor impõe-se novamente contra essa queda. Dessa forma é que a reestruturação produtiva se coloca como uma das principais soluções articuladas à mundialização financeira – com mais ou menos tensão entre as frações da classe burguesa e da força de trabalho – para continuar a garantir a acumulação do capital e superar os períodos de crise sistêmica que se repetem na historicidade do capitalismo – e que eventualmente podem tornar a crise do capital estrutural ao modo de produção.

As crises sistêmicas também trazem novos momentos de enfrentamento entre as classes antagônicas e suas frações, explicitando a natureza dos acordos políticos, dos ajustes econômicos e, sobretudo, das ideologias que sustentam esta lógica paradoxal na materialidade. As possibilidades de lutas reivindicativas e combativas por parte do proletariado se ampliam nestas condições, o que não significa dizer que necessariamente serão vitoriosas. Infelizmente, este panorama histórico tem se desdobrado para além das características do neoliberalismo, configurando-se num amplo processo de *bonapartização*²² das democracias ocidentais em que o bonapartismo não aparece mais em suas formas clássicas – ou seja, na forma de ditaduras explícitas – mas como uma “ditadura branca”, mais perigosa porque escamoteia o caráter de classe destas “democracias” ao implantar políticas públicas regressivas dos direitos dos trabalhadores e suas conquistas.

O programa neoliberal alterou a relação de forças entre os representantes do capital e do trabalho desarticulando os movimentos sociais e a formação de uma consciência

²² O conceito de *bonapartismo* foi usado por Karl Marx em “O dezoito Brumário de Luís Bonaparte” (1986) e significa uma forma de governo ditatorial burguês, onde a figura de uma pessoa ou instituição centraliza os poderes políticos supostamente em nome de um povo ou nação. Uma ditadura *militar-bonapartista*, segundo Mazzeo (1988, p. 63-64), seria “a forma de um bonapartismo assentado não em uma pessoa, mas em uma instituição, as Forças Armadas”.

de classe combativa. A partir disso as lutas dos trabalhadores arrefeceram e permaneceram na defensiva enquanto os excedentes produzidos pelas altas taxas de exploração do capital sobre o trabalho foram destinados para a manutenção do fluxo do próprio capital concentrado na reprodução fictícia do capital financeiro e na automação das demais esferas econômicas.

Ao proclamar uma suposta abertura para a participação popular, como propaga este “bonapartismo de Terceira Via” – denominada aqui de “face social” do neoliberalismo – o programa neoliberal oculta um progressivo processo de criminalização dos movimentos sociais que ainda reivindicam direitos de classe e uma participação democrática autêntica – e, portanto, estão fora do “circuito legal” dos movimentos sociais domesticados – produzindo a ilusão da liberdade e da participação popular, como é típico das formas de democracia burguesa.

Além disso, novas formas de organização dos movimentos populares estão surgindo, fora do escopo tradicional de partidos e sindicatos de tradição operária. Harvey (2011, p. 197) elenca cinco destas na forma de tendências argumentando que a esquerda tradicional “tem claramente errado ao ignorar os movimentos sociais que ocorrem fora das fábricas” e ressaltando que “a consciência de classe é produzida e veiculada tanto nas ruas, bares, pubs, cozinhas, capelas, centros comunitários e quintais dos subúrbios da classe trabalhadora como nas fábricas”.

O primeiro grupo – ou tendência – que desempenharia um papel político relevante nesta reconfiguração das formas de organização do movimento popular, segundo o autor (2011, p. 204-2008), seria o das organizações não-governamentais (ONGs), seguido por um segundo grupo caracterizado pela oposição anarquista, autonomista e organizações de base que recusam financiamento externo (ao contrário das ONGs). A terceira tendência seria a própria transformação dos partidos e sindicatos de esquerda, variando desde as tradições socialdemocratas até as socialistas e comunistas. Uma quarta tendência seria constituída pelos movimentos sociais em geral que se ocupam da resistência aos deslocamentos e desapropriações ocasionados pela reprodução do capital. O quinto grupo concentraria o que Harvey chama de movimentos emancipatórios em torno de questões de identidade como aqueles em defesa dos direitos das mulheres, crianças, homossexuais, minorias raciais, etc.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar estas tendências²³, porém é necessário indicar que Harvey está correto ao afirmar que novas formas de enfrentamento estão surgindo

²³ No caso da tendência formada pelas ONGs vale ressaltar que o objeto deste trabalho trouxe a discussão para o interior da tese, de modo que esta tendência especificamente será mais bem estruturada e elaborada a partir do Capítulo III.

da configuração atual da luta de classes fora dos partidos e sindicatos que representam a tradição da esquerda socialista comunista e que nem sempre tais representantes estão preparados – ou dispostos – a ampliar suas bases de cooptação por meio de um projeto político que considere uma nova vanguarda que extrapola o movimento operário – e isso não significa dizer que o núcleo da classe proletária teria se deslocado para fora da produção.

Significa que talvez seja possível conceber uma nova forma de organização para os partidos e sindicatos em que a incorporação de novos agentes de contestação, reivindicação e combate que orbitam a esfera da produção – ao invés de ocupá-la diretamente – não precise ocorrer de forma centralizada e hierarquizada a ponto de impedir a formação de uma frente verdadeiramente ampla. Se esta tradição for capaz de discutir caminho autocriticamente tal incorporação não resultará necessariamente na perda de foco – ou perversão dos objetivos revolucionários – postos pelas vanguardas tradicionais, e sim numa reformulação tática e estratégica da luta social.

Entretanto, a concepção de Harvey de que é possível aglutinar todas estas forças – apesar de o autor ressaltar algumas de suas particularidades contraditórias – em torno do objetivo comum de reformar o capitalismo a partir da interrupção de seu fluxo para daí transitar a uma transformação estrutural de sua lógica acarreta uma leitura das condições materiais da luta de classes bastante complicada. Não só porque muitos destes grupos possuem um papel funcional à reprodução do fluxo do capital – como é o caso da grande maioria das ONGs – enquanto outros se caracterizam pelo isolamento político – como é o caso dos agrupamentos de orientação anarquista radicais – mas, principalmente, porque todas as tentativas de reformar o metabolismo social do capital – ainda que como tática para atingir sua transformação estrutural – foram historicamente derrotadas.

Concomitantemente, novas formas de luta entre as classes são criadas também pelo e para o capital. Dialeticamente às medidas de austeridade que tentam, inutilmente, controlar a anarquia da reprodução do capital predominantemente financeira, existe uma tendência de reestruturação produtiva arquitetada a partir do campo burguês e que busca reformar a sociabilidade capitalista acompanhando este mesmo processo de reconfiguração das condições da luta de classes que extrapola o “chão da fábrica”, atingindo a sociabilidade material e subjetivamente. Tal movimento – racionalizado inicialmente em um novo modelo organizacional – tenta redimir a lógica da reprodução social do capital *à la* Terceira Via enfatizando a “face social” do neoliberalismo por meio da *teoria empresarial da sustentabilidade*.

Esta tendência – constituída por três pilares sendo o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial – esboça um novo movimento de reestruturação produtiva na medida em que as consequências das crises sistêmicas, o aprofundamento dos antagonismos estruturais e o esgotamento dos recursos orgânicos para a reprodução social do fluxo do capital trazem à tona – talvez de maneira mais evidente que qualquer outro tempo histórico – a incapacidade desta ordem societal continuar *ad eternum*. Entretanto, a teoria da sustentabilidade demonstra-se insustentável já que não ultrapassa os limites vitais à reprodução social do capital, de modo que se constitui em mais uma edição – ou um suspiro – do processo de democratização burguês, como será desenvolvido.

Enquanto isso o modo de produção capitalista continua a reproduzir-se de forma global, heterogênea e anárquica como lhe é peculiar, e nem mesmo uma suposta “dupla face” do neoliberalismo será capaz de superá-la, quer em sua aparência quer em sua essência. Nem a *face ortodoxa* elaborada por Hayek e nem a *face social* contraposta por Giddens questionam os fundamentos da ordem burguesa capitalista – a propriedade privada dos meios de produção e a concentração da riqueza socialmente produzida nas mãos da classe capitalista – e, portanto, não há meios de “correção” concretos da sociabilidade capitalista por meio de reformas funcionais à sua existência como é o caso da teoria da sustentabilidade.

1.2 A esteira de montagem das ideologias organizacionais

A forma de sociabilidade capitalista carrega consigo uma lógica de funcionamento em que há uma crise inerente que se manifesta sistematicamente na medida em que os antagonismos que a constituem atingem níveis mais ou menos incontroláveis. Historicamente marcada como “uma forma incontrolável de controle sociometabólico” a forma social assumida pelo modo de produção capitalista compreende uma “estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’ ou perecer, caso não consiga se adaptar”, conforme caracteriza Meszáros (2011, p. 98).

Seja pelas inovações de base produtiva tecnológica ou pela sua própria lógica incontrolável de seu funcionamento, o que ocorre são momentos de crise mais ou menos aguda do modo de produção em que as pressões sociais realizadas pela luta de classes se colocam com maior efetividade e clareza. Dadas estas características as inovações científicas – sobretudo nas áreas da robótica, microeletrônica, informática, química, biotecnologia e

genética – permitem cada vez mais o aumento da produção via introdução de *trabalho morto* e redução de *trabalho vivo*, o que revitaliza a mobilidade do capital e favorece a internacionalização e financeirização da esfera econômica.

Para dar conta desta lógica expansionista anárquica – e das metamorfoses assumidas pela luta de classes – as formas de controle social sobre o trabalho alteraram-se historicamente de acordo com os imperativos produtivos, políticos e ideológicos do capital, das quais são exemplos modelos produtivos como o fordista, taylorista e toyotista, que por sua vez produziram teorias organizacionais de gerenciamento do trabalho convenientes à sua viabilização. Tais modelos produtivos englobam tanto as *condições de trabalho* quanto a *organização do trabalho*²⁴, de modo que as teorias organizacionais propostas pelos respectivos modelos integram-nos dialeticamente.

A reavaliação e reposição constantes dos métodos de produção e gestão evidenciam como a natureza expansionista do capital necessita buscar novas formas de organização do trabalho que sejam cada vez mais adequadas à supervalorização. As chamadas teorias organizacionais refletem os modelos produtivos em questão e funcionam como formas ideológicas do controle social do capital, portanto extrapolando o espaço de trabalho. Uma vez que a força de trabalho também se reproduz material e subjetivamente fora do campo organizacional – nas esferas familiar, escolar, afetiva, religiosa, militante e demais campos de socialização cultural – leva consigo a racionalidade que determina sua atuação na esfera do trabalho, daí a necessidade de se ressaltar o caráter social destas formas²⁵.

Os períodos de reestruturação produtiva que marcaram o século XX caracterizaram-se pelas técnicas de gerenciamento do trabalho que utilizaram a racionalidade burocrática moderna como mecanismo de afirmação universal para um processo de racionalização específico, o capitalista. A viabilização tecnológica, política e ideológica de modelos como fordismo, taylorismo e toyotismo desencadeou um complexo de inovações organizacionais que reverberaram dialeticamente nas relações sociais de forma que escolas de gerenciamento do trabalho foram criadas para assumir, aperfeiçoar e reproduzir determinadas tradições organizacionais, como o são as chamadas Escola Clássica (EC) e a Escola de Relações Humanas (ERH) – ou comportamental – no interior da Teoria Geral da Administração (TGA).

²⁴ Vale apresentar a distinção de Dejours (1992, p. 25) entre *condição* e *organização do trabalho*: “Por condição de trabalho é preciso entender o ambiente físico (...) o ambiente biológico (...) as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho. Por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade, etc”.

²⁵ Este argumento foi desenvolvido originalmente na dissertação de mestrado de Batista (2007) e posteriormente sintetizada em um artigo (2008) da mesma autora.

Os fundadores da EC foram F. Taylor nos EUA e H. Fayol na França, sendo o principal ponto de continuidade entre eles a imposição de uma racionalidade pragmático-produtiva, de caráter cientificista, reconhecida pela “administração científica” como uma “racionalização científica do trabalho”. Enquanto Taylor (1990) racionalizou o trabalho dos operários, Fayol (1965) estabeleceu as funções do administrador, bem como a estrutura das empresas. Taylor cronometrou as atividades possibilitando a fragmentação e super especialização do trabalho com aproveitamento total do tempo²⁶, ao passo que Fayol criou a clássica divisão das funções do administrador – prever, organizar, comandar, coordenar e controlar – estruturando princípios gerais para a administração análogos aos da hierarquia militar.

Concomitantemente, a indústria automobilística de Henry Ford sistematizava o trabalho mecanizado via esteira de montagem customizando a produção de carros em série, o que, após a Segunda Guerra Mundial e ao lado dos métodos desenvolvidos por Taylor e Fayol, pôde abastecer o consumo em massa que caracterizou o Período Glorioso. Contudo, pesquisas como as de Friedmann (1972)²⁷ já apontavam na direção de um processo de reestruturação produtiva desde a década de 1950 bem como a adoção de um modelo híbrido de gestão do trabalho.

O interesse por regras, técnicas e estratégias administrativas orientadas para manter a ética da obediência e da produtividade no interior das organizações nasceu com a Escola Clássica – que em síntese significou um sistema de recomendações aos administradores do capital alicerçado na racionalidade burocrática clássica²⁸. Porém, esta Escola fundiu-se posteriormente com a Escola de Relações Humanas, que por sua vez tratou de “humanizar” o

²⁶A Lei da Fadiga exemplifica este princípio: quando um trabalhador (considerado mentalmente “superior”) aplica as orientações científicas para estabelecer a carga máxima que permita a outro trabalhador (de tipo “inferior”) exercer sua atividade o tempo todo, sem precisar de intervalo, ou utilizando intervalos cada vez menores. Para aprofundar a Lei, consultar Taylor (1990, p. 52).

²⁷Como salientado em Batista (2007; 2008), no ensaio publicado pelo autor em 1955, “O trabalho em migalhas”, diversas observações empíricas dos setores industrial e fabril que indicavam o esgotamento orgânico do modelo de acumulação de capital pautado na exploração das formas parceladas, especializadas e automatizadas do trabalho foram reunidas. Friedmann (1972) chamou atenção para a fragmentação da dimensão subjetiva dos trabalhadores na rotina de trabalho e de como já se esboçava um caminho alternativo à divisão do trabalho taylorista-fordista. Suas pesquisas demonstraram que a ampliação do conteúdo, alternância e rodízio das tarefas, juntamente com a formação de equipes dotadas de uma relativa liberdade de organização do trabalho promoveram aumento no grau de satisfação dos trabalhadores com a atividade, bem como a produção de uma subjetividade comprometida com a tarefa.

²⁸ Segundo Weber (apud GERTH; MILLS, 1970, p. 249) esta racionalidade se constitui de: “Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal (...) A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização”.

espaço de trabalho e promover ganhos de produtividade a partir do ajustamento do trabalhador ao processo produtivo partindo de uma combinação da organização científica do trabalho (OCT) com estudos psicossociais.

No final da década de 1920 é que a ERH começa a aparecer no cenário da organização “científica” do trabalho com o foco sobre o “lado humano” da empresa. Mary Parker Follet e o psicólogo industrial George Elton Mayo desenvolveram pesquisas empíricas em contraposição aos pressupostos da Escola de Administração Científica, muito embora as teses da Escola de Relações Humanas tenham obtido divulgação apenas a partir de meados dos anos 1930²⁹.

Outros teóricos também são classificados na corrente comportamental – ou entre os chamados autores behavioristas da ERH – como Chester Barnard, Harold J. Leavitt, Irving Knickerbocker e Alex Bavelas. Também oriunda de uma suposta oposição à Escola Clássica, o grupo behaviorista rompeu com a idéia de que a satisfação do trabalhador por si só era geradora de maior produtividade – embora partilhasse de quase todos os pressupostos da Escola de Relações Humanas. Na verdade, diante dos insistentes problemas ocasionados pela resistência da força de trabalho às condições e organização perversas de trabalho, uma gama de “cientistas” se debruçou sobre o “lado humano” da empresa para sistematizar técnicas de suavização e ocultamento da natureza real do trabalho alienado a partir da observação dos comportamentos dos próprios trabalhadores.

Como o foco dos administradores sempre está no aumento da produtividade e redução de custos, as teses da ERH representaram uma nova perspectiva não só do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, do ideológico na medida em que o objetivo de garantir a produtividade a partir da negação do antagonismo entre capital e trabalho e do envolvimento subjetivo do trabalhador com a tarefa realizada – ao invés do pagamento de altos salários característicos do modelo fordista – pareceu mais estratégico politicamente.

A reestruturação produtiva que se completou na década de 1970 cindiu a classe trabalhadora entre os empregados e desempregados, juntamente com os sindicatos de classe, que passaram a atuar nas duas frentes. Houve um grande movimento de desafecção sindical que foi paulatinamente corroendo o movimento sindical combativo e transformando-o em

²⁹ A mais reconhecida das pesquisas elaboradas pela Escola de Relações Humanas foi o chamado “Inquérito Hawthorne” na indústria Western Electric, cuja tese afirmava a existência de grupos informais inter-relacionados e chamava atenção para os incentivos psicossociais no lugar dos econômicos, de acordo com Mayo (1945).

sindicato de corporação – e não mais de classe³⁰ – juntamente à formulação de uma nova teoria organizacional, desta vez ancorada no modelo japonês de Ohno³¹.

Sobre este período de crise do capital, Harvey (2005, p. 140) desenvolveu o conceito de acumulação capitalista flexível para apontar as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no período dos anos 1970 e 1980, e que, supostamente, teriam inaugurado um novo patamar de acumulação para o capital. De fato, as mudanças que ocorreram neste período de crise já estavam em gestação nos planos econômico, político e social, mas o desenvolvimento de alternativas para sofisticar a organização do trabalho taylorista-fordista – concomitante aos incrementos na esfera financeira, à retirada dos embargos protecionistas para ampliar a concorrência pelos mercados e, conseqüentemente, a transformação dos padrões de consumo – não significou necessariamente um novo regime de acumulação.

A acumulação continuou capitalista em sua essência – com reprodução simples e ampliada do capital e combinação de mais-valia absoluta e relativa – e as modificações introduzidas com a fase da acumulação financeira não alteraram este fundamento. Talvez fosse mais adequado falar em uma combinação da essência da acumulação capitalista com parâmetros de resistência mais flexíveis econômica, política, social, e, sobretudo, ideologicamente, necessários para que o capital continue respondendo às próprias crises.

As teses da ERH fundiram-se com as da EC formando um modelo híbrido de gestão do trabalho na segunda metade do século XX, ao lado das técnicas japonesas desenvolvidas pela empresa Toyota³². O Sistema Toyota de Produção – ou toyotismo – foi concebido para eliminar absolutamente o desperdício e superar o modelo de produção em massa norte-americano. De acordo com Ohno (1997), idealizador do “sistema Toyota”, as bases estavam

³⁰ Tal processo de desafeção sindical não deve ser generalizado. As realidades particulares à regiões e países por todo o globo modelam um movimento sindical que pode, em certa medida, contrariar a tendência à dessindicalização. Para mais detalhes sobre as características do movimento sindical em suas tendências gerais e particulares, ver. Cap III de Antunes (2002a) e Boito Jr (2005).

³¹ O autor afirma que: “Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

³² Braverman (1977, p. 83) destacou o equívoco de se proclamar a morte do taylorismo em função de novos modelos de gerenciamento, inspirados nas teses da ERH: “É impossível superestimar a importância do movimento da gerência científica no modelamento da empresa moderna, e, de fato, de todas as instituições da sociedade capitalista que executam processos de trabalho. A noção popular de que o taylorismo foi “superado” por escolas posteriores de psicologia industrial ou “relações humanas”, que ele “fracassou” (...) ou que está “fora de moda”, porque certas categorias tayloristas, como chefia funcional ou seus esquemas de prêmio incentivo, foram descartadas por métodos mais requintados: tudo isso representa lamentável má interpretação da verdadeira dinâmica do desenvolvimento da gerência”.

em dois pilares, o just-in-time (denominado sistema JIT) e a autonomia com um toque humano³³.

Ohno sistematizou o envolvimento individualizado do trabalhador e o compromisso do trabalho em equipe. Para isso foi necessário o foco na iniciativa e comprometimento e a nova lógica híbrida impôs aos operários um sistema de gestão total que incorporava o trabalho multifuncional ao trabalho repetitivo, intensificando a atividade do trabalho no “corpo e alma” do trabalhador e universalizando a tríade fordismo-taylorismo-toyotismo subjetivamente. Os trabalhos parcelados continuaram coexistindo com os de caráter multifuncional e pluriespecializado³⁴ e a novidade se deu em aplicar a todos estes tipos as formas de controle social do capital, ressaltando a continuidade dos três métodos de organização do trabalho – uma continuidade com sofisticação, e não superação – daí estas formas não se restringirem ao espaço de trabalho e assumirem *status* de formas de controle social³⁵.

³³Segundo Ohno (1997, p. 26; 129): “*Just-in-time* significa que, em um processo de fluxo, as partes corretas necessárias à montagem alcançam a linha de montagem no momento em que são necessários e somente na quantidade necessária. (...) *Autonomia* significa a transferência de inteligência humana para uma máquina. (...) A *autonomia* impede a fabricação de produtos defeituosos, elimina a superprodução, e pára automaticamente no caso de anormalidades na linha, permitindo que a situação seja investigada”. Estes dois pilares do “sistema Toyota” alteraram o modo tradicional de fornecer materiais a partir do processo inicial para o processo final da produção, que foi transferido no sentido inverso, sendo interrompido em situações de irregularidades, eliminando o desperdício da produção em massa convencional e potencializando a força de trabalho na supervisão de várias máquinas ao mesmo tempo. Tais fundamentos desenvolveram a idéia do trabalho em equipe, dos círculos de controle da qualidade (CCQs), da multifuncionalidade, da flexibilidade e do estímulo à iniciativa do trabalhador, e que já estavam presentes no modelo fordista, ainda que de forma embrionária e não sistematizada, conforme assinalado em Batista (2007; 2008).

³⁴Batista (2008) destaca a distinção de Friedmann (1972) entre *trabalho pluriespecializado* e *trabalho polivalente*. A pluriespecialização seria típica do trabalhador semi-especializado, que em virtude da fragmentação e da variabilidade do mercado converteu-se no *utility man*, ou seja, o trabalhador que desenvolve qualificações particulares a fim de substituir outros postos quando houver necessidade, contudo, sem gerar um trabalhador polivalente no exercício de uma função que sintetize todas as qualificações necessárias para o exercício do conjunto do processo.

³⁵Alves (2011) desenvolve a tese de que o modelo produtivo e organizacional toyotista teria assumido uma forma social predominante sobre os modelos precedentes, de modo que o complexo de reestruturação produtiva constante estaria de alguma forma tomado pelo que denomina de *espírito do toyotismo* principalmente nas dimensões de “captura da subjetividade”. Nas palavras do autor (p. 43; 63): “O toyotismo é a ‘ideologia orgânica’ do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias. (...) Na medida em que os novos dispositivos organizacionais do toyotismo – *just in time* e *kanban* e a introdução da ‘nova maquinaria’, vinculada à Terceira Revolução Industrial – exigem, ao contrário do taylorismo, um homem produtivo capaz de intervir na produção com o pensamento, instaura-se um processo de ‘captura’ da subjetividade do trabalho pelo capital”. De fato não se pode negar que as inovações organizacionais trazidas pelo novo modelo japonês predominaram sobre as habilidades psicofísicas da força de trabalho, exigindo o desenvolvimento do nexos pensamento-ação que era negado nos modelos fordista e taylorista. Entretanto, esta tendência já estava posta pelas teses da Escola de Relações Humanas, além de que o modelo japonês não de aperfeiçoou de forma pura, e sim mesclando as características dos três modelos na melhor combinação para a exploração do trabalho pelo capital. Desta forma, atribuir ao toyotismo a predominância sobre os modelos anteriores e atuais de gerenciamento organizacional da força de trabalho traz a possibilidade de ser perder a linha de ruptura e continuidade entre os modelos, e mais ainda, que tais modelos expressam formas de controle social em permanente sofisticação.

Não só os rodízios e ampliações do conteúdo das tarefas foram sofisticados, mas, sobretudo, o controle sobre a dimensão subjetiva dos trabalhadores. A flexibilização e intensificação da precariedade inerente às atividades do trabalho sob a sociabilidade capitalista foram – e ainda são – ingredientes essenciais na eficácia das técnicas gerenciais de produção de uma *subjetividade social reificada*³⁶, de forma que as relações sociais de produção foram invertidas pelo discurso organizacional para que o quadro de referência da força de trabalho se tornasse o da empresa – e da acumulação de capital – e não o que ela própria é capaz de formular em totalidade a partir da mediação de suas experiências singulares e particulares.

A psicologia comportamental deu o suporte para a ERH fornecer este novo referencial para os trabalhadores, onde o sujeito deve se adequar ao meio para ser “respeitado e bem sucedido”. Um novo quadro de referenciais éticos, valores e comportamentos para a “resolução” dos conflitos típicos da natureza antagônica entre capital e trabalho foi desenvolvido para a produção de uma subjetividade conivente com a exploração do trabalho pelo capital e passível de ser controlada, de modo que a verdadeira origem destes conflitos e, conseqüentemente, suas formas de combate e resistência, permaneçam ocultos.

Durante a década de 1990 autores norte-americanos resgataram os pressupostos da ERH conectando-os aos do toyotismo e deram mais um passo na direção do controle social sobre a força de trabalho com ênfase na produção de uma subjetividade domesticada e pró-ativa. A *teoria organizacional do empowerment* teve por objetivo revigorar a TGA diante dos desafios do século XXI utilizando um conjunto de neologismos e supondo criar uma nova administração dos recursos humanos e da produção para, além de “humanizar” as relações de trabalho, “empoderar” os trabalhadores para exercerem sua “autonomia” na tomada de decisões³⁷.

O *empowerment* nasceu para driblar os contratempos e contradições causados pelos métodos de gestão taylorista-fordistas e que associado às práticas de gerenciamento da qualidade e dos recursos humanos apareceu como uma novidade capaz de resolver os problemas das EC e ERH, quando na verdade tratou-se de uma nova roupagem para o velho modelo híbrido de gestão do trabalho característico da reestruturação produtiva de 1970.

³⁶ Esta concepção será adequadamente discutida no decorrer do trabalho e, sobretudo, no item 1.11 do Capítulo III.

³⁷ O termo *empowerment* significa na língua inglesa, “*the process of giving somebody the power of act*”. Não há tradução exata em português, mas a partir de sua definição no campo da Administração de Empresas podemos defini-lo como “empoderar, dar autonomia e liberdade de agir a alguém”. Oxford Advanced Learner’s Dictionary (1995).

É na área da administração estadunidense que se encontram os principais nomes da “nova teoria” organizacional, embora haja contribuição brasileira na produção deste modelo³⁸. Em síntese todas as contribuições bibliográficas pesquisadas propagam, em sua essência, a *ética do obedecer com iniciativa e criatividade*³⁹, apropriando-se tecnicamente dos padrões fordistas-tayloristas de gestão e produção e combinando-os estrategicamente com os padrões de flexibilidade elaborados pela ERH e pelo toyotismo.

Para a reprodução da sociabilidade capitalista é necessário o comprometimento singular do trabalhador para com a atividade objetiva de produção alienada da riqueza material, da obediência taylorista aliada à iniciativa toyotista, ou ainda, de uma teoria que integre regras e padrões de produção com limites flexíveis de exploração das relações humanas no trabalho e além dele. Todavia, a sociabilidade contemporânea desenhada pela lógica do capital exige articular esta obediência e iniciativa à formação de uma consciência sobre os limites naturais-orgânicos de sua reprodução a fim de evitá-los e/ou superá-los na e para a acumulação de capital.

E aqui a esteira de montagem das teorias organizacionais – ou *ideologias organizacionais*⁴⁰ – avança mais uma vez com a produção da *teoria da sustentabilidade*, que surge como mais uma tentativa de gerenciar as contradições do capital e apaziguar a luta de classes, reformulando os limites deste controle social para garantir a própria base material-orgânica que suporta sua reprodução. A produção social do capital precisa se reinventar

³⁸A concepção de Slack (et al, 1997) coloca que *empowerment* significa dar aos trabalhadores o poder para fazer mudanças no conteúdo do trabalho na forma como ele é desempenhado. Randolph (1995) aponta que a gestão pelo *empowerment* é o reconhecimento e liberação dentro da organização do poder que as pessoas já possuem, focando na motivação. Herrenkohl (et al, 1999) indicam que o *empowerment* é um conjunto de procedimentos que busca a interação e o envolvimento das pessoas com o trabalho e que as impulsionam a tomar iniciativas e a interferir com ações no processo produtivo. Para Cunningham e Hyman (1999) *empowerment* significa conseguir o comprometimento dos empregados em contribuir para as decisões estratégicas com o objetivo de melhorar o desempenho da organização. Na bibliografia brasileira Rodrigues e Santos (2001; 2004) apontam a gestão do *empowerment* como uma forma de gestão revolucionária, que supostamente teria a capacidade de libertar o trabalhador do peso da organização fordista-taylorista através da aplicação correta dos princípios da ERH e do toyotismo. Também enfatizam que a má gestão do *empowerment* seria fruto das políticas operacionalizadas pelas áreas de “recursos” humanos e pela dificuldade de alguns “líderes” em se adaptarem às tendências de uma nova cultura organizacional.

³⁹ Conforme caracterizado por Batista (2007).

⁴⁰ Tragtenberg (1980) resgatou criticamente as constituições históricas da TGA com Taylor, Fayol e Mayo, enfatizando a crítica na formulação do conceito de *ideologia gerencial* (p. 216-219): “A Teoria da Administração, até hoje, reproduz as condições de opressão do homem pelo homem; seu discurso muda em função das determinações sociais. Apresenta seus enunciados parciais (restritos a um momento dado do processo capitalista de produção) tornando absolutas as formas hierárquicas de burocracia da empresa capitalista (...) dissimula a historicidade de suas categorias (...) constitui-se na mais sofisticada representação ideológica produzida pela pequena burguesia intelectual: a ideologia do fim das ideologias por quem não possui ideologia alguma (...) cultiva a neutralidade científica como o *ethos* ideológico da Ciência, num universo administrado burocraticamente pelos financiamentos das grandes *foundations* com o *white-collar* às suas ordens”. É no bojo deste conceito que caracterizamos o de *ideologia organizacional*, na medida em que as teorias organizacionais abarcam tanto a *gestão ideológica* das relações sociais empresariais como a *gestão produtiva* em si.

permanentemente criando novas formas de concepção e gerenciamento do trabalho, que por sua vez forneçam novos parâmetros de mediação para a formação da consciência e subjetividade que convém à sua reprodução.

Se os processos de reestruturação produtiva produzidos na perspectiva do capital atuam para viabilizar este controle um novo modelo que pressupõe inovação tecnológica, organizacional e social não deve ser ignorado. No atual momento histórico em que o esgotamento das condições de sobrevivência da humanidade está em processo acelerado, a necessidade de um modelo organizacional que proponha um conjunto de estratégias, técnicas e ações de controle coordenadas objetiva e subjetivamente para lidar com a preservação deste modo de sociabilidade merece reflexão por reconfigurar o campo da luta entre as classes e suas frações.

Neste sentido há um traço interessante do ponto de vista estratégico deste campo, o salto qualitativo que o acúmulo tecnológico deste tempo histórico pode prover. Mesmo de forma fetichizada o modelo produtivo esboçado pela teoria da sustentabilidade não deixa de trazer a perspectiva concreta de determinar uma base material diferente para a produção, circulação e consumo dos bens e serviços. Esta capacidade tecnológica atingida pela humanidade e fetichizada pela ciência burguesa encontra-se apropriada pelo capital, mas uma vez que é humana pode – e deve – ser reintegrada pela revolução social no interesse do bem-estar da totalidade. Partindo-se desta perspectiva é possível criar as condições materiais para a produção de uma nova subjetividade social, capaz de manter um novo patamar societal.

Porém, esta potencialidade depende da tarefa de desvendar as contradições desta ideologia organizacional e aproveitá-las no processo de mediação necessário para as lutas empenhadas pela força de trabalho na recuperação de sua autonomia. De acordo com Meszáros (2011, p. 994):

Atualmente, presenciamos a emergência de uma contradição fundamental, com gravíssimas implicações para o futuro do capitalismo: pela primeira vez na história humana, a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais, de controle social estão encontrando sérias resistências, na forma de pressões resultantes dos imperativos elementares da simples sobrevivência. E desde que os problemas são tão inevitáveis quanto são agudas as contradições entre a necessidade de um controle social adequado e os estreitos limites da contabilidade capitalista, o necessário insucesso dos programas de manipulação imprevidente atua – numa situação que requer esforços de amplo alcance, conscientemente coordenados em grande escala – como *catalisador* para o desenvolvimento de alternativas socialistas (grifo do autor).

É sobre este modelo produtivo proposto pela teoria da sustentabilidade que o próximo capítulo tratará a partir da apresentação de seus três pilares fundamentais: o desenvolvimento sustentável (DS), a governança corporativa (GC) e a responsabilidade social empresarial (RSE). A fim de demonstrar como tal discurso empresarial continua a se articular a uma perspectiva de preservação da hegemonia burguesa, a análise particular destes pilares articulados em totalidade permite a constatação de que esta teoria consiste em mais uma forma de ideologia organizacional na medida em que não supera os limites vitais que mantém a reprodução da sociabilidade capitalista e cuja função social é “reformá-la” na tentativa de reestruturar produtivamente a dinâmica do capital em busca de novas fontes de acumulação.

Capítulo 2 – A insustentável teoria da sustentabilidade

Como mais uma ideologia organizacional a teoria da sustentabilidade encontra-se na esteira de montagem dos modelos produtivos do século XX. A partir da composição de modelos organizacionais como o fordismo, taylorismo e toyotismo formou-se um modelo híbrido de gerenciamento de recursos e força de trabalho, que por sua vez tem sido aperfeiçoado pela TGA nas últimas décadas, dando origem a novos discursos organizacionais, como é o caso do *empowerment* e da sustentabilidade.

A “escola” da sustentabilidade não é mais inovadora do que suas precedentes na TGA e opera com a mesma racionalidade instrumental típica do modo de sociabilidade capitalista: a racionalidade mercantil do valor de troca. Para manter sob controle todas as forças produtivas necessárias para a reprodução desta racionalidade os modelos de gestão são moldados e reorganizados em função da manutenção do fluxo de capital predominante para que os ciclos de acumulação possam se reproduzir.

Este capítulo apresenta os três pilares da teoria da sustentabilidade – o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial – em suas características gerais, articulando-os como uma nova tentativa de reestruturação produtiva que busca mais fontes de exploração naturais e humanas para sustentar a acumulação do capital em níveis lucrativos e que permita sua reprodução mantendo a classe capitalista como dirigente deste processo.

No âmbito das condições de esgotamento do meio-ambiente o discurso da sustentabilidade vem sendo forjado desde a década de 1970, quando a proposta do desenvolvimento sustentável foi apresentada de forma global. A partir de evidências científicas de que as fontes naturais de “desenvolvimento” estariam profundamente reduzidas se os seus limites não fossem considerados pelo “modelo de crescimento”, as propostas de DS delinearam os primeiros contornos do que compõe a teoria da sustentabilidade hoje no bojo do chamado “capitalismo verde”.

Com a predominância da financeirização das economias a partir do final da década de 1970 também foi posto em xeque o modelo de administração das principais corporações. Foi preciso a criação de “regras” institucionais e legislações nacionais e internacionais para criar a ilusão do controle sobre as organizações empresariais e garantir sua credibilidade perante a sociedade, daí a necessidade de “moralizar” o mercado de ações a partir de uma política para o mercado financeiro adaptável à “sustentabilidade corporativa”.

O terceiro pilar compreende a responsabilidade social empresarial e integra as “boas práticas” de governança corporativa e desenvolvimento sustentável. Como um conjunto de projetos e ações empreendido pelas organizações empresariais “responsáveis” socialmente visa fortalecer um determinado tipo de sociedade civil e restabelecer um determinado tipo de cidadania conivente ao exercício desta forma de articulação social, administrando o que tem sido chamado de “capitalismo humanizado”.

Os três pilares articulados em totalidade compõem a teoria da sustentabilidade, que em síntese julga ser possível restaurar o “modelo de crescimento” capitalista. Na verdade, a recusa em se admitir as incongruências do “modelo” como estruturais à sua própria lógica de funcionamento e afirmá-la como a única possível é a essência desta ideologia, que como tal busca fortalecer a “visão de mundo” mercantil em que a racionalidade da ética do capital seja reproduzida em suas formas fundamentais.

Considerando-se tal racionalidade pragmático-produtiva o capítulo desdobra empiricamente os aspectos gerais dos pilares da teoria da sustentabilidade em sua última seção, ressaltando ações e projetos que demonstram a materialidade desta ideologia e a sustentabilidade desta nos mais variados espaços de reprodução social, indicando como os pressupostos fundamentais deste modelo são insustentáveis no interior da própria lógica de funcionamento do capital ao mesmo tempo em que sustentam um processo de internalização desta ideologia nos sujeitos sociais aprofundando os processos de alienação e reificação da vida humana.

2.1 O desenvolvimento (*in*)sustentável do “capitalismo verde”

A teoria organizacional da sustentabilidade teve início com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972 e os movimentos ambientalistas desta década, especificamente com o debate sobre o *desenvolvimento sustentável*. O termo propriamente dito ganhou definição formal quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) assinou o que ficou conhecido como “Relatório Brundtland” em 1987, que de acordo com a United Nations (1987) estabeleceu: “(...) o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades”, integrando o conceito à agenda política das nações.

O documento “Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU – chefiada pela primeira ministra da Noruega

Gro Harlem Brundtland em parceria com o sudanês Mansour Khalid em 1987 – compreendeu o conjunto de ações sobre desenvolvimento e meio ambiente debatidos pela Assembléia Geral da ONU desde a Conferência sobre o Meio Ambiente de Estocolmo em 1972 e da publicação do relatório “Os limites do crescimento” pelo chamado Clube de Roma⁴¹. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 – chamada também de Cúpula da Terra Eco-92 – ocorrida no Rio de Janeiro consolidou o encaminhamento das iniciativas do Relatório de 1987 em um programa de 21 princípios para a proteção ambiental, social e econômica das nações conhecido como “Agenda 21”.

Foram signatários do “Relatório Agenda 21 Global” mais de 170 países, cujo compromisso era o de iniciar os trabalhos que dariam origem ao documento intitulado “Carta da Terra” em 2000. A “Carta” foi idealizada pela mesma Comissão da ONU em 1987 que redigiu o Relatório Nosso Futuro Comum com o propósito de ser um código de ética global para uma existência sustentável e em harmonia com a natureza. No entanto, os trabalhos que originaram o documento foram iniciados somente durante a Eco-92, quando um grupo denominado de Comissão da Carta da Terra foi formado com este intuito, finalizando o documento apenas em 2000. O texto estabelece 16 princípios articulados aos da Agenda 21 e distribuídos em quatro temas: respeitar e cuidar da comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não violência e paz⁴².

Cada país signatário do “Relatório Agenda 21” adaptou a agenda global às suas especificidades. O Brasil, por exemplo, conta com uma “Agenda 21 Local” – que discute o desenvolvimento sustentável de cada territorialidade, buscando aplicar os princípios da agenda global em nível local de forma “participativa” com a comunidade – e com a “Agenda 21 Brasileira” – que trata de articular a agenda local às diretrizes para o cumprimento dos objetivos globais no país – de acordo com o Ministério do Meio-ambiente (2004).

A Conferência Mundial de Johannesburgo ocorrida em 2002 reafirmou a importância das agendas e os países signatários mantiveram o compromisso da busca pela sustentabilidade econômica, ambiental e sócio-política, compromisso este que foi “renovado” no mesmo plano documental abstrato durante a Conferência Mundial de 2012 no Rio de Janeiro – a “Rio + 20” – da qual participaram cerca de 193 países membros da ONU. Como

⁴¹ O Clube de Roma é uma associação de “celebridades” acadêmicas, políticas e empresariais fundado em 1968 para discutir política e economia internacional, como pode ser observado em Club of Rome (2011). Para aprofundamento do Relatório Brundtland acessar o documento na íntegra em United Nations (1987).

⁴² Para consultar o documento na íntegra acessar o *website* do Ministério do Meio Ambiente disponível em <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc>.

um dos representantes do ecossocialismo⁴³, Löwy (2012) criticou duramente a “Rio+20” ao abordar o caráter abstrato e ideológico da Conferência, recuperando a reunião do Rio em 1992 para demonstrar como não houve mudança concreta em nenhum dos aspectos da sustentabilidade proposta pelo próprio encontro, somente mudanças superficiais. O autor até admite uma “mudança positiva” – a tomada de consciência por atores sociais importantes como os movimentos sociais – quanto à necessidade de mecanismos sérios de proteção ambiental, mas que, em contrapartida, estaria sendo manipulada pelo discurso da “economia verde”.

As chamadas “questões” ambientais e sociais estão presentes nas agendas de governos, partidos, empresas, organizações não-governamentais e, pela quantidade de documentos e pactos globais firmados, sobretudo nos discursos de organismos multilaterais como Organização das Nações Unidas, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), dentre outros, além de instituições educacionais e religiosas, movimentos sociais e representantes acadêmicos, todos comprometidos em buscar alternativas de produção e consumo sustentáveis, saudáveis e mais “humanas”.

A discussão em torno da falência das condições naturais do modo de produção capitalista não é nova. Em todas as rupturas provocadas pelas reestruturações produtivas sempre houve o esgotamento de recursos naturais – e/ou sociais, que habilmente tem sido estendido com as descobertas de novas fontes de energia, inovações tecnológicas, e, claro, ajustes nos modelos de exploração do trabalho, conforme a esteira de montagem das ideologias organizacionais tratada anteriormente.

Entretanto, o ponto de continuidade entre estes momentos de reestruturação do capital está na busca constante pelo controle das forças sociais pelo capital que, diante do atual cenário de ineficiência de recursos naturais e condições ambientais para o próprio modo de produção se perpetuar, adquire mais importância e urgência, uma vez que é preciso uma reestruturação produtiva capaz de garantir sua sobrevivência a curto, médio e longo prazo, sob a pena de fazê-lo desaparecer na degradação das condições de sua própria reprodução⁴⁴.

⁴³ Afirma o autor (2012, p. 16): “Os governos dos Estados Unidos e dos demais países industrializados do Norte, principais responsáveis do desastre ambiental – ‘lidaram com o tema’, desenvolveram, em pequena escala, fontes energéticas alternativas, e introduziram “mecanismos de mercado” perfeitamente ineficazes para controlar as emissões de CO2. No fundo, continua o famoso ‘business as usual’”. Além de conectar as causas da degradação ambiental com as da desigualdade social salientando a lógica do modo de produção capitalista, Löwy finaliza sua crítica à Rio+20 e à economia verde apresentando brevemente a proposta do ecossocialismo, que poderá ser verificada de forma mais aprofundada em Löwy (2005) e mais adiante neste Capítulo.

⁴⁴ A necessidade de o próprio capital criar alternativas de superação de seu atual modelo de sociabilidade, mesmo alienadas e incompatíveis com sua lógica, já foi apontada por Meszáros (2011, p. 993): “(...) diante dos riscos de

O pilar do desenvolvimento sustentável contempla uma infinidade de temas que tratam dos modelos de desenvolvimento e crescimento econômico, que numa espécie de síntese mágica questionam os momentos da produção, circulação e consumo dos bens e serviços a partir dos limites naturais da biosfera sem questionar o modelo de sociabilidade capitalista. São inúmeras as propostas ecodesenvolvimentistas que se apresentam no “mercado de conhecimento” da sustentabilidade em defesa do DS, ainda que este “mercado” esteja fortemente marcado pela lógica da financeirização, e, portanto, pelas ideologias desenvolvimentistas liberais.

Englobando ações que tentam articular o crescimento econômico com desenvolvimento social sem comprometer os recursos ambientais e sociais envolvidos na produção e consumo de bens e serviços⁴⁵, existe um forte segmento do desenvolvimento sustentável denominado de Economia Verde, cujas teorias econômicas – supostamente ecológicas – estão atualmente no centro do debate com as teorias desenvolvimentistas consagradas que ainda apostam no aumento da produtividade como forma de geração e distribuição de riqueza.

Como exemplo deste segmento atua a corrente da Economia Ecológica – também conhecida como Eco-Eco – que desde 1988 quando foi organizada a Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE) sob a liderança de economistas como Herman Daly (1991), responsável pelo conceito de *crescimento deseconômico* que questiona as vicissitudes do crescimento econômico a partir da observação da queda do nível de bem-estar humano em razão ao aumento do PIB de uma nação⁴⁶. Outro trabalho clássico no interior da economia verde é “Plano B” de Lester Brown (2006), que também propõe certa estagnação do crescimento em nome do desenvolvimento sustentável a partir do foco nas mudanças climáticas ocasionadas pelo modelo de desenvolvimento dito “produtivista” e o esgotamento dos recursos naturais decorrentes deste modelo.

uma aniquilação nuclear, por um lado, e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana”.

⁴⁵Vale à pena consultar Celso Furtado para acompanhar uma abordagem clássica no Brasil sobre crescimento econômico e desenvolvimento, e minimamente crítica, que sustenta algumas das pesquisas em nome do desenvolvimento sustentável. É dele a idéia de que desenvolvimento econômico é um mito e, como tal, universalizou a sustentação de outro mito, o do progresso. Para o autor (2004, p. 484), o crescimento econômico só tem condições de se transformar em desenvolvimento quando o projeto social do qual faz parte elege a melhoria das condições de vida da população como prioridade, afinal a essência do desenvolvimento configura a visão de mundo dominante. Como a estratégia do desenvolvimento sustentável centra-se na discussão sobre crescimento e desenvolvimento, que não é o objeto desta tese, apontamos o aprofundamento desta, “à direita e à esquerda”, em Furtado (1974; 1998), Cardoso (1980; 1995), Veiga (2005), Sachs (2002), Kuznets (1986), Sem (1999), Altwater (1995), Marini (1973), Ianni (1977), Fernandes (1973; 2006), dentre outros.

⁴⁶ O economista americano foi o economista chefe do departamento ambiental do Banco Mundial durante seis anos e foi nomeado logo após a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum pela ONU.

Supostamente mais radical é a corrente econômica do Anticrescimento ou Decrescimento que chama a atenção na França. Segundo Dupin (2009), a corrente é protagonizada pelo grupo de Vincent Cheynet, o Partido em Prol do Decrescimento (PPLD) fundado em 2006 sem muito sucesso, e o Movimento dos Opositores do Crescimento (MOC) iniciado em 2007, ambos articulados à Associação dos Opositores ao Crescimento (ADOC) sob a bandeira “Europe Décroissance”.

Teoricamente esta corrente propõe o decrescimento como forma de interromper o modelo de produção e consumo capitalistas e conta com trabalhos de autores como Paul Ariès e Serge Latouche – este último responsável por grande parte da produção bibliográfica a respeito do decrescimento sustentável ou pós-desenvolvimento – para quem o decrescimento seria uma necessidade. Latouche (2003) faz a crítica da ortodoxia econômica a partir do que denomina de “descolonização do imaginário” sobre as alternativas do crescimento econômico, propondo uma revolução mental capaz de transmutar os valores econômicos internalizados no imaginário coletivo e substituí-los⁴⁷.

Apesar de considerações bastante lúcidas sobre a necessidade de um novo parâmetro de desenvolvimento social, Latouche (2003) não considera em seu modelo analítico a teoria do valor-trabalho de Marx, afastando-se portanto de propor uma alternativa autêntica de transformação social, principalmente quando recomenda a importância de uma revolução mental que parece dissociada das condições objetivas de uma revolução nas relações sociais de produção.

Obviamente, a corrente da Economia Ecológica é a “menina dos olhos” da burguesia engajada no projeto da sustentabilidade. Não há como negar a produção de pesquisas científicas sérias, e que em âmbito particular são necessárias à totalidade de uma transformação social autêntica. Temas como o controle sobre a emissão de gases poluentes, fontes renováveis e limpas de energia e o tratamento de resíduos, principalmente, são alguns dos objetos contemplados. Outro ponto de observação que não

⁴⁷Afirma o autor (2003, p. 25) que: “Para conceber a sociedade do decrescimento sereno e chegar a ela, é preciso literalmente sair da economia. Isto significa questionar a dominação da economia sobre o resto da vida na teoria e na prática, mas, sobretudo, em nossas cabeças”. Também afirma que o decrescimento sustentável não significa o crescimento negativo e exemplifica algumas das ações anticrescimento: “Uma política de decrescimento poderia consistir inicialmente em reduzir, e até suprimir, o peso sobre o meio ambiente das cargas que não trazem benefício algum. O questionamento do volume considerável dos deslocamentos de homens e de mercadorias através do planeta com o impacto negativo correspondente (portanto, uma “relocalização” da economia), o questionamento do volume não menos considerável da publicidade exagerada e freqüentemente nefasta e, enfim, o questionamento da obsolescência acelerada dos produtos e dos aparelhos descartáveis, sem outra justificativa a não ser fazer com que gire cada vez mais depressa a megamáquina infernal, são reservas representativas de decrescimento no consumo material”.

pode ser ignorado é a grande influência que esta corrente tem na formação do consenso ideológico que legitima sua base social.

No Brasil os intelectuais orgânicos da Eco-Eco estão reunidos em torno de uma rede que funciona como o braço brasileiro do ISEE – a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (SBEE). Com sede em Brasília e criada após as discussões da Conferência Mundial de 1992 no Rio de Janeiro, a SBEE conta com nomes como os de Peter Herman May⁴⁸, José Eli da Veiga⁴⁹, Carlos Eduardo Young⁵⁰, Ademar Ribeiro Romeiro⁵¹, dentre outros. O número de pesquisas de cada um destes autores individualmente é bem expressivo, e todos são reconhecidos como referência na “área do conhecimento” da sustentabilidade. Os estudos abrangem questões como o uso de transgênicos, extrativismo, economia rural, sistemas agroflorestais, cadeias de biodiversidade, aquecimento global, fontes de energia renovável, poluição, urbanismo sustentável, etc.

De “politicamente correta” esta corrente torna-se politicamente estratégica. Ao penetrar nos processos de trabalhos dos mais variados espaços de socialização – como os locais de trabalho, a família, escolas e universidades, agrupamentos religiosos, movimentos sociais, partidos políticos e demais associações – o discurso evangelizador da economia verde se materializa e produz dialeticamente uma espécie de “subjatividade social pró-verde” que contribui para manter esta perspectiva econômica na pauta social disfarçada de crítica – ou uma *ecologia acrítica*⁵², como caracterizam Medeiros e Sá Barreto (2010).

Entretanto, as duas correntes não superam a “crítica da crítica” na medida em que o fundamento da lógica de acumulação e reprodução capitalista – o da propriedade privada dos meios de produção e concentração da riqueza a partir da exploração do trabalho pelo capital sempre em expansão – não é questionado em essência, e, portanto, não assumem o caráter de uma crítica fundamental, e sim de uma pseudocrítica que desvia a atenção da subjatividade social de suas fissuras ao supor amenizar conseqüências, no melhor dos casos⁵³.

⁴⁸Economista e professor da UFRJ, organizador do livro referência na área “Economia do meio ambiente”.

⁴⁹Agrônomo, professor do programa de pós-graduação em Relações Internacionais da USP e membro do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE).

⁵⁰Economista e professor do Instituto de Economia da UFRJ.

⁵¹Economista e professor do Instituto de Economia da Unicamp.

⁵² Medeiros e Sá Barreto (2010, p. 1) articulam uma bela crítica marxista lukacsiana ao que denominam de *ecologismo acrítico*: “El ecologismo (estúdio científico de la relación entre la vida social y el ambiente natural) que se distingue por la pretensión de superar los problemas ambientales em el interior de la formación social en que vivimos, la sociedade regida por el capital”. Para os autores, o equívoco fundamental deste ecologismo acrítico consiste em desenvolver as temáticas ambientais sobre preceitos éticos abstratos: “(...) la ética em que se resuelven las teorías Del ecologismo acrítico es simplemente postulada, sin que sea investigada su relación com los presupuestos objetivos de la práctica social que pretende realizar los valores que le dan forma”.

⁵³As considerações de Meszáros (2011, p. 996) são bem oportunas, ainda que elaboradas de forma generalizada às teorias que propõem “saídas sustentáveis” baseadas em controle dos recursos dentro da ordem: “para além do

Não há viabilidade objetiva para a aplicação autêntica dos programas de desenvolvimento sustentável que denunciem a necessidade de transformação do “modelo de desenvolvimento” – que é o modo de produção capitalista – já que, quando os programas atingem as esferas de produção, circulação e consumo de forma integrada o choque com os muros da mundialização financeira e do neoliberalismo são inevitáveis e os limites – estes sim essenciais – da *pseudoconcreticidade da crítica verde*⁵⁴ visíveis. Desta forma, tornam-se programas localizados ou de assistência, no máximo, cujos impactos são microsociais e em pelo menos alguma instância – econômica, política, social ou cultural, senão todas – funcionais à expansão da lógica do capital e todas as suas trágicas consequências.

Os “Eco-Eco” produziram – e continuam a produzir – um volume de pesquisa científica significativo mas não conseguem sequer admitir o adjetivo “capitalista” nos conceitos de crescimento e desenvolvimento, preferindo o de “produtivista” em suas críticas ao modelo, e é claro que esta opção não é aleatória. Muitas delas servem a projetos políticos de suposto apelo ecológico – como é o caso do Partido Verde (PV) no Brasil – e dão suporte à onda do “capitalismo verde”, uma “modalidade” de capitalismo em que a boa intenção e a mudança de pequenos hábitos de forma individual e aleatória seriam capazes de corrigir as deformações do capitalismo, que segundo esta perspectiva seria de natureza ética.

A ética da sustentabilidade estaria concentrada na defesa de um controle da produção a partir da utilização consciente dos recursos naturais pelos indivíduos, pois o entendimento é de que a reversão da degradação ambiental só será possível com uma mudança de comportamento individual a partir da revisão de valores⁵⁵. Para esta ética, tudo se

horizonte da “obsolescência artificial”, somos subitamente expostos a “teorias” que defendem o planejamento de cortes artificiais no fornecimento de energia, a produção de escassez artificial material, mas também como antídoto ao excesso de “tempo livre” que envolve o perigo de um desenvolvimento da consciência social”.

⁵⁴Kosik (1995) trabalha com a categoria de *pseudoconcreticidade* para enfatizar a dialética entre a práxis utilitária da realidade aparente e a práxis revolucionária da realidade mediada, e, portanto, passível de transformação em essência. Sobre esta dinâmica, o autor (p. 20) afirma: “O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência exterior a do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência”. De modo que a “crítica” realizada pelas correntes do desenvolvimento sustentável configura-se como crítica pseudoconcreta na medida em que torna visível a aparência do fenômeno desenvolvimento sustentável, ocultando sua essência de colaborador do modo de produção capitalista, daí a *pseudoconcreticidade da crítica verde*. Entretanto, conhecer o fenômeno é preciso para que seja possível penetrar em sua essência, que no caso se traduz na mediação dos discursos sustentáveis pregados a fim de apontar suas contradições e transformá-los em crítica concreta a partir de uma perspectiva revolucionária.

⁵⁵ É possível constatar o apelo ético do discurso sustentável na fala de Al Gore (2006, p. 317): “(...) é fácil sentir-se massacrado e impotente, sem confiança que os esforços individuais possam realmente ter algum impacto. Mas precisamos resistir a esta reação, pois esta crise só terá fim se nós, com indivíduos, assumirmos a responsabilidade por este problema. Procurando informarmos e informar aos outros, fazendo nossa parte para minimizar o consumo e o desperdício de recursos, tornando-nos mais ativos politicamente e exigindo transformações, cada um de nós pode fazer a diferença”.

resume a um ímpeto incontrollável de consumir e desperdiçar, logo uma mudança de valores seria suficiente e as deformações do “modelo produtivista” estariam corrigidas automaticamente. As condições objetivas da formação social que produz o “ímpeto consumista” não são abordadas por esta proposta de ética – como se o tal ímpeto fosse produzido pelo “divino” – o que limita qualquer possibilidade concreta de transformação de qualquer modelo de sociabilidade, pois a mudança estaria no plano abstrato da consciência.

Esta proposta separa radicalmente as instâncias de produção da subjetividade – os valores éticos de sustentabilidade – das condições objetivas de produção da existência social – o modo de produção capitalista em si – quando enquadra a ética como algo independente na consciência individual, e não como algo produzido dialeticamente pelas próprias condições de existência, que, no caso da formação capitalista, é contraditória com a realização objetiva dos próprios valores de sustentabilidade que esta ética proclama. A ética de dominação do capital – esta sim concreta e autêntica – subordina a ética da sustentabilidade tornando-a compatível com a sua realização e o discurso do desenvolvimento sustentável revela seu caráter ideológico.

Embora a corrente do decrescimento se permita pronunciar “anticapitalismo” em suas formulações também se situa no campo da pseudoconcreticidade e, de acordo com um de seus adversários radicais, o grupo do periódico francês *Lutte Ouvrière*⁵⁶ (2009, p. 2), “confunde-se numa miscelânea de ecologia, anarquismo, anti-capitalismo e malthusianismo”. Ainda que algumas análises carreguem críticas fundamentadas sobre os efeitos sociais do modo de produção capitalista, não contam com um projeto formal de Estado e sociedade coerente com a proposta do decrescimento efetivamente diferente da proposta socialista-comunista, e, principalmente, viável⁵⁷.

Outra discussão pertinente ao tema do desenvolvimento sustentável é a da Agroecologia, que vem se desenvolvendo desde as décadas de 1960-70 na aplicação da ecologia à agricultura. O aumento de pesquisas de viés ecológico no interior de comunidades e populações rurais permitiu a estruturação de uma ciência agroecológica a partir de 1980 de

⁵⁶ Os artigos de *La Lutte Ouvrière* não contam com autoria individual, assinados em nome do grupo, uma organização francesa comunista de orientação trotskista.

⁵⁷ O periódico francês “*Cahiers Marxistes*”, em edição de 2007, traz um dossiê interessante sobre as teorias do crescimento e decrescimento, “*Critiques de la (dé)croissance*”, onde é possível tomar conhecimento da crítica aos dois pensamentos a partir de pesquisas que abordam os temas das mudanças climáticas, exploração do petróleo, padrões de consumo e indicadores estatísticos utilizados como referência, todas a partir de uma perspectiva marxista de sociedade. Também é possível acessar outros trabalhos produzidos na América Latina nesta mesma linha, publicados na revista eletrônica argentina de orientação marxista “*Herramientas*”, que conta com uma seção de trabalhos sob o tema “Ecologia e meio-ambiente”, disponível em <<http://www.herramienta.com.ar>>.

acordo com Altieri (2012). Segundo o autor (p. 105), a Agroecologia seria o resultado de uma teoria crítica em resposta à agricultura industrial com o objetivo de fornecer as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento dos chamados agroecossistemas⁵⁸ sustentáveis.

Aliás, considerando-se a importância do tema da ecologia para uma transição autenticamente revolucionária ainda são poucos os trabalhos de tradição marxista que incorporam o tema nas investigações científicas e propostas políticas. Atualmente, John Foster, István Meszáros, Michael Löwy e François Chesnais⁵⁹ – em diferentes medidas – são alguns dos intelectuais marxistas de maior repercussão que se preocupam em integrar suas análises sobre o funcionamento do capital contemporâneo à problemática ambiental, propondo formas de transição que recuperam a relação do homem com a natureza das obras de Marx.

Foster é um dos autores que mais se destaca nesta proposta. No trabalho “A ecologia de Marx” (2011), o autor recupera as origens da filosofia materialista de Marx, reexaminando a teoria social marxiana para demonstrar sua relação com o que concebemos hoje como ecologia desde o início de sua trajetória, atribuindo um papel determinante à influência do filósofo grego Epicuro sobre sua formação, bem como as visões da relação entre homem e natureza do século XVII ao século XIX, propostas pelo desenvolvimento do materialismo e da ciência e destacando pensadores como Bacon e Darwin. A tese de Foster

⁵⁸ De acordo com Altieri (2012, p. 105): “Os agrossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana. A Agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos”. Também segundo o autor, a Agroecologia “extrapola a visão unidimensional dos agrossistemas (genética, edafologia, entre outros) para abarcar um entendimento dos níveis ecológicos e sociais de coevolução, estrutura e funcionamento”. Miguel Altieri não poderia ser classificado numa corrente ecológica de tradição marxista dado seu alinhamento com ONGs e associações que trabalham com as consequências da agroindústria oferecendo alternativas de reformar ecologicamente a produção agrícola. Entretanto, estudos como o de Altieri fornecem novos parâmetros para se pensar uma nova racionalidade para a produção de alimentos, além de serem passíveis de apropriação por movimentos sociais de caráter revolucionário como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST tem se debruçado sobre o tema e alguns de seus assentamentos já contam com experiência de produção agroecológica, como o Assentamento de Santa Rosa, localizado na cidade de Tupanciretã no Rio Grande do Sul. Para aprofundar a discussão entre Agroecologia e MST consultar Barcellos (2010) e Costa Neto; Canavesi (2002).

⁵⁹ Os trabalhos de François Chesnais que abordam especificamente o tema do meio-ambiente em relação a reprodução do capital mundializado (2003; 2006; 2007) não foram suficientemente analisados entre a defesa desta tese e a revisão do material final aqui apresentado. Contudo, a contribuição do autor para o debate marxiano é parte integrante do conjunto de obras que se preocupam com o tema a partir da perspectiva de totalidade marxiana e não podem deixar de ser mencionados aqui. Os referidos trabalhos estão disponíveis em versão eletrônica, cuja referência completa encontra-se no conjunto de fontes em meio eletrônico desta tese. Outro autor que deve ser incluído neste grupo é o economista norte-americano James O'Connor, que desde o final da década de 1980 acompanha o debate sobre o desenvolvimento (in)sustentável do capitalismo e discute a ecologia sob o prisma do socialismo. Da mesma forma, a referência de alguns de seus trabalhos (1988; 1991; 1998) estão disponíveis nas referências bibliográficas desta tese.

(2011) é a de que “Marx foi um ecologista” e parte da análise sobre a concepção materialista de história em Marx considerando o metabolismo entre natureza e sociedade em obras como “Os Grundrisses” e o “O Capital”, bem como em cartas de Marx para outros pensadores e Engels, salientando trabalhos deste último como “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, “O AntiDuhring” e “A dialética da natureza”⁶⁰.

De forma menos extensa e a partir de outro objeto de pesquisa – o da reprodução sóciometabólica do capital – Meszáros trata da destruição ecológica em “Para além do capital” (2011). Assim como Foster, também recupera de Marx a preocupação com a preservação da terra e seus recursos e responde aos críticos que procuram classificá-lo como um “adorador inconsequente” do desenvolvimento das forças produtivas. Especificamente, a discussão sobre desenvolvimento sustentável está mais elaborada em “O desafio e o fardo do tempo histórico”, em que o autor articula a discussão ao que classifica de *cultura da igualdade substantiva*⁶¹.

Como um dos representantes da corrente ecossocialista, Löwy é partidário de uma proposta mais próxima a de Foster, pois deixa claro que é preciso incluir de forma sistemática o prisma da ecologia na proposta revolucionária de superação do modo de produção capitalista. Entretanto, diferentemente de Foster, pontua os momentos em que é possível encontrar uma “ética materialista ecológica” na obra de Marx da mesma forma em que verifica a existência de uma “ética materialista do progresso”, daí a importância de um

⁶⁰ A revisão bibliográfica de Foster para a demonstração de sua tese é longa e complexa, de modo que seria impossível abordá-la nos limites desta tese. De toda forma, é um trabalho extremamente pertinente em que, mais até do que a própria incursão teórica proporcionada releva-se a importância de uma ética materialista ecológica para uma transição revolucionária: “Com demasiada frequência, os socialistas ambientais focam simplesmente na economia capitalista, vendo os problemas ecológicos unilateralmente do ponto de vista do seu efeito na economia capitalista, em vez de focar no problema maior do “destino da terra” e das suas espécies. (...) uma teoria mais ampla da ecologia como processo de mudança envolvendo contingência e coevolução se faz necessária se nós nos dispusermos não só a entender o mundo, mas a modificá-lo em conformidade com as necessidades da liberdade humana e da sustentabilidade ecológica. O que importa não é se modificamos ou não a natureza, mas como e com que propósito o fazemos” (p. 347).

⁶¹ Na parte IV de “Para além do capital” (2011, p. 988): “Marx compreendeu perfeitamente que uma reestruturação radical do modo prevalecente de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo prevalecente, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos”. Sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e a cultura da *igualdade substantiva*, Meszáros (2007, p. 190) explica: “Não é possível abordar de maneira adequada o grande desafio do desenvolvimento sustentável que hoje temos de encarar sem eliminar as restrições paralisantes do caráter *conflitual/adverso* de nosso processo de reprodução social. É por isso que, no nosso tempo, não podemos fugir à questão da *igualdade substantiva*, ao contrário do passado. Pois, *sustentabilidade* significa estar realmente *no controle* dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas *quase* naturais”. De certa forma, Meszáros e Foster ilustram a mesma tentativa de concatenar uma teoria marxiana de revolução social ao meio ambiente, tanto que é de Foster a apresentação de “O desafio e o fardo do tempo histórico”.

movimento teórico que situe estes momentos historicamente para a atualização de um projeto político de revolução que articule ecologia e socialismo de forma concreta.

No pequeno tratado sobre ecologia e socialismo, Löwy (2005, p. 42-43) aponta a direção do marxismo ecossocialista para a renovação do pensamento marxista do século XXI, ressaltando que esta questão exige dos marxistas uma “revisão crítica profunda da sua concepção tradicional de ‘forças produtivas’, bem como uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna”⁶².

Sob a perspectiva de atuação da atividade humana sobre o ambiente natural, Harvey (2011, p. 152) desenvolve o que denomina de *destruição criativa da terra*, em que aponta as conseqüências ambientais não intencionais produzidas pela atuação humana na história do capitalismo, como a extinção de espécies e *habitats*, por exemplo, e aquelas produzidas “sob o impulso das necessidades especulativas de acumulação adicional”, como a chamada “revolução verde”⁶³.

Mesmo em número reduzido – se comparado ao volume de publicações “axiologicamente neutras” sobre o tema – a tradição marxista oferece reflexões extremamente oportunas sobre a questão ecológica. Contudo, os partidos políticos que representam esta tradição atualmente no Brasil – como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido

⁶² O movimento do ecossocialismo articula-se em uma rede internacional, cuja produção também é significativa e parte dela está disponível em vários idiomas no site do grupo <http://ecosocialistnetwork.org/>. O principal documento produzido pela rede é o Manifesto Ecossocialista Internacional, originalmente redigido em inglês por Joel Kovel e Michael Löwy em 2001 e publicado em português em 2003, por ocasião do III Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre. Conforme Kovel e Löwy (2005, p. 88-89): “O ecossocialismo retém os objetivos emancipatórios do socialismo da “primeira época”, ao mesmo tempo em que rejeita tanto os objetivos reformistas da social-democracia quanto as estruturas produtivistas das variações burocráticas do socialismo. O ecossocialismo insiste em redefinir a trajetória e objetivo da produção socialista em um contexto ecológico. Ele o faz especificamente em relação aos “limites ao crescimento”, essencial para a sustentabilidade da sociedade. Isso sem, no entanto, impor escassez, sofrimento ou repressão à sociedade. O objetivo é a transformação das necessidades, uma profunda mudança de dimensão qualitativa, não quantitativa. Do ponto de vista da produção de mercadorias, isso se traduz em uma valorização dos valores de uso em detrimento dos valores de troca – um projeto de relevância de longo prazo baseado na atividade humana imediata. (...) Nosso projeto não é nem detalhar cada passo deste caminho nem se render ao adversário devido à preponderância do poder que ostenta. Nosso projeto consiste em desenvolver a lógica de uma suficiente e necessária transformação da atual ordem e começar a dar os passos intermediários em direção a esse objetivo”.

⁶³ Para demonstrar a dialética das conseqüências da atividade humana sobre o meio ambiente, Harvey (2011, p. 154) explica que: “A idéia da natureza como um produto social tem de ser acompanhada pelo reconhecimento do que os recursos naturais são apreciações culturais, econômicas e tecnológicas. Esse fato tem duas implicações. Por um lado, permite que um recurso seja substituído por outro, com a invenção de novas tecnologias que utilizam materiais diferentes. Por outro lado, novas tecnologias e estilos de vida podem ditar a mudança para fontes de insumos materiais muito raras e altamente restritas. Esse é o caso de muitos dos novos eletrônicos chamados tecnologias “verdes” (...). Harvey chama a atenção para a escassez de recursos considerados “limpos” para a produção tecnológica, tais como os metais índio, háfnio térbio e neodímio, considerados raros, o que já gerou o “mercado da tecnologia verde”, que, no caso destes metais, está controlado em 95% pela China.

Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁶⁴, dentre outros – não as consideram na estrutura de seus programas. A espinha dorsal continua situada na exposição das características do funcionamento do modo de produção com as clássicas análises críticas centradas na cooptação e formação de uma vanguarda revolucionária. No entanto, não há associação das relações de exploração capitalistas ao tema da ecologia nas exposições das estratégias e táticas políticas dos respectivos partidos.

Propor uma relação harmônica do homem com a natureza – ou ecológica – não quer dizer a volta a um passado idílico em que o *homo sapiens* era coletor, nômade e de impulsos cerebrais rudimentares, até porque seria impossível dado o salto qualitativo que a humanidade já deu. Todavia, é preciso configurar uma nova base social de valores concomitante à revolução dos meios de produção que permita desarticular a cultura do desperdício em que estamos imersos, e aqui estamos falando em limitar materialmente capacidades humanas já conquistadas, tanto para produzir como para consumir.

O fetiche da tecnologia, por exemplo, traz o imperativo da produção ininterrupta dos bens de “última geração” e consolida uma imagem de homem moderno, bem-sucedido e inteligente, “antenado” nas últimas inovações, quando na verdade a produção é a do desperdício para produção de “mais do mesmo” e utiliza a capacidade de forças produtivas e recursos naturais que poderiam – e deveriam – ser utilizados para a produção de bens essenciais às condições dignas de existência. Portanto, não se trata só de um problema de produção e consumo desencadeado pela concentração de riqueza capitalista, e sim da necessidade de reconfigurar materialmente quais os valores de uso serão considerados fundamentais para a manutenção de uma existência coletiva que contemple a individualidade humana num outro patamar de civilização⁶⁵.

A discussão do desenvolvimento sustentável não pode ser ignorada pela esquerda de tradição marxista porque é um “tema burguês” ou “da direita”. Muito pelo contrário, é

⁶⁴ Foram consultados os programas políticos destes partidos em seus respectivos sites oficiais e somente o do PSOL conta com uma abordagem, ainda que superficial, sobre a questão ecológica. O ponto 13 “Pela preservação do meio ambiente”, que integra a Parte III do Programa em PSOL (2012), assume que precisa desenvolver uma plataforma de preservação ambiental compatível com uma transição socialista e chama a atenção para a importância da ecologia, como questão fundamental na reorganização dos trabalhadores internacionalmente. Já os programas do PCB e PSTU não fazem menção alguma à necessidade desta reflexão, mesmo quando abordam a questão da reforma agrária.

⁶⁵ De acordo com Meszáros (2011, p. 989): “Argumentar que “ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo” é muito pior do que acreditar em bruxas (...) a questão central não se restringe a saber *se* empregamos *ou não* a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas, mas se seremos *capazes* ou não de *redirecioná-las radicalmente*, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros” (grifos do autor).

preciso reconduzir a discussão ao seu lugar – que é o da crítica autêntica ao modo de produção capitalista em totalidade – e propor medidas eficientes e viáveis a uma transição revolucionária que não deixe de lado relações sociais de produção, distribuição e consumo ecológicas e que permitam um desenvolvimento humano sustentável. É preciso que a ética da revolução social que esta tradição propõe esteja objetivamente apoiada em algo como a *igualdade substantiva* de que trata Meszáros, que por sua vez, no tempo histórico atual, decorre de uma postura revolucionária ecológica como a proposta por Foster e Löwy.

É preciso a produção de pesquisas científicas nas três grandes áreas do conhecimento – Humanas, Exatas e Biológicas – que contenha a perspectiva da revolução social para que possamos construir alternativas de existência viáveis, além da apropriação das pesquisas científicas produzidas à serviço do modelo de sustentabilidade capitalista, e, para isso, o debate da ecologia é urgente nas correntes marxistas destas áreas. Uma proposta de revolução social que ignora este problema está objetivamente condenada ao fracasso, pois não há como sair do círculo vicioso da produção, distribuição e consumo capitalistas se uma nova relação entre homem e natureza não for pensada concretamente e para isto é preciso estar verdadeiramente disposto a mudar os parâmetros de consumo “à direita e à esquerda”.

2.2 A (*des*)governança corporativa do “capitalismo moralizado”

A segunda estratégica do modelo organizacional da sustentabilidade compreende a *governança corporativa*, cujo objetivo central é manter a credibilidade das organizações através de uma gestão ética e transparente dos negócios, em acordo com a legislação de cada país e respeitando os códigos de conduta internacionais considerados éticos para a administração das empresas. Entretanto, o que está em jogo de fato na formulação desta estratégia é a tentativa de regulação da relação entre acionistas, administradores e Estado junto ao mercado financeiro – além dos demais *stakeholders*⁶⁶ – sobretudo após os escândalos corporativos nos EUA⁶⁷.

⁶⁶Na terminologia da administração americana o termo *stakeholders* se refere aos públicos com quem a organização se relaciona e que por sua vez influenciam-na em suas tomadas de decisão. Conforme Freeman (1984, p. 25) *stakeholders* “são grupos ou indivíduos, que podem influenciar, ou serem influenciados, pelas ações, decisões, políticas, práticas ou objetivos da organização”. Compreendem desde os trabalhadores de uma empresa, os acionistas, administradores, consumidores, fornecedores até os representantes governamentais.

⁶⁷O esquema da Enron em 2001 foi um dos escândalos mais exemplares e Bakan (2008) detalha o esquema de desregulamentação do setor de abastecimento de energia armado pela Enron na Casa Branca. A Enron forjou uma falta artificial de energia que elevou os preços da energia elétrica para forçar a desregulação do mercado de distribuição, até então regulado pela exigência de leilões. Foram 38 “apagões” na Califórnia durante os seis meses seguintes à assinatura da Commodity Futures Modernization Act pelo então presidente Georg W. Bush, período em que a Enron lucrou absurdamente com o aumento do preço da energia. Porém, em 2001 houve uma nova regulação imposta pela Comissão Federal Reguladora de Energia, com a redução de mais de 80% nas

Embora o movimento pela “ética nos negócios” tenha sido iniciado na década de 1980 nos EUA e Inglaterra – dada a reconstrução do mercado financeiro quando o mercado de ações assumiu o papel de “pivô mais ativo” na nova etapa da acumulação financeira, conforme Chesnais (2005, p. 42) – alcançou os países da América Latina em meados da década de 1990, segundo Borges e Serrão (2005). A implantação do “governo de empresa” tornou-se o modelo de gestão corporativa contemporâneo de modo que falar em governança corporativa é filiar-se ao ideário norte-americano de mercado financeiro, difundido pela financeirização nos diversos países conectados à bolha financeira global.

Inclusive, existe a “militância” de organizações como a OCDE, Banco Mundial e FMI para a divulgação das “boas práticas” de governança norte-americana como uma espécie de “vitrine corporativa” a expor as condições necessárias para a saúde econômica dos países que solicitam o “socorro” às suas economias junto a estas organizações. Chesnais (2005, p. 42) chama a atenção para o fato de que tal modelo foi sistematizado pela OCDE na forma de um conjunto de princípios a serem seguidos pelas empresas “para dar maior estabilidade ao sistema financeiro, cujo ponto central decorre da separação entre a propriedade e o controle e da relação entre acionistas e administradores das empresas”.

Na verdade, este conjunto retoma a origem da governança corporativa, que está na quebra do vínculo direto entre o proprietário individual do capital e as tarefas de controle e administração, transferidas para um corpo técnico gerencial, ponto fundamental ressaltado por Braverman já em 1974. Para o autor, como a administração moderna – típica do capital monopolista – separou este vínculo direto a gerência do capital assumiu importante posição na organização do trabalho e tomada de decisões. Esta nova composição tornou-se mais evidente após o período da reestruturação produtiva, sobretudo ao final dos anos 1970, quando o modelo organizacional japonês salientou o papel dos “gestores da qualidade” nos processos de trabalho industriais em contraposição à posição dos “gestores financeiros” responsáveis pela gestão no mercado e quando o capital portador de juros norte-americano reconfigurou o mercado financeiro de forma internacional.

No início dos anos 1980 esta disputa tornou-se clara nos EUA e fortaleceu o discurso organizacional da qualidade total como condição para as “boas práticas” de gestão

tarifas locais, fazendo com que a Enron perdesse bilhões de dólares em contratos e a empresa pedisse falência quatro meses depois. “A história da Enron é a de uma corporação que usou influência política para eliminar restrições governamentais de suas operações e explorou a liberdade resultante para colocar em ação práticas duvidosas (...) Ao longo dos anos 1990, a companhia e seus funcionários, sobretudo o ex-CEO Kenneth Lay, investiram grandes somas no processo político para ajudar a transformar uma empresa de oleodutos insignificante em uma poderosa distribuidora de energia” (p. 121).

dos processos de trabalho, enquanto o discurso financista criou o “produto” da governança corporativa para recuperar a primazia dos “gestores financeiros” sobre os “produtivos”. Como o novo impulso ao mercado de capital aberto precisava de uma aparelhagem econômica e jurídica coerente com o novo momento de acumulação de capital – predominantemente financeiro – um corpo de profissionais especializados em finanças formou-se com o objetivo de garantir as práticas de governança corporativa no ambiente institucional.

Chesnais (2005, p. 45) ressalta que esta “ascensão” dos gestores do capital financeiro – que ele caracteriza como a “personificação dos mercados” dado o antropomorfismo deste processo – não se deu de forma aleatória e enumera três dimensões. A primeira referente ao movimento de autonomia relativa das finanças em contraposição à esfera produtiva, a segunda ao processo de fetichização dos “valores” criados pelos mercados financeiros e a terceira ao fato de que “são os operadores que delimitam os contornos da mundialização financeira e decidem quais agentes econômicos, pertencentes a quais países e em quais tipos de transações, participação”.

Todavia, esta “ascensão” dos gestores do capital financeiro em relação aos gestores do capital produtivo não significou exatamente uma ruptura no processo de controle social exercido pelo capital – e tampouco uma transferência do controle social para as mãos dos gestores – porque os proprietários-acionistas do mercado financeiro forjaram o que Chesnais (2005, p. 54) denominou de “exterioridade da produção” no interior dos grupos industriais. De acordo com o autor, foi na década de 1980 que tais proprietários-acionistas passaram a despender meios jurídicos e institucionais para subordinar os administradores “produtivos” às prioridades e códigos de conduta do mercado bursátil. Desta forma, estes administradores tornaram-se “delegados” do capital produtor de juros respondendo às demandas de valorização da acumulação predominantemente financeira.

A criação deste ambiente institucional remonta historicamente à adoção da *forma institucional corporativa* como padrão para a aplicação da racionalidade burocrática típica das organizações modernas, que, segundo Bakan (2008), ascendeu na Exchange Alley de Londres entre o final do século XVII e início do século XVIII. Mesmo com a resistência da sociedade frente à nova forma de organização do capital, a corporação foi ganhando espaço nos últimos trezentos anos e sua capacidade de combinar capital, poder econômico e político de um número ilimitado de pessoas só aumentou.

A forma da sociedade limitada restringia a captação de investimentos a certo número de pessoas, que juntas administravam o empreendimento. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a industrialização foi preciso uma nova forma de sociedade, daí o foco

sobre as Sociedades Anônimas (SA)⁶⁸, que começaram a financiar grandes empreendimentos de transportes e energia. Contudo, o sucesso dos empreendimentos financiados por tal forma corporativa de associação de capital ainda encontrava um obstáculo para oferecer suas ações publicamente no mercado: a responsabilização pelos prejuízos financeiros das companhias.

A barreira foi removida a partir do conceito norte-americano de *responsabilidade limitada*, que conforme Bakan (2008) foi criado para limitar a responsabilidade dos investidores pelos prejuízos ao valor que tivessem investido inicialmente na companhia, bem como tratou de regular os deveres e responsabilidades dos administradores sobre a gestão do prejuízo a fim de repassá-los aos administradores – quando comprovadas “más práticas” de governança – ou à sociedade de alguma forma, permitindo que as SA continuassem a atrair investidores⁶⁹.

Mesmo com a predominância da forma corporativa, neste momento de criação do ambiente institucional para a *corporate governance* a oposição moral da sociedade norte-americana ao princípio da responsabilidade limitada era grande, o que não impediu que tal princípio fosse introduzido, de acordo com Bakan (2008, p. 14) “na lei das corporações, na Inglaterra em 1856, e nos Estados Unidos ao fim do século XIX”. A participação pública no mercado de ações foi garantida e os investidores puderam diversificar seus empreendimentos sem se preocuparem com o destino dos negócios.

No século XX as corporações já eram a combinação de centenas de milhares de acionistas anônimos espalhados pelos mais variados territórios e a conseqüente perda de controle sobre as companhias para os administradores uma realidade. O princípio da responsabilidade limitada não era suficiente para atestar a credibilidade das SAs e era preciso que “alguém” assumisse os direitos e deveres das organizações empresariais perante o mercado e a sociedade, já que a divisão entre proprietários “ausentes” do negócio de um lado, e administradores não proprietários de outro havia criado um impasse legal⁷⁰.

⁶⁸ A sociedade anônima é a forma de associação entre os acionistas da corporação, cujo anonimato permite que sejam “donos” de diversificados empreendimentos e em qualquer quantidade, pois a medida não é a capacidade de administrá-los, e sim a de capital disponível para a compra de ações das companhias. Tal forma de associação possibilitou que um número ilimitado de capital fosse concentrado em grandes empreendimentos, como durante o século XIX, quando as ferrovias norte-americanas tornaram-se os símbolos da moderna corporação.

⁶⁹ Conforme o Select Committee on the Law of Partnership (1851, apud Bakan, 2008, p.13) da Inglaterra: “A responsabilidade limitada permitirá aqueles de posses módicas que tomem parte em investimentos junto com seus vizinhos ricos, e isso significará que seu amor-próprio (seria) assegurado, sua inteligência encorajada e um motivo a mais seria oferecido para manter a ordem e o respeito pelas leis de propriedade”. Outro aspecto ressaltado por Bakan sobre a publicação do Comitê inglês é a de que o princípio da responsabilidade limitada funcionou como justificativa política e econômica, na medida em que previa a gestão do conflito entre as classes por meio da cooptação de trabalhadores para o mercado de ações.

⁷⁰ No Brasil, a legislação que rege a formação das Sociedades Anônimas é a Lei 6.404, também sancionada pela ditadura de Geisel em 1976, e os termos que tratam das responsabilidades dos diretores e administradores estão

A saída foi a criação do marco legal da Pessoa Jurídica. A forma corporativa de associação de capital fora “personificada”, com identidade própria e distinta das “pessoas humanas” dos acionistas e administradores, como observado por Bakan (2008) e salientado no roteiro do documentário homônimo “The Corporation” (Achbar; Abbott, 2004). De fato, a lógica da fetichização permitiu que as corporações fossem concebidas como seres humanos, como indivíduos livres protegidos pelos direitos e garantias constitucionais, o que ampliou o poder das corporações frente às instituições políticas e sociais tradicionais.

O mercado de ações capitalista ultrapassou as fronteiras geopolíticas sob a forma corporativa, impulsionados pelas tecnologias de comunicação, transportes e informática. As atividades das companhias não estavam mais restritas às jurisdições originais, o que garantiu flexibilidade e aumento de poder às chamadas corporações multi e transnacionais. A contratação de mão-de-obra barata em países pobres tornou-se um padrão de produção e circulação, o que, ao lado da criação de entidades protetoras dos interesses das organizações corporativas, foi fundamental para garantir-lhes a manutenção de seu poder econômico e político sobre os governos dos países.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, criada em 1993 para atuar como “reguladora” da economia mundial, cuida para que as “boas práticas” de governança sejam garantidas por meio das “medidas disciplinares” impostas aos países que dificultam os processos e atividades de companhias instaladas em seu território. Além dos padrões legais impostos pelas decisões formais de organismos multilaterais como OMC, BIRD, FMI, os “canais informais” também funcionam, de modo que a autocensura entre os países para assegurarem-se de que estão – ou não – obedecendo às regras do jogo corporativo, coagem os Estados a patrocinarem os grupos empresariais com incentivos fiscais e fazer “vista grossa” sobre as irregularidades quanto aos processos de trabalho.

Os órgãos que representam e regulamentam as práticas de GC mundialmente compreendem a lei norte-americana Sarbanes-Oxley de 2002 – conhecida como Sox – e os

na Seção II, III e IV, que dispõe sobre os “Administradores” e “Deveres e Responsabilidades”, como, por exemplo, os seguintes artigos (p. 56; 58): “Art. 153. O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios. (...) Art. 154. O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa. (...) Art. 158. O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder: I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; II - com violação da lei ou do estatuto.” Ou seja, é possível a responsabilização do administrador sobre o que for considerado uma “má prática” de governança, atribuindo um caráter moral e subjetivo ao julgamento da questão, que obviamente, será aproveitado pelos defensores dos acionistas para recuperar prejuízos.

códigos locais de GC em países da América Latina, Europa e Ásia. Após o abalo da credibilidade da governança corporativa por escândalos como os da Enron – que era uma organização considerada “modelo” em suas práticas de governança – foi preciso que o Estado norte-americano criasse uma “regulação para a regulação” – segundo Grün (2005, p. 74), o *paradoxo da regulação do capitalismo maduro* – daí a edição da Lei Sarbanes-Oxley em 2002⁷¹.

No Brasil, a organização que funciona como referência em GC é o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) – fundado em 1995 – e a Comissão Mobiliária de Valores (CVM), determinada pela Lei nº 6.385 e sancionada pela ditadura de Ernesto Geisel em 1976. Esta Lei regula o mercado de ações brasileiro e deu o pontapé inicial para a criação do ambiente institucional necessário para legitimar o fluxo de capital aberto no mercado financeiro brasileiro, até então fortemente marcado por acionistas controladores de empresas cuja origem e gestão eram de propriedade familiar. Porém, o primeiro código de governança corporativa brasileiro foi formulado em 1999 por uma equipe de conselheiros institucionais independentes, vinculados ao IBGC.

O “Primeiro Código de Governança Corporativa” foi estruturado para definir quais práticas eram consideradas éticas para a “boa governança” no Brasil, a fim de regular o mercado de ações que havia sido impulsionado pela mundialização financeira por aqui via privatizações e desregulamentação da economia, bem como a divisão de poder entre acionistas e administradores pelo aprimoramento dos conselhos de administração. Este código já foi editado quatro vezes e a versão mais atual é a de 2009, o “Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa”. Esta edição articulou o código de GC à reformulação da “Lei das Sociedades por Ações” ocorrida em 2001, reposicionando as práticas brasileiras diante de casos como o da Enron⁷².

⁷¹ A “Sox” foi “cascateada” aos demais países formadores do mercado financeiro internacional dado o imperialismo estadunidense no processo de financeirização, uma vez que, em essência, ela pode “questionar qualquer ato, mesmo no estrangeiro, que possa produzir efeitos no valor das ações cotadas nos Estados Unidos”. Também trata sobre os procedimentos em auditorias, fiscalizações e demais práticas contábeis que envolvem a aferição de resultados no mercado de ações e a atuação dos dirigentes empresariais.

⁷² Conforme o próprio IBGC (2009, p. 13): “Em sua primeira versão, datada de 1999, o Código centrou-se principalmente no funcionamento, composição e atribuições do conselho de administração, refletindo claramente a tendência dominante na época. Dois anos depois, a segunda versão incluiu recomendações para os demais agentes da Governança: conselho de administração, conselho fiscal, gestores, auditoria independente, além de abordar o princípio da prestação de contas (*accountability*). Já a terceira versão, de março de 2004, destacou-se por centrar nas questões ‘pós-Eron’ e na inclusão do princípio de responsabilidade corporativa. A intenção era atentar para a perenidade das organizações, contribuindo com valores e orientações de estratégia empresarial. A evolução do conteúdo do Código reflete as constantes discussões e o aprofundamento dos temas ligados à Governança Corporativa, motivo que faz deste documento referência nacional em conduta de gestão empresarial, e referência nas escolas de negócios”. Atuando especificamente sobre a regulação do mercado de ações, a CVM atua com *status* de agência reguladora, e, segundo Borges e Serrão (2005, p. 19) “com autoridade administrativa

Como os dirigentes das empresas têm a obrigação legal de agir para atender e potencializar o interesse da companhia e garantir os ganhos dos acionistas – atendendo ao *princípio do melhor interesse*⁷³ – muitas das regulações impostas ao mercado pelo Estado e sociedade são obstáculos, daí a necessidade de uma zona de conduta legal em que as “boas práticas” de governança ocultem as práticas ilícitas comuns ao cotidiano empresarial a partir da cristalização da imagem de um mercado transparente, ético e responsável, protegendo ao mesmo tempo os interesses do capital. Esta tônica assegura os interesses dos acionistas e controla o poder dos administradores, conforme a primeira formulação do conceito de GC pelo IBGC em 1995:

Governança corporativa é o sistema que *assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva*. A relação entre propriedade e gestão se dá através do conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A *boa governança corporativa garante equidade aos sócios, transparência e responsabilidade pelos resultados* (accountability) (grifos nossos).

A aparente disputa entre gestores e proprietários do capital situa-se no bojo da discussão sobre o “poder gerencial”, constituído pelo grupo formado por diretores, gerentes, administradores, especuladores e executivos em geral que assumem funções flexíveis e posições de grande rotatividade no mercado financeiro, de bens e serviços. Além de gerirem o processo organizacional os “gestores do capitalismo” – como classifica João Bernardo (1991) – escamoteiam a exploração do trabalho a partir do ambiente empresarial com a adoção de padrões disciplinares articulados para absorver e disseminar os comportamentos sociais requeridos para a manutenção da acumulação capitalista predominantemente financeira⁷⁴.

Este novo grupo social dos administradores do capital diluiu o “poder pessoal” no “poder funcional”. Ainda que em determinadas unidades empresariais a hierarquia pessoal

independente, com autonomia financeira e orçamentária e dirigentes com mandato fixo de cinco anos”, poderes atualmente diferentes dos que foram atribuídos à Comissão em sua criação.

⁷³ A canadense Janis Sarra, especialista em direito corporativo, definiu o princípio do melhor interesse contido na legislação norte-americana, em entrevista a Bakan (2008, p. 216-217): “Na América do Norte, os melhores interesses da corporação foram definidos como os melhores interesses dos acionistas. Geralmente, os tribunais só consideram que qualquer diretor ou empregado está agindo para o melhor interesse quando maximizam a riqueza dos acionistas. Desse modo, os diretores e empregados são tolhidos por uma série de decisões judiciais poderosas. (...) A corporação pode ser considerada uma forma de interesse próprio institucionalizada no sentido em que o princípio do melhor interesse, como foi interpretado pelos tribunais e pelos tomadores de decisão corporativos, claramente é aquele no qual a riqueza dos acionistas é o paradigma, ignorando todas as outras constitucionalidades”.

⁷⁴ Batista (2009) ilustra esta queda de braços no artigo “O poder gerencial no capitalismo contemporâneo: nova classe ou novas relações entre as classes”, que traz um debate entre Wright Mills (1975; 2002), João Bernardo (1992) e Braverman (1977) sobre a especulação de que os administradores do capital estariam formando uma nova classe, concluindo que é mais apropriado interpretar a formação de uma nova relação entre as classes fundamentais, entendida sem sua oposição e relação permanentes.

potencialize este processo, a tendência da governança corporativa é a do processo de tomada de decisões gerido impessoalmente através do poder funcional, onde cada cargo está prescrito por regras institucionais que regem o processo de trabalho a favor da acumulação de capital. Nesta conformação se torna comum o discurso organizacional que distingue o “pessoal” do “profissional” para impor regras e exigências desumanizadoras⁷⁵.

Entretanto, mesmo que este grupo – dos gestores do capitalismo – detenha e manipule o poder gerencial em funções de comando estratégicas ao funcionamento de grandes corporações e dos mercados não chega a formar uma nova classe. Utilizando o argumento de Braverman (1977) – de uma caracterização por aspectos da classe – a disputa indica que a transformação nas relações de poder no ambiente corporativo possibilitou uma mobilidade de tal segmento da fração empresarial da classe burguesa, mas que não significa uma mobilidade de ascensão/descensão suficiente entre as classes fundamentais – assalariada e capitalista – para a criação de uma terceira classe homogênea composta por administradores do capital⁷⁶.

Meszáros (2011, p.125-126) complementa esta discussão ao identificar a dissonância da ação humana de controle – que ele denomina de “sujeito social” – com a estrutura cada vez mais extensa das operações no sistema do capital, caracterizando um “sistema de controle sem sujeito” (grifos do autor). Para ele as determinações do capital sempre prevalecerão sobre os desejos subjetivos de qualquer operador, inclusive os que traduzem tais determinações em diretrizes práticas no “alto escalão da estrutura de comando do capital – sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido – só podem ser consideradas ‘personificações do capital’, independente do seu maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital”.

⁷⁵Gorz (1982, p. 72-73) também trabalhou oportunamente esta faceta das relações de poder e da burocracia empresarial como ideologia de dominação. “A dominação nunca será exercida por pessoas nem dependerá de sua autoridade pessoal. Será exercida pela via institucional, segundo um procedimento definido de antemão, e aqueles que têm por função perpetuá-la serão, eles próprios, *executores dominados* e não chefes (...) não são mais os homens que possuem o poder, *são as funções de poder que possuem os homens* (...) Engrenagem de um mecanismo montado, o burocrata é o instrumento de um poder sem sujeito: no aparelho de Estado, como na grande empresa, o poder é o organograma, que foi inventado por homens para garantir com uma quase-automatidade a submissão hierárquica de outros homens”(grifos nossos).

⁷⁶Batista (2009, p. 74): “Conforme Marx e Engels, estas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado, representados respectivamente pelo capitalista proprietário dos meios de produção, e pelos trabalhadores assalariados vendedores de força de trabalho, a única potencialmente revolucionária. Também admitem a classe média, o lumpen-proletariado, composta pelos pequenos produtores rurais e industriais, juntamente aos comerciantes, reacionária em sua natureza por agir no limite do oportunismo para ascender ou conservar sua posição. Utilizando esta formulação como critério para divisão fundamental entre as classes, os administradores do capital seriam uma fração da classe assalariada que detém maior parcela do poder por estar diretamente vinculado à estrutura de dominação do topo para baixo, representando, portanto, os interesses dos que detém a propriedade privada. Neste caso, os apontamentos de Braverman são mais adequados na medida em que o autor trabalha com uma caracterização dos administradores que utiliza aspectos das classes fundamentais, sem convertê-los em uma terceira classe”.

Admitindo-se este modo de “controle sem sujeito” os gestores do capital – tanto financeiro quanto da produção – são na verdade controlados pelos imperativos fetichistas do capital em qualquer escala de suas operações de modo que podem se “afeiçoar” mais ou menos aos agentes do sistema que detém o controle real da estrutura de comando – os proprietários acionistas – daí a adequação de se classificar este grupo por aspectos da classe capitalista e assalariada ao invés de classificá-lo em uma nova classe.

Embora não haja uma nova classe formada por administradores do capital, foi este segmento que concentrou a formação do quadro legal da governança corporativa, e não os acionistas majoritários controladores, no Brasil. Borges e Serrão (2005) fazem um resgate histórico “à direita” sobre o papel da CVM na instituição da GC no Brasil e trazem dados específicos quanto ao desenvolvimento do mercado de capitais, demonstrando a articulação das leis 4.728/65 – Lei do Mercado de Capital, 6.385/76 – Lei dos Mercados de Valores Mobiliários e Comissão de Valores Mobiliários e 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e suas atualizações – no contexto de subordinação da economia brasileira aos ditames da financeirização⁷⁷.

Conforme Grün (2005) houve oposição de setores da elite tradicional compostos por acionistas majoritários controladores juntamente a setores do governo e imprensa, que travaram disputa com uma “nova elite” da governança corporativa e que contava com o apoio internacional de órgãos como OCDE, BM e FMI para a modernização do quadro institucional da GC no Brasil, garantindo sua aprovação no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ainda de acordo com Grün (2005), uma segunda etapa de operações foi realizada, desta vez pressionando fundos de pensão públicos a aderirem aos códigos de GC, juntamente às medidas de desregulamentação financeira e abertura comercial, a fim de operacionalizar as privatizações, fusões e aquisições ocorridas no programa neoliberal de FHC. Uma campanha para “deslegitimar” os dirigentes dos fundos de pensão estatais e federais foi realizada e contou com o apoio massivo da mídia neoliberal “moderna”, bancos de investimento e da “academia” – sobretudo com os economistas – em que militantes sindicais de fundos tradicionais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo de Garantir do Tempo de Serviço (FGTS) foram atacados, apelando para transformar o quadro institucional da GC

⁷⁷ Mesmo que os autores abordem o desenvolvimento da GC no Brasil por um prisma economicista e acrítico, o trabalho é indicado para aprofundar as minúcias técnico-jurídicas dessa articulação, principalmente no que tange as características do mercado de capitais brasileiro desde sua origem, ao uso e direito sobre as ações, discriminação e limites de composição acionária.

que interessava a “nova elite moderna” em uma “luta social” contra o atraso brasileiro na gestão dos interesses dos trabalhadores⁷⁸.

Nesta campanha de “deslegitimação” a gestão dos fundos pelos “novos” administradores estaria supostamente protegida pelo halo sagrado da *corporate governance* e o “poder administrativo” fixado em objetivos de caráter econômico, jurídico e político posto pela agenda neoliberal brasileira já no segundo governo de FHC. Esta segunda etapa de formação do quadro de operações da GC no Brasil articulou a formulação dos códigos e revisões da legislação para o mercado de ações e formação de sociedades anônimas num forte pilar social na medida em que os grupos sindicais responsáveis por fundos como o FAT e FGTS terminaram adotando as estratégias da governança corporativa para garantir a “transparência e o direito das minorias” no interior desta estrutura de gestão.

O governo Lula trabalhou para reverter a imagem abalada dos dirigentes sindicais mantendo e sustentando o modelo de GC para transmitir credibilidade aos novos investidores a fim de mostrar que os fundos eram geridos de forma “moderna”, com a instituição de conselhos de administração rotativos e de acordo com as políticas internacionais, ao mesmo tempo em que os interesses dos trabalhadores estavam protegidos e atraindo para o mesmo foco da governança corporativa os interesses de especuladores da bolsa de valores e bancos de investimento, além da esquerda sindical presente no FAT/FGTS. Este cenário permitiu que os gestores empresariais que representavam o esforço de “modernização” da estrutura de GC surgissem como “guardiões da sociedade” acima do bem e do mal, responsáveis por retirar o país das “garras da corrupção” e do atraso em termos de gestão financeira.

Analisando-se o que esta estratégia realmente significa dentro do modelo de sustentabilidade proposto estes “guardiões da ética nos negócios” assumiram a posição de gestores de conflito de interesses que garante a reprodução do modo de produção capitalista, ditando os rumos da economia por meio das “boas práticas” de governança corporativa e manipulando o Estado a serviço destas práticas, que em essência só fortalecem a financeirização do capital e seus tentáculos devastadores sobre a fração subalterna da força de trabalho nas formas da flexibilização e precarização do emprego com a redução salarial, terceirização e deslocalização, sem contar o desemprego.

⁷⁸Como afirma Grün (2005, p. 72): “Surge no cenário a versão brasileira das viúvas e órfãos que a legislação corporativa norte-americana pretende defender, pelo menos alusivamente. E a questão que antes interessava somente aos (poucos) participantes do mercado financeiro vai ganhar o estatuto de problema nacional, já que passa a ser do interesse direto de uma grande parcela da sociedade brasileira”.

Desta forma o pilar da governança corporativa está intrinsecamente associado à forma de acumulação de capital predominantemente financeira e às crises sistêmicas que se manifestam e potencializam sob as políticas neoliberais de liberalização monetária, descompartimentalização dos mercados financeiros e desintermediação do acesso ao mercado de empréstimos, e não a um suposto modelo de gestão superior que assegura a transparência e a credibilidade dos negócios empresariais perante as sociedades. Este não é apenas mais um modelo de gestão financeira dos negócios capitalistas e sim a forma específica pela qual a propriedade capitalista deve ser administrada a fim de sustentar a instituição da liquidez que assegura a lógica da financeirização das economias.

É preciso desmistificar a natureza desta forma no interior do discurso organizacional da sustentabilidade para que a essência desta tentativa de moralizar o capitalismo se revele em toda a sua extensão, permitindo que a lógica anárquica e paradoxal do funcionamento da sociabilidade capitalista contemporânea apareça e mostre toda a sua (des)governança social cujas consequências perversas recaem brutalmente sobre os trabalhadores na condição de classe subalterna.

2.3 A (ir)responsabilidade social do “capitalismo humanizado”

A tríade da teoria que compõe a teoria da sustentabilidade se completa com o pilar da *responsabilidade social empresarial*. O apelo à iniciativa privada para que “participe” das “questões sociais” é crescente e presente em nível global – como demonstrado nos Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUDs)⁷⁹ – e evoca tal participação das organizações empresariais no empreendimento de ações qualificadas como de responsabilidade sócio-ambiental, juntamente às recomendações do Banco Mundial para que não só o setor privado, mas também governos, instituições públicas e organizações não-governamentais (ONGs) promovam estratégias que reforcem a capacidade do setor privado de promover o “desenvolvimento”.

Tanto o Pacto Global quanto o Business Call to Action (BCtA) integram as estratégias que propõem ações consideradas chave para a iniciativa privada na busca pelos “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio” (ODM)⁸⁰, que por sua vez compreendem oito

⁷⁹ Segundo *home on line* do PNUD e os relatórios consultados: “Em todas as suas ações, o PNUD incentiva a participação do setor privado nas atividades de desenvolvimento, ressaltando a importância da responsabilidade social corporativa nas plataformas do Pacto Global e do *Business Call toAction*”.

⁸⁰ O Pacto Global e o BCtA são os destaques do PNUD para as ações da iniciativa privada, e estimulam, segundo o próprio Planejamento (2011b): “(...) as empresas a cumprirem seus deveres em relação aos Direitos Humanos, e os ODM são uma agenda mínima de direitos humanos. Já o BCtA estimula as empresas a ser proativas na

objetivos estabelecidos pela ONU não ocasião da assinatura da Declaração do Milênio em 2000 para resolver, audaciosamente, os “principais problemas mundiais” até 2015, o que no Brasil são denominados de “8 Jeitos de Mudar o Mundo”⁸¹. Em outras palavras, há uma rede de organismos multilaterais especializados e organizados para legitimar a necessidade da participação empresarial na resolução dos problemas sociais, participação esta que não se dá de maneira aleatória e tampouco é orientada pelo altruísmo gratuito.

As transformações ocorridas durante a primeira metade do século XX chamaram a atenção da sociedade – inicialmente nos EUA pela crise do mercado financeiro com a Grande Depressão de 1929 e pela intervenção estatal com o New Deal norte-americano – para o papel social que deveria ser atribuído às grandes corporações. O cenário desolador do primeiro pós-guerra também funcionou como um motor para que os executivos assumissem a idéia da RSE e passassem a destinar recursos das organizações para propaganda e marketing social e a preocupação com ações de RSE floresceram neste contexto, ainda que estes termos e ações não estivessem sistematizados nas práticas organizacionais da administração clássica da época como são hoje.

O programa de educação instrumental promovido pela Escola Industrial Henry Ford na década de 1930 foi pioneiro das iniciativas sociais com este objetivo e é um bom exemplo de que a “bondade” empresarial não ocorre sem contrapartida. Conforme o próprio Ford (1967, p. 314-315) sobre os objetivos da Escola em relação à vulnerabilidade e ao disciplinamento da força de trabalho jovem: “Não se selecionam os rapazes porque sejam hábeis ou promissores. Escolhem-se os necessitados de dinheiro e oportunidades. (...) Todo o trabalho executado na escola é adquirido pela nossa empresa e isto faz que a escola se mantenha por si mesma, além de que acentua nos alunos o senso da responsabilidade”.

Bakan (2008, p. 20-21) enumera outras corporações norte-americanas que se preocuparam com a imagem de empresa socialmente responsável no bojo do chamado “novo capitalismo” que ilustrou a década de 1930: General Electric, Eastman Kodak, National Cash Register, Standard Oil, U.S. Rubber e Goodyear Tire and Rubber Company. Segundo o autor:

inclusão das pessoas de menor renda no seu negócio, contribuindo, assim, para a aceleração do alcance dos ODM”. Toda esta “coletânea da boa vontade” é ratificada pelo Banco Mundial (2011), que também conta com uma página dedicada aos programas em nome dos ODM.

⁸¹ Conforme a rede Objetivos do Milênio (2012): “1- Acabar com a fome e a miséria; 2- Educação básica de qualidade para todos; 3- Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5- Melhorar a saúde das gestantes; 6- Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7- Qualidade de vida e respeito ao meio-ambiente; 8- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento”. A rede ODM atua em parceria com o PNUD e a ONG Brasil Voluntário, e de acordo com o PNUD (2011b) “(...) norteiam a formulação e a implementação dos projetos do PNUD no Brasil. A partir de uma abordagem multidisciplinar e holística sobre o desenvolvimento, o PNUD tem trabalhado em conjunto com os órgãos dos governos federal, estaduais e municipais na promoção e aceleração dos ODM”.

“Enquanto os cidadãos exigiam que o governo colocasse rédeas no poder corporativo e a militância trabalhista aumentava com o retorno dos veteranos da Primeira Guerra Mundial, os defensores do Novo Capitalismo tentavam mostrar que as corporações podiam ser boas sem a pressão coerciva do governo ou dos sindicatos”.

Na década de 1950 as ações de responsabilidade social – fortemente marcadas pela filantropia religiosa – acompanharam a consolidação do chamado *Welfare State* e o reconhecimento de que a agitação social ameaçava pôr em risco o “pacto conciliatório” firmado entre capitalistas e Estado estimulou estratégias de proteção social para regular os conflitos com os trabalhadores também no espaço empresarial. Melo e Froes (1999, p. 82-83) comentam o caráter das ações de RS norte-americana deste período, consideradas “ação caridosa, típica dos capitalistas do início do século, que utilizavam filantropia como forma de expiação dos seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis”.

Inclusive o termo responsabilidade social corporativa (RSC) parece ter surgido no espaço de religiões protestantes e ortodoxas norte-americanas na década de 1950⁸². O trabalho de Howard Bowen (1957) “Responsabilidades sociais do homem de negócios” referiu-se à responsabilidade social corporativa e integrou o trabalho intitulado “Ética e vida econômica cristã”, publicado em 1949 pelo Conselho Federal das Igrejas de Cristo da América. Neste trabalho, Bowen (1957, p. 14-15) caracteriza a RSC como “as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e os valores de nossa sociedade”.

No Brasil o termo responsabilidade social empresarial seria a tradução para o termo empregado na bibliografia norte-americana e a definição amplamente reconhecida e utilizada na bibliografia brasileira é a do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2010a) a seguir:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela *relação ética e transparente da empresa com todos os públicos* com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o *desenvolvimento sustentável* da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a *redução das desigualdades sociais* (grifos nossos).

As definições de RSE contemporâneas estão articuladas aos outros dois pilares – governança corporativa e desenvolvimento sustentável – e sua inclusão na pauta

⁸² A utilização do termo “parece” se justifica por não ter sido encontrada até o momento da produção deste trabalho nenhuma outra referência anterior ao trabalho de Bowen ou outra publicação que indique controvérsia a este respeito. Pelo contrário, a bibliografia consultada sobre a RSC aponta Bowen como o autor que teria “cunhado” o termo RSC.

organizacional está intimamente relacionada à ênfase do discurso sobre a atuação política da “sociedade civil” para a construção da “cidadania”. Esta articulação global pode ser observada em documento do Pacto das Nações Unidas (2012) como parte do programa do próprio PNUD para o desenvolvimento dos Objetivos do Milênio: “O PNUD entende que a sociedade civil potencializa a capilaridade e a sustentabilidade das ações, bem como o maior engajamento da sociedade, e cria oportunidades de desenvolvimento de capacidades para estas instituições quando preciso”.

Sob o argumento unilateral de que os problemas sociais devem ser enfrentados por “todos” a aposta dos porta-vozes do modelo da sustentabilidade é numa suposta participação política popular representada por uma determinada concepção de sociedade civil e cidadania, uma vez que a clássica divisão entre as classes sociais teria sido superada e o antagonismo fundamental entre elas substituído pela “diversidade” dos “grupos sociais” que reivindicam direitos.

Esta aposta foi formulada teoricamente por autores filiados ao neoliberalismo “social” da Terceira Via como Giddens (1996) e Habermas (1999). O primeiro afirma que a política teria se libertado das amarras ideológicas típicas dos grandes partidos e assumido um corpo social representado pelas ações de valorização dos indivíduos, unificados pelo que o autor denomina de *renovação das solidariedades danificadas*. Cada indivíduo, movido por sua “individualidade” em busca de realização, entraria em contato com outros indivíduos, formando uma rede em que todos poderiam se expressar, comunicar e contribuir para a resolução dos problemas sociais.

Tal “renovação” admite a sociedade civil como o espaço para a realização desta comunicação e encontro com o outro e corrobora a elaboração de Habermas (1999) em sua *teoria da ação comunicativa*. O autor expõe que a reprodução da vida social se mantém em dois extremos: num pólo está o *mundo da vida* – em que se reproduziriam as esferas das relações sociais da vida privada e da vida pública – e em pólo antagônico se situaria o *sistema* – caracterizado pelos *subsistemas do dinheiro e do poder* – representado pelos sistemas econômico e burocrático modernos.

É no primeiro extremo que Habermas aborda a ação comunicativa, apreendida como a realização das relações sociais não-materiais por meio da interação entre os indivíduos⁸³. A reprodução social material estaria no domínio do sistema, que para continuar

⁸³Também caracterizada por Repa (2008, p. 166): “A ação comunicativa é um tipo de interação social em que o meio de coordenar os diversos objetivos das pessoas envolvidas é dado na forma de um acordo racional, do entendimento recíproco entre as partes, alcançado através da linguagem. Ou seja, comunicação se refere a um

se reproduzindo invade a esfera do mundo da vida a fim de transformar e substituir a lógica deste mundo não-material por uma lógica mercantilizada e burocratizada – o que autor (1999) denomina de *colonização sistêmica do mundo da vida* – pervertendo o caráter das relações sociais permeadas pela ação comunicativa.

A instância da sociedade civil seria o espaço de formação de consensos em que o diálogo entre os indivíduos levaria à criação de acordos e ações coletivas para a busca dos interesses reconhecidos como comuns, daí a importância da linguagem⁸⁴ no modelo de Habermas. Esta instância, localizada em “algum lugar” entre o Estado e o mercado, seria viabilizadora do resgate da solidariedade social perdida entre os indivíduos quando estavam divididos em classes sociais, restituindo-lhes o vínculo do reconhecimento de si no outro por meio do exercício da fala através da comunicação.

De acordo com Meszáros (2004, p. 81) a proposta de Habermas ilustra a tendência da política do consenso característica do pós-guerra e dos chamados partidos eurosocialistas neoliberais, baseando-se em uma “teoria da ‘crítica emancipatória’ entendida nos termos das supostas ‘competências comunicativas intersubjetivas’ que ele deriva dos ‘atos de fala’ da filosofia lingüística analítica”. No entanto, Habermas não supera o modelo do pragmatismo universal na medida em que permanece no plano abstrato ao pressupor que esta “crítica emancipatória” é uma exigência do consenso, que em tal modelo abstrato também deve ser pressuposto, resultando num diálogo igualmente idealizado.

O consenso de que trata Habermas é na verdade um dos efeitos necessários para a reconfiguração da vida social de maneira conivente às sucessivas reestruturações produtivas pelas quais a ordem capitalista precisa passar dada a natureza expansionista da acumulação de capital. Tal ordem – cada vez mais excludente e devastadora – precisa regular as contradições sociais inerentes ao seu funcionamento, de modo que as propostas reformadoras e persuasivas

determinado uso da linguagem, o uso da linguagem orientado para a obtenção de um acordo, de um consenso. (...) ao tentar fazer uso da linguagem em uma atitude comunicativa (também chamada de atitude performativa), os falantes tem de restringir seus planos individuais às condições necessárias para o entendimento mútuo”.

⁸⁴ Bakhtin (2010) traz uma reflexão filosófica materialista bastante oportuna sobre a ideologização da linguagem para o campo da semiótica e psicologia. Para o autor (p. 47; 48) “(...) os temas e as formas da criação ideológica crescem juntos e constituem no fundo as duas facetas de uma só e mesma coisa. Este processo de integração da realidade na ideologia, o nascimento dos temas e das formas, se tornam mais facilmente observáveis no plano da palavra. (...) Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (...) Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Onde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante”.

tornam-se importantes ferramentas para a administração dos conflitos sociais. A reprodução e, conseqüentemente, a legitimação desta ordem social passa a depender de ferramentas como esta para escamotear a dominação desta forma de sociabilidade, na qual a concessão de “direitos sociais” funciona como uma forma de pacificação – e negação propriamente dita – da luta de classes, mas aparece na forma de conquistas do consenso.

Neste conjunto de idealizações Habermas negligencia a divisão fundamental entre as classes sociais e sua proposta torna-se um “diálogo imaginário” em que a participação popular estaria representada no espaço da sociedade civil pelos diferentes grupos de indivíduos organizados conforme seus interesses comuns – em associações, comunidades e fundações – que por sua vez devem ser auxiliados no reconhecimento de seus interesses para a efetivação do diálogo em ações restitutivas e direitos distributivos. Naturalmente, os “auxiliares” devem intermediar os interesses consensuais dos sujeitos com o poder público – e também privado – através de “parcerias” para organizar tais interesses em demandas passíveis de serem enquadradas em projetos de intervenção.

No modelo da sustentabilidade estas organizações parceiras atuam por meio do chamado “terceiro setor” e recebem recursos públicos para viabilizar os projetos aprovados. O “auxílio” também ocorre por meio da iniciativa privada de organizações empresariais – que pode contratar ou não organizações do “terceiro setor” – por meio das políticas e ações de responsabilidade social empresarial como instrumento para o fortalecimento deste tipo de sociedade civil e organização social, já que segundo esta lógica as demais formas organizativas de classe estariam obsoletas e, portanto, incapazes de restituir o vínculo entre os indivíduos e intermediar o tal consenso.

Montaño (2007, p. 185) aborda o tema das ONGs e do chamado “terceiro setor” a partir de uma perspectiva crítica que destoa da maioria das abordagens que recorrentemente exalta este “formato” de participação social. O autor afirma que o “fenômeno” da emergência de um suposto terceiro setor não significa “o desenvolvimento de organizações de um ‘setor’ em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à ‘questão social’ (típica do *Welfare State*), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função”⁸⁵.

⁸⁵ O autor também apresenta o marco legal do “terceiro setor” discutindo a criação e operação das entidades privadas de “interesse público”, caráter “não-governamental” e “sem fins lucrativos” como justificativa para o aprofundamento das bases neoliberais no Brasil. Segundo o autor (2007, p. 203) tal marco legal teve origem com a Lei nº 91 de 1935, que reconheceu a utilidade pública das sociedades civis, associações e fundações que tivessem o interesse exclusivo de servir à coletividade sem fins lucrativos. Durante a primeira edição do governo neoliberal de FHC é que foram dinamizados os contornos da legislação que oficializou, ampliou e viabilizou a atuação destas organizações, como será apresentado no Capítulo III.

As formulações sobre a participação popular da sociedade civil desembocam na esfera do Direito e da cidadania, seja para criar o aparato legal que dará suporte à viabilização de recursos públicos para os projetos de intervenção, seja para garantir o aparato coercitivo que legitima a necessidade deste tipo específico de “representação popular” que sustenta a ideologia da regulação. As ações de responsabilidade social empresarial são consideradas adequadas porque “respeitam” as regras e condições estabelecidas para o consenso no sistema jurídico, que asseguraria a legitimidade da ação comunicativa entre as partes, viabilizando o bem comum legalmente e, sobretudo, estabelecendo o limite do que será considerado permitido ou proibido pela “participação da sociedade civil no exercício da cidadania”.

Esta articulação permitiria uma reprodução “positiva” da vida social, no *slogan* do “todos ganham”: o “grupo empresarial” – abstraído da noção de classe social capitalista – por favorecer o “desenvolvimento social” e o exercício da “cidadania” enquanto obtêm subsídios do Estado para a produção e manutenção de seus negócios na forma de “produtos sociais”; a “sociedade civil” representada em seus diferentes grupos – abstraídos da idéia de classe trabalhadora – por receber esta restituição através dos “produtos sociais” com o auxílio das ações de RSE e política de parcerias; e o Estado, que, “incapaz” de satisfazer as demandas sociais atua através de parcerias com a iniciativa privada e ONGs, transferindo recursos públicos para projetos sociais localizados.

Diante de uma concepção de mundo ontológica em que – segundo Lukács (1979) – as categorias da universalidade, particularidade e singularidade interagem dialeticamente compondo a totalidade dos modos de sociabilidade – e que no caso capitalista são deformadas pela relação estranhada do homem com o mundo – ainda que os homens possuam a faculdade de ser comunicar e a habilidade para produzir consensos genuinamente críticos através do diálogo não significa que o façam necessariamente, e se o fizerem não há garantia de que haja uma equivalência pacífica de interesses entre as classes.

Tanto a associação por reconhecimento entre os indivíduos que propõe Giddens quanto a teoria da ação comunicativa de Habermas pressupõem que tais capacidades se realizam automaticamente e independentemente das condições objetivas dos indivíduos participantes. Nenhum dos autores considera que as condições para a produção do suposto consenso entre as frações das classes sociais são diferentes por estarem determinadas pela base material das quais os sujeitos sociais fazem parte – em outras palavras pelo trabalho enquanto categoria ontológica – que por sua vez refletem nas formas de consciência possíveis a estes sujeitos e em suas capacidades de atuar de forma equivalente no exercício do diálogo.

Admitindo-se as condições materiais de divisão dos indivíduos entre classes sociais o suposto diálogo entre elas está “estruturalmente viciado contra a possibilidade de um resultado que possa desafiar objetivamente os mais importantes parâmetros estruturais da ordem social estabelecida”, conforme ressalta Meszáros (2004, p. 84). Neste caso, o que parece um consenso é na verdade uma das formas que a relação de poder dominante assume no cotidiano da reprodução social para produzir uma concordância imposta de fora e não genuinamente intrínseca à classe subalterna.

Habermas (1999) busca corrigir a “imperfeição” das condições objetivas que insistem em perseguir as relações sociais considerando-as novamente no plano abstrato como uma *patologia da comunicação* e introduzindo o estabelecimento de regras e estruturas equivalentes entre os “grupos” por meio do Direito e demais “instituições democráticas” da sociedade civil, cujas formas reverberam na plataforma das ações de responsabilidade social empresarial. O discurso da RSE apropria-se desta racionalidade pragmática para ocultar a contradição entre as classes e atribui ao “diálogo imaginário” o papel de mediador universal de conflitos sociais considerados como naturais ao “exercício da cidadania”.

A discussão realizada por Tonet (2005) sobre a teoria liberal da cidadania releva pontos importantes para sua compreensão e de como o desenvolvimento desta teoria pela visão neoliberal “social” não alterou seu aspecto fundamental. Como a desigualdade social seria considerada legítima pela tradição liberal – resultado da própria forma de ser da liberdade natural – a tentativa de suprimi-la estaria fadada ao fracasso uma vez que significaria suprimir o próprio homem em sua constituição natural, de modo que a supressão deveria ocorrer somente sobre os excessos da desigualdade. O autor (p. 79; 80) afirma que o que ocorreu deste a formulação clássica foi “o processo concreto, histórico, extremamente complexo, de entificação da cidadania, sempre vista como um instrumento não para erradicar, mas para equilibrar as desigualdades sociais”.

Avançando na crítica à concepção de cidadania, Tonet (p. 84) argumenta que tanto para a concepção clássica como para a concepção de cidadania neoliberal não importa que os homens nasçam iguais ou diferentes, pois o ponto em comum entre elas é a concepção de indivíduo, que só passa a existir como sociedade no momento em que o sistema jurídico-político é instaurado, de forma que “(...) o que é novo é o caráter de naturalidade, de verdade absoluta, de inquestionabilidade de que esta idéia é revestida”. Daí o caráter insuprimível e positivo de que o Direito é revestido e sob o qual as contradições objetivas das relações sociais entre as classes são administradas, negando a natureza privada e mercantil de sua

reprodução na sociabilidade capitalista e assegurando-a “pacificamente” por meio da instituição de normas coercitivas reguladoras.

A necessidade deste poder coercitivo na forma de leis universais garante a submissão concreta do indivíduo à racionalidade capitalista, que passa a ser reconhecido como um “indivíduo-cidadão” somente se “participar” como membro de uma comunidade jurídica, ou seja, nos limites e espaços determinados como adequados para a manutenção da “paz social”. Limites estes que asseguram a realização da liberdade para a acumulação e o exercício da exploração legal de certos indivíduos sobre outros, uma vez que todos fazem parte da mesma comunidade jurídica abstrata e, portanto, são iguais perante a lei sem precisarem ser quanto às condições objetivas de existência.

A partir do momento em que as diferenças determinadas pela divisão desigual do trabalho são desconsideradas da vida dos indivíduos a representação de que todos são iguais e tem as mesmas oportunidades torna-se possível na abstração das condições objetivas de reprodução social da norma jurídica, que por sua vez ratifica a suposta liberdade natural de que gozam todos os indivíduos e que fundamenta a racionalidade do direito burguês, transferindo para esta esfera as garantias sociais dos indivíduos e produzindo o que Naves (2001) reconhece como *ilusão da jurisprudência*.

Como afirma Marx em “O Capital” (1985) a circulação da mercadoria depende de três condições consolidadas pelas chamadas revoluções burguesas: da garantia legal da propriedade privada dos meios de produção, do contrato de trabalho e de que a força de trabalho aumente necessariamente o capital do proprietário dos meios de produção. Logo, a compra e venda da força de trabalho no mercado capitalista passa ao *status* de um “negócio” jurídico em que dois *sujeitos de direito* – considerados livres e iguais perante a lei – trocam entre si equivalentes, legitimando uma suposta igualdade.

O direito privado burguês expressaria a forma jurídica da mercadoria assumindo o estatuto de universal natural em que a igualdade de direitos e a liberdade da propriedade privada são apreendidas por si só, fortalecendo sua forma política no Estado Democrático de Direito e sistema eleitoral, abstraindo estas formas de sua constituição histórica e social. Objetivamente, a abstração destas categorias assegura ao proprietário dos meios de produção o direito de consumir a força de trabalho, e a esta o dever de vender-se no mercado de trabalho alienando-se ao seu comprador.

A luta de classes inerente à contradição entre capital e trabalho é transferida da esfera econômica – entendida como os espaços de reprodução social do trabalho – para a esfera legal. Como as contradições sociais geradas pela lógica de funcionamento da

sociabilidade capitalista aprofundam-se cada vez mais, ao mesmo tempo em que suas formas tornam-se mais complexas, é necessário que a classe dirigente da ordem estabelecida crie mecanismos cada vez mais capazes de absorver e identificar os indivíduos com o conjunto de leis e instituições que cristalizam a imagem de um modelo societal justo e moralmente inquestionável. Tais mecanismos representam a reelaboração de formas de pacificação e regulação da luta de classes em que a “paz social” só pode ser conquistada por meio da aceitação universal de seus pressupostos morais e institucionais.

A luta concreta entre classe burguesa e trabalhadora assume o caráter fictício de uma luta política que paira acima das determinações do valor de troca em que os trabalhadores são abstraídos do coletivo de classe e agrupados no conjunto da “sociedade civil” para lutar por uma determinada cidadania que prevê direitos fragmentados, que por sua vez deve ser intermediada por agentes “parceiros” como as ONGs. Quando muito estes direitos tornam-se políticas públicas paliativas muito bem manipuladas pelo marketing social – criando cotas de cooptação política – mas na maioria das vezes viabilizam recursos limitados e restritos a uma parcela pequena de indivíduos que usufruirão dos benefícios – quando não são desviados pela corrupção dos representantes das ONGs⁸⁶.

Ao mesmo tempo em que o exercício desta sociedade civil demarca o campo de uma “luta pacífica” criminaliza todos os outros espaços de luta convertendo-os em espaços ilegais da luta social entre as classes. As formas organizativas que preconizam ações concretas são consideradas violentas e criminosas, enquanto as formas de “diálogo” pacíficas são as únicas consideradas legítimas por estarem abrigadas na “ordem da lei”. Como “boas práticas”, as ações de responsabilidade social empresarial estariam concentradas no campo da legalidade e reconhecidas como uma das formas “adequadas” de luta social, além de disputarem – em nome do capital – a organização das frações de classe subalterna com outras formas organizativas tradicionalmente coletivas e combativas – como partidos e sindicatos – partilhando do controle social que assegura à dinâmica da relação capital-trabalho contemporânea novas formas de dominação disfarçadas de poder popular⁸⁷.

⁸⁶ Mazzeo também analisa o surgimento e legalização das ONGs, entendidas como fenômeno do capitalismo contemporâneo. Segundo o autor (1995, p. 64): “Se de um lado refletem a movimentação das frações de classe componentes da sociedade civil, de outro, expressam também, mesmo enquanto subproduto, a fragmentação dessa mesma sociedade. Podemos dizer que as ONGs, em seu aspecto genérico, acabam apresentando reivindicações singulares, no contexto da sociabilidade universal capitalista, o que significa dizer que, na maioria das vezes, essas reivindicações, ainda que justas, ficam limitadas a ações meramente pontuais, de caráter lobbista e reformista, de curto alcance social. Mais interessante ainda é o próprio conceito de Organização Não-Governamental. Essa é uma definição que expressa objetivamente a visão genérica de tradição liberal-burguesa, já apontada por Marx em seus escritos juvenis”.

⁸⁷ Vale à pena destacar as palavras de Marx (1999, p.70-71): “A *revolução política* dissolve a vida civil nas suas partes componentes, sem *revolucionar* e submeter à crítica essas mesmas partes componentes. Ela comporta-se

O grande equívoco deste encaminhamento das contradições sociais da ordem capitalista encontra-se na abstração dos sujeitos sociais concretos pelo conceito de sociedade civil neoliberal⁸⁸, que aparece como o espaço legal permitido para a reivindicação dos direitos identificados pelos diferentes grupos sociais como válidos, e, conseqüentemente, que caibam na concepção de “luta civil” gerida pelas regras e instituições que visam mantê-la nos limites “civilizados”. A sociedade civil é apreendida como uma vontade popular coletiva que se restringe ao campo do político-jurídico e na qual os indivíduos somente participam por meio da obediência às normas e comportamentos estabelecidos por este mesmo campo, que por sua vez consolida a lógica com o predomínio da expressão – não casual – “fortalecimento da sociedade civil”.

A concreticidade da vida social e suas particularidades – a reprodução objetiva e subjetiva da vida humana – ficam aprisionadas “para fora” do círculo vicioso da luta pela cidadania formada por esta concepção de sociedade civil, renegando a dimensão material da luta de classes em que as velhas contradições presentes no dia-dia da base material dos sujeitos – que em essência são as contradições oriundas da oposição estrutural entre capital e trabalho, ou seja, entre as classes sociais – não existem mais. O objetivo é o estabelecimento das “vontades” em compromissos jurídicos-políticos, os únicos considerados capazes de corrigir as desigualdades sociais para esta concepção de organização social.

Nos planos intelectual e moral as frações de classe dominantes devem sempre reciclar as formas de explicar a miséria e pobreza que o modo de sociabilidade capitalista gera e ainda não foi capaz de superar, sobretudo justificando-a com elemento natural ao único modelo societal “civilizado” possível, atribuindo à racionalidade mercantil privada e individualista o *status* de absoluta e universal. Como tal, a “explicação” dada e reconhecida como legítima pelos pilares intelectuais e “científicos” da ordem burguesa apela às formas de

para com a sociedade civil, para com o mundo das precisões, do trabalho, dos interesses privados, do Direito privado, como para com a *base do seu subsistir*, como para com um *pressuposto* não mais ulteriormente fundamentado, portanto, como para com a *sua base natural*. Por fim, o homem, tal como ele é membro da sociedade civil, vale como o homem *propriamente dito*, como o *homme* que é diferente do *citoyen*, porque ele é o homem na sua existência individual sensível *mais próxima*, enquanto o homem político é apenas o homem abstraído, artificial, o homem como uma pessoa *alegórica, moral*. O homem real só é reconhecido na figura do indivíduo egoísta, o homem verdadeiro só é reconhecido na figura do *citoyen* abstrato (grifos do autor)”.

⁸⁸ Para o aprofundamento da origem liberal clássica do conceito de sociedade civil e sua relação com o Estado consultar Macpherson (1978; 2004). O autor resgata historicamente a origem e a evolução do conceito em autores do contratualismo anglo-saxão, como Hobbes e Locke. Em síntese destaca a origem “anti-natural” da sociedade civil, que levaria ao pacto social domesticador das vontades individuais presentes na natureza humana, selvagem e bárbara em sua essência. O Estado representaria o contrato político em si, na figura do “soberano”, a racionalização da vida social “anti-natural”, que por sua vez asseguraria os direitos à vida, liberdade e propriedade. Neste aspecto, sociedade civil, governo e Estado seriam quase como sinônimos, conforme defendido em Bobbio (1992). Para este trabalho, relevou-se a “versão social neoliberal” do conceito de sociedade civil, que é a utilizada pelos autores atuais que fundamentam a proposta do “capitalismo humanizado”.

solidarismo moral para transferirem ao plano político os “ajustes” necessários à correção das “imperfeições” – mas que de fato pertencem à materialidade da vida dos homens e, portanto, à dinâmica econômica objetiva.

O discurso e as ações de responsabilidade social empresarial transitam sob esta racionalidade institucional do solidarismo que prega a adoção de práticas reconhecidas como positivas e político-moralizadoras para cooptar corações e mentes sobre suas virtudes, que além de garantirem mais uma forma de pacificação da luta de classes no interior da ideologia da regulação abre espaço para novas formas de exploração e acumulação de capital que são incluídas estrategicamente nos *business plans* das organizações empresariais. Uma destas formas é a invasão de espaços de socialização subalterna inicialmente “neutros” com a oferta de serviços sociais vendidos como mercadorias.

É preciso analisar a propagação dos pressupostos da responsabilidade social para além do discurso empresarial de humanização do capitalismo no bojo da teoria da sustentabilidade e para isso é necessário “desmistificar a ‘noite de gatos pardos’ em que se transformou o conceito genérico e liberal de sociedade civil organizada, que aparece como “algo novo”, independente e revolucionário”, conforme ressalta Mazzeo (1995, p. 65). Aliás, Marx já ressaltou o caráter abstrato do conceito liberal de sociedade civil em obras como “Para a questão judaica”, chamando a atenção para a abstração dos direitos de igualdade na generalização da cotidianidade da vida social pelo Estado.

Para a leitura marxiana ao reconhecer os direitos do homem na esfera política o Estado promove uma emancipação fragmentada, de um cidadão abstrato que serve à ideologização da igualdade com o apaziguamento da luta de classes e a subordinação da força de trabalho à classe capitalista dirigente⁸⁹. Embora Marx considere a emancipação política como um progresso social não considera a conquista de direitos específicos que representam interesses de grupos determinados como emancipação de todos os homens. A emancipação humana constitui-se num passo adiante, que transcende a emancipação política ao abarcar as condições próprias da vida material-empírica dos homens – o espaço concreto de reprodução social – onde as relações materiais de troca acontecem por meio da realização do trabalho⁹⁰.

⁸⁹ Em “Para a questão judaica”, Marx (1999, p.51) afirma: “O homem, na sua realidade mais próxima, na sociedade civil, é um ser profano. Aqui onde ele se faz valer a si próprio e aos outros como indivíduo real – é um fenômeno não-verdadeiro. No Estado, ao contrário – onde o homem vale como ser genérico – ele é o membro imaginário de uma soberania imaginária, é roubado da sua vida individual real e repleto de uma universalidade irreal.”

⁹⁰ Ainda em Marx (1999, p. 71-72): “Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais – se tornou ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forces propres* como forças sociais e, portanto,

Esta concepção de sociedade civil não é consenso na tradição marxista e aqui se faz necessária a breve abordagem de uma polêmica que arrebatou inúmeros intelectuais, ainda que não seja objetivo deste trabalho adentrar esta arena teórica e muito menos competir pelo atestado de verdade absoluta. O núcleo da polêmica marxista sobre tal concepção encontra-se na leitura de Gramsci, para quem o conceito de sociedade civil adquire teor diferente. A ênfase do conceito gramsciano encontra-se na produção das “formas de ser”, nas visões de mundo produzidas pela consciência social, nas formas organizativas das vontades coletivas, que, na sociedade burguesa, coincidem com a aceitação da dominação e conversão da classe trabalhadora em classe subalterna⁹¹.

Uma das intelectuais que acompanham Gramsci nesta formulação é Fontes (2010, p. 133), que complementa esta argumentação ressaltando a importância do conceito de aparelhos privados de hegemonia para a compreensão da concepção de sociedade civil gramsciana, já que para a autora funcionariam como “a vertebração da sociedade civil e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas das organizações das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos”.

Embora o centro do conceito em Gramsci esteja no domínio da consciência social – e não na produção da vida material-empírica como em Marx – os autores que trabalham com a concepção gramsciana destacam a conexão do núcleo do conceito com a esfera da determinação material, como é o caso de Coutinho (1994), para quem Gramsci não separa a sociedade civil da noção de totalidade e da luta social entre as classes. Para este estudioso do autor, a concepção gramsciana relaciona-se dialeticamente com o espaço das relações sociais de produção conectando-as às formas sociais de produção da consciência e culminando com sua representação junto ao Estado.

A maioria dos trabalhos que analisa o tema da responsabilidade social empresarial a partir de uma perspectiva crítica utiliza o conceito gramsciano de sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia – como o de Martins (2009), Cesar (2008) e Coutinho (2011), por exemplo – mas esta não é a opção teórica desta tese, que se apropria do conceito de sociedade civil pela via marxiana. Esta escolha de forma alguma se traduz numa visão economicista que

não separa mais de si força social na figura da força política – é só então que está consumada a emancipação humana” (grifos do autor).

⁹¹ Quando discute a questão da liberdade de mercado Gramsci (2000, p. 47-48) destaca a autonomia e primazia dos termos sociedade civil e Estado em relação à esfera econômica: “(...) dado que a sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática do fato econômico”.

reduz a dialética das relações sociais de produção com as formas de consciência – ou subjetividade social – e representação, e tampouco tem o objetivo de menosprezar a orientação gramsciana de tais trabalhos.

Entretanto, a concepção gramsciana tem permitido compreensões reducionistas e equivocadas, gerando confusões que podem ser observadas nos mais variados debates acadêmicos – e das quais se apropriam trabalhos de inspiração positivista conservadora, inclusive – de modo que a opção pela concepção marxiana de forma direta busca evitar tal constrangimento a fim de preservar o núcleo desta tradição teórica que é a crítica materialista e histórica.

Outra polêmica é sobre a pertinência de uma cidadania socialista ao projeto revolucionário de transição do capitalismo. Recuperando a análise crítica de Tonet (2005) sobre o tema da cidadania, o autor estabelece algumas premissas para seu entendimento a partir do que qualifica de *esquerda democrática*. Em primeiro lugar a de que não há uma vinculação direta entre cidadania e capitalismo e em segundo que a cidadania e o direito resultam de um processo de luta de classes para esta esquerda. Segundo o autor (p. 87) “a esquerda democrática entende que, por haver uma contradição entre o capital, a cidadania e a democracia, estas só podem realizar-se em sua plenitude com a erradicação do capital”.

Nesta linha Tonet (2005, p. 96; 98) faz uma crítica severa tanto à concepção liberal de cidadania quanto ao que classifica como cidadania moderna – atribuída ao grupo qualificado como esquerda democrática – e afirma que para ambas um dos pressupostos fundamentais é de que “não há uma dependência essencial da dimensão da política em relação à economia”, daí a ênfase de sua crítica sobre a impossibilidade de uma cidadania socialista, já que “na ótica marxiana, a compreensão da entificação da cidadania moderna é inseparável, não apenas em termos cronológicos, mas em termos ontológicos, da entificação da sociabilidade capitalista”. Ou seja, para o autor a vinculação da busca pela cidadania vinculada a um projeto socialista-comunista de revolução social significa assumir uma incoerência teórica que no limite seria ideológica.

De forma diferente se posiciona Abreu (2008), para quem a cidadania burguesa constitui uma categoria de integração dos indivíduos ao sistema político-jurídico por meio de um consenso dirigido pela ordem estabelecida. Segundo o autor (p. 319), que também considera o ponto de partida ontológico para suas análises, “estas teorias e análises contribuem para demonstrar que a forma da cidadania historicamente constituída, em uma sociedade concretamente hierarquizada e reificada, é dotada de plasticidade legal, moral e simbólica”.

Abreu (2008, p. 345) admite ser possível criar alternativas que transcendam a concepção de cidadania burguesa na medida em que o desenvolvimento da luta de classes atinja os limites colocados pela ordem capitalista estabelecida, daí a “centralidade do estatuto da cidadania e das suas condições de existência no processo de reprodução e legitimação de qualquer ordem social modernamente constituída”. Desta forma, faz-se necessária não só a crítica à modalidade burguesa de cidadania, mas a “explicitação das condições de sua superação”.

O autor entende que atualmente as formas que agem em nome da restituição da cidadania não contam com uma crítica autêntica de seu estatuto e tampouco questionam as condições materiais de existência, de forma que ressalta a importância de se compreender os nexos desta categoria com a totalidade das relações sociais constituídas pela sociabilidade burguesa. Ao contrário de Tonet, Abreu (2008, p. 348-349) considera a possibilidade de se superar a cidadania positiva moderna por meio da construção de uma “nova identidade cidadã subalterna, desde que fundada na materialidade da existência social e na esperança real de uma vida plena de sentido e realização, poderia transcender e sobrepor-se à cidadania positivamente dada, dissolvendo a identidade abstratamente universal desta”.

Como também não é objetivo deste trabalho resolver esta polêmica – acompanhada por outros intelectuais de tradição marxista como Coutinho (1999) – entende-se que no limite deste objeto de pesquisa a centralidade da categoria da cidadania é importante para a compreensão dos elementos particulares que se apresentam sob a forma burguesa de sua constituição. O discurso da responsabilidade social empresarial apóia-se fundamentalmente nas acepções burguesas de sociedade civil e cidadania, de modo que dispensar esta conexão comprometeria a análise teórica e empírica do objeto.

Entretanto, assumir a possibilidade de uma cidadania socialista parece bastante complicado se considerarmos a natureza burguesa de sua gênese e desenvolvimento e a imbricação desta formulação com a de sociedade civil. Mazzeo (2011) aponta reflexões oportunas para o encaminhamento desta polêmica quando discute as formulações lenineanas a respeito da experiência da Comuna de 1871 na França. Segundo autor (2011, p.108-109), Lênin não perde de vista a construção da hegemonia do proletariado como núcleo dos processos de democratização da democracia burguesa – utilizando a conceituação de Lukács (2011) – e afirma que “na luta pela democracia, as reivindicações operárias são colocadas como *diferenciadoras* no âmbito do generalismo democratista burguês e pequeno-burguês, na perspectiva de ir para além do reformismo, mas, ao mesmo tempo, acentuando a necessidade de se combinar ações reformistas com ação revolucionária (grifos do autor)”.

Neste caso a luta das frações de classe subalternas por cidadania é legítima se compreendida como a ampliação e manutenção dos direitos sociais adquiridos no interior das formalidades jurídicas e parlamentares do jogo democrático burguês, pois faz parte de uma luta maior pela democratização da “democracia” burguesa necessária à construção da democracia socialista. Contudo, os limites deste jogo asseguram a hegemonia burguesa, que por sua vez só é capaz de reconhecer – o que não significa necessariamente aceitar pacificamente – a cidadania burguesa, de modo que num processo de transição autenticamente revolucionário em que o núcleo esteja sob a hegemonia proletária esta luta deve conduzir inevitavelmente à abolição da cidadania – ao invés de uma cidadania socialista – na medida em que suas formas concreto-materiais forem substituindo as abstrações da sociedade civil do sistema jurídico-político.

O projeto burguês da sustentabilidade acompanha o discurso neoliberal restaurador que incorpora a estratégia das reformas sociais e políticas como meio de “humanizar o capitalismo” através do fortalecimento da “sociedade civil” no exercício da “cidadania” e o pilar que responde mais diretamente a esta associação é o da responsabilidade social empresarial. A fração da burguesia empresarial engajada neste projeto passou a valorizar a regulação institucional das relações sociais de forma sistemática e profissional, de modo que as propostas de RSE legitimam a tendência de reificação da vida social posta pelo modo de sociabilidade capitalista de maneira cada vez mais sofisticada.

Tais propostas materializam a ideologia organizacional da sustentabilidade em ações cuja racionalidade exprime um solidarismo moral que se mantém vinculado ao núcleo da lógica de funcionamento deste tipo de sociabilidade, que é a racionalidade mercantil da acumulação. A ideia de “pacto social” condiciona os apelos morais disparados em defesa da RSE e ocultam que estas propostas carregam consigo contrapartidas econômicas e políticas funcionais à manutenção da classe burguesa – especialmente a fração empresarial “engajada” – como dirigente da ordem estabelecida.

Sem alterar a essência da subsunção do trabalho ao capital o pilar da responsabilidade social empresarial constitui uma das ferramentas organizacionais de domesticação da luta de classes de amplo espectro, já que não só os assistidos pelas ações são incluídos nos processos de alienação e reificação contidos em suas formulações, como também os profissionais que operam e materializam os projetos, mistificando sentimentos de pertencimento e identidade de classe na forma de compromissos morais e simbólicos que legitimam as concepções de sociedade civil e cidadania debatidas e aprofundam tais processos.

O modelo da sustentabilidade oferece um novo padrão de intervenção social tão reformista e conservador quanto o que supõe superar manipulando estratégias de integração social que favorecem a conservação desta ordem. Em sua forma social as organizações empresariais penetram a reprodução da vida cotidiana e extrapolam a esfera da produção e gerenciamento da força de trabalho promovendo o distanciamento da crítica, renegando a luta de classes através do discurso e das práticas de responsabilidade social e resignando – objetiva e subjetivamente – as frações de classe subalternas diante da hegemonia do capital.

2.4 A sustentabilidade da ideologia

Embora a formalização do movimento em torno do desenvolvimento sustentável pela ONU tenha sido responsável pelo “nascimento” do projeto da sustentabilidade, foi a partir de autores como John Elkington no final dos anos 1990 que este projeto adquiriu o *status* de uma teoria organizacional, quando o movimento pela sustentabilidade ganhou repercussão e “militantes” corporativos, acadêmicos e políticos. O núcleo da teoria concentra-se na expressão cunhada pelo autor (2001) *triple bottom line – people, planet and profit*⁹² - e considera a articulação entre os três pólos – social, ambiental e econômico – como fundamental para que a humanidade dê conta dos limites criados pelo “modelo de desenvolvimento e crescimento” das últimas décadas.

Segundo Elkington (2001, p. 20), sustentabilidade é “a busca pelo equilíbrio entre o pilar econômico, social e ambiental” e este modelo organizacional considera que a gestão do negócio não abrange somente questões financeiras e econômicas. Pelo contrário, enfatiza que os benefícios e prejuízos, sociais e ambientais, gerados pelo negócio são responsabilidade da empresa e que, portanto, devem ser gerenciados com estratégia para obter sustentabilidade em

⁹² John Elkington, fundador e diretor da consultoria SustainAbility, é considerado o autor do termo *triple bottom line – people, planet and profit*, que pressupõe a articulação entre interesses sociais, ambientais e econômicos para as empresas. “Figurinha carimbada” no meio corporativo quando o assunto é sustentabilidade desde a década de 1980, quando lançou o conceito de “consumo verde” no livro “Guia do Consumo Verde”, o sociólogo e psicólogo social britânico vem arrebatando adeptos no mundo corporativo e no meio acadêmico, formulando as diretrizes do movimento de sustentabilidade global para acadêmicos, empresários e governos. Não raro sua consultoria é citada em relatórios de sustentabilidade de companhias multinacionais, bem como seus consultores atuam junto às equipes de pesquisa que fornecem dados aos relatórios do PNUD, ONU e BM. O Brasil está na agenda de John Elkington, pois além de a SustainAbility prestar serviços à diversas organizações brasileiras e filiais de multinacionais sediadas no Brasil – algumas das quais serviram de objeto empírico nesta pesquisa como Grupo Itaú-Unibanco, Vale e WalMart – o consultor esteve por aqui em 2010, quando ministrou palestra no evento corporativo da Expo Management em São Paulo. Elkington também conta com produção bibliográfica reconhecida nestes meios, com 17 livros e uma vasta coleção de artigos sobre o tema.

longo prazo, ou seja – permanecer rentável ao longo do tempo sem comprometer os recursos ambientais e sociais utilizados para isso.

Autores como Savitz e Weber (2006) afirmam que o modelo depende do que denominam por *sweet spot* – uma área técnica, específica e estratégica com o objetivo de articular os interesses dos chamados *stakeholders* com os do negócio da empresa. A ênfase está na necessidade da gestão estratégica do modelo organizacional, que ao contrário de ser considerada como um apêndice de outras áreas – geralmente Recursos Humanos, Comunicação ou Marketing – deve possuir estratégias de gestão próprias e claramente articuladas às outras áreas que constituem a organização.

O grupo Itaú-Unibanco é um exemplo de organização empresarial privada que opera com uma área de gestão técnica responsável pelas políticas de sustentabilidade de seu negócio no Brasil. O Grupo pode ser considerado um dos exemplos mais sofisticados de aplicação da teoria da sustentabilidade na medida em que articula estrategicamente os três pilares entre si em sua “cadeia produtiva”, além de caracterizá-los com sofisticação quando tratados isoladamente.

Existe uma plataforma *online* onde se encontram todos os materiais institucionais do Banco sobre sustentabilidade⁹³: políticas de diversidade, risco socioambiental e compras sustentáveis; gestão da ética; compromissos, parcerias e representações; fundações e institutos; cursos e publicações; premiações; enfim, uma coletânea de práticas e documentos para uma “governança de sustentabilidade”, que é como o Grupo se refere. Alguns destes materiais passaram por uma atualização durante o ano de 2012, como os documentos mais importantes que figuram nesta plataforma, segundo o próprio Itaú-Unibanco, o “Política de Sustentabilidade” e o “Essência da Sustentabilidade”.

A leitura destes documentos começa pelo conceito de sustentabilidade com o qual trabalha o Grupo, que foi um dos itens atualizados, que é o conceito formulado por Elkington de equilíbrio entre o *triple bottom line*. O “Política de Sustentabilidade” compreende as linhas gerais da governança para a sustentabilidade e suas diretrizes, cujos objetivos consistem em, de acordo com o Itaú-Unibanco (2012), “ratificar nosso compromisso com a busca pelo desenvolvimento sustentável; evidenciar as diretrizes que permeiam a estratégia e a gestão

⁹³ O website recebe o nome de Itaú Sustentabilidade e pode ser acessado pelo endereço <http://ww2.itaubr.com.br/sustentabilidade>.

junto a todas as nossas partes interessadas; promover inovações, revisões e adequações nos negócios com base nos conceitos de sustentabilidade”⁹⁴.

Já o documento intitulado “Essência da Sustentabilidade”, traz um diagnóstico realizado pelo Banco em 2008, na transição da fusão entre os grupos Itaú e Unibanco, elencando os principais pontos de deficiência para uma “atuação sustentável” no bojo da reestruturação organizacional pela qual passava a organização. Também se trata de um documento passível de ajustes e na ocasião da última verificação trazia oito pontos considerados como “desafios” para a sustentabilidade:

- a) Transparência e governança;
- b) Satisfação dos clientes;
- c) Critérios socioambientais;
- d) Diversidade;
- e) Mudanças climáticas;
- f) Educação financeira;
- g) Microfinanças;
- h) Engajamento de stakeholders.

Tanto a opção conceitual como os documentos apontados corroboram a fala de Denise Hills⁹⁵, Superintendente de Sustentabilidade do Itaú-Unibanco, sobre a gestão de sustentabilidade no Grupo, demonstrando a importância de uma articulação estratégica da área da sustentabilidade com a gestão de negócios da empresa:

O tipo de profissional que cada vez mais eu vejo chegando aqui é o profissional que de alguma forma está lidando com o desafio de gestão de empresas. As empresas estão buscando profissionais nesta linha porque o conhecimento técnico que eu adquiri na Academia, na medida em que eu fui evoluindo em minha carreira, não dá conta, hoje, de endereçar estas questões. Precisa-se de um olhar um pouco mais inovador, questões de avaliação, de métrica, estas coisas mais tradicionais de gestão de negócios são necessárias. É um mercado extremamente atrativo para pessoas que trabalham com Economia e Administração e o interesse por estas pessoas vai continuar crescendo nos próximos anos.

Denise também comenta que uma de suas dúvidas quando foi indicada ao cargo foi sobre qual seria sua contribuição para uma área supostamente diferente da financeira,

⁹⁴ Um dado interessante e que demonstra certo pioneirismo da sede brasileira é que a elaboração desta gestão da sustentabilidade está voltada, primeiro, para o público alvo que compreende somente as empresas controladas no Brasil. Para as demais afiliadas internacionais esta Política será implementada durante os próximos cinco anos, após passar por sucessivas revisões aqui.

⁹⁵ Entrevista pautada concedida por telefone em 04 de abril de 2012. Autorização para publicação e vinculação do nome da participante e nome da empresa expressa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Denise está há cinco anos no Grupo e assumiu a área durante o processo de consolidação do novo banco após a fusão dos bancos Itaú e Unibanco, liderando a Superintendência de Sustentabilidade desde abril de 2010.

chegando à conclusão de que seria grande, já que o caminho que ela teria que percorrer era o inverso, ou seja, posicionar a área de sustentabilidade como estratégica para o negócio⁹⁶:

O que um profissional que tem o *background* que eu tenho poderia contribuir? É mais importante o *background* de conhecimento de negócios ou é mais importante o conhecimento dos desafios do tema? (...) Eu trabalho hoje com muitas das variáveis que eu já trabalhava na gestão de negócios, porém com um escopo muito mais ampliado. Na verdade, o que a gente faz é trabalhar com o desafio de ser banco numa sociedade contemporânea que traz variáveis que simplesmente não estão incorporadas nas metodologias de tomada de decisão. Esta área considera uma série de questões sociais, de pessoas e ambientais, mas para mim esta não é uma área dissociada. (...) A capacidade de fazer o *link* entre os novos desafios e o *business as usual* é mais rápida e mais fácil se você entende a ‘conversa’ do *business as usual* e há a necessidade desta tradução.

A tese de que a teoria da sustentabilidade compreende uma nova tentativa de reestruturação produtiva enquanto modelo organizacional de controle social pode ser constatada na impressão da Superintendente quando avalia as tendências de gestão nos últimos anos a partir de sua experiência:

Vejo bastante gente sendo convidada a fazer este caminho e olhando-o não como uma coisa ‘ah, agora que eu já trabalhei vou me aposentar cuidando de algo mais light’. Muito pelo contrário. Parece haver uma evolução. Eu estou começando a trabalhar com coisas muito mais ‘de ponta’, mais inovadoras, diferentes, que endereçam mais questões sobre o futuro, um futuro que não está tão distante, razoavelmente próximo, e não algo ‘trabalhei a vida inteira e agora vou fazer uma coisa legal’. Vejo, particularmente, o movimento que tem acontecido agora neste tema muito semelhante ao que aconteceu quando tivemos as questões de governança corporativa sendo incorporada pelas empresas há 10, 15 anos atrás. (...) O que nós precisamos é de tecnologia, de *framework*, para tratar estas questões.

O processo de sistematização da área de sustentabilidade no Grupo após a fusão é recordado pela Superintendente e transmite como o tema foi articulado às questões de marca, cultura organizacional e metas de gestão, bem como quais eram as principais dúvidas a respeito da área para o “novo” Banco e como elas foram conduzidas para perpassar toda a organização:

Neste período estavam se definindo coisas absolutamente essenciais para o novo banco (...) em consoante quais eram os temas de sustentabilidade que essa nova organização se via legítima representante. Foi um processo que abordou principalmente as questões de marca, de cultura, de modelos de

⁹⁶ A interface com a área de sustentabilidade do Banco se deu a partir de um projeto de inovação sobre “Educação Financeira”, que segundo Denise “tinha como objetivo criar um modelo de negócio que comportasse a iniciativa de um espaço que disponibilizasse os conhecimentos que o Banco já tinha para ajudar pessoas na gestão de suas finanças, uma espécie de ‘escola ou casa do saber’, de conhecimento, onde as pessoas pudessem falar de dinâmicas das suas vidas”. Como a questão do uso consciente do dinheiro já era um tema de sustentabilidade para o Banco este foi o primeiro contato da entrevistada com a área e o que possibilitou sua transição.

negócio, incluindo sustentabilidade tanto na questão de negócios quanto na questão de cultura. (...) Nossa visão atual passou por 16.000 pessoas aqui no Banco e foi construída com base na percepção e opinião destas pessoas, sobre o que elas queriam preservar das culturas de onde elas vieram, o que elas consideravam importante, o que elas não achavam mais adequado, e o que para este novo banco estaria faltando endereçar. Esta cultura estava sendo discutida e levou à nova visão que o Banco traz hoje: ser líder em *performance* sustentável e em satisfação de clientes. (...) Em paralelo, haviam sido definidos oito temas essenciais que na época entendíamos como relevantes para *sustentabilidade no setor financeiro*. Fizemos painéis com especialistas de mercado, colaboradores daqui do Banco, um processo de quase cinco meses para checar o quanto aquilo fazia sentido ou não. Com isso na mão, a principal coisa que aconteceu foi que a gente tinha virado um banco que nenhuma destas organizações anteriores jamais tinha sido. Viramos o 10º maior banco do mundo da noite para o dia. E aí surgiram três grandes perguntas (...) A primeira é como é que sustentabilidade ‘conversa’ com *performance* sustentável? (...) A outra quais deveriam ser os temas estratégicos e a agenda de negócios? (...) E como é que esta agenda deveria ser conduzida dentro de toda a organização? Levamos estas perguntas para o Comitê Executivo do Banco e recebemos o ok para fazer o trabalho.

O trabalho a que Denise se refere consta na edição atual do “Relatório de Sustentabilidade do Itaú-Unibanco” (2011) e consistiu em uma pesquisa realizada com toda a organização para responder às três perguntas citadas e, a partir disso, traçar um “mapa estratégico de quais seriam os temas e como eles deveriam ser conduzidos dentro da organização”. Foi um “redesenho da estratégia” do tema da sustentabilidade com a estratégia de negócios da organização. A pesquisa e o mapeamento levaram cerca de um ano e meio para ser concluídos e as tomadas de decisão oriundas destes resultados começaram a ser implantadas em 2012.

Foram elencados três focos estratégicos para obter a *performance* sustentável – educação financeira, diálogo e transparência, e riscos e oportunidades socioambientais, distribuídos entre quatro frentes viabilizadoras – governança e gestão, cultura, incentivos e eficiência. Cada uma destas frentes conta com um plano de ação detalhado de atividades e articulam desenvolvimento sustentável, governança corporativa e responsabilidade social empresarial de forma concreta, dando “vida” à teoria da sustentabilidade do capital – ou materialidade à ideologia.

O processo de integração da sustentabilidade no modelo de negócios do grupo Itaú-Unibanco talvez seja o mais maduro dentre as organizações pesquisadas. Outras experiências e publicações empresariais tratam do tema e também assumem que a sustentabilidade é o imperativo do século XXI e que não adotar uma gestão sustentável nos negócios é condená-los – o negócio e o planeta – ao fracasso. Este posicionamento é padrão e

pode ser verificado praticamente em qualquer material – institucional e acadêmico⁹⁷ – sobre o tema, e dependendo da sofisticação da organização ou do laboratório de pesquisa que o produziu, articula mais ou menos os pilares do DS, GC e RSE entre si.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é uma das instituições “especializadas” em produzir o consenso e operacionalizar a ideologia da sustentabilidade no meio acadêmico e corporativo. A partir das escolas de Administração no Rio de Janeiro (RJ) e, de forma mais articulada, em São Paulo (SP), oferece publicações, palestras e cursos, além de contar com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), referência para pesquisas acadêmicas e de mercado na perspectiva pró-sustentabilidade.

A variedade de cursos oferecidos pela FGV para a cobertura dos temas relacionados à sustentabilidade é grande e somente no Centro existem sete programas de formação: Inovação para Sustentabilidade, Sustentabilidade Empresarial, Sustentabilidade Global, Finanças Sustentáveis, Desenvolvimento Local, Consumo Sustentável e Formação para Sustentabilidade, conforme GVces (2011). Cada um destes programas conta com uma grade de cursos que vão desde cursos de pós-graduação *lato sensu*– como os *Master in Business Administration* (MBA)⁹⁸ – até os cursos de menor duração que podem, inclusive, ser administrados *in company*. Pode-se perceber que os temas dos Programas estão alinhados com a gestão relatada por executivos das áreas, como por exemplo, da Superintendência de Sustentabilidade do Grupo Itaú-Unibanco.

⁹⁷ A maioria das publicações acadêmicas sobre o tema são pró-sustentabilidade e raramente ousam uma crítica radical às possibilidades concretas de transformação societal por este modelo organizacional, uma vez que trabalham com a crença de que é possível “esverdear, moralizar e humanizar” o capitalismo enquanto “modelo de crescimento e desenvolvimento”. Obviamente, existem trabalhos acadêmicos autenticamente críticos sobre a teoria da sustentabilidade e seus pilares, conforme indicado ao longo desta pesquisa, mas estão em minoria e não compreendem o conjunto de materiais citados nesta nota.

⁹⁸ É interessante notar como o “mercado do conhecimento corporativo” fabrica o fetiche de suas mercadorias. Os cursos de MBAs representam uma tentativa de elitizar um curso técnico tornando-o acadêmico, porém distinguindo-o na formação para o mercado, como pode ser percebido pela própria tradução do termo “mestrado em administração de negócios”. Para o “mercado” a “Academia” não forma profissionais aptos à gestão prática de negócios, enquanto para a “Academia” o “mercado” fornece uma formação superficial. Assim, o MBA julga oferecer uma “formação acadêmica voltada ao mercado” e desta forma elitizar o curso tanto frente aos de curta duração quanto aos genuinamente acadêmicos. É possível notar orgulho e até certa arrogância nas respostas dos executivos entrevistados quando indagados sobre sua formação quando possuem MBA. Um deles, inclusive, fez questão de explicar o que era, tomando o cuidado de distingui-lo do “mestrado normal”, como se o “*master in business*” fosse superior. Na verdade o que ocorre é uma espécie de “fetiche da formação acadêmica” no mundo dos negócios. É sabido que formações de *stricto sensu* diferenciam-se das de *lato sensu* justamente pela profundidade dos estudos investigativos que resultam em dissertações e teses, onde um conjunto elaborado de referenciais metodológicos e epistemológicos deve ser utilizado, quando os cursos de *lato sensu* oferecem uma experiência diferente, mais breve e superficial em termos de pesquisa. Porém, para alimentar o “fetiche do título acadêmico” os cursos de MBA são divulgados como mestrado, quando na verdade são cursos de especialização como os *lato sensu*.

Além da FGV, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP) inaugurou o Laboratório de Sustentabilidade em Tecnologia de Informação e Comunicação (LaSSu) em 2010, abrigado no Departamento de Engenharia, Computação e Sistemas Digitais⁹⁹. De acordo com o LaSSu (2011), hoje o centro trabalha para desenhar “tecnologias para um mundo mais sustentável, disseminando conhecimento acumulado, formando jovens e líderes que tenham um posicionamento diferenciado em TIC¹⁰⁰ com uma visão econômica, social, ambiental e cultural”.

Na ocasião de sua inauguração, a diretora do laboratório Tereza Cristina Carvalho – professora de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Poli – ressaltou o uso racional das tecnologias de informação, o tratamento do lixo eletrônico, a inclusão digital, o mercado da reciclagem e o *ecodesign* como temas a ser tratados pelo LaSSu para a inclusão da população de baixa renda: “A indústria de reciclagem pode gerar empregos, abrindo caminho para projetos sociais como o treinamento de pessoas para ingressar nesta nova indústria”, conforme entrevista à Agência FAPESP (2010).

Tanto na esfera privada quanto na esfera pública os expoentes da teoria da sustentabilidade estão presentes. O GVces e o LaSSu são algumas das iniciativas institucionais articuladas para promover projetos e ações no tema da sustentabilidade. O primeiro – “nascido e criado” num dos maiores pólos de formação de intelectuais orgânicos da burguesia paulistana – oferece uma cobertura da “área” em que aparentemente “só não é sustentável quem não quer”, forçando a formação do consenso sobre a sustentabilidade entre seus membros – já que não há um consenso consolidado sobre a opção por este modelo organizacional entre todas as frações de classe burguesa empresarial.

No caso do Laboratório da Poli ocorre a conexão dos pilares da universidade – ensino, pesquisa e extensão – ao mercado da sustentabilidade, tanto na formação e pesquisa quanto na profissionalização de mão-de-obra. Esta conexão parece trilhar os mesmos caminhos que levam as frações da classe subalterna a ocuparem “seus lugares” nas indústrias de reciclagem e tratamento de resíduos enquanto os estudantes e pesquisadores ocupam posições de liderança.

É claro que, como já observado, é fundamental a iniciativa de pesquisas científicas que busquem alternativas limpas e renováveis para a produção, distribuição e

⁹⁹ O LaSSu teve origem em projetos anteriores, que fazem parte do projeto “Poli Cidadã” hoje. A experiência com o Centro de Descarte e Reuso de Resíduos e Informática (CEDIR) identificou problemas na esfera da reciclagem de lixo eletrônico e, como as saídas para tais problemas exigiam pesquisa científica foi criado o Laboratório de Sustentabilidade, uma vez que o CEDIR compreende um centro de prestação de serviço, não de pesquisa. Para maiores informações acessar <http://lassu.usp.br> e <http://cedir.usp.br>.

¹⁰⁰ Tecnologias de Informação e Comunicação.

consumo de bens e serviços adequados a um novo modelo de sociabilidade que leve em consideração uma ética materialista ecológica. No caso do LaSSu, o investimento em pesquisa para as chamadas “tecnologias verdes” representa uma iniciativa necessária para a transformação social, ainda mais quando se trata de uma universidade pública.

Porém, o fato de a universidade figurar em torno de iniciativas como esta não significa que a teoria da sustentabilidade seja tratada de forma crítica e para um movimento de revolução social autêntico. Pelo contrário, a fala da diretora do Laboratório deixa clara a correspondência entre o uso das “tecnologias verdes” na profissionalização da população de baixa renda para atuação subalterna neste mercado, ao mesmo tempo em que oferece uma formação acadêmica produtora de jovens líderes para o mesmo mercado, reproduzindo a luta de classes no interior do projeto.

Esta tendência também pode ser observada no setor químico brasileiro. Em matéria de Borges (2010) publicada na Folha de São Paulo, dirigentes do setor e representantes da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e Sindicato de Indústrias Químicas de São Paulo (Simproquim) reconhecem a dificuldade de se implantar práticas de gestão sustentável na indústria química que dêem “segurança e eficiência ao negócio”, ou seja, que sejam lucrativas além de sustentáveis. A maior dificuldade, segundo estes porta-vozes do setor, é encontrar profissionais capacitados em sustentabilidade, capazes de alinhar produtividade sustentável e lucratividade: “Encontrar um bom consultor para implantar melhorias no processo de gestão adequadas à especificidade de cada negócio é um dos problemas enfrentados por industriais interessados em investir em sustentabilidade”.

Para resolver o impasse, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) firmou parceria com as respectivas entidades para a criação de programas de gestão sustentável a fim de introduzir “processos de redução de desperdício para aumento da rentabilidade”, como o “Atuação Responsável”¹⁰¹. Por outro lado, Paulo

¹⁰¹ O programa “Atuação Responsável” é um projeto desenvolvido pela Abiquim para “promover o aperfeiçoamento da gestão das empresas químicas brasileiras e de sua cadeia de valor, *de forma a assegurar a sua sustentabilidade*, bem como contribuir para a permanente melhoria da qualidade de vida da sociedade” (grifos nossos). Mais informações sobre a parceria do SEBRAE com a Abiquim em <http://www.sebrae.com.br>. Vale ressaltar que o termo sustentabilidade é utilizado “nu e cru” com o objetivo de garantir a sustentabilidade do negócio, que, em outras palavras, significa a sustentabilidade dos lucros capitalistas. De forma menos evidente de um lado, e mais perigosa de outro, enquadra-se o discurso do BNDES ao emprestar R\$ 342 milhões a Volkswagen em 2012. Supostamente o dinheiro será investido pela companhia na “atualização” da frota brasileira, que deve acompanhar os modelos europeus, e de acordo com o Banco com a contrapartida de a montadora investir em dois projetos sociais. O primeiro, que consiste em “capacitar tecnicamente moradores de baixa renda no entorno da fábrica da marca em São Bernardo do Campo (SP) por meio do trabalho em oficinas de costura e confecção, será ampliado para São José dos Pinhais (PR). O segundo, realizado em Resende (RJ) e em outros municípios, será ampliado para o Espírito Santo com o financiamento do BNDES. O objetivo é reduzir a evasão escolar decorrente da defasagem de idade observada quando o aluno repete de ano várias séries

Lage, presidente do Sindicato dos Químicos do ABC¹⁰², ressalta as virtudes do setor na promoção dos “empregos sustentáveis”. Para Lage (2010, p. 62), “os trabalhadores e os sindicatos desempenham um papel único, inovador e inesgotável, que atribui sustentabilidade à dimensão social, ambiental e econômica das empresas do setor”.

Lage (2010, p. 63) não só celebra uma suposta gestão sustentável dos empregos no setor como relaciona este “feito” com a superioridade da “formação democrática e cidadã” do ABC Paulista, reforçando o apelo do neoliberalismo “social” do qual o Partido dos Trabalhadores é um dos representantes:

Para isso foi necessário inovar, desenvolver e compartilhar o conceito de *sindicato-cidadão, participativo*, comprometido com os desafios de seu tempo, profundamente vinculado às lutas sociais da nossa região e às transformações de ordem política que poderiam levar — como levaram — o país, a cidade de São Bernardo do Campo e a região do ABC a viver um *estágio superior de democracia e cidadania* (grifos nossos).

Este posicionamento revela uma ambigüidade entre a representação dos industriais e dos trabalhadores da indústria química. Para os industriais do setor há dificuldade em garantir lucratividade com a adoção de uma gestão sustentável dos negócios, enquanto para o representante dos trabalhadores químicos os empregos sustentáveis já são uma realidade. A ambigüidade seria cômica, se não fosse lamentável a inversão dos papéis, pois enquanto a burguesia do setor químico admite que as práticas sustentáveis só são interessantes se gerarem maior produção e lucratividade – traduzindo um discurso mais “honesto” e coeso ideologicamente – daí a sua “dificuldade”, o sindicato dos químicos exalta as benevolências da sustentabilidade descaradamente.

Com foco no desenvolvimento sustentável, o chamado “mercado do carbono” não pára de crescer desde o Protocolo de Quioto¹⁰³ em 1997. Araripe (2009, p. 43) aponta este

seguidas”. Mais informações na matéria de Bornilha Filho (2012). Uma série de questionamentos pode ser realizada sobre a “boa-ação” do BNDES com a Volks: sobre a legitimidade de uma multinacional ser considerada empresa nacional para receber fundos do Banco, se a empresa não deve investir seu próprio capital privado nas “benfeitorias”, se os modelos que resultarem de tal atualização serão consideravelmente mais baratos para compensar a “ajuda” recebida, etc. Mas, o que interessa aqui é demonstrar a articulação entre fundos públicos transferidos para a esfera privada em troca de ações de RSE de alcance localizado e resultados questionáveis.

¹⁰² A região do grande ABC Paulista sedia um importante pólo petroquímico da região metropolitana da Grande São Paulo e conta com indústrias como Petroquímica Quattor, Akzo Nobel, Solvay e Basf América do Sul somente em São Bernardo do Campo.

¹⁰³ Durante a terceira Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática realizada em Quioto, no Japão – considerada complementar à Conferência do Meio-ambiente realizada em 1992 no Rio de Janeiro – cerca de 160 países criaram um conjunto de itens reguladores para a redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE) em decorrência das avaliações científicas sobre o fenômeno conhecido por aquecimento global. Entretanto, o acordo firmado pelo Protocolo previa entrar em vigor a partir de 2005, mas China, Índia e EUA, os maiores emissores de GEE do mundo, descumpriram o acordo de reduzir de 2008 a 2012 os 5,2% em relação aos níveis de 1990. Cada país tem uma meta de redução específica e de acordo com o seu nível de emissão, porém, a meta dos

crescimento ao afirmar que no panorama mundial o mercado passou de US\$1 bilhão em 2004 para US\$116 bilhões em 2008, indicando que o mesmo ainda pode atingir a casa dos US\$3 trilhões até 2020. As políticas de controle dos gases poluentes fazem parte de um conjunto de projetos denominado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em que os créditos de carbono respondem por uma parte do mercado global.

Segundo a jornalista, o Brasil ocupa o 3º lugar no ranking mundial e representa aproximadamente 8% dos projetos de crédito de carbono, dos mais de 4.350 projetos de MDL no mundo. Mesmo com a tendência de crescimento deste mercado, executivos do “setor” apontam a burocracia como a grande vilã para a aprovação de projetos de redução de gases bem como a ineficiência de uma matriz energética limpa, comprometendo a competitividade dos projetos brasileiros em tempos de mudanças climáticas. Em 2009, cerca de 200 projetos de MDL já haviam sido aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, destacando-se a Petrobras, InBev, Grupo Pão de Açúcar, Sadia e CPFL, dentre outras.

Muito se fala neste mercado, embora pouco se esclareça sobre ele. O Instituto Carbono Brasil define o seguinte:

O mercado de carbono busca *negociar* a redução das emissões de dióxido de carbono, teoricamente auxiliando na mitigação das mudanças climáticas. Para compor tal sistema, é preciso a elaboração de uma série de metodologias, regulamentações e estruturas de monitoramento e comercialização dos ‘créditos’ de redução das emissões. Atualmente o *comércio* de crédito de carbono, tanto no mercado compulsório quanto voluntário, está movimentando a economia de grandes atores da economia global, como os integrantes da União Européia, Austrália, Nova Zelândia e Califórnia (grifos nossos).

Pelo exposto é possível perceber que, primeiro, os créditos de carbono compreendem mecanismos de redução da emissão de gases de efeito estufa, e, portanto, são positivos; segundo, que movimentam um mercado de capital considerável e em ascensão, logo, representa uma fonte de investimento lucrativa para as empresas. Contudo, para entender o que isto significa praticamente é preciso “desvendar” o discurso da sustentabilidade sobre este “mercado”.

Especificamente, o mercado de crédito de carbono diz respeito à criação de um equivalente monetário para regular as emissões de CO² a partir de relações de compra e venda. Como as metas estipuladas pelo Protocolo de Quioto tornaram-se “voluntárias”, cada país regula internamente a emissão de GEE pelas empresas que mais liberam dióxido de

maiores poluidores com CO² do mundo está suspensa, já que estes países “prometeram assinar um novo acordo que entre em vigor após 2020, depois que suas metas voluntárias de redução de emissões expirarem”, segundo o Instituto Carbono Brasil.

enxofre e monóxido de carbono (entre outros gases poluentes) na atmosfera e cada crédito autoriza a emissão de um *quantum* do gás, que geralmente equivale a uma tonelada por crédito. Por mais surreal que pareça, trata-se da comercialização do direito de poluir por meio da negociação dos créditos – que compreendem certificados para a emissão do CO² – pelas bolsas de valores de diversos países¹⁰⁴.

A obtenção do crédito via compra no mercado ocorre quando uma empresa que já atingiu seu limite de emissão e “precisa” aumentar este limite para continuar com suas atividades busca no “mercado de carbono” certificados ainda não utilizados, de modo que outras empresas que emitiram abaixo de suas metas oferecem seus créditos disponibilizando-os através do mercado de ações. É desta forma que os governos e organismos multilaterais como a ONU buscam controlar a emissão de gases de efeito estufa, ou seja, privatizando o espaço comum da atmosfera e vendendo-o como mercadoria.

Outra forma de obter o certificado é através de bônus oferecidos pelos governos para projetos de MDL que absorvem os gases poluentes como programas de reflorestamento ou de substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia. Porém, esta forma só fortalece este “mercado”, pois os bônus recebidos pelas empresas que não utilizaram totalmente “sua cota de atmosfera” serão comercializados, uma vez que compreendem mercadorias que geram lucro. Considerando-se as muitas indústrias que já operam com a “tecnologia verde”, é possível imaginar o quão atraente se torna este “mercado do ar” diante do modelo da sustentabilidade. É o fetiche da mercadoria elevado à atmosfera.

O discurso da sustentabilidade da InBev também está alinhado às práticas de desenvolvimento sustentável. Publicado na coluna “Opinião” da Folha de São Paulo em 2010, o discurso é apresentado por Carlos Brito, CEO¹⁰⁵ da companhia na ocasião, e corrobora com a estratégia organizacional de que as práticas sustentáveis, sobretudo as que dizem respeito ao meio-ambiente, devem ser tratadas com a máxima eficiência. Conforme Brito (2010), a responsabilidade com o meio ambiente é importante “não só porque é o *jeito certo de agir*, mas também porque é pilar fundamental da *nossa estratégia de negócios* de longo prazo. Na Anheuser-BuschInBev, monitoramos nossos impactos ambientais tão de perto quanto nosso desempenho financeiro” (grifos nossos).

¹⁰⁴ Segundo o Instituto Carbono Brasil, os créditos de carbono podem ser negociados atualmente nas seguintes bolsas de valores: Bolsa do Clima de Chicago, Bolsa do Clima Européia, Bolsa Nord Poll da Noruega, Bolsa de Energia da Áustria, Bolsa de Mercadorias e Fundos (leilões), New Values/ Climex da Alemanha, Vertis Environmental Finance de Budapeste, Bluenext de Paris, Multi-Commodity Exchange da Índia.

¹⁰⁵ *Chief executive officer*, que na tradução significa o presidente mundial do grupo.

O que a InBev – assim como qualquer companhia “engajada” na gestão da sustentabilidade – ressalta como uma “qualidade” – monitorar os impactos ambientais tanto quanto o desempenho financeiro – não ultrapassa a exaltação do óbvio. Considerando-se a racionalidade do modo de sociabilidade capitalista e suas bases produtivas só há desempenho financeiro com impacto ambiental – daí a importância do gerenciamento destes recursos – a menos que se queira pagar pelo inverso, o que, naturalmente, não é a opção destas companhias. O “custo” da sustentabilidade só é viável quando há reversão para a produtividade do negócio, que, obviamente, responde em grande parte pelo lucro da empresa, a curto, médio e longo prazo.

A preocupação com a água é uma das metas de desenvolvimento sustentável da InBev e a reversão do “custo” da sustentabilidade pode ser notada pelos próprios dados que Brito (2010) apresenta sobre a meta mundial de 30% de redução no consumo de água pelas fábricas de 2007 até 2012, já que “o uso eficiente da água é essencial para o crescimento contínuo e sustentável de nosso negócio em todo o mundo”. Segundo Brito, “a cervejaria de Jaguariúna, no Brasil, por exemplo, diminuiu o uso em 9%, de 2007 a 2009, economizando mais de 1,7 milhão de hectolitros de água”, e, sem mencionar a economia concreta com as contas de água da fábrica, afirma que a redução do consumo de água é “parte do *nosso sonho* de ser a ‘Melhor Cervejaria em um Mundo Melhor’ - nosso compromisso de estimular consumo responsável, sustentabilidade ambiental e comprometimento com a comunidade” (grifos nossos).

Apesar do “sonho” do CEO da InBev, a grande maioria das empresas que adotam a teoria da sustentabilidade como modelo de gestão o fazem como estratégia de maximização de lucros, ainda que a longo prazo – pela economia obtida com o uso racional de suas matérias-primas, no mínimo, ou pela valorização de seus ativos financeiros no mercado de ações. Esta tese é confirmada pela professora do GVces, Roberta Simonetti (apud ARARIPE, 2009, p. 37):

Ainda existem empresas que consideram essa mudança como ‘custo’ ou ‘trabalho extra’, por exemplo, fazer relatórios de sustentabilidade ou responder a questionários, como o índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), vinculado a BM & FBOVESP¹⁰⁶. Isso mostra que estas empresas não incorporaram de fato estas questões; ainda não faz parte do seu negócio, do seu planejamento estratégico.

Mesmo com esta característica, Simonetti (apud ARARIPE, 2009, p. 37) observa que o Brasil é líder na América Latina em publicação de relatórios de sustentabilidade no

¹⁰⁶Bolsa de Mercadorias e Futuros e a Bolsa de Valores de São Paulo.

padrão Global Reporting Initiative (GRI)¹⁰⁷, mas adverte sobre o risco de o Brasil se tornar um grande especialista em “relatar mais do que, de fato, mudar práticas e estratégias”. Talvez fosse mais adequado socializar este risco, visto que uma das especialidades da teoria da sustentabilidade é justamente produzir um discurso muito atraente e pouco factível se explorado criticamente – vide a quantidade e variedade de documentos gerados por pactos internacionais “sustentáveis” que não transformam a realidade concreta ou modificam-na superficialmente na direção de manutenção da ordem capitalista.

A natureza do interesse econômico e financeiro por este modelo organizacional é tratada de forma explícita na coletânea de textos de Lins e Zylbersztajn (2010), que compreende um compendio de “ensinamentos de executivos da sustentabilidade”, cujo objetivo é a vinculação da idéia de que “aliar sustentabilidade à estratégia do negócio é o melhor caminho para introjetar o tema nas empresas” (p. 13). Para Clarissa Lins, em entrevista a Viotto (2010), o melhor modelo de sustentabilidade no Brasil “conceitualmente, é aquele que está de acordo com a estratégia do negócio”.

A própria trajetória e formação da Superintendente de Sustentabilidade do Itaú-Unibanco corrobora esta afirmação, já que o Grupo nomeou uma profissional com sólida formação no mercado financeiro para ocupar o cargo. Denise Hills é formada em Administração de Empresas, com pós-graduação em Finanças Comportamentais e Gestão de Risco, e sua transição para a área de sustentabilidade se deu justamente pela experiência acumulada na área de gestão financeira, sobretudo, em desenvolvimento de produtos de investimento e modelos de negócio. Ou seja, a relação entre sustentabilidade e mercado financeiro não é aleatória e tampouco altruísta, é estratégica.

Ações como a da InBev poderiam ser exemplos do que significa este “estar de acordo com a estratégia do negócio” para Lins (2010) que, segundo a autora, resultam, inclusive, na melhoria do clima organizacional da empresa com a redução da rotatividade – *turnover*. Clarissa não elabora melhor esta relação, mas é possível admiti-la sob o ponto de vista da produção da ideologia da sustentabilidade. Como o discurso empresarial está repleto

¹⁰⁷ A GRI é uma organização sem fins lucrativos e, de acordo com sua definição, “trabalha para uma economia global sustentável, fornecendo orientações para relatórios de sustentabilidade”. A Organização formulou uma estrutura padrão para relatórios de sustentabilidade (e outros), praticamente como uma “unidade de medida” mundial, daí a adoção dos parâmetros GRI por empresas do mundo todo. A estrutura dos relatórios de sustentabilidade é montada a partir de quatro áreas consideradas chave para a avaliação da *performance* da companhia, que compreendem o desempenho econômico, desempenho ambiental, social e governança corporativa. A secretaria geral da GRI situa-se em Amsterdã na Holanda, porém sua atuação está articulada em rede por vários países do mundo por meio dos “Pontos Focais” – escritórios regionais – sediados na Austrália, Brasil, China, Índia e EUA, bem como pela parceria com Programa Ambiental das Nações Unidas, o Pacto Global da ONU, a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, Organização Internacional de Normalização, dentre outros. Para mais informação, acessar o sítio da Organização em www.globalreporting.org.

de signos que são considerados “positivos” – como participação, solidariedade, transparência, credibilidade, preservação do meio-ambiente, justiça social e igualdade, dentre outros – é fácil manipulá-lo no cotidiano de trabalho dos sujeitos singulares, que, diariamente, são assediados com mensagens “sustentáveis”.

Esta perspectiva fortalece a ética do individualismo – no estilo do “se cada um fizer a sua parte” – e cria um halo sagrado sobre as práticas de gestão do modelo organizacional da sustentabilidade, dificultando seu questionamento e ocultando a natureza da exploração do capital sobre o trabalho e sobre a natureza. Além deste processo de ocultamento das contradições do discurso há a ampliação do alcance da ideologia quando estes sujeitos sociais reproduzem-na em seus demais espaços de socialização, concretizando estes valores em novos hábitos e comportamentos. Alguns dos efeitos da socialização desta ideologia podem ser verificados na pesquisa sobre hábitos de consumo, realizada pelo Instituto Akatu em parceria com o Instituto Ethos entre 2006 e 2007¹⁰⁸.

A pesquisa intitulada “Responsabilidade social das empresas – A percepção do consumidor brasileiro” investigou os hábitos de consumidores brasileiros nas principais capitais – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília – através da aplicação de entrevistas presenciais em domicílio. Foram entrevistados 800 consumidores entre 18 e 69 anos residentes nestas cidades e os resultados concluíram que o consumidor brasileiro gosta de comprar de empresas socialmente responsáveis¹⁰⁹. De acordo com os Institutos, o objetivo da pesquisa compreendeu:

¹⁰⁸O Instituto Akatu é mais uma organização não governamental sem fins lucrativos, cujo foco é a mobilização da sociedade para o consumo consciente. Segundo o Instituto, “nossa ação é voltada à conscientização, à mobilização e à mudança de comportamento dos consumidores para a adoção de práticas mais conscientes, em direção a uma sociedade mais sustentável”. O Instituto Ethos qualifica-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e de acordo com sua missão seu papel é “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”. Para conhecer melhor esta dupla de Institutos que atuam de forma associada e querem construir uma sociedade “mais justa e mais humana” incrivelmente sem alterar a estrutura do modo de produção capitalista, acessar os links <http://www.akatu.org.br> e <http://www3.ethos.org.br/>.

¹⁰⁹ Na verdade, a parceria entre os Institutos abrangeu a aglutinação e publicação no Brasil dos dados produzidos por outra agência de pesquisa, a Market Analysis, que foi a responsável pela coleta, processamento e análise dos dados referentes ao Brasil. Os dados fazem parte de outro levantamento, global, realizado em outros 20 países, sob a coordenação do Instituto GlobeScan. Segundo a GlobeScan, “a pesquisa no nível mundial foi iniciada em 1999, sendo que o Brasil começou a ser estudado sistematicamente a partir de 2000”. A GlobeScan é uma consultoria empresarial norte-americana com filiais na Europa, Índia e Canadá que presta assessoria a empresas multinacionais de diversos setores como BMW, Volkswagen, Avon, Nike, Philips, Tetrapak, Shell, Citigroup, Goldman Sachs, Carlsberg, McDonalds, Nestlé, Unilever, Siemens, Dell, HP, Nokia, BBC, Sony Entertainment, Walt Disney Company, Warner Bros, Novartis, Pfizer, Syngenta, dentre outras companhias que podem ser verificadas em <http://www.globescan.com>. Estes dados são importantes para a percepção da articulação global entre os setores produtivos mais presentes na economia mundial em termos de assessoria empresarial, pois esta organização em rede mostra um pouco como a dimensão do poder corporativo global se constrói e se mantém. A GlobeScan trabalha praticamente com todas as empresas que representam os núcleos dos setores e, obviamente, a “orientação” pró-sustentabilidade conta com investimento em pesquisa e desenvolvimento para apontar o rumo

Monitorar as *percepções dos consumidores diante da questão da responsabilidade social das empresas*, avaliando a evolução dessas percepções sobre o papel das corporações na sociedade e das expectativas dos consumidores em relação aos impactos sociais e ambientais produzidos pelas empresas. O estudo também buscou *detectar possíveis mudanças nos comportamentos*, explicando os fatores que impulsionaram tais movimentos (grifos nossos).

Pela exposição dos objetivos da pesquisa é interessante notar a articulação entre a percepção dos sujeitos sobre a atuação das empresas em projetos sociais e as expectativas e comportamentos daí decorrentes. Em outras palavras, é possível detectar a preocupação com a dimensão subjetiva dos consumidores em relação ao tema da responsabilidade social empresarial, como formam sua opinião e mudam seus comportamentos, produzindo mais do que apenas resultados estatísticos sobre tendências de consumo, e sim uma forma de gerenciamento da subjetividade social.

A pesquisa produziu um “mapa” detalhado das percepções subjetivas dos entrevistados a respeito das ações de RSE, com informações importantes sobre hábitos e comportamentos que podem ser utilizadas – e certamente são – para a produção do consenso ideológico sobre a responsabilidade social empresarial, demonstrando nova forma de manipulação da subjetividade social, desta vez não pelo assédio do modelo organizacional no espaço de trabalho, e sim pela invasão do espaço privado dos sujeitos diretamente em suas casas.

Os resultados apontaram conclusões que permitem uma ampla gestão da subjetividade social pelo modelo da sustentabilidade e sua reificação, já que abrangeram diversos aspectos da percepção dos sujeitos sobre o tema da RSE, tais como (apud AKATU; ETHOS, 2008, p. 9-11):

- a) O brasileiro tem interesse nas ações de responsabilidade social e ambiental das empresas e, portanto, no seu papel social;
- b) O brasileiro ainda não é ativo em exercer seu poder como consumidor para influenciar empresas na mesma proporção em que revela interesse por RSE, muito embora ele saiba que tem este poder;
- c) Embora o brasileiro continue entusiasmado com a RSE, está menos engajado em ações do que há alguns anos, discutindo menos e atuando menos no momento de seus atos de compra;
- d) Os formadores/líderes de opinião são mais ativos do que a média da população em debater o comportamento das empresas e em agir sobre elas, apontando para um caminho de possível evolução da RSE na agenda da população, cobrando-as na prática pela sua responsabilidade social e ambiental.

da lucratividade dos negócios destas companhias, como é o caso dos dados produzidos a respeito dos hábitos de consumo no Brasil e seu interesse pelas ações de RSE das empresas que atuam por aqui. A Market Analysis, empresa brasileira de pesquisa de mercado sediada em Florianópolis, foi subcontratada pela GlobeScan para a produção destes dados. Mais informações em <http://www.marketanalysis.com.br>.

e) Em todo mundo, de forma geral, não chega à maioria o percentual dos consumidores ativos em buscar informações sobre a RSE das empresas e que as premiam ou as punem em função dessas ações. Os consumidores dos países desenvolvidos tendem a avaliar o desempenho de RSE das empresas de forma mais crítica, enquanto que os consumidores dos países em desenvolvimento tendem a ter uma visão mais positiva;

f) Em 2006 o Brasil destacou-se no mundo pelo tipo de expectativa em relação ao papel das empresas e pela expectativa de regulamentação governamental sobre a RSE. Mas o Brasil assemelha-se à média mundial de valorização do tema “Educação e Treinamento” como contribuição das grandes companhias para melhorar a comunidade.

O projeto da sustentabilidade também integra a governança corporativa, como mais uma estratégia de articular os negócios capitalistas a uma gestão ecológica, ética e responsável, e, principalmente, atraente ao mercado. Conforme Carlos Rossin¹¹⁰ (apud ARARIPE, 2009, p. 35), “uma empresa transparente e sustentável tem um grande ativo”, de forma que a teoria da sustentabilidade corporativa julga ser possível qualificar as oportunidades e riscos econômicos, ambientais e sociais na gestão empresarial a fim de utilizá-los para identificar e selecionar as empresas com as “melhores práticas” de governança e atrair investimentos no mercado de ações.

Entretanto, além de qualificar os riscos econômicos, ambientais e sociais dos negócios, existe a necessidade de gerenciar o “risco moral” a que está sujeita a companhia com a oscilação do valor das ações segundo estes riscos. Grün (2005, p. 76) salienta este aspecto da sustentabilidade corporativa com o encaixe da responsabilidade social empresarial na governança corporativa:

A lógica subjacente ao estímulo às ações de responsabilidade social é que empregados e dirigentes das empresas devem ser dotados de boa moral e as ações beneméritas ao mesmo tempo comprovam e aprofundam esse traço nas personalidades dos integrantes das corporações, diminuindo o risco de ações questionáveis.

O clichê de que “empresas sustentáveis se tornam líderes de mercado e superam os desafios globais” tornou-se praticamente um “mantra empresarial”, sem que sua pronúncia signifique, primeiro, que a sentença seja verdadeira, e, segundo, que seja viável diante do panorama tecido pelo neoliberalismo e costurado pelos paradigmas da mundialização

¹¹⁰ Carlos Rossin é executivo e sócio da PricewaterhouseCoopers, uma consultoria empresarial resultante da fusão entre companhias inglesas como a Price e Waterhouse na virada do século XIX para o século XX, com companhias norte-americanas como a Deloitte Haskins&Sells e Coopers&Lybrand, formando o grupo PricewaterhouseCoopers na década de 1990. A consultoria se define como “(...) um *network* global de firmas separadas e independentes que trabalham de forma integrada na prestação de serviços de Assessoria Tributária e Empresarial e de Auditoria”. O grupo atua no Brasil desde 1915, quando a organização ainda era constituída somente pelas empresas inglesas. Para maiores informações consultar o site da consultoria, disponível em <http://www.pwc.com.br>.

financeira. Tanto que empresas reconhecidas como “politicamente corretas” e modelos em sustentabilidade praticam ações que ferem os direitos dos trabalhadores descaradamente e está tudo bem.

O Grupo Itaú-Unibanco não hesitou em ameaçar camponeses com o despejo em abril de 2012, alegando o não pagamento de uma suposta dívida contraída pelo casal, que vive há 47 anos em um sítio de Catalão, em Goiás. A terra foi leiloada pelo Banco para a quitação de um empréstimo de 12 mil reais adquirido pelo camponês junto ao Banco do Estado de Goiás (BEG) em 1997 pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O casal – que conseguiu pagar apenas metade do valor ao BEG – foi notificado em 2001 de que a dívida havia migrado de banco e que havia passado para 80 mil reais, conforme matéria vinculada no jornal Brasil de Fato.

Os camponeses reivindicaram um acordo para a suspensão do leilão e a renegociação da dívida de acordo a Resolução 4.028 do Banco Central – que limita o valor máximo de dívidas sobre operações de crédito rural no âmbito do PRONAF em 15 mil reais – e estão sendo orientados pelo Movimento Camponês Popular (MCP), que além de orientação jurídica organizou um protesto de 300 pessoas que ocuparam a agência do Banco Itaú em Catalão reivindicando uma reunião de negociação com a gerência. Obviamente o protesto foi reprimido violentamente pela Polícia Militar, que agrediu alunos e professores da Universidade Federal de Goiás e militantes do MCP.

Outro exemplo de “liderança em sustentabilidade” é a Natura, que em 2010 demitiu 33 funcionários de sua fábrica em Cajamar no Estado de São Paulo, dos quais 22 estavam afastados ou em regime de trabalho de reabilitação por serem portadores de Lesão por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbio Osteo-muscular Relacionado ao Trabalho (DORT). Segundo Amaral (2010), a empresa alegou ter demitido os 33 trabalhadores por “falta de comprometimento” e que eles estavam utilizando a reabilitação para “justificar comportamentos inadequados”.

Evidentemente esta não é a versão dos trabalhadores e os 22 que foram demitidos ilegalmente procuraram o Sindicato dos Químicos Unificados para efetuar a denúncia. Os funcionários estavam em processo de reabilitação profissional – alguns trabalhando, inclusive, em linha de produção especialmente criada para este fim, com ritmo de produtividade mais lento do que o habitual – alguns até com cirurgia médica agendada. Coincidentemente, a linha foi desativada após a demissão do grupo.

Na verdade, o que tem sido viabilizado em uma escala cada vez maior é a ideologização do “mantra” para produzir o efeito de tranquilizante sobre os sujeitos sociais a

respeito dos perigos inerentes a um modo de produção ecologicamente insustentável, amoral e irresponsável como é o capitalista, mas que está “tentando melhorar” graças à “ação de cada um de nós”. Há um esforço para naturalizar esta ideologia, que é sustentada nos espaços sociais por meio da premissa de que as empresas socialmente responsáveis agem no interesse mútuo da empresa, do trabalhador e do meio ambiente.

Dentre os adeptos desta ideologia podem-se notar dois grupos. O primeiro caracteriza-se como uma espécie de devoto da sustentabilidade, pois realmente crê que a humanização do capitalismo é possível e opera com valores cristãos clássicos como os de caridade, honestidade e igualdade para desenvolver os projetos. Para este grupo as estratégias de sustentabilidade representam o caminho da salvação da humanidade e devem ser incorporadas por governos, organizações e “sociedade civil” para que sejam embutidos na lógica capitalista – inquestionável em sua essência – valores éticos e responsáveis que o corrigirão dos males satânicos do mundo moderno.

O segundo grupo caracteriza-se como oportunista da sustentabilidade, visto que compreende novas oportunidades de negócio diante das estratégias de sustentabilidade. Os três pilares – DS, GC e RSE – fornecem novos mercados de atuação para este grupo, em que a variedade de produtos a ser oferecida é grande e pode incluir todas as frações de classe desde que haja investimento em pesquisa para a produção de bens e serviços “sustentáveis” coerentes à formação do consenso positivo sobre a sustentabilidade. “É um caminho sem volta. Ou a companhia pratica a sustentabilidade ou, simplesmente, corre o sério risco de ficar de fora do competitivo mercado global”, afirma novamente Carlos Rossin (apud ARARIPE, 2009, p. 34-35).

As ações de cada grupo não se excluem, tanto que os oportunistas da sustentabilidade utilizam a “fé” – e a “culpa” – dos devotos para formular os discursos manipuladores e pressionar governos a legislarem a favor de “estratégias de negócio sustentáveis” ao mesmo tempo em que aterrorizam os consumidores que não seguem os “mandamentos sustentáveis”, da mesma forma que os devotos compreendem bem a extensão do mercado da sustentabilidade e investem recursos financeiros, políticos e ideológicos para garantir a abertura e manutenção deste mercado.

A partir dos registros aqui apresentados e da análise deste modelo organizacional é possível concluir que a teoria da sustentabilidade e seus respectivos pilares penetram de forma concreta nos mais variados aspectos da vida social por meio da aplicação do discurso nas práticas cotidianas de trabalho e da conseqüente reverberação nos demais espaços de socialização, constituindo-se, portanto, em uma ideologia – tratada no sentido ontológico que

lhe atribui Lukács (1966; 1981)¹¹¹, cujo teor Vaisman (2010, p. 46) sintetiza: “Lukács, ao examinar o problema da ideologia, busca, sistematicamente, a conexão ontológica deste fenômeno com o ser social, refutando, dessa forma, o critério gnosiológico como adequado para a determinação das manifestações ideológicas”.

Ao atribuir a perspectiva ontológica à compreensão da ideologia Lukács (1981) reforça que todas as ideologias possuem uma base material concreta de produção e reprodução justamente por estarem intrinsecamente conectadas ao “ser precisamente assim” da existência dos homens em suas práticas sociais, afastando-se das concepções idealistas – ou gnosiológicas – produzidas pelo irracionalismo burguês. Admitindo-se esta concepção, Lukács confere uma perspectiva mais ampla à formulação ideológica, posto que todas as respostas humanas concretas dadas na vida social podem ser elevadas ao nível da consciência e transformadas em ideologia.

Entretanto, na medida em que o conflito social passa a integrar o conjunto de respostas formulado pelos sujeitos em suas práticas sociais as ideologias produzidas por estas respostas também carregam o sentido do conflito vivido pelos indivíduos, de modo que a concepção mais ampla recebe as caracterizações particulares da posição que tais sujeitos ocupam na luta de classes por meio de suas atividades singulares, atribuindo uma acepção mais restrita ao conceito de ideologia e mais próxima à interpretação dada por Marx no que diz respeito à dinâmica da luta de classes¹¹². Conforme ressalta Meszáros (2004, p. 65), “as

¹¹¹ O conceito de ideologia é outro sobre o qual não há consenso no interior da tradição marxista e existem trabalhos que esclarecem esta polêmica a fim de defender determinada opção teórica. Não é objetivo deste estudo refazer este percurso, de modo que indicamos os trabalhos de Vaisman (2010), Iasi (2007), Löwy (1998) e Chauí (1983) que o fazem em diferentes perspectivas e com maior propriedade. Entretanto, vale ressaltar – ainda que de forma sintética – que foi com Marx que o termo assumiu uma dimensão vinculada à luta de classes e à alternativa de revolução social, ganhando a acepção bastante conhecida de “falsa consciência” no trabalho *Ideologia Alemã* (2007). Este significado alude ao fato de a ideologia pressupor uma relação de dominação em que a classe dominante impõe suas idéias como sendo universais, naturalizando tais relações de dominação, daí a “inversão”. Esta “falsa consciência” não seria fruto de um imperativo ideal e arbitrário no âmbito pensamento, e sim das relações sociais de produção fetichizadas pela lógica da sociabilidade capitalista, ou seja, em Marx a “falsa consciência” da burguesia está diretamente relacionada às condições da alienação. Em Lênin (1986) o termo assume um sentido diferente quando o autor critica as tendências espontaneístas da socialdemocracia russa e alemã atribuindo-as às influências da ideologia burguesa e contrapondo-as ao que seria a ideologia socialista, de modo que de “falsa consciência” o conceito passa a assumir o significado de “visão de mundo” de uma determinada classe. Lukács (1966; 1981) estrutura sua concepção a partir da leitura de Lênin e é esta a opção teórica deste trabalho quando trata da categoria em geral.

¹¹² Vaisman (2010) chama a atenção para a existência de duas formas de ideologias “puras” que estão diretamente relacionadas ao complexo de humanização do homem tomado em seu aspecto genérico e como individualidade na teoria lukasciana, a arte e a filosofia. Segundo a autora (p. 56): “As formas ideológicas puras desempenham, pois, para o lado subjetivo do processo de socialização da sociedade, papel fundamental. São elas que podem conscientizar e mobilizar para a possibilidade da passagem do em-si da realização humana em seu para-si, ademais de representarem a condição para que a relação individualidade/generidade atinja seu ponto de autenticidade. (...) Para Lukács, a filosofia e a arte, enquanto formas ideológicas específicas, são as mais puras porque estão distantes da ação prática imediata e ‘objetivam cultivar o gênero humano – isto é, o ser social e nele o dos homens’. A filosofia e a arte apresentam este distanciamento enquanto frutos da autonomização e

ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente”.

Tanto para a primeira dimensão mais ampla quanto na dimensão mais restrita das ideologias as particularidades dos conflitos sociais são partes de um mesmo complexo que integra determinada forma de sociabilidade e só se efetiva, conforme Lukács (apud Vaisman, p. 50), “no quadro de seu funcionamento dentro da totalidade do mesmo complexo (...) esta totalidade é a sociedade de um dado período, enquanto complexo contraditório que, na práxis dos homens, constitui o objeto e ao mesmo tempo a única base real do seu agir”. Desta forma toda “visão de mundo”¹¹³ – entendida como um instrumento de conscientização da práxis social – pode se tornar uma ideologia e esta capacidade não depende da veracidade de seus pressupostos e sim da função social objetiva que esta visão possui na resolução dos conflitos vividos pelos indivíduos divididos em classes sociais.

No caso do modelo da sustentabilidade a ideação-prévia de suas formulações tem a dupla função de convencer as classes sociais de sua viabilidade para a manutenção de um suposto bem comum da humanidade, ao mesmo tempo em que regula os conflitos sociais segundo os imperativos de dominação da classe burguesa. Ou seja, mesmo que os pressupostos utilizados pela teoria da sustentabilidade sejam questionáveis para a própria lógica de funcionamento da sociabilidade capitalista e ocultem objetivos de classe – constituindo-se em falsos pressupostos – sua validade ideológica se sustenta na função social que o modelo ocupa quando satisfaz tais imperativos.

A formação do consenso em torno das virtudes da teoria da sustentabilidade tem relação direta com a esfera material de reprodução das condições de dominação burguesa posta pela forma de sociabilidade capitalista, como pode ser observado na apresentação de seus três pilares – desenvolvimento sustentável, governança corporativa e responsabilidade social empresarial – revelando-se uma importante ferramenta ideológica de manipulação destas condições legitimada pelos arautos que representam a ciência e intelectualidade burguesas mesmo quando evocam o paradigma da “neutralidade”.

Por outro lado, a viabilidade de seus pressupostos fundamentais – que objetivam a correção das contradições do modo de produção para sua manutenção – está ameaçada pela

complexificação da divisão social do trabalho, mas de uma forma ou de outra interferem no rumo do desenvolvimento social”.

¹¹³ Löwy também utiliza o conceito de ideologia como “visão de mundo”, aproximando-se da orientação lenineana e lukasciana do termo.

própria lógica de seu funcionamento na medida em que são concretamente insustentáveis. Em essência os pressupostos deste modelo traduzem-se em mais formas de exploração da natureza e da força de trabalho – daí a tese de que representa mais uma tentativa de reestruturação produtiva – que buscam reafirmar esta forma de sociabilidade como a única possível desqualificando qualquer questionamento sobre sua veracidade e aplicação prática como anti-ecológico, imoral e irresponsável, dificultando – por vezes impedindo descaradamente – o debate necessário ao desvelamento desta ideologia.

Na medida em que o processo de reprodução desta ideologia se fortalece aprofundam-se também os processos de alienação e reificação das relações sociais entre as classes sob a lógica do capital, compreendidos nas formas particulares de objetivação e subjetivação do ser social. No entanto, é o processo de reificação que assume centralidade quando se busca a compreensão de como a ideologia capitalista se objetiva nas práticas sociais e se internaliza na consciência dos indivíduos – e na formação da subjetividade – de modo tão avassalador e aparentemente inevitável. Netto (1981, p. 16) chama atenção para esta dimensão do processo de alienação quando afirma que “*a manutenção funcional do capitalismo tardio tem o seu elemento axial na reificação das relações sociais: é a reificação, fenômeno sócio-cultural específico do capitalismo tardio, que engendra a resistência histórica deste sistema cuja falência a crítica teórica vem anunciando há muito*” (grifos do autor).

A caracterização clássica deste fenômeno foi elaborada por Lukács (2012b) a partir da análise do fetichismo da mercadoria nas obras de Marx e utilizada para designar o processo de alienação específico do capitalismo moderno – intrinsecamente vinculado ao fetiche da mercadoria e cujos mecanismos influenciam todas as dimensões do ser social¹¹⁴. Nas palavras do autor (2012b, p. 194; 195), “a questão do fetichismo da mercadoria é específica da nossa época, do capitalismo moderno. (...) Mas o que importa aqui é saber em que medida a troca de mercadorias e suas consequências estruturais são capazes de influenciar toda a vida exterior e interior da sociedade”.

Para Lukács o processo de fetichismo da mercadoria seria uma “modalidade” de alienação que sob a configuração do capitalismo moderno potencializa seus efeitos de tal forma que submete todas as dimensões das relações humanas – objetivas e subjetivas – aos imperativos de seu funcionamento, daí a funcionalidade do conceito de reificação para

¹¹⁴ Outra polêmica que não é objeto deste trabalho e que deve ser mencionada é a do estatuto teórico-conceitual da categoria da alienação e do fetichismo da mercadoria nas obras de Marx. Para o aprofundamento desta polêmica recomenda-se a leitura dos trabalhos de Netto (2012) e Meszáros (2006), bem como das obras marxianas em que a conexão destas formulações pode ser observada em continuidade, destacando-se os “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844” (2004) e “Miséria da filosofia” (1974), além de “O Capital” (1985).

entender a dinâmica de atribuir às relações sociais o *status* de relações entre objetos, “coisificando” a vida social por meio da homogeneização dos espaços sociais e da imposição de limites para a realização dos sujeitos.

O fenômeno da reificação permite que se institua uma forma padrão de agir e pensar como se esta fosse a única possível e a mais adequada para o desenvolvimento social, naturalizando os imperativos do fetichismo típicos da sociabilidade capitalista nos comportamentos e na consciência dos indivíduos. Contudo, vale destacar as palavras de Netto (1981, p. 74) sobre a relação entre fetichismo e alienação para a compreensão adequada do fenômeno, dado que quando Lukács escreve sobre a reificação ainda identifica alienação com o que chama de “objetificação”¹¹⁵:

O fetichismo põe, necessariamente a alienação – mas fetichismo e alienação não são idênticos. (...) Se compreendemos por alienação o processo pelo qual os sujeitos (os indivíduos, os agentes sociais particulares) se desapossam de si e da sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo, pode-se garantir que a alienação tem todas as possibilidades de se afirmar e desenvolver sem colar-se ou cristalizar-se em coisas (que é o traço constitutivo e pertinente da alienação engendrada a partir do fetichismo). (...) O fetichismo implica a alienação, realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção das formas alienadas mais arcaicas. O que ele instaura, entretanto, é uma forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída, assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido.

O nexos do fetichismo da ordem capitalista contemporânea engloba as formas de objetivação e subjetivação do ser social como se fosse um “equivalente mercantil” para as relações sociais e desta forma ocupa o centro da discussão sobre as ideologias que sustentam o conjunto da ideologia capitalista. O desvelamento da teoria da sustentabilidade como uma das formas desta ideologia deve partir do pressuposto concreto de que todas as manifestações da vida social sob a lógica do capital tendem a carregar este equivalente, submetendo-se objetiva e subjetivamente aos seus ditames. Conforme Lukács (2012b, p. 198):

¹¹⁵ No prefácio de 1967, Lukács (2012a) enumera as formulações equivocadas contidas no trabalho “História e consciência de classe”, nas quais figura a identificação da alienação com a objetificação. Para o autor (p. 27):” isso resulta diretamente da falsa identificação, tantas vezes ressaltada, de conceitos básicos que são opostos. A objetificação é, de fato, um modo de exteriorização insuperável da vida social dos homens. Quando se considera que na práxis tudo é objetificação, principalmente o trabalho, que toda forma humana de expressão, inclusive a linguagem, objetiva os pensamentos e sentimentos humanos, então torna-se evidente que lidamos aqui com uma forma humana universal de intercâmbio dos homens entre si. Enquanto tal, a objetificação não é, por certo, nem boa nem má: o correto é uma objetificação tanto quanto o incorreto; a liberdade, tanto quanto a escravidão. Somente quando as formas objetificadas assumem tais funções na sociedade, que colocam a essência do homem em oposição ao seu ser, subjagam, deturpam e desfiguram a essência humana pelo ser social, surgem a relação objetivamente social da alienação e, como consequência necessária, todos os sinais subjetivos de alienação interna”.

Pois é somente como categoria universal de todo o ser social que a mercadoria pode ser compreendida em sua essência autêntica. Apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão da “segunda natureza” que surge desse modo.

A compreensão dos processos de reificação que sustentam a ideologia da sustentabilidade – apesar de seus pressupostos insustentáveis – como um das formas de ideologia capitalista pode contribuir para a tomada de consciência acerca do movimento de reconfiguração do capital e suas formas sociais de controle e revitalização permitindo novas formas de articulação das frações de classe subalternas na reconstrução e fortalecimento de uma ideologia que seja capaz de fazer frente à ofensiva capitalista no exercício da luta entre as classes. Para isso é preciso apreender dialeticamente a totalidade contraditória das relações sociais contemporâneas – em suas dimensões universais, particulares e singulares – e identificar o equivalente mercantil reificador dos comportamentos e consciência humanos.

Este trabalho optou pelo terceiro pilar da ideologia da sustentabilidade – a responsabilidade social empresarial – como o objeto específico para a verificação de parte dos processos de reificação que a constituem, sobretudo no Brasil. O entendimento de que esta dimensão particular da ideologia talvez esteja mais presente na cotidianidade da vida social – dada sua penetração com a divulgação e aceitação dos discursos empresariais nos variados espaços de socialização dos indivíduos e as conexões econômicas, políticas e sociais daí decorrentes – catalisou a pesquisa teórica e empírica com o objetivo de demonstrar no próximo capítulo como esta ideologia se articula e materializa em um novo padrão de intervenção social que coloca determinada fração empresarial da burguesia brasileira na liderança deste processo.

Capítulo 3 – Responsabilidade social empresarial no Brasil

A origem, evolução e consolidação da responsabilidade social empresarial no Brasil estão diretamente relacionadas às condições de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e às formas que a luta de classes assumiu diante destas condições. A processualidade de um determinado “tipo” de capitalismo – como é o caso brasileiro – fez com que o Estado e as classes dominantes se defrontassem com a chamada “questão social” também de forma típica, dando respostas – obviamente à direita – às demandas das classes subalternas e ocasionando o surgimento da RSE no conjunto de tais respostas.

Como mais uma das formas de manifestação desta intervenção social “pelo alto” – ou do processo de constituição da democracia burguesa brasileira – as formulações e projetos de RSE refletem uma determinada concepção de Estado e sociedade, e, conseqüentemente, das relações entre uma burguesia e um proletariado peculiares, que, não por acaso, articulam suas frações de classe e lutam sobre um terreno social marcado pela formação de um determinado consenso sobre igualdade e justiça social, que por sua vez, produz determinado tipo de solidariedade de classe e subjetividade social.

Esta concepção de Estado e sociedade atravessa a própria formação do Estado brasileiro e a constituição de sua burguesia, historicamente caracterizada pelo conservadorismo e pela autocracia – para a qual o Estado sempre funcionou como instituição protetora enquanto regula os direitos sociais das classes subalternas na administração da luta de classes – concomitante à sua subordinação econômica, política e ideológica ao imperialismo do capital. Tais frações de classe se organizam de maneira heterogênea e a partir de referenciais objetivos e subjetivos variados que se encontram submetidos às ideologias burguesas e ocultam o caráter de classe da luta social.

Do assistencialismo e colaboracionismo burguês que oprimiu a classe trabalhadora no acesso aos seus direitos fundamentais, do surgimento das organizações não-governamentais ao arranjo neoliberal para a difusão de uma participação social indireta e reificada, da sofisticação da filantropia empresarial que resultou na consolidação de entidades burguesas orgânicas de intervenção social do empresariado brasileiro, a responsabilidade social empresarial se originou, desenvolveu e cristalizou como importante ferramenta para o fortalecimento do processo da democratização burguesa no Brasil.

É desta perspectiva que este capítulo aborda a origem e evolução da RSE no Brasil, bem como sua profissionalização e consolidação enquanto instrumento da burguesia empresarial para a pacificação da luta de classes. Utilizado de forma estratégica e com o apoio

do Estado, este instrumento serve à atuação desta fração de classe em nome de sua emancipação econômica e política na medida em que articula a burguesia empresarial em torno de um padrão de intervenção social formulado por um conjunto de entidades representativas das quais fazem parte o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Empresas privadas associadas a órgãos catalisadores como o Ethos consolidaram tal padrão de intervenção social por meio da efetivação de projetos que transformam espaços sociais em espaços comerciais e de cooptação ideológica. Além de conferirem base material à ideologia da sustentabilidade e da RSE, tais projetos contribuem para a reificação da subjetividade social dos agentes que participam destas atividades – o que dificulta o reconhecimento, resistência e superação das condições de subalternidade destas frações da classe – funcionando também como ferramenta de disputa pela hegemonia entre a fração empresarial da burguesia brasileira.

3.1 Do assistencialismo ao colaboracionismo

Durante o período chamado de Primeira República – ou República Velha – marcadamente os primeiros anos do século XX, os “empresários” brasileiros estavam mais preocupados em transferir seus recursos para construir o parque industrial do país e as ações sociais desta fração da classe burguesa tiveram o foco de formar e reproduzir a força de trabalho de forma conveniente ao desenvolvimento industrial, ao invés de sistematizar doações para as intervenções filantrópicas de natureza cristã que atuavam com o propósito social – ainda que o fizessem na esfera singular, conforme Iamamoto e Carvalho (1998).

A trajetória da responsabilidade social empresarial iniciou-se com esta menção às formulações e intervenções filantrópicas de caráter cristão no Brasil, especialmente as católicas. Como observado por Mestriner (2001), o sentido da caridade, da benemerência e da bondade somente poderiam ganhar concretude na medida em que a doação propriamente dita ocorresse e este foi o apelo sustentado pela Igreja Católica durante este período. Porém, apesar de presente em todas as camadas sociais, o apelo não arrebatou o empresariado brasileiro em formação de forma estruturada, de modo que as ações de filantropia basearam-se nas doações assistenciais limitadas ao compromisso individual no lugar de um projeto articulado de intervenção social empresarial neste momento.

Fruto do desenvolvimento industrial, a expansão urbana que também caracterizou a Primeira República desvelou de forma mais evidente as contradições inerentes à luta de classes que já estavam presentes no campo, tornando-as típicas de um Estado capitalista

subalterno e em desenvolvimento¹¹⁶ e fazendo emergir a chamada “questão social”. Vianna (1978) salienta que neste momento não só era inexistente uma regulação formal da relação entre capital e trabalho pelo Estado como havia uma recusa da burguesia brasileira a esta regulação, daí a utilização descarada do Estado como uma instituição a seu dispor, que por sua vez mobilizava o aparato policial para reprimir violentamente os movimentos operários de contestação e resistência às condições de trabalho impostas pelo capital brasileiro de natureza dependente.

Florestan Fernandes chama atenção para as particularidades históricas que fizeram com que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se desse de forma subalterna – ou na *indirect rule*, como prefere o autor. Apontando que desde sua gênese o capitalismo brasileiro nasce de forma dependente e subordinada, Fernandes (2006, p. 262) alega que tal caráter de dependência não foi somente imposto “de fora para dentro”, mas que se firmou como parte de uma estratégia “pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos o capitalismo dependente como realidade econômica e humana”¹¹⁷.

O caráter ampliado e seletivo do Estado brasileiro, como caracteriza Fontes (2011, p. 219), torna-se visível nesta primeira fase de arranjo entre as burguesias agrária e industrial e a autora ressalta a “existência de contradições e tensões entre as classes dominantes brasileiras, desdobradas numa complexa e razoavelmente precoce rede associativa interburguesa pré-existente”, demonstrada pela flexibilidade com que as classes dominantes ajustam-se entre si em períodos de crise a fim de assegurar sua sobrevivência, “admitindo apenas escassos elementos de incorporação subalterna das grandes massas da população”.

Esta característica também é verificada por Mendonça (1997), que expõe a disputa interna da burguesia agrária desde o final do século XIX quando a industrialização já estava

¹¹⁶ Ressaltando-se o caráter *colonial* desta forma de poder e articulação da classe burguesa, Mazzeo (1999, p. 114) afirma que “se acentua o caráter do caminho colonial da sociabilidade capitalista brasileira e de sua burguesia, que, por sua raiz colonial e fragilidade histórica, utilizará a estrutura do aparelho de Estado para expansão e desenvolvimento de forças produtivas”. Fernandes (2006, p. 240) também caracteriza este processo quando explica que “ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político”.

¹¹⁷ Também segundo Mazzeo (1999), a acumulação capitalista no Brasil se deu por uma via *não-clássica de objetivação do capitalismo*, ou seja, distante da acumulação capitalista gestada no período feudal europeu, e por meio de uma composição da chamada via prussiana (conforme Lênin) com o capitalismo de extração colonial brasileiro, e daí o autor integra a objetivação do capitalismo no Brasil numa *via prussiano-colonial*. Esta particularidade histórica interviu singularmente no perfil da burguesia brasileira, que mesmo com o impulso modernizador do fim do século XIX e início do século XX, não assumiu as rédeas do processo modernizador, ou, de forma diferente, assumiu uma posição subordinada aos países capitalistas centrais a fim de manter os privilégios da era colonial, posição que permeia toda sua atuação no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Para aprofundar tais destacamentos consultar Capítulo I da Segunda Parte da referida obra do autor.

presente em seus traços mais elementares. Mesmo diversificada e ora em conflito ora em aliança com a fração industrial em desenvolvimento, a burguesia agrária produziu organismos de representação de classe para incluir na organização do Estado suas demandas, tais como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – que agrupava os proprietários rurais de todo o país voltados à produção de gêneros para o mercado interno – e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) – que reunia os grandes proprietários rurais paulistas voltados para a exportação, principalmente do café.

O conflito entre as duas entidades de classe deu-se na contraposição entre o “atraso” e o “moderno” segundo Mendonça (1997), representados respectivamente pelos proprietários rurais da SNA e SRB. Entretanto, o setor agrário-exportador aproximou-se do setor industrial na medida em que precisava diversificar sua produção através do uso da tecnologia, construindo a aliança que resultou num Estado representativo destas frações da classe burguesa, cujo caráter refletiu-se na criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) representativa dos interesses agroindustriais associados ao capital multinacional.

De forma paralela à articulação burguesa agroindustrial e à repressão policial estatal as ações assistencialistas de cunho fabril foram desenvolvidas. Ramalho (1989) descreve que serviços assistenciais como a oferta de creches, moradia e alimentação foram oferecidos pela burguesia empresarial com a criação das vilas operárias, obviamente marcadas pelo paternalismo autoritário típico da formação social brasileira que em troca dos serviços oferecidos impôs a ética da obediência e do comportamento político subserviente como formas de controle social.

A participação da burguesia junto à “questão social” deu-se neste limite durante a Primeira República, de articulação entre as frações burguesas e o Estado para controlar socialmente as frações da classe subalterna – sobretudo a operária – utilizando o disfarce dissimulado da “proteção” social. O teor das ações sociais empreendidas pela burguesia empresarial continha a disciplina para o trabalho e a adaptação operária para um comportamento político submisso, já que crescia a ofensiva de movimentos contestatórios de origem anarco-sindicalistas e comunistas a partir da década de 1920¹¹⁸, sendo necessária a

¹¹⁸Este período coincide com a formulação de uma teoria marxista da revolução brasileira, que adquiriu seus primeiros elementos na década de 1920, quando o movimento operário brasileiro era ainda incipiente e se formava a partir das influências do anarquismo e do sindicalismo revolucionário – anarco-sindicalismo – correntes ideológicas trazidas com os imigrantes europeus. Concomitantemente, no cenário internacional fundava-se a III Internacional Comunista e, apesar do debate em torno das questões operárias, o momento era de recuo do movimento. No Brasil, os anarco-sindicalistas lutavam pela centralização do movimento, o que não ocorreu devido às inclinações reformistas que as reivindicações por leis trabalhistas apontavam. Nesta luta pela

imposição da violência para conter a luta de classes até as reformas trabalhistas da chamada Era Vargas.

No fim dos anos 1920 a necessidade de uma transformação na estrutura sócio-econômica brasileira estava mais do que evidente, dadas as condições em que se encontrava a luta de classes e seus arranjos políticos, principalmente pela encruzilhada em que o capital agroindustrial brasileiro se encontrava diante do capital multinacional de natureza imperialista. O movimento operário de São Paulo eclodia em greves e as leis repressivas das atividades políticas e sindicais dos trabalhadores estabelecia o que Santos (1987) denominou de *ordem da coação*. Era preciso uma direção e a questão que se apresentava era a de quem seria o protagonista da “revolução brasileira” – ou, dito de outra forma, qual a classe social que estaria preparada e em condições de levar este processo de transformação adiante.

De acordo com o trabalho de Vianna (1978), a classe operária ainda estava dividida entre comunistas e anarco-sindicalistas, ao passo que o movimento liberal também estava dividido entre as vertentes progressista e conservadora da burguesia agro-industrial. Contudo, foi a vertente autoritária que ganhou força e apresentou o projeto que foi levado adiante, centralizando o poder político e propondo as bases para um desenvolvimento econômico na direção do capital agroindustrial brasileiro. Os expoentes deste projeto foram Alberto Torres, Oliveira Viana, Plínio Salgado, dentre outros.

Esta identificação do “momento revolucionário” brasileiro significou, na prática, mais um ajuste de interesses entre os representantes do grande latifúndio e do capital multinacional. Vianna (1978) também salienta que apesar da vertente autoritária do liberalismo ter elaborado o projeto da “revolução brasileira”, os atores que o protagonizaram foram os jovens tenentes. Uma nova corrente surgiu – a do *corporativismo autoritário* – oriunda da fração militar que fazia oposição ao movimento liberal, tendo como representantes Getúlio Vargas e Juarez Távora, jovens militares e uma fração proletária liderada por Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, enquanto o PCB reconhecia o ajuste e partia para a formação de uma política de alianças.

direção da classe operária surgiu o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922. O PCB, partido de vínculo internacional alinhado ao Movimento Comunista Internacional (MCI) e dirigido pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), também buscou a centralização do movimento operário brasileiro. Porém, a cultura da classe operária ainda não estava comprometida com um partido, ligada mais às inúmeras associações locais, religiosas, etc. A idéia de classe operária também estava se configurando, tal qual a burguesia nacional brasileira, neste momento, caracterizada pela aliança entre a fração industrial e agrário-exportadora. Para o aprofundamento deste contexto de formação do movimento operário no Brasil consultar Carone (1982), Chilcote (1982), Segatto (1995), Mazzeo (1999), Prado Jr (1987) e Del Roio (1990).

Num primeiro momento a burguesia industrial lutou contra o corporativismo buscando ao máximo evitar uma suposta autonomia da classe operária com a regulamentação de direitos do trabalho. Num segundo momento esta mesma burguesia refletiu sobre as vantagens da estatização do movimento operário com a Era Vargas e se aliou ao corporativismo, dispondo, agora legalmente, da classe trabalhadora e disciplinando-a de acordo com seus interesses de classe.

As ações assistenciais da burguesia empresarial se inscreveram no contexto em que o Estado era o agente central, operando como condutor e indutor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, atribuindo uma faceta intervencionista ao Estado e redesenhando – ao menos no discurso jurídico-normativo – o tratamento dispensado à “questão social”, que passou a ser entendida no escopo de uma *cidadania regulada* e tratada por meio de políticas governamentais trabalhistas, sindicais e previdenciárias, ao invés de encarada como “caso de polícia”, conforme o resgate histórico realizado por Santos (1987)¹¹⁹.

O autor (1987) remonta as raízes da cidadania no Brasil apontando seu caráter de exclusão na medida em que somente os trabalhadores em ocupações definidas e regulamentadas pelo Estado tinham acesso às políticas sociais varguistas, criando uma *estratificação ocupacional* que limitava os direitos do cidadão à posição econômica e ao papel que o sujeito assumia no processo produtivo, excluindo os desempregados, subempregados, trabalhadores instáveis e as ocupações sem regulamentação estatal.

Também houve regulação sobre a participação sindical, que determinou a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e proibiu a sindicalização dos trabalhadores não incluídos na cidadania regulada. O “acabamento” do controle social estabelecido pelo Estado varguista em nome dos arranjos políticos promovidos com a burguesia agroindustrial e o capital multinacional foi dado com a criação da Carteira de Trabalho em 1932, que de acordo com Santos (1987) traduziu a evidência jurídica para o gozo dos direitos e reconfigurou a estrutura econômica e produtiva, selecionando os grupos

¹¹⁹ Além do trabalho de Vianna (1978) sobre o período, Santos (1987) também faz um resgate histórico bastante rico sobre as políticas sociais que caracterizaram a formação do Estado brasileiro, desde a República Velha até a Ditadura Militar. Diante da necessidade de reconsiderar o papel da força de trabalho no panorama jurídico, o autor trabalha com a tese de que houve uma “renovação no campo ideológico” para que as frações da elite dominante “concordassem” com as reformas institucionais que normatizaram as políticas sociais da Era Vargas. Apesar de algumas leis e normas já estarem em vigor – como férias, higiene e segurança no trabalho – a “esfera da acumulação” estava marcada pela repressão aos movimentos de caráter social, daí a necessidade de transferir esta esfera para a “esfera da equidade”, que foi levada a cabo pela intervenção Estatal com o conceito de *cidadania regulada*, que, de acordo com Santos (p. 68), atende a “todos os que se encontram nos estratos em que se localizam as ocupações reconhecidas e definidas na lei”. Ou seja, o reconhecimento da “cidadania” estava na profissão e os direitos do cidadão se limitavam aos do profissional, não englobando os trabalhadores informais e desempregados.

considerados legítimos para participar das políticas sociais e favorecendo a formação de uma burocracia sindical cooptada pelo Estado.

A burguesia industrial brasileira também se modernizou e fortaleceu ao lado do Estado Novo. A Ditadura Vargas avançava de tal forma que não carecia do apoio das classes dominantes tradicionais, sendo apoiada pela burguesia oportunista que injetou recursos para a modernização produtiva, enquanto a decadente oligarquia brasileira apelava à intervenção estatal para frear os movimentos camponeses regionais – como o cangaço e o messianismo – e a classe operária era controlada pelo corporativismo estatal.

Entre 1943-45 uma parcela do movimento operário deu origem ao *trabalhismo* – materializado no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que ora se aliava a Vargas e ora aos comunistas, e que segundo Gomes (1988) concorreu igualmente pela direção no interior do movimento operário. Também houve a ampliação de organizações empresariais como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) a partir dos anos 1950, que expandiram não só a abrangência, mas sobretudo, seu papel de centralidade por todo o território nacional, como indicam Diniz e Boschi (2004).

Apesar de circunscrita às políticas sociais estatais, a burguesia empresarial não perdeu sua capacidade de ação autônoma sobre a via assistencialista inaugurada com as vilas operárias, aprofundando o controle social e o disciplinamento da força de trabalho por meio da sistematização de ações empreendidas pelas várias empresas individualmente em um grande complexo de formação para o setor industrial e de serviços, que ficou conhecido como “Sistema S” – Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Como as políticas sociais do Estado não significavam um obstáculo aos interesses empresariais – já que não representavam a autonomia da classe subalterna para além da regulação – a burguesia industrial ganhou em representatividade, tanto na esfera corporativa quanto na autônoma, traço que permaneceu durante a desagregação do Estado Novo e das novas estratégias geradas pelo período do pós-guerra, que alteraram a conjuntura política e econômica do país além da ascensão do movimento operário sindical e popular até o Golpe Militar de 1964.

Durante a crise do período pré-1964 o Plano de Metas do governo Kubitschek foi responsável por acelerar a acumulação capitalista industrial via endividamento externo, emissão de moeda e aumento da exploração da força de trabalho. O sistema financeiro brasileiro era precário em questões de intermediação financeira de longo prazo, daí a emissão de moeda como fonte de financiamento, o que posteriormente será identificado como a causa

maior da inflação e direcionará a reforma financeira brasileira para a constituição de um segmento privado de intermediação financeira de longo prazo¹²⁰.

O período também foi marcado por uma relação assimétrica entre aumento de produtividade e nível salarial real, que mesmo com reajustes nominais chegou abaixo do nível de reprodução da força de trabalho¹²¹. Tal desequilíbrio gerou um aumento da concentração de renda e o posterior deslocamento da produção do Departamento II para o Departamento III da economia, que num contexto inflacionário traduziu-se numa crise do padrão de acumulação capitalista brasileiro¹²².

Houve uma crise de realização para setores industriais do DII – que dependiam do consumo da classe trabalhadora – e uma expansão do DIII – dependente da classe que concentrava a renda – além do surgimento da elite da classe média, que com o redirecionamento da economia e a necessidade de outras funções na nova estrutura produtiva emerge no conjunto de técnicos, analistas e executivos para ocupar os ramos de alta produtividade do setor terciário¹²³. A nova conformação da relação capital-trabalho também

¹²⁰ Para o aprofundamento da reforma bancária e sistema financeiro ocorridos durante a reestruturação capitalista brasileira consultar Parte II de Batista (2007).

¹²¹ Oliveira (2003, p. 86) explica esta relação: “A aceleração mencionada afetará profundamente a relação salário real-custo de reprodução da força de trabalho urbana. (...) a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chegava a cobrir o custo de reprodução da força de trabalho (...) que passa a ter componentes cada vez mais urbanos: o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa. (...) a própria elevação dos preços dos produtos industriais elevava o custo dos componentes industrializados que faziam parte da cesta básica de consumo das classes trabalhadoras urbanas (...) aumentava o custo de reprodução da força de trabalho urbana e ao mesmo tempo erodia os salários reais. Tem-se aí um aumento da taxa de exploração do trabalho, sem necessidade de que esse aumento fosse ostensivamente dirigido no sentido de rebaixamento dos salários nominais”.

¹²² A divisão da economia em três departamentos está pautada nos esquemas da reprodução ampliada de Marx, e corresponde à seguinte, conforme Oliveira (1989, p. 77): “Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são também capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo para os trabalhadores, que estamos chamando de bens de consumo não duráveis; e Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, que estamos chamando de bens de consumo duráveis”. Sobre a crise no padrão de acumulação capitalista brasileiro, Mazzeo (1999, p. 115-116) também explica que: “Esta recomposição da economia brasileira, que a reintegrava na nova divisão internacional do trabalho, longe de aprofundar o programa econômico desenhado por Vargas, acentua e reafirma o caminho colonial da estrutura econômica do país ao priorizar os Departamentos de bens de consumo, o DII e *principalmente* o DIII, em detrimento do DI. (...) o que nos autoriza a dizer que o Brasil transita de um projeto em que havia elementos de capitalismo nacional para uma perspectiva muito mais adequada às condições histórico-genéticas da burguesia brasileira – de capitalismo de *associação subordinada* com as burguesias monopolistas internacionais”. (grifos do autor).

¹²³ Conforme Oliveira (2003, p. 87): “A crise que se gesta a partir do período Kubitschek, que se acelera nos anos 1961-1963 e que culmina em 1964, não é totalmente uma crise clássica de realização (...) Para alguns ramos industriais dependentes da demanda das classes de renda mais baixa, há uma crise de realização, motivada pela deterioração dos salários reais das classes trabalhadoras urbanas: é o caso dos ramos têxteis, de vestuário, de calçados, de alimentação (...) o fraco crescimento de tais ramos deriva do caráter concentracionista do processo da expansão capitalista no Brasil e não do “caráter” dos ramos referidos. Já o consumo dos bens produzidos principalmente pelos novos ramos industriais, bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos em geral), era assegurado pelo mesmo caráter concentracionista, que se gesta a partir da redefinição das relações trabalho-capital”.

umentou a taxa de exploração da força de trabalho, a concentração de renda e a contenção dos gastos públicos.

Tais transformações no âmbito das relações sociais de produção foram o fermento da luta política que desembocou no Golpe de 1964. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) entre 1964-66 e a Reforma Bancária de 31/12/1964 (Lei nº 4595) foram os primeiros passos na sistematização e institucionalização do ajuste das frações de classe dominantes entre a burguesia industrial e financeira e sua associação ao capital estrangeiro, impondo um conjunto de mudanças que garantiram a modernização das bases de acumulação capitalista, distintas das do período desenvolvimentista dos anos 1950 e consolidando o capitalismo de tipo monopolista no Brasil.

Para acompanhar este movimento e o ritmo do desenvolvimento capitalista foi preciso a modernização também da força de trabalho, que mais do que no período anterior ocorreu fundamentalmente via “Sistema S”. As políticas sociais seletivas foram expandidas por meio da institucionalização de algumas coberturas para trabalhadores que antes não estavam incluídos na cidadania regulada do período varguista e também pela privatização de serviços sociais – como educação, saúde, habitação e previdência – uma vez que a crescente classe média detinha poder aquisitivo suficiente para abastecer o recém inaugurado “mercado de serviços sociais”¹²⁴.

Ao mesmo tempo ocorria a agitação popular de resistência contra a ditadura no Brasil, e especialmente a partir do final dos anos 1960 – com a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968 – tornou-se cada vez mais influenciada por movimentos de contestação como o movimento estudantil francês e movimento negro norte-americano, juntamente aos movimentos feminista e ambientalista europeus. A luta armada se aprofundava – com a ação de organizações clandestinas como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Aliança Nacional Libertadora (ALN), entre outras – ao lado das manifestações de rua, que no decorrer dos “anos de chumbo” geraram focos de movimentos sociais urbanos de diferentes características e composição de classe¹²⁵.

¹²⁴ Mota (2000, p. 175) analisa este duplo movimento, de inclusão e expulsão dos trabalhadores do sistema de proteção social: “Enquanto o movimento de inclusão refere-se à ampliação de benefícios e serviços sem contrapartida contributiva, abrangendo segmentos não assalariados ou em situações sociais de vulnerabilidade, o de expulsão se deu através da privatização, seja ela em consequência da deterioração e desestruturação dos serviços públicos, seja pela transferência de serviços para o setor privado lucrativo”.

¹²⁵ Para o aprofundamento deste período consultar Gorender (1987), Reis Filho (1989), Reis Filho e Ferreira de Sá (1985), Reis Filho e Moraes (1998), Ridenti (1993), Syrakis (1980), dentre outros autores estudiosos do tema.

A expansão de entidades representativas da chamada “sociedade civil” – como Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), dentre outras enumeradas por Alves (1987) – juntaram-se às associações empresariais, fortalecendo mais uma vez a estrutura oficial de representação da burguesia empresarial, que conforme Boschi (1979) ainda carregavam o viés corporativo-estatal.

Dreifuss (1987) também salienta a rede de organizações empresariais consolidadas durante a ditadura que, segundo o autor eram dirigidas por pessoas próximas ou diretamente financiadas por entidades norte-americanas, que contava com o papel destacado do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Estes institutos atuaram junto a Escola Superior de Guerra e exerceram uma pressão ideológica “pré-golpe” sobre a população – através do “terrorismo” disseminado em livros, filmes, panfletos e outras publicações de caráter cultural – em que destacavam a urgência de uma suposta “democracia ocidental” e a necessidade da conquista do Estado brasileiro em nome do livre mercado e do estatuto da propriedade no Brasil. Vale ressaltar também o apoio da igreja católica a esta estratégia, que com a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC), articuladas a CNBB, engrossaram o coro do terrorismo anti-comunista frente a agitação popular, justificando a repressão militar.

A expansão das iniciativas organizativas populares não acompanhou a ampliação da rede de organizações comprometidas com a representatividade empresarial – direta ou indiretamente – que, constrangidas e reprimidas pelo monopólio da violência do Estado ditatorial não favoreceu a aglutinação e articulação de uma base popular sindical e partidária, o que veio a ocorrer somente a partir da segunda metade dos anos 1970. Além disso, a combinação entre as políticas de proteção social – ainda que seletiva – e de repressão anticomunista com uma política econômica de favorecimento de investimentos privados destinados ao “setor” social foi aproveitada pela burguesia empresarial, que soube articular a oferta do “pacote de benefícios” atrelado ao salário ao disciplinamento necessário para subordinar a força de trabalho à intensificação da exploração do trabalho.

O processo de construção da hegemonia burguesa se delineava, concretizando-se no fim dos anos 1970 com as novas formas de organização do trabalho que modelaram a reestruturação produtiva brasileira, de acordo com Gomes (1988). A classe operária tentou resistir a mais este golpe eclodindo em greves por todo o Brasil e das quais as do ABC

Paulista foram as mais significativas, com a formação do PT que ascendeu na cena política enquanto partido político de massa¹²⁶.

Concomitantemente à ascensão das lutas trabalhistas ascenderam também diversas organizações populares que se posicionavam contra a ditadura, incluindo grupos com perfil anticapitalista que se apropriaram do termo “sociedade civil” – conforme discussão realizada no item 1.5 – para definir uma concepção independente de partidos, sindicatos e Estado, supondo superar o papel intermediador destes atores sociais na luta pela democracia e extensão dos serviços públicos. Fontes (2011) chama a atenção para dois eventos sociais importantes neste período, que foram a ampliação das universidades e o retorno dos militantes exilados pela ditadura.

Tais eventos levantaram duas questões apontadas pela autora (2011, p. 228-229). A primeira de questionamento do modelo de partido que alguns militantes trouxeram do exílio, incorporando “o desencantamento europeu com a experiência soviética, o que se expressou em muitos casos pela recusa aos partidos comunistas e, principalmente, à crispação dogmatizante das organizações comunistas que se auto-intitulavam marxistas-leninistas”. A outra questão foi o debate epistemológico gerado nas universidades sobre as propostas estruturalistas juntamente ao recorte metodológico que deveria ser dado às pesquisas científicas, pesando a “proeminência dos processos internos (nacionais) para explicar as transformações ocorridas na sociedade brasileira”.

A ênfase do novo recorte científico criou o cenário intelectual que fomentou o surgimento das organizações não-governamentais. Os “novos” objetos de pesquisa eram os chamados “novos” movimentos sociais tratados como sujeitos coletivos fora do conceito de classe social, o que gerou um movimento de aproximação política entre estes pesquisadores e movimentos sociais a partir de uma perspectiva imediatista de participação popular, na qual a recusa ao Estado e aos partidos e sindicatos de classe foi uma característica marcante para sua constituição e da relação social estabelecida por eles com a burguesia empresarial.

Esta postura “científica” dificultou a compreensão da totalidade da luta social travada entre as décadas de 1980 e 1990, que não conectava as lutas particulares dos “novos” movimentos sociais à perspectiva de uma luta de classes estrutural ao capitalismo,

¹²⁶ Iasi (2006) ressalta os laços classistas que marcaram a formação do PT estabelecendo conexões anticapitalistas entre os diferentes sindicatos que o compunham, juntamente ao conjunto de movimentos sociais que adentravam ao Partido. Como a origem e a formação política dos militantes eram bem diversificadas formaram-se tendências igualmente diversificadas no interior do PT, mas que, segundo o autor, mantiveram na pauta do Partido a reflexão sobre o papel do Estado e sobre uma organização política anticapitalista, caracterizando-o como um “partido antiburguês” durante a década de 1980. Consultar também o trabalho de Lagoa (2006).

influenciando-as para o campo das reivindicações imediatas no interior das regras e normas formuladas pelo chamado Estado Democrático de Direito e aceitando o modo de sociabilidade capitalista como o único possível e inevitável¹²⁷.

A criação de duas organizações de caráter classista e popular marcou o cenário das lutas sociais particularmente em 1983 e 1984: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹²⁸, respectivamente. A primeira, notadamente próxima ao PT, mantinha uma forte formulação classista e acompanhava a formulação do Partido de fortalecer a organização pela base. A segunda expunha claramente seu compromisso de classe com a reivindicação da reforma agrária e ambas se organizaram com abrangência nacional.

Também participaram deste cenário as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), oscilando ora sobre o que Fontes (2011, p. 234) denominou de *comunitarismo messiânico de cunho redentor*, ora sobre uma atuação teológica política bastante reflexiva das condições sociais de exploração, destacando-se Leonardo Boff como o mais conhecido representante brasileiro da corrente “Teologia da Libertação” – corrente da Igreja Católica que havia se caracterizado na América Latina por uma crítica moral à pobreza e às condições de injustiça social durante os anos 1950 e 1960, de acordo com a obra de Gutiérrez (2000).

Enquanto isso o empresariado se organizava em torno de um manifesto empresarial que argumentava sobre as condições para a retomada do crescimento e desenvolvimento de uma economia de mercado sólida e alicerçada sobre novas bases. De acordo com o documento, as “novas bases” exigiriam “esforços” e “sacrifícios” de todos os “cidadãos” comprometidos com o “progresso” e pressupunha um regime “democrático” em que seria necessário “a participação de todos os segmentos da sociedade para fazer das decisões do Estado o reflexo da vontade da Nação”, conforme Diniz (et al. 1983, p. 9).

¹²⁷ Fontes (2011, p. 230) faz a análise deste processo e afirma que: “Alguns autores saudaram esse procedimento como se traduzisse, enfim, a “chegada ao pensamento democrático” no Brasil. Para estes, o aprendizado – ainda que forçado – de “estratégias de racionalidade limitada” levaria finalmente os intelectuais brasileiros a abandonar expectativas revolucionárias (“irracionais” ou “utópicas”) e a conviver com o mundo restrito da política institucional como horizonte insuperável”.

¹²⁸ Desde sua origem o MST se dedicou a processos intensivos de educação e formação que se mantém até hoje. A atuação organicamente unificada do MST se consolidou na construção de um centro educacional voltado ao ensino e pesquisa para a transformação social – a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) no período de 2000 a 2005 – e que funciona pela contribuição voluntária de militantes, pesquisadores e ONGs européias, bem como pela doação de simpatizantes ao MST, segundo dados da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS, 2012b). A ENFF faz parte de uma rede de centros educacionais construídos e administrados por movimentos sociais como o MST. A rede Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) conta com 1/3 de movimentos sociais brasileiros e 2/3 da América Latina, conforme dados da *home* da Universidade (2012a). Para maiores informações sobre a articulação e atuação das oficinas promovidas pela Rede acessar o link <http://www.universidadepopular.org>.

Tal documento intitulado “Documento dos doze” foi escrito por um grupo de doze empresários escolhidos a partir de uma consulta realizada pelo jornal Gazeta Mercantil – o Fórum de Líderes Empresariais fundado em 1977 – ao meio empresarial, que apontou os “homens de negócio” mais influentes no Brasil no início da década de 1980. Após esta “eleição” é que o grupo se reuniu num fórum de debates sobre os temas nacionais e lançou o manifesto. Na ocasião foram escolhidos Antonio Ermírio de Moraes, Abílio Diniz, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Paulo Villares e Severo Fagundes Netto, dentre outros nomes.

A fundação do Instituto Liberal (IL) por Donald Stewart Jr.– intelectual orgânico da burguesia empresarial carioca – em 1983 também foi outra iniciativa do empresariado em defesa de seus interesses de classe, definindo-se como uma organização sem fins lucrativos e como “uma instituição voltada para a pesquisa, produção e divulgação de idéias, teorias e conceitos que revelam as vantagens de uma sociedade organizada com base em uma *ordem liberal*” (IL, 2010, grifos do autor). Entretanto, apesar de o IL ressaltar a proibição de qualquer vínculo político-partidário em seu estatuto, o teor político de sua articulação está explícito nas suas formulações.

Associado a outras organizações liberais de âmbito internacional – como a Mont Pèlerin Society, o Liberty Fund e o Institute of Economic Affairs– o Instituto Liberal teve – e ainda tem – a missão de divulgar as obras liberais na sociedade brasileira a fim de formar o consenso sobre as vantagens das teses de Hayek. De acordo com Gros (2003), o Instituto não havia sido criado para disputar a representação da classe burguesa, e sim para difundir os fundamentos teórico-ideológicos que possibilitariam uma reforma de cunho neoliberal ortodoxo no Brasil, daí o intenso trabalho de educação política a que o Instituto se propôs para internalizar – não só no empresariado brasileiro, mas também nos meios universitários, jornalísticos e jurídicos – temas como privatização, competitividade, Estado mínimo, etc.

A estratégia do IL contrastou com o antigo padrão de intervenção da burguesia empresarial brasileira, acostumada a utilizar o Estado como seu “imediato” e, mesmo que as teses centrais do neoliberalismo de Hayek já não fossem mais estranhas à burguesia empresarial, Diniz (2000) indica que persistia ainda uma tendência desenvolvimentista no meio empresarial em disputa com a fração neoliberal ortodoxa do empresariado que estava se articulando. Foi a partir desta tendência que o empresariado aproveitou o cenário social – intelectual, política e economicamente propício ao movimento pela democracia burguesa – e se embrenhou no movimento por eleições “Diretas Já”, que ganhava as ruas e simbolizava o

fim do cerceamento às liberdades civil e política, o fim da inflação, a retomada do crescimento, mais empregos e reformas sociais.

No plano formal a classe burguesa se unificou num suposto consenso popular que se apropriava das reivindicações da classe trabalhadora para finalizar os “anos de chumbo”, tentando mascarar o exercício da repressão pela ditadura militar em seu nome apropriando-se de demandas populares. Ao se apropriar das forças armadas e instituir um Estado autocrático que assegurasse sua posição de classe dominante, a burguesia teve que abrir mão de uma fatia de poder político que foi substituída por outros mecanismos imediatos de poder, o que Florestan Fernandes (2006, p. 414) chamou de *a regeneração burguesa da própria ordem social*.

Com a contenção dos conflitos, a classe burguesa rateou os “ganhos com o restabelecimento da ordem” entre as próprias frações burguesas – industrial, agrária e financeira – e com a classe média, encaminhando o cenário político para o que ela denominou de “redemocratização”, mas que não passou de uma nova configuração para a consolidação do processo de democratização burguesa que vinha ocorrendo no Brasil e para a divisão do poder entre as frações de classe dominante.

3.2 Da emergência das ONGs ao arranjo neoliberal

Com o avanço do processo de democratização burguesa no Brasil as organizações não-governamentais emergiram como entidades que se assumiam “*a serviço de camadas da população oprimida*” no campo da intervenção social, conforme o recorte historiográfico da pesquisa de Fernandes e Landim (1986, p. 47, grifos nossos). Na ocasião, a pesquisa contava 1.041 ONGs presentes em 24 dos Estados brasileiros e 213 cidades e o “serviço” prestado era o de assessoria a projetos sociais, sobretudo nas áreas de educação. A pesquisa também aponta a forte influência da Igreja Católica sobre estas organizações, já que mais de um terço delas admitia o vínculo formal ou informal com as Igrejas¹²⁹.

As ONGs se auto-intitularam como “a serviço de” uma transformação social que não precisava da mediação de partidos e sindicatos para organizar e representar as demandas sociais, fragmentando a dimensão da luta entre as classes em seu discurso pretensamente

¹²⁹ Vale ressaltar que o direcionamento teórico da pesquisa de Fernandes e Landim (1986) foi o recorte historiográfico, não havendo um compromisso político desta historiografia com a função social que as ONGs exerceram – e ainda exercem – no cenário brasileiro para o avanço do processo de democratização burguesa neoliberal.

independente por demandas locais pulverizadas e esta foi a linha que conduziu todo o processo de emergência e atuação destas organizações durante a década de 1980. Como afirma Fontes (2011, p. 237), o engajamento direto em uma luta social comum foi reduzido enquanto “crescia a oferta de serviços de apoio a lutas com cujas causas estariam, supõe-se, de acordo. O argumento central era a questão democrática e era em nome da democracia que o conjunto dessas atividades se articulava”.

De fato o que estava em jogo não era a criação de organizações independentes das formas associativas de classe partidárias e sindicais capazes de resgatar a autonomia das demandas sociais frente a um Estado desmoralizado e supostamente ineficiente, mas acima de tudo a elaboração de um novo padrão de resposta à chamada “questão social” no Brasil. A emergência de um suposto “terceiro setor” que permitisse mobilidade às organizações não-governamentais significou, nas palavras de Montañó (2007, p. 184), “uma *denominação equivocada* para designar um *fenômeno real*” (grifos do autor) intrinsecamente relacionado à função social que este novo padrão de respostas assumiu para a configuração de uma nova mentalidade sobre as possibilidades de intervenção das classes subalternas no encaminhamento das contradições sociais.

Ao invés de uma inovação aparentemente organizacional no âmbito das instituições da “sociedade civil”, a emergência das organizações não-governamentais junto ao suposto “setor” independente e moralmente livre das incoerências do setor público e da ganância do setor privado – batizado pelos arautos deste fenômeno como “terceiro setor” – deve ser interpretada como um conjunto de ações com função social e valores definidos conforme esta reconfiguração da luta de classes no Brasil. Tal forma de intervenção esterilizou o debate autêntico sobre a natureza das demandas sociais – e conseqüentemente sobre as possibilidades de resposta concretas – transferindo-o para uma dimensão conivente ao apaziguamento do conflito entre classes sociais. Como explica Montañó (2007, p. 185):

Ao operar, portanto, uma transferência do fenômeno real – atividades que expressam funções sociais a partir de determinados valores – para um debate sobre organizações em determinado âmbito (setor), o que ocorre é uma verdadeira transformação de uma questão político-econômico-ideológica numa questão meramente técnico-operativa. Em lugar de debater a *função social* de resposta às demandas sociais e os *valores* que a sustentam – seus fundamentos, modalidades e responsabilidades – discute-se, isoladamente, se as organizações de determinado “setor” podem dar tal resposta. Opera-se não apenas a já mencionada *setorialização* do real, mas uma verdadeira *despolitização* dos fenômenos e do debate (grifos do autor).

A profissionalização da “assessoria popular” prestada pelas organizações não-governamentais se consolidou neste período inaugurando um novo mercado de “produtos” sociais e de emprego. Os novos “intelectuais-militantes” que encabeçaram as principais organizações não-governamentais no Brasil justificavam sua atuação não só no ataque ao papel representativo de partidos e sindicatos de classe, mas também na cobrança dos serviços de assessoria prestados em nome do exercício da “cidadania”, aproximando segundo Fontes (2011) o formato de intervenção das organizações brasileiras aos padrões de intervenção política internacionais típicos da democracia burguesa estadunidense, num processo denominado pela autora (p. 255) de *conversão mercantil-filantropica da militância*¹³⁰.

Coutinho (2011) também chama atenção para a associação das organizações não-governamentais brasileiras com o grande capital multinacional por meio do financiamento de seus projetos com recursos de fundações como Fundação Ford, Rockefeller, Kellogg, MacArthur, dentre outras representantes norte-americanas do novo padrão de intervenção que serviu de modelo para a consolidação do chamado “terceiro setor” e da atuação das ONGs no Brasil. Na década de 1980 o modelo estadunidense ainda estava atrelado à noção de filantropia empresarial, de modo que o primeiro passo para a sistematização deste padrão junto ao empresariado brasileiro foi a sensibilização quanto à importância destas ações no conjunto das reformas econômicas e políticas que se deram no período pós-Constituição de 1988.

Apesar de heterogêneas em suas reivindicações, as entidades empresariais se uniram durante o processo constituinte para assegurar que conquistas populares universalizantes não ganhassem espaço na nova Constituição. O documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) “Competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil”, também de 1988, representa o arrefecimento da disputa entre a fração desenvolvimentista e a neoliberal da burguesia empresarial. A tese central do documento era a de que o Estado era incapaz de realizar as mudanças necessárias à “democratização” e que o maior obstáculo ao crescimento era a defasagem do sistema educacional brasileiro.

Para corrigir esta “falha” a CNI (1988) propôs um conjunto de medidas que foi desde os critérios para a transferência de recursos para o sistema universitário até o incentivo

¹³⁰ Fontes (2011, p. 237) analisa a profissionalização da assessoria prestada aos movimentos populares como um “deslizamento da “luta social” para estar “a serviço de”” em que “desaparecia do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade. Modificava-se a própria forma da política no Brasil, aproximando-se celeremente dos padrões dominantes no cenário internacional, de cunho capital-imperialista”.

ao envolvimento privado na manutenção do sistema público de ensino. Apesar do apelo do documento ser fundamentalmente econômico, é possível perceber os tentáculos ideológicos dos industriais sobre as políticas sociais educacionais, já que a expectativa do documento era de obter o estímulo necessário – via reformulação do BNDES – para intervir no processo educacional com o objetivo de articular os conhecimentos, habilidades e comportamentos de maneira funcional ao aumento da produtividade diante das tendências à mundialização do capital que se apresentavam.

Também era crescente o discurso empresarial sobre o chamado “custo Brasil”, em que a burguesia ressaltava as dificuldades fiscais que enfrentava para garantir seu funcionamento e sustentar os empregos, destacando os gastos com o sistema público de proteção social instituído com a Constituição de 1988 e inaugurando o tema – recorrente até hoje nas lamentações da literatura empresarial – das condições de competitividade das empresas brasileiras no plano do mercado mundial.

No âmbito sindical a posse de Luiz Antonio de Medeiros na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1987 caracterizou, de acordo com Giannotti (2002), a virada do movimento sindical para o sindicalismo propositivo de resultados em constante aliança com entidades do empresariado paulista – como a FIESP – e cuja influência enfraqueceu a ação dos sindicatos combativos durante as greves que se espalharam no país após a abertura política de 1985.

Como o início dos anos 1990 foi marcado por uma hiperinflação – que havia ultrapassado 80% ao mês, de acordo com dados de Barros de Castro (2005, p. 141) – a eleição de Collor se traduziu numa estratégia de marketing eleitoral por meio de um discurso liberal radical de combate à inflação e abertura econômica, aglutinando ao mesmo tempo em sua sustentação política o empresariado e as associações sindicais propositivas que o converteram no “pai dos descamisados”.

A grave crise econômica de hiperinflação pela qual passava o país garantiu o apoio das elites até o fracasso de seus planos econômicos – o Plano Collor I e II¹³¹ – e o período de escândalos que culminou no processo de *impeachment* em 1992. O governo Collor foi avesso ao diálogo com os trabalhadores e conduziu de maneira autoritária a maior parte de seu governo. Filgueiras (2000) chama atenção para a mudança progressiva do caráter do governo de Collor, simbolizado na apresentação do “Projeto de Reconstrução Nacional”

¹³¹ Para aprofundar as características dos respectivos planos econômicos do governo Collor, consultar Parte II de Batista (2007).

quando o espaço para o debate com as camadas populares seria supostamente retomado pelo “pacto social”.

As medidas do governo Collor viabilizaram a liberalização cambial e redução das restrições ao capital internacional no mercado brasileiro com o acesso aos recursos externos de financiamento para as empresas sediadas no Brasil, bem como a diminuição das tarifas sobre empréstimos em moeda estrangeira. A partir de 1991 houve um surto de investidores internacionais no mercado de capitais brasileiro, que também foi impulsionado pelos avanços nas telecomunicações, informática e demais serviços e produtos oferecidos pelo mercado financeiro.

Contudo, havia certa resistência da burguesia empresarial brasileira quanto às vantagens da financeirização e das políticas neoliberais. Entre 1990 e 1994 a fração da burguesia industrial monopolista teve que refinar o seu discurso a fim de convencer o empresariado, tanto em nível organizacional quanto político. O documento intitulado “Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno” – elaborado pela FIESP em 1990 – representou este refinamento, traduzindo as principais diretrizes de um projeto neoliberal para o Brasil e que concretizasse um novo arranjo entre as frações da burguesia empresarial em pró da reprodução das orientações dadas pelo Consenso de Washington.

De acordo com os “diagnósticos” elaborados por entidades como CNI (1988) e FIESP (1990) o apelo das ações empresariais era sobre a educação, visto que a exigência de níveis de qualificação e conhecimento sistematizado para o mercado de trabalho estava cada vez mais elevada. Neves (1997) aponta a tendência do empresariado de defender a “educação para a competitividade empresarial” por meio das políticas de competências – cálculo, escrita, leitura e interpretação – reforçando a perspectiva utilitária e pragmática de uma formação humana voltada para o abastecimento do mercado e acumulação de capital.

Em outro trabalho a autora (2005) demonstra como as iniciativas de formação do consenso em torno das políticas neoliberais traduziram-se numa *pedagogia da hegemonia neoliberal* na medida em que os empresários sabiam que introduzir reformas neoliberalizantes nos espaços escolares reproduziria a lógica neoliberal para as esferas cultural e intelectual, justificando a superioridade política – e moral – da economia de livre mercado perante o papel do Estado e construindo o consenso ideológico sobre as virtudes do caminho neoliberal.

Entretanto, o projeto neoliberal proposto por entidades como a CNI e FIESP era claramente influenciado pelo neoliberalismo de face ortodoxa – e apoiado por grupos como o do Instituto Liberal – e não foi capaz de unificar os interesses da burguesia industrial naquele

momento, permitindo que o grupo formador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)¹³² – que articulava a fração não-monopolista da burguesia industrial desde 1987 – disputasse a liderança da representação empresarial industrial com um projeto neoliberal mais “social”. Esta intenção está contida no texto que narra o histórico de formação do Grupo (PNBE, 2012):

Os fundadores reuniam-se alternadamente nas sedes de associações da indústria de brinquedos, fundição e outras. Entre eles, firmou-se a convicção de que o empresariado moderno deveria derrubar um dogma de décadas e *articular-se com as lideranças emergentes dos trabalhadores* na identificação de causas comuns, como a luta contra a inflação (grifos nossos).

Bianchi (2001) demonstra como o PNBE se configurou em um organismo de representação da classe empresarial institucionalizado durante o governo de Collor e aponta a linha de dissidência com o projeto neoliberal ortodoxo com que o movimento atuou, acentuando a mudança política em prol do “pacto social” promovido pelo governo. Mesmo que o chamado “Pacto Nacional” não tenha obtido êxito, o PNBE mediu as propostas do empresariado e do governo com entidades representantes dos trabalhadores como a CUT, caracterizando-se como um articulador do diálogo e da cooperação entre os diversos interesses e revitalizando a onda colaboracionista dos documentos da CNI (1988) e FIESP (1990).

A criação da Força Sindical em 1991 também deu força à onda colaboracionista, uma vez que Luiz Antonio de Medeiros já havia “ganhado experiência” no sindicalismo propositivo em sua gestão junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e era uma figura “confiável” do empresariado paulista para a direção de uma central sindical em oposição a CUT, que até então conservava seu viés sindical combativo. A nova central ascendeu como uma versão moderna do peleguismo que incorporou as propostas neoliberais em sua agenda.

De acordo com Boito Jr. (1999), a Força Sindical sustentou uma postura ideológica conservadora evidente no apaziguamento da luta de classes ao defender que as reformas neoliberais não se opunham aos interesses dos trabalhadores. Gianotti (2002) também retrata o papel da Força Sindical neste momento de articulação entre as frações da

¹³² Inicialmente fundado como um grupo informal, o PNBE contou com nomes como Oded Grajew, Emerson Kapaz, Salo Seibel, Joseph Couri, Paulo Butori, Adauto Ponte, Eduardo Capobianco e outras lideranças da indústria paulista em seu núcleo fundador. Segundo o histórico do Grupo (PNBE, 2012), o PNBE se institucionalizou em 1990, com o ingresso de novos associados como Helio Mattar e Sergio Mindlin, cujos nomes serão novamente citados quando da articulação para a formação do Instituto Ethos.

burguesia industrial, destacando a defesa pelo “diálogo” e pela “colaboração entre as classes” em oposição ao radicalismo sindical praticado pela CUT, atribuindo uma suposta “face moderna” ao sindicalismo brasileiro que agora passava à função de “administrador de conflitos”.

Este arranjo político também se fundiu na proliferação dos movimentos sociais policlassistas dinamizado com a emergência das ONGs para a atuação em temas universais como o combate à pobreza e à corrupção, bem como a ecologia. Destacaram-se o “Movimento pela Ética na Política” com a campanha “Ação da Cidadania, contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza – intelectual cuja trajetória política foi construída junto à atuação das CEBs da Igreja Católica – e então presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE), em conjunto com a CNBB, reafirmando os vínculos políticos das organizações não-governamentais com entidades de natureza cristã financiadas por fontes internacionais e com os setores empresariais multinacionais propriamente ditos.

No bojo desta campanha é que o apelo da burguesia empresarial passou a formular um discurso organizacional articulado de mobilização e sensibilização das organizações empresariais para uma atuação “politicamente correta” junto aos negócios. A Rio-92 ocorria simultaneamente à efervescência do período que desembocou no *impeachment* de Collor e ofereceu uma “carona” para que o discurso da filantropia empresarial ganhasse consistência na discussão do papel das empresas para o desenvolvimento sustentável. Este contexto foi estrategicamente aproveitado pelo empresariado “engajado” do PNBE, que além de intensificar as críticas à ineficiência do Estado na administração da crise política e econômica do período, enfatizou o teor colaboracionista do discurso introduzindo o tema da responsabilidade social empresarial.

O novo empresariado “engajado” já tinha adquirido experiência com ações de filantropia empresarial ainda no período de pré-abertura política, com a criação do Prêmio Empresa-Comunidade (Prêmio ECO) sob a coordenação da Câmara Americana de Comércio (Amcham) de São Paulo em 1982. De acordo com o histórico do Prêmio (2012) é possível relacionar tal iniciativa ao período em que as ações empresariais de cunho filantrópico ganharam um impulso de sofisticação nos EUA, daí a iniciativa da Amcham de trazer para o Brasil um novo modelo de filantropia empresarial, traduzindo o imperialismo estadunidense também em sua dimensão ideológica.

As edições anuais do Prêmio ECO delinearam uma nova abordagem para a intervenção social do empresariado – que passaram das meras doações de caráter caritativo às formas mais ambiciosas de intervenção empresarial – traduzindo o interesse dos empresários associados à Amcham em constituir-lo como “um instrumento de compromisso corporativo com o desenvolvimento social”. O Prêmio atuou – e ainda atua – como um concurso para premiar as ações empresariais reconhecidas no âmbito social, dando visibilidade ao tema da filantropia empresarial, que a partir das edições da segunda metade dos anos 1990 será refinado pelo de responsabilidade social empresarial.

Outro tema que marcou a mobilização da burguesia empresarial “engajada” no projeto político do neoliberalismo de “social” foi a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que culminou na criação de uma organização empresarial exclusiva – a Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Além da Fundação foi criada a Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania – CIVES – que aglutinou um pequeno grupo de empresários ligados ao PT de acordo com Pomar (1995), e que posteriormente também atuou junto aos dirigentes sindicais da CUT e Força Sindical sob a liderança de Oded Grajew – importante intelectual orgânico da burguesia paulistana que além da ABRINQ também integrava o PNBE e mais tarde será um dos fundadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ) – que já funcionava desde 1985 com o objetivo de aglutinar os interesses dos industriais deste setor – havia criado uma diretoria específica para “cuidar” dos direitos de crianças, a Diretoria de Defesa da Criança, e profissionalizar seu envolvimento nas lutas que organizações não-governamentais e demais setores da sociedade travavam pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de acordo com ABRINQ (2012). Esta “profissionalização” da Diretoria foi propícia pela realização da Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU em 1989, estendendo os tentáculos empresariais para o campo das políticas públicas por meio do envolvimento em um tema universal e moralmente “acima de qualquer suspeita” como este.

O ECA foi aprovado no mesmo ano de criação da Fundação ABRINQ – 1990 – permitindo que a Fundação se consolidasse como o “braço social” da Associação, que nascia “com a missão de defender os direitos da criança e do adolescente por meio da mobilização social”, segundo a ABRINQ (2012). Em 1992 a Fundação também atuou junto a outros grupos para a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e

Adolescentes, bem como para a criação de Conselhos estaduais, municipais e tutelares, como afirma o histórico da Fundação (2012)¹³³.

Outro órgão catalisador da burguesia empresarial fundamental para o acabamento do arranjo neoliberal “social” foi o Partido da Social Democracia Brasileira fundado em 1989. Guiot (2006) ressalta a composição de classe presente entre a liderança do Partido, formada por membros da FEBRABAN, FIESP, CIESP, FIRJAN, CNI, dentre outras, além da correspondência entre o programa político que elegeu FHC com as formulações do documento da CNI “Livre para crescer”. A fração burguesa industrial majoritária na CNI formulou um plano político para a defesa de políticas de modernização da economia brasileira, de modo que as disputas que existiam entre este grupo e a fração industrial não-monopolista majoritária no PNBE foram superadas na reafirmação do projeto de emancipação da classe burguesa concretizado pelo PSDB.

Em meio ao contexto de articulação da classe burguesa empresarial e de cooptação da classe trabalhadora por meio da formação do novo padrão de intervenção social – que incluiu a domesticação dos sindicatos – ocorreu a articulação das organizações não-governamentais brasileiras em torno da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), criada em agosto de 1991. Como afirma Fontes (2010, p. 269), “convencida de sua abrangência nacional, da qualidade ‘moral’ de suas integrantes e fortalecida em sua representatividade, a ABONG se erigiria na mais visível interlocutora (do governo, das entidades internacionais, das universidades) para assuntos ligados à sociedade civil”.

A ABONG nasceu em estreita ligação com o Partido dos Trabalhadores a partir do vínculo político de seus militantes-associados com o Partido, embora tenha atuado em “parceria” com outros partidos e governos, como os programas “Comunidade Solidária” dos governos FHC, bem como sindicatos vinculados à CUT e Força Sindical. Pronunciando-se como entidade autônoma e independente, a característica “pluralista” – ou policlassista – da Associação (ABONG, 2012) se mantém em seu discurso até hoje, integrando também o coro do movimento pela sustentabilidade através do fortalecimento da “sociedade civil” para o exercício da “cidadania”:

¹³³ Também na *home* da Fundação ABRINQ é possível acessar o link “Linha do Tempo”, que resume a atuação da Fundação nos últimos 20 anos. Vale ressaltar que em 1995 foi criado o Programa Empresa Amiga da Criança, cujo foco é o combate ao trabalho infantil. Juntamente ao Programa foi elaborado um documento, intitulado “10 compromissos em benefício da infância”, com os quais as empresas signatárias se comprometem para, em troca, receber (e exibir) o “Selo Empresa Amiga da Criança”.

Sociedade civil sem fins lucrativos, democrática, pluralista, antirracista e anti-sexista, que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. A ABONG tem sua origem em organizações com perfil político caracterizado pela resistência ao autoritarismo; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; luta contra as desigualdades sociais, econômicas, políticas e civis; a universalização e construção de novos direitos e a consolidação de espaços democráticos de poder (grifos nossos).

A concentração das ONGs em torno de uma entidade representativa como a ABONG também foi um importante instrumento no processo de cooptação política e enfraquecimento de movimentos sociais que ainda mantinham uma postura autêntica em sua pauta reivindicativa de luta política, empreendido pelo imperialismo ideológico de organizações como a Fundação Ford e Fundação Kellog, duas grandes fontes de financiamento para os projetos das organizações não-governamentais no Brasil desde a década de 1980. A atuação desta rede possibilitou o redirecionamento das lutas sociais populares segundo os rumos da mundialização financeira e do neoliberalismo.

Através de programas de gerenciamento privado de políticas públicas e da criação da legislação que materializou a política das “parcerias”, a aliança política que elegeu Fernando Henrique Cardoso levará adiante a consolidação do neoliberalismo “social” no Brasil importando os novos parâmetros de cidadania, participação popular, sociedade civil e indivíduo de democracias burguesas já desenvolvidas – como a estadunidense – e pondo-os em prática como novos alicientes da força de trabalho massivamente durante a segunda metade da década de 1990 e com o auxílio de entidades representativas da burguesia empresarial como GIFE e Instituto Ethos.

3.3 Da filantropia empresarial à formação do Instituto Ethos

Até a primeira metade dos anos 1990 a idéia de filantropia empresarial foi o alicerce das políticas de ação para o envolvimento do empresariado nas questões sociais, ainda que de forma descontínua e fragmentada. Na medida em que o discurso empresarial da filantropia foi ganhando legitimidade social o discurso empresarial da responsabilidade social foi sendo introduzido e sofisticado sob a direção dos grupos empresariais de tradição neoliberal que estavam engajados na missão de reformular o padrão de intervenção social da

burguesia no Brasil e dar suporte às políticas neoliberais de redução da intervenção do Estado e mercantilização dos serviços sociais.

O período de 1994 a 1998 foi marcado por reformas econômicas, administrativas e privatizações. Foram aprovadas as medidas de abertura econômica com a quebra do monopólio estatal nos setores de petróleo, telecomunicações e energia, que foram acompanhadas pela reforma administrativa do Estado. A separação entre as funções “públicas” e as demais inaugurou o período de terceirização das áreas sociais, que passaram da responsabilidade do Estado para a esfera privada em diversas áreas – sobretudo saúde e educação. O Programa Nacional de Desestatização (PND) do governo Collor já havia iniciado o processo de privatizações, cabendo ao governo FHC expandi-lo para os setores produtivos.

É neste período que as formulações e projetos de responsabilidade social assumirão o caráter de estratégia organizacional de intervenção da burguesia empresarial “engajada” na dinâmica social do país para assegurar sua posição de classe dominante e dirigente do processo de sociabilidade da democracia burguesa brasileira que se consolidou com a vitória da aliança entre o PSDB e o PFL que elegeu Fernando Henrique. A aliança em si já simbolizava a unificação dos interesses da burguesia empresarial em torno do projeto neoliberal e a vitória nas urnas selou este compromisso, abrindo o caminho para a implantação da ideologia da RSE de forma sistematizada.

A fração da burguesia empresarial organizada em torno da Amcham e do Prêmio ECO continuou atuante no objetivo de substituir a intervenção social do empresariado baseada na filantropia empresarial por uma abordagem mais profissional criando o Grupo dos Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) em 1995. Segundo o próprio Grupo (2012a), o GIFE se articulava informalmente desde 1989 a partir do interesse pelos conceitos de “terceiro setor” e responsabilidade social empresarial – até então ingressantes no Brasil – trazendo o conceito de investimento social privado (ISP) para viabilizar o novo padrão de intervenção social.

O conceito de ISP vem sendo propagado desde então pelo GIFE (2012b) como o principal instrumento para a consolidação de uma política de intervenção empresarial concreta e compreende “o repasse voluntário de recursos privados de forma *planejada*, *monitorada* e *sistemática* para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” (grifos nossos), demonstrando o *upgrade* que a introdução do conceito trouxe para a sofisticação da intervenção social do empresariado baseada na filantropia num momento onde

o conceito de “terceiro setor” já havia conquistado corações e mentes com a emergência das organizações não-governamentais como agentes sociais indispensáveis.

A nova perspectiva de classe dada à filantropia empresarial se verifica também pela própria composição do empresariado que fundou o GIFE, originalmente formada por vinte e cinco empresas brasileiras articuladas pelas Fundação Ford e Fundação Kellogg, reafirmando a tendência imperialista presente no grupo que concebeu o Prêmio ECO. Esta nova perspectiva foi mais abrangente e estratégica do que aquela proposta pela Fundação ABRINQ, que apesar de aglutinar o empresariado de forma pioneira em torno da “mobilização para o social” o fez de forma restrita ao tema da defesa dos direitos da criança e do adolescente naquele momento.

A “profissionalização” da filantropia empresarial pode ser observada na definição das atividades do Grupo, que alia a concepção de ISP ao projeto do desenvolvimento sustentável. Existe não só uma proposta de gestão empresarial específica como também a visão de que esta gestão deve funcionar como um modelo eficiente e produtivo para o redirecionamento das organizações da “sociedade civil” e do “terceiro setor”, e consequentemente da intervenção do Estado. Segundo o GIFE (2012a; 2012c), a missão da rede sem fins lucrativos está alinhada à mensagem chave do Código de Ética e consistem, respectivamente, em:

Aperfeiçoar e difundir *conceitos e práticas* do uso de recursos privados para o *desenvolvimento do bem comum*, contribuindo assim para a promoção do *desenvolvimento sustentável* do Brasil, por meio do *fortalecimento político-institucional* e do apoio à *atuação estratégica dos investidores sociais privados* (grifos nossos).

O GIFE existe para *congregar entidades e empresas que, livremente e com recursos próprios, investem tempo, talento e recursos materiais, promovendo e executando atividades sistemáticas* de apoio ao *desenvolvimento social da nação*, pelo *estímulo à cidadania participativa*, objetivando operar dentro de *altos padrões éticos* (grifos nossos).

A própria trajetória e posicionamento do GIFE permitem classificá-lo como uma organização orgânica de representação da burguesia empresarial “engajada” no projeto neoliberal “social” para o qual o horizonte da “cidadania”, “sociedade civil” e “participação” está bem delimitado pelos marcos do colaboracionismo entre as classes, legitimando o “papel social” da burguesia empresarial como classe dirigente do processo de transformação social que a perspectiva da democracia burguesa supõe.

Também é importante ressaltar outro ponto fundamental que teve de ser trabalhado pelo Grupo a fim de obter a formação do consenso entre o empresariado, o de que

as ações de investimento social privado deveriam ser distintas das ações com objetivo econômico. Ainda no Código de Ética do GIFE (2012c) a rede salienta este aspecto, porém, sem “fechar a porta” para o retorno econômico quando admite que seja natural que o investidor espere “algum ganho” com a imagem da organização:

As práticas de investimento social são de natureza distinta e não devem ser confundidas nem usadas como ferramentas de comercialização de bens tangíveis e intangíveis (fins lucrativos), por parte da empresa mantenedora, como são, por exemplo, marketing, promoção de vendas ou patrocínio, bem como políticas e procedimentos de recursos humanos, que objetivam o desenvolvimento e o bem estar da própria força de trabalho, portanto no interesse da empresa. No entanto, é justo que o associado do GIFE espere, como subproduto de um investimento social exitoso, um maior valor agregado para sua imagem (grifos nossos).

No bojo desta profissionalização da filantropia empresarial o novo padrão de intervenção social foi dinamizado pela associação das organizações empresariais com as organizações do “terceiro setor”, difundindo os conceitos de “sociedade civil”, “cidadania” e “participação social” adotados pelos porta-vozes internacionais do neoliberalismo “social” como Banco Mundial e Organização das Nações Unidas no Brasil. A atuação do GIFE se confundiu com a consolidação e ampliação da atuação das ONGs, visto que foi com o governo de Fernando Henrique Cardoso que este “mercado” encontrou ressonância com a regulação das atividades das ONGs e OSCIPS e a viabilização jurídica da política da “parceria” com a liberalização dos serviços públicos para o setor privado com a mediação do “terceiro setor” em programas como o da “Comunidade Solidária”.

Segundo Montañó (2007) o primeiro passo na direção de um marco legal do “terceiro setor” foi dado em 1998 com a Lei nº 9.608, que dispôs sobre o serviço voluntário caracterizando-o como “atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública (...) que não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária”. No mesmo ano a Lei nº 9.637 qualificou como “*organizações sociais* pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde” (grifos nossos), que abriu o caminho jurídico para a transferência de atividades estatais para o setor privado.

Qualificadas como “organizações sociais” as ONGs obtiveram um regime institucional viável às suas atividades e que ampliaram sua atuação, com isenção para o recolhimento de determinados impostos e condições de receber doações sem entraves legais. Em 2010 o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) era

de 290,7 mil segundo dados da ABONG (2012b), reunindo 54,1 mil entidades (18,6%) nas áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social por meio de políticas governamentais – que em outras palavras significa o acesso destas organizações aos recursos públicos e o repasse destes serviços para o gerenciamento do “terceiro setor”, fortalecendo sua função social diante do novo padrão de intervenção no Brasil.

Outro dado também publicado pela ABONG (2012b) e que chama atenção para o vínculo das organizações não-governamentais com a tradição religiosa é o percentual de 28,5% do total das entidades voltadas à religião, seguido por 15,5% de associações patronais e profissionais, enquanto as organizações destinadas ao desenvolvimento e defesa de direitos propriamente ditos – originalmente o tema que ocupava a centralidade do debate sobre a emergência das ONGs – estão em menor percentual e representam 14,6% do número de entidades associadas à ABONG.

O conjunto de ações agrupado pelo programa “Comunidade Solidária” – formulado como um órgão vinculado ao poder Executivo já no primeiro governo de FHC – foi o responsável por coordenar as políticas públicas para o desenvolvimento do novo padrão sob a ótica do colaboracionismo entre as classes e dinamizar a atuação das ONGs. O Decreto-presidencial 1.366 de janeiro de 1995 vinculou o programa “Comunidade Solidária” à Presidência da República junto a Casa Civil. A função do órgão era coordenar as ações sociais do governo, que de acordo com seu Artigo 1º compreendia “o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza”.

O foco do Programa estava nas “áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social” e a estrutura composta por uma Secretaria Executiva e um Conselho de caráter consultivo – cuja presidência era ocupada pela então primeira-dama Ruth Cardoso – formado por representantes do poder Executivo – como os ministros do Planejamento, Fazenda, Justiça, Previdência e Assistência Social, Saúde, Educação, dentre outros – e representantes da “sociedade civil” designados diretamente pelo Presidente da República.

De um órgão consultivo o programa “Comunidade Solidária” passou a atuar diretamente na redefinição das políticas públicas sociais para o fortalecimento da “sociedade civil” em junto com o “terceiro setor” no segundo governo de Fernando Henrique, assumindo definitivamente seu compromisso com a burguesia empresarial “engajada” na difusão e concretização da ideologia da “parceria”. A “participação social” foi associada à prática do voluntariado e ambas unificadas no discurso da responsabilidade social empresarial,

envolvendo os sujeitos sociais tanto no espaço de trabalho como em espaços de socialização da vida privada.

A nova legislação viabilizou esta orientação – o Decreto-presidencial 2.999 de março de 1999 – e oficializou as novas atribuições do Conselho, que passou a concentrar também as funções de formulador das políticas e mobilizador dos agentes. O número de representantes da “sociedade civil” também aumentou nesta nova configuração do Programa e de 21 passou a 28, enquanto o número de ministros foi reduzido de 10 para 4 – englobando os ministros Chefe da Casa Civil, da Educação, do Trabalho e Emprego, e da Saúde, segundo o Artigo 2º do referido Decreto.

Tais inovações do âmbito organizacional-institucional deram concretude ao que já estava em andamento no âmbito econômico-político-ideológico com relação ao *empowerment* das organizações não-governamentais na transferência dos serviços sociais da esfera pública para o “terceiro setor” – profundamente influenciado por organizações religiosas e controlado pelo financiamento de grandes institutos e fundações internacionais vinculados diretamente às grandes corporações norte-americanas.

Obviamente este aspecto não foi encarado pelos ideólogos do programa “Comunidade Solidária” e nem pelos representantes do “terceiro setor”, cuja percepção era a de que havia se chegado à “fórmula mágica” para a resolução do problema das demandas sociais no interior da dinâmica capitalista. A formulação de Ruth Cardoso (2000, p. 7-8) é esclarecedora deste ponto de vista adotado pelo governo:

Recorremos hoje à expressão Terceiro Setor para distingui-lo do primeiro, que é o setor público, e do segundo, representado pelas atividades lucrativas. (...) Queremos enfatizar o *caráter autônomo e inédito desse algo novo* que está mudando a sociedade e que se define *não ser nem governo nem empresa, por não querer submeter-se à lógica do mercado nem à lógica governamental*. Tenho a convicção de que o conceito de Terceiro Setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social (...) Estamos vendo o surgimento de *uma esfera pública não-estatal e de iniciativas privadas com sentido público.*” (grifos nossos).

Também foi durante o ano de 1999 que o governo de FHC qualificou as “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil e Interesse Público (OSCIP)” com a Lei nº 9.790, instituindo os termos da *parceria* para caracterizar o vínculo de cooperação entre o poder público e as OSCIPs, conforme o histórico realizado por Montañó (2007). Apesar de a legislação que regula a transferência de recursos públicos para o “terceiro setor” estar contida no artigo 150, inciso VI da Constituição de 1988

– que estabelece a isenção de impostos às instituições de educação e assistência social, sem fim lucrativos – foram a Lei nº 9.732 de 1998 – que altera os dispositivos anteriores para isenção de contribuição à seguridade social para entidades filantrópicas – e o Decreto nº 2.536 também de 1998, que deram o acabamento para a concessão do “Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos”.

A “clientela” do GIFE girou em torno da obtenção deste Certificado durante os primeiros anos de sua fundação e no trabalho de orientação técnica para organizações não-governamentais, ao mesmo tempo em que articulava – por meio de seus intelectuais orgânicos – que o suporte jurídico-institucional das atividades do “terceiro setor” fosse aprovado e viabilizado pelo governo. A partir de 1999 o Grupo se tornou uma referência para a obtenção do Certificado, tanto que 56% das fundações e institutos associados à rede já o haviam obtido neste mesmo ano, enquanto 5% haviam conseguido se qualificar como OSCIP, segundo dados do Relatório de Atividades de 2001 (2012d).

A trajetória do GIFE teve uma origem muito parecida com a do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1998 pelo grupo de empresários da burguesia industrial que compunha o PNBE, CIVES e Fundação ABRINQ, juntamente aos intelectuais do IBASE, articulados em torno de difundir a idéia dos Balanços Sociais e da “empresa socialmente responsável” desde o “Movimento pela Ética na Política” de 1992 e da campanha de Herbert de Souza em 1993.

A proposta dos Balanços foi formalmente apresentada por “Betinho” em campanha específica durante 1997 e consistia num resumo de todas as atividades das empresas destinadas ao “desenvolvimento social”. É interessante notar a relação entre a descrição e principalmente a exaltação das atividades, com o fortalecimento da “democracia” através da participação empresarial no “social” na mensagem do sociólogo junto ao lançamento dos Balanços (Balanço, 2012):

A idéia do Balanço Social é demonstrar *quantitativamente e qualitativamente* o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. Os itens dessa verificação são vários: educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando a erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho. O campo é vasto e várias empresas já estão trilhando esse caminho. *Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática* (grifos nossos).

Tanto o GIFE quanto o Instituto Ethos partiram da concepção de que a participação empresarial seria determinante na construção de uma sociedade “mais humana” e desde então estão alinhados com as políticas e diretrizes do PNUD e Pacto Global da ONU, juntamente às “boas práticas” de governança corporativa e desenvolvimento sustentável que integram o modelo da sustentabilidade. Entretanto, mesmo com a atuação do GIFE e com a introdução dos Balanços Sociais na agenda empresarial, foi o Ethos que sistematizou e difundiu as referências ideo-políticas que sofisticaram as ações de filantropia empresarial de forma articulada à agenda neoliberal brasileira com a nova proposta de intervenção baseada na responsabilidade social empresarial.

Esta proposta foi levada adiante pelos empresários fundadores do Instituto, que não por acaso foi formado pelo mesmo grupo que se juntou ao IBASE para a inclusão dos Balanços na agenda empresarial – empresários e intelectuais da CIVES e Fundação ABRINQ como Oded Grajew¹³⁴, Sérgio Mindlin¹³⁵, Guilherme Leal¹³⁶, Eduardo Capobianco¹³⁷, Emerson Kapaz¹³⁸, Ricardo Young¹³⁹ e Hélio Mattar¹⁴⁰, todos eles com sólida formação

¹³⁴ Presidente emérito do Instituto Ethos; coordenador geral da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo; sócio-fundador do movimento “Todos pela Educação”; assessor especial de Lula como Presidente da República em 2003; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República; membro do Conselho Consultivo do Global Compact; membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu; idealizador do Fórum Social Mundial; fundador e ex-presidente da Fundação Abrinq; fundador e coordenador de honra da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives).

¹³⁵ Membro fundador e membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu; membro do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho; membro do Conselho Estratégico do Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor (Ceats), da Universidade de São Paulo (USP); engenheiro de produção graduado pela Escola Politécnica da USP, Mestre em Comportamento Organizacional pela Universidade de Cornell (EUA) e Doutor em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da USP; ex-diretor-presidente da Fundação Telefônica; ex-presidente do Conselho de Administração e ex-diretor-presidente da Fundação Abrinq; ex-membro do Conselho de Administração e diretor-presidente da Metal Leve S.A.

¹³⁶ Co-presidente do Conselho de Administração da Natura; ex-presidente do Conselho Deliberativo e atual membro do Conselho Consultivo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); membro do Conselho Consultivo da WWF Brasil; ex-presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Abrinq; ex-conselheiro curador da Fundação Dom Cabral; ex-presidente da Assembléia dos Presidentes do Centro de Tecnologia Empresarial (CTE); ex-conselheiro e membro fundador do Instituto Akatu; ex-membro do G-50, grupo de líderes empresariais da América Latina; ex-membro do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal); ex-conselheiro do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi); ex-membro do Conselho da Presidência da República para a Segurança Alimentar (Consea); ex-membro do Conselho do Grupo O Estado de S. Paulo; foi candidato à vice-presidência da República em 2010, juntamente com Marina Silva, pelo PV.

¹³⁷ Membro do Conselho de Administração da Construcap Engenharia e Comércio; diretor administrativo das empresas Territorial São Paulo Mineração, Agrocap Participações, Goiasa Goiatuba Álcool; fundador e presidente da Diretoria do Instituto São Paulo contra a Violência; sócio-fundador e presidente do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil; vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na gestão 2007/2011; ex-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP); ex-vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

¹³⁸ Ex-presidente da Elka Plásticos; ex-deputado federal pelo PPS de São Paulo; ex-secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento de São Paulo no governo Mário Covas; presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO); ex-membro da Fundação Abrinq.

¹³⁹ Presidente do Conselho de Administração do Yázigi Internexus; fundador da Associação Brasileira de Franquias (ABF); coordenador da World Business Academy; membro do Conselho da Transparência

intelectual liberal, experiência corporativa em setores chave da economia e membros fundadores do PNBE, além de ocuparem posições em diversos movimentos, institutos e fundações, bem como em organizações e consultorias empresariais de participação relevante para a manutenção da teia mundial da sustentabilidade.

O texto do “Relatório de Sustentabilidade de 2008¹⁴¹” (p. 6) chega a ser “romântico”, dado o tom da narrativa que conta o encontro destes “líderes visionários” para pensar os rumos que levariam o Brasil para a “transformação social”. Romance à parte, é possível identificar a afinidade ideológica entre estes empresários, reunidos ali com um claro propósito de classe:

Em uma tarde de junho de 1998, um grupo de empresários debatia energicamente em um restaurante paulistano. Gesticulavam, pediam apartes, rabiscavam em folhas de papel, alteravam o tom de voz. Quem os via de longe podia pensar que se tratava de uma conspiração. Os personagens desse debate eram os empresários Guilherme Ieal (Natura), Sérgio Mindlin (Metal Ieal), Eduardo Capobianco (Construcap), Oded Grajew (Fundação Abrinq), Hélio Mattar (GE-Dako), Emerson Kapaz. Naquele almoço nascia o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, já com o desenho de seu primeiro estatuto.

O Relatório de 2008 também comenta a articulação do grupo com as experiências norte-americanas de responsabilidade social empresarial mencionando a atuação de organizações de referência no tema já em 1997, como a Social Venture Network (SVN) e a Business for Social Responsibility (BSR)¹⁴². Patrocinado pela Fundação Kellogg, Oded Grajew viajou pelos EUA e Europa em 1997 a fim de conhecer a atuação de organizações como estas e adquirir o *know-how* necessário para a introdução da RSE no Brasil de forma profissional e articulada ao imperialismo internacional, superando a noção de filantropia empresarial que existia nas formulações empresariais até então.

Ainda em 1997 e acompanhado por Valdemar de Oliveira Neto – da Ashoka Empreendedores Sociais – Grajew conseguiu organizar um encontro por intermédio da BSR – a “I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas” – realizado em Miami em

Internacional-Brasil; membro do Conselho do Instituto Akatu; membro do Conselho da WWF-Brasil; membro do Conselho da AccountAbility; membro do Conselho da Global Reporting Initiative (GRI); membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

¹⁴⁰ Diretor-presidente do Instituto Akatu; ex-secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; membro dos conselhos do Social Accountability International (SAI) e da International Youth Foundation; membro do Conselho Consultivo da iniciativa Sustainability for Tomorrow’s Consumer, do Fórum Econômico Mundial.

¹⁴¹ Este foi o primeiro relatório elaborado pela organização nos padrões do GRI – e último publicado pelo Instituto – cujo modelo adotado foi o classificado como “Nível C”, em que relatos são utilizados como instrumentos de coleta para análise e tabulação dos dados conforme os Indicadores Ethos.

¹⁴² Para mais informações sobre as organizações citadas acessar <http://www.svn.org/> e <http://www.bsr.org/>, respectivamente.

novembro deste mesmo ano, reunindo empresas norte-americanas e latino-americanas para discutir responsabilidade social empresarial e sensibilizar o empresariado brasileiro sobre a importância e reverberação do tema internacionalmente. A partir daí o Instituto Ethos se tornou uma organização de referência em RSE no Brasil¹⁴³.

É interessante observar na análise dos materiais institucionais das duas organizações a disputa gerada entre o Ethos e o GIFE, tanto por associados como pela liderança na referência em responsabilidade social empresarial, ainda que o GIFE continue atuando por meio do conceito de investimento social privado. Diversas organizações associadas ao GIFE se filiaram ao Ethos depois de sua fundação e visibilidade, tornando-o “líder” deste “mercado”. O GIFE conta com um número bem inferior de organizações associadas, totalizando 142 conforme os dados do Grupo (2012a), enquanto o Instituto é mantido pela contribuição das 1.483 empresas cadastradas em sua lista de associados, conforme dados disponíveis na plataforma do Ethos (2012b). A fala do então presidente do GIFE em 2000 Marcos Kisil – disponível no Relatório de Atividades de 2000 (2012e, p. 9) – retrata o tom velado da disputa pelo público e referência na formação do consenso sobre o novo padrão de intervenção empresarial:

Outras entidades surgiram, se apropriaram de alguns destes temas e se especializaram neles. Ficamos felizes em cumprir o papel social de abrir uma agenda, mobilizar a sociedade para a sua discussão e que, deste processo, surjam outros grupos organizados, com os quais estamos sempre dispostos a encontrar a melhor forma de trabalho conjunto. Felizmente isso ocorreu com várias bandeiras originalmente levantadas pelo GIFE (grifos nossos).

Classificado como uma OSCIP e reconhecido também no plano internacional – inclusive pela comunidade “científico-empresarial”¹⁴⁴ – o Ethos conta com um Conselho Internacional composto por representantes das principais organizações empresariais “especialistas” na sistematização e difusão do modelo organizacional da sustentabilidade,

¹⁴³Diversos dos materiais da BSR foram traduzidos para o português e, de acordo com o Relatório de 2008, adaptados à realidade local. O manual de “Primeiros Passos”, que contém uma introdução à RSE, foi um dos primeiros materiais e serve de referência até hoje para o Instituto, ainda que os objetivos da fundação e da manutenção do Ethos hoje sejam diferentes.

¹⁴⁴Foi possível constatar a penetração dos trabalhos e publicações do Instituto em meio à comunidade científica latino-americana em dois simpósios que discutiram o tema, realizados respectivamente na reunião da Associação Latino-americana de Sociologia ocorrida em Buenos Aires em 2009 e no congresso Ciências, Tecnologias e Culturas, ocorrido em Santiago em 2010, dos quais participei apresentando resultados parciais desta pesquisa. A referência acrítica – ou o entusiasmo acrítico – com a produção e participação do ETHOS no debate foi característica dos trabalhos e falas dos “pesquisadores-empresários”, daí a utilização do termo “comunidade científico-empresarial”, uma tendência que não deve ser desconsiderada da totalidade do tema, destacada em Batista (2011). Especificamente no Chile, houve até a troca de cartões corporativos entre os participantes da mesa, de modo que a maioria representava consultorias empresariais em sustentabilidade além de seus postos de trabalho nas universidades.

como John Elkington – autor da teoria da sustentabilidade – e George Kell – diretor-executivo do Pacto Global das Nações Unidas (Global Compact), dentre outros nomes influentes na difusão do modelo¹⁴⁵. Este movimento de renovação do padrão de intervenção do empresariado sobre as “questões sociais” lançou uma nova concepção da própria figura do empresário, que por meio de “cirandas” como esta – de os mesmos nomes estarem presentes nas mesmas organizações difusoras do novo padrão – passou a ser visto como um “cidadão politicamente correto”, de moral inquestionável e, conseqüentemente, com poder de indicar quais os caminhos adequados para a resolução dos problemas sociais.

Tal conjunto de articulações permitiu que a fração da burguesia empresarial “engajada” no projeto da sustentabilidade interviesse socialmente via RSE de forma concreta e passível de mensuração. A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e coordenada por Anna Peliano, “A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil” (2003a), mensurou esta intervenção no período de 1999 a 2001, trazendo um retrato quantitativo sobre a atuação empresarial sobre a “questão social” nas cinco regiões do Brasil. Segundo a metodologia que consta na pesquisa, a amostra foi de 6.124 empresas em um universo estimado de 782 mil empresas privadas formais.

Os principais resultados desta primeira pesquisa coordenada por Peliano (2003a) tratam do envolvimento das empresas em ações caracterizadas como “sociais”, englobando qualquer tipo de intervenção social – desde projetos mais robustos até doações. Da amostra pesquisada se concluiu que 59% das micro, pequenas e grandes empresas participavam de alguma forma de “ações sociais”, destacando a atuação das empresas de grande porte, as quais concentravam suas ações em projetos sociais elaborados diretamente pela empresa ou patrocinados integralmente por elas.

¹⁴⁵ O Conselho Internacional do Instituto Ethos também é formado por Simon Zadek – CEO da AccountAbility, de Londres; Djordjija Petkoski – diretor do Programa de Negócios, Competitividade e Desenvolvimento do Instituto Banco Mundial; Ernst Ligteringen – CEO da Global Reporting Initiative, de Amsterdã; Alice Tepper Marlin – presidente da Social Accountability International (SAI), de Nova York; Allen White – vice-presidente do Tellus Institute, de Boston; Aron Cramer – presidente do Business for Social Responsibility (BSR), de San Francisco; Bernardo Toro – filósofo e educador, de Bogotá; Bradley Googins – diretor-executivo do Boston College Center for Corporate Citizenship, de Chestnut Hill; Carlos Lopes – diretor-executivo do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar); David Vidal – diretor de Pesquisa do The Conference Board, de Bruxelas; Eric Leenson – presidente do Progressive Asset Management, de Oakland; Hazel Henderson – fundadora e editora-chefe da Ethical Markets Media, de St. Augustine; Jane Nelson – diretora da Corporate Social Responsibility Initiative, da Harvard Kennedy School, de Cambridge; Luis Ulla – diretor-executivo do Instituto Argentino de Responsabilidad Social Empresaria (Iarse), de Córdoba; Mokhethi Moshoeshoe – diretor-executivo do African Institute of Corporate Citizenship (AICC), de Johannesburg; Robert Dunn – presidente e CEO do Synergos Institute, de Nova York; Titus Brenninkmeijer – fundador e presidente da Solgenix, de San Marino.

Outra característica apontada pela pesquisa foi a de que as intervenções estavam fortemente concentradas no Sudeste do país, representando 67% da amostra, e que as empresas do setor industrial eram as que mais mantinham suas participações de forma constante – 74% contra 18% das indústrias que declararam intervenções esporádicas. É importante ressaltar a natureza do conceito de “ação social” utilizado pela pesquisa, fortemente marcada pela generalidade já que não há diferenciação entre as ações filantrópicas e as ações sistematizadas como de responsabilidade social empresarial.

No entanto, a segunda pesquisa do IPEA coordenada por Peliano (2003b) – que desta vez apresentou um retrato qualitativo das intervenções empresariais na “questão social” sob o título “Bondade ou interesse? Como e porque as empresas atuam na área social” – delimitou o conceito alinhando-o às práticas de RSE. Esta pesquisa trabalhou com empresas de três regiões metropolitanas do Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – e reafirmou o “compromisso” das organizações empresariais com o desenvolvimento social do país a partir da crítica às políticas públicas sociais de combate à pobreza.

Um dado fundamental para a inclusão da responsabilidade social empresarial de forma sistemática no universo das práticas organizacionais levantado pela pesquisa (2003b, p. 67) – e estrategicamente aproveitado pelas entidades “especializadas” em RSE como GIFE e Ethos para “venderem” os seus serviços – foi o planejamento das ações de responsabilidade social das organizações pesquisadas. Apenas 44% delas afirmaram que suas intervenções sociais eram planejadas, enquanto 38 % afirmaram que as ações eram planejadas somente em linhas gerais de execução e 18% disseram não possuir nenhum tipo de planejamento.

Com relação às que empresas que trabalhavam com um planejamento organizacional de responsabilidade social empresarial, dificuldades como mensuração de metas, resultados e orçamento foram apontadas como alguns dos problemas enfrentados pelas organizações para a constância das atuações. Esta característica favoreceu a disseminação da ideologia da RSE, que a partir de então passou a figurar na agenda empresarial como tema obrigatório para o “sucesso do negócio” das organizações “responsáveis” criando a necessidade dos “profissionais da RSE” e a figura do consultor.

Outro ponto que merece destaque na pesquisa de Peliano (2003b, p. 25) é a ênfase dada sobre a subjetividade social dos empresários “engajados” entrevistados. A análise elogia as motivações e “princípios filosóficos”, ressaltando o papel destes representantes como

fundamental para a indução das “ações sociais” empresariais, muitos dos quais, inclusive, tornaram-se consultores de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade:

A história de vida dos empresários, sua formação pessoal e a necessidade de se sentirem úteis, de se sentirem membros da sociedade, contribuem para o seu envolvimento em ações de caráter público. (...) O que move os dirigentes a operar no campo social é a vontade de contribuir para a solução dos problemas sociais do país e de atender às necessidades ou solicitações das comunidades (grifos nossos).

Além desta ênfase a pesquisa também destaca o retorno financeiro que as empresas socialmente responsáveis podem obter com a valorização de seus produtos e de sua marca, caracterizando as intervenções sociais como um diferencial de mercado. Esta tese posicionou a mudança do padrão de intervenção social do empresariado no campo do neoliberalismo “social” também por meio do chamado *marketing social*, já que as formulações da responsabilidade social empresarial encontravam resistência considerável no campo teórico ortodoxo.

Durante os anos 1970 o economista norte-americano Milton Friedman tornou-se o maior adversário do “consenso moral” legitimador da RSE, que para o autor (2004) não passa de um “moralismo comercial imoral”. Na perspectiva teórica de Friedman (1984) o Estado é que seria o grande responsável pelo caos social e não caberia às empresas corrigir esta “falha” administrativa. Autêntico representante do neoliberalismo ortodoxo, Friedman acredita que o papel das corporações é gerar lucros aos seus acionistas, considerando que e a empresa é “socialmente responsável” quando produz bens e gera empregos à sociedade, pagando salários e impostos.

O argumento de Friedman (2004) apóia-se no direito de propriedade para o qual “a corporação é propriedade dos acionistas e seus interesses são os interesses dos acionistas”. O impeditivo moral da questão da responsabilidade social empresarial seria o de que os administradores devem promover a geração de lucro aos acionistas e qualquer ação que não maximize este lucro é considerada pelo autor como imoral e não deve ser tolerada pela corporação. Friedman até admite ações de RSE no plano de negócio das organizações empresariais, mas somente quando estas se traduzem num aumento da riqueza para os acionistas.

Outro importante expoente da literatura empresarial estadunidense é Peter Drucker (2004), que concorda com a oposição de Friedman à RSE ao afirmar que o papel do executivo é zelar pelo patrimônio dos acionistas e que ações de responsabilidade social corporativa são inviáveis aos negócios. Contudo, em um trabalho sobre organizações não-

governamentais Drucker (1997) alega que as empresas devem se ocupar de “problemas sociais básicos” por meio da atuação comunitária de seus líderes, admitindo a importância do tema para a visibilidade das empresas na medida em que seus executivos assumem os projetos na esfera particular e privada de suas atividades.

Este novo padrão de intervenção social-ético-moral foi utilizado para criar uma nova mentalidade no empresariado brasileiro e fornecer novos parâmetros para os comportamentos não só da burguesia empresarial “engajada”, mas da sociedade como um todo. A adoção da responsabilidade social empresarial como ferramenta estratégica de intervenção do empresariado enquanto classe dirigente no projeto neoliberal de possibilitou aglutinar ideologicamente valores humanos universais – como igualdade, liberdade e justiça – sobre uma visão de mundo comum que englobou também as frações de classe subalternas envolvidas de alguma maneira com o tema, apelando à formação de uma nova consciência igualmente reificada para sustentar a proposta de que é possível um novo capitalismo “justo e humano” com o modelo da sustentabilidade.

A penetração da ideologia da responsabilidade social empresarial também atingiu centrais sindicais como CUT e Força Sindical. De acordo com documento da Central (1999), é possível perceber o alinhamento conciliatório pelo próprio *slogan* “CUT-Cidadã”, além da postura política conivente com programas desta natureza, sobretudo os de voluntariado, que estavam mobilizando os esforços dos “profissionais” da RSE. Esta penetração também pode ser observada de maneira mais evidente no posicionamento da Força Sindical, que de acordo com Martins (2009, p. 178) incentivou os sindicatos a praticarem ações semelhantes às das chamadas “empresas-cidadãs” como, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – que mantém o Centro Cultural Francisco Solano Lopes, “especializado” em oferecer atendimento educacional e assistencial a crianças carentes de Diadema – e o Sindicato dos Bancários do ABC – que criou a organizações Associação Cidadania e Vida em Rio Grande da Serra para realizar projetos de assistência social.

Neste contexto de difusão econômica, política e ideológica das virtudes da responsabilidade social empresarial o Ethos criou um conjunto de ferramentas ideo-políticas variado para fortalecer esta ideologia em ascensão e cristalizar a tendência do “capitalismo cidadão”. Tais ferramentas trazem a definição e as linhas de ação para a implantação de um modelo de negócios que privilegie não só as práticas de RSE, mas todos os pilares do modelo organizacional da sustentabilidade.

A publicação do Instituto é vasta e o acúmulo de material produzido pode ser verificado em sua plataforma, além de geralmente patrocinado pelas empresas associadas e por organizações internacionais e nacionais “parceiras” que seus membros e conselheiros representam direta ou indiretamente. A linha editorial conta com ferramentas de gestão, guias, debates, manuais, pesquisas, publicações especiais públicas e “científico-acadêmicas”, bem como com a oferta de programas de capacitação e propostas de parcerias, além da edição de concursos para premiar iniciativas em torno da responsabilidade social empresarial e consolidar o Ethos como referência no tema e seus representantes como agentes do novo padrão de intervenção.

De acordo com os Relatórios de Atividades de 2000 e 2001 a Fundação Ford financiou a formação de uma rede virtual de jornalistas que foram capacitados pelo Instituto neste período. O objetivo foi sensibilizar estes profissionais sobre a importância do tema para a agenda empresarial brasileira para que criassem espaços de difusão específicos em seus canais de atuação, como editoriais, colunas e periódicos, dentre outros¹⁴⁶. Em 2001 foi criado um prêmio específico para o jornalismo, premiando as melhores matérias sobre o tema com o “Prêmio Ethos de Jornalismo”.

Tal estratégia de comunicação obteve êxito considerável dado o número de associados que foi crescente a cada ano segundo os Relatórios, e a conseqüente quantidade de publicações eletrônicas especializadas nos pilares da sustentabilidade desde então, que também serviram de espaço para que os porta-vozes do Instituto exercessem o discurso empresarial de convencimento para a sensibilização do empresariado e da sociedade em torno das vantagens das políticas organizacionais de responsabilidade social empresarial¹⁴⁷.

A criação do “Prêmio Ethos-Valor” – um concurso para estudantes universitários criado em parceria com o Jornal Valor Econômico em 2000 – também atraiu mais associados e visibilidade para as ações do Instituto, bem como o “Prêmio Balanço Social” criado em

¹⁴⁶ A primeira fase do projeto de criação desta rede ocorreu de 2000 a 2002, quando foram mobilizados 112 jornalistas. Após esta fase, os contatos somaram 400 jornalistas permanentes na rede, segundo dados dos Relatórios de Atividades de 2000, 2001 e 2002 e o Relatório de Sustentabilidade de 2008.

¹⁴⁷ São exemplos desta febre de espaços de divulgação “sustentáveis” publicações e consultorias como a “Idéia Sustentável” (<http://www.ideiasustentavel.com.br>), consultoria criada pelo jornalista Ricardo Voltolini, um articulador do tema junto a organizações como Fundação Abrinq, Instituto Ethos, GIFE, Senac SP, Gazeta Mercantil, dentre outras; a “Planeta Sustentável” (<http://planetasustentavel.abril.com.br>), publicação do grupo Abril, que criou o movimento homônimo em parceria com empresas como CPFL Energia, Bunge, SABESP, Petrobras, Grupo Camargo Corrêa e Caixa Econômica Federal; o “Atitude Sustentável” (<http://atitudesustentavel.uol.com.br>), portão de notícias especializado no tema do Grupo UOL em parceria com o Instituto Arayara de Educação para a Sustentabilidade, associado da Rede de Sustentabilidade (<http://www.sustentabilidade.org.br/>); dentre outras tantas que diariamente surgem na mídia eletrônica e impressa.

2001 para estimular a implantação dos Balanços no calendário das empresas, premiando as iniciativas mais destacadas. Este concurso ainda ocorre em parceria com a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social e o IBASE, e contou com o patrocínio da Petrobrás quando esta ainda era associada ao Instituto¹⁴⁸.

Tais iniciativas demonstram a clara intenção do Ethos de influenciar a formação de intelectuais orgânicos da responsabilidade social empresarial nos espaços midiáticos e acadêmicos, articulando-se em torno da formação de uma espécie de “modelo mental” que serve de base à construção, propagação e fortalecimento da ideologia da sustentabilidade para além dos espaços organizacionais, englobando espaços sociais de produção do consenso e aceitação de mais um modelo de exploração da força de trabalho e da natureza.

A atuação orgânica do Instituto também se verifica na articulação política do Ethos com o governo de Fernando Henrique Cardoso durante a campanha de sensibilização empreendida pelas Nações Unidas em torno da RSE por meio da manipulação de valores universais como a solidariedade. A promulgação do “Ano Internacional do Voluntariado” em 2001 revelou o objetivo deste organismo multilateral de consolidar em âmbito global a cultura da responsabilidade social através dos programas de trabalho voluntário, do qual o Ethos participou ativamente.

A cartilha “Como as empresas podem implementar programas de voluntariado” elaborada por Oded Grajew em parceria com Miguel de Oliveira – um dos ideólogos do programa “Comunidade Solidária” do governo de FHC – e publicada pelo Instituto em 2001¹⁴⁹, funcionou como um guia de referência internacional para orientar as organizações empresariais na concepção, planejamento e execução de projetos de voluntariado, reafirmando o interesse da burguesia empresarial “engajada” sobre a formação da

¹⁴⁸ A Petrobrás foi uma das empresas associadas ao Grupo Ethos até 2008, quando entrou em divergência com o Grupo pelo não cumprimento da Resolução 315 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que determinou a redução da poluição do ar quanto à utilização da quantidade de enxofre no diesel. Na ocasião, a Petrobrás havia alegado que não obteve tempo para se adequar à norma, que entraria em vigor em 2009. O conflito se deu quando Oded Grajew, então presidente do Conselho Deliberativo do Ethos, pronunciou-se publicamente em um artigo publicado na Folha de São Paulo (13/11/2008) desaprovando a postura da Petrobrás e ressaltando que a Resolução havia sido publicada pelo CONAMA em 2002, e que, portanto, havia tempo suficiente para o cumprimento da Resolução. A Petrobrás entendeu que o Instituto estaria articulando “uma campanha articulada com o objetivo de atingir a imagem da companhia e questionar a seriedade e a eficiência de sua administração” (Relatório 2008, p. 48), desligando-se do Grupo.

¹⁴⁹ O Brasil participou ativamente da campanha da ONU por meio da atuação do Instituto Ethos nas formulações e divulgação dos princípios básicos e orientações empresariais sobre voluntariado, tanto que foi premiado com uma vaga no Conselho Internacional do Pacto Global ocupada por Oded Grajew neste período.

subjetividade social em torno de valores e comportamentos coniventes à ética do capital por meio das práticas de responsabilidade social empresarial.

Organicamente vinculado à instauração e dinamização dos princípios neoliberais no Brasil o Instituto Ethos atuou de forma decisiva na importação e implantação do novo padrão de intervenção social para a burguesia empresarial brasileira. Sua origem se funde com a exposição internacional dos pilares que compõem o modelo de sustentabilidade e, alinhado às políticas imperialistas capitaneadas pelos principais organismos multilaterais difusores desta ideologia, traduziu-se na consolidação não só de uma entidade representativa dos interesses de uma fração da burguesia brasileira, mas também de um importante agente na formação do consenso social que permite a objetivação do processo de democratização burguesa no Brasil.

3.4 Da profissionalização do novo padrão ao “ethos sustentável”

O foco do Instituto Ethos em sua formação se concentrou sobre a gestão das empresas, criando uma rede de atuação e influência para sensibilizar e mobilizar as organizações empresariais em torno do tema da responsabilidade social e superar o padrão anterior de intervenção social do empresariado brasileiro baseado na filantropia empresarial. A tônica do discurso do Ethos hoje é sobre a qualificação do debate sobre a sustentabilidade com ênfase em projetos que atinjam a economia, abrangendo a integração das empresas com seus respectivos mercados e intervindo praticamente nas ações do empresariado para o estabelecimento de referências para empresas, governo e consumidores.

Esta tônica se verifica nas palavras de Paulo Itacarambi – vice-presidente executivo do Instituto – quando destaca o plano do Instituto para os próximos 10 anos no Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos (2008, p. 9):

A mobilização voluntária das empresas em torno de uma mudança de cultura de gestão tem esbarrado em limites que põem em risco o avanço da sustentabilidade, como a falta de referências no mercado que balizem o nível de exigência da sociedade em relação ao comportamento das empresas. Por isso a necessidade de trabalhar o âmbito da economia. O desafio para os próximos 10 anos é ser um participante ativo e articulador no esforço coletivo de incidir sobre os principais processos que estruturam a economia. É necessária uma economia que trabalhe, integre e equilibre as dimensões social, econômica e ambiental (grifos nossos).

Este novo enfoque também reverberou sobre os programas de capacitação e parcerias oferecidos pelo Ethos com a criação do UniEthos – Educação para a

Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável como pessoa jurídica independente do Instituto em 2004. Como uma organização sem fins lucrativos o Uniethos foi qualificado como uma OSCIP já em seu primeiro ano, o que favoreceu fundamentalmente seu funcionamento e viabilidade financeira. A qualificação, como bem “observado” pelo Instituto no Relatório (2008, p. 17), “confere *algumas vantagens* à organização, tais como a possibilidade de *receber doações de pessoas jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda e de remunerar seus dirigentes* (grifos nossos)”.

É por meio do Uniethos que o Grupo comercializa seus serviços de consultoria e capacitação para as organizações, associadas ou não, e constrói o novo padrão de intervenção social do empresariado brasileiro de forma mais direta. Constam no Relatório de Sustentabilidade das duas organizações (2008, p. 13) e na plataforma *online* do Uniethos (2012), respectivamente:

No início dos anos 2000, o mercado sinalizava com uma demanda crescente por capacitações customizadas para a inserção dos temas de RSE na gestão interna das empresas. O Ethos, em razão de uma diretriz estratégica, não poderia mobilizar recursos para atender organizações privadas e, se o fizesse, não poderia cobrar pelo serviço. Naquele momento, a criação de uma entidade independente do Ethos, mas complementar em seus objetivos, cumpriu essa função de forma mais efetiva.

O UniEthos oferece *educação corporativa e assessoria* a lideranças e gestores empresariais com o objetivo de ajudá-los a incorporar a sustentabilidade e a responsabilidade social como princípios e práticas de seus negócios (grifos nossos).

Se na fundação a estratégia do Instituto era somente com a difusão de um novo padrão de intervenção do empresariado brasileiro, com a criação do Uniethos houve uma mudança na direção de aproveitar um mercado em ascensão, ainda que o Uniethos não tenha obtido a receita esperada em seu primeiro ano e fosse reestruturado já em 2005, de acordo com o Relatório de 2008. Na ocasião houve a redução de quadro de funcionários do Uniethos, que a partir de então passou a partilhar a mesma estrutura administrativa de que dispunha o Instituto, e que em 2008 sofreu nova reestruturação.

De fato houve uma reestruturação do próprio Grupo dados os prejuízos apontados no Relatório de Auditoria, disponível na plataforma *on line* do Instituto, que apresentou as demonstrações financeiras do Ethos e Uniethos referente aos anos de 2008 e 2009. O Relatório (2012l, p.3) informa que neste período houve uma redução de 18% na arrecadação de contribuições de associados e de 54% na de patrocínios, acumulando um déficit de R\$ 632.540,75 em 2009. O diagnóstico dado pelo Relatório foi o de que a “crise global” de 2008

atingiu fortemente as empresas associadas de modo que 61 organizações empresariais se descredenciaram em 2008 e mais 109 se desassociaram em 2009.

Apesar do diagnóstico de prejuízo no período o valor arrecadado na forma de patrocínios e doações para a execução de projetos em andamento foi de 969 e 754 mil reais durante os anos de 2008 e 2009, respectivamente (2012I, p. 17). Outro dado curioso do Relatório de Auditoria é de que nas notas explicativas às demonstrações financeiras não há discriminação contábil sobre os valores dos “salários” recebidos pelos altos executivos e membros-fundadores do Grupo Ethos, somente a menção de que “os montantes referentes à remuneração do *peçoal chave da administração* estão apresentados a seguir: benefícios de curto prazo de 434 mil reais em 2009 e de 622 mil reais em 2008 (grifos nossos)” (2012, p.15).

A estratégia do Grupo para superar a “crise da crise” foi a de aumentar o engajamento das empresas com a implantação de políticas de sustentabilidade e gestão socialmente responsável, como verificado no Relatório de Sustentabilidade de 2008 e no Relatório de Auditoria 2008/2009. Para o encaminhamento desta estratégia o posicionamento do Uniethos como organização independente e legalmente apta a cobrar pelos serviços justificou a “abertura” do conhecimento qualificado como “público” pela Organização a um público “privado” por meio dos tipos de atendimento diferenciados oferecidos às empresas, como afirmam Ricardo Young (2008, p. 13) e Gustavo Baraldi (coordenador de educação do Uniethos):

A natureza pública de uma entidade não está relacionada à sua forma de financiamento, mas sim à maneira como orienta os recursos que recebe e à qualidade do serviço que presta à sociedade. É legítimo que uma empresa pague pelos serviços prestados pelo UniEthos, pois ela está utilizando um conhecimento público para um projeto particular.

A temática tratada pelos programas do UniEthos não é nova em relação ao conhecimento difundido pelo Ethos de forma aberta. O que muda é a maneira como esse conhecimento é estruturado, específica para cada empresa.

Para operacionalizar ações de intervenção social o Ethos conta com três grandes metodologias de atuação que servem como uma espécie de “vitrine” da credibilidade para o Instituto: os “Indicadores Ethos”, o projeto “Tear” e o programa “Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade” (GRES), segundo o último Relatório de suas atividades (2008). Os “Indicadores” foram lançados em 2000 e compreendem uma ferramenta de autodiagnóstico disponibilizada gratuitamente às empresas, reconhecida pelo Pacto Global e

UNICEF e traduzida para o inglês e espanhol. Desde 2007 a plataforma de acesso aos Indicadores é eletrônica e possibilita o resultado do diagnóstico no dia seguinte ao preenchimento dos Indicadores.

De acordo com o(a) funcionário(a) que ocupa a coordenação de projetos e assessoria no Uniethos¹⁵⁰ os “Indicadores” podem ser utilizados de forma voluntária pelas empresas ou aplicados por uma consultoria especializada do Uniethos, para garantir o correto preenchimento dos dados e demais informações relevantes a um diagnóstico autêntico, já que não há controle do Instituto sobre a observação das orientações e nem sobre as condições do preenchimento em si – uma das orientações é quanto à participação de todos os níveis hierárquicos da empresa no preenchimento – o que compromete a aplicação da ferramenta, o resultado do diagnóstico e até as estatísticas apresentadas pelo próprio Instituto sobre sua utilização.

O Relatório informa que 852 empresas notificaram o Ethos sobre a aplicação dos “Indicadores” (2008, p. 11) em 2007 e ressalta que este número deve ser maior, uma vez que não há controle por parte do Instituto, o que de fato não quer dizer nada, visto que qualquer um pode preencher a ferramenta de qualquer forma, produzindo qualquer resultado. Mesmo assim os Indicadores Ethos estão em sua terceira versão – os “Indicadores de 3ª Geração” estão em revisão para acompanhar o padrão GRI de “Indicadores de RSE e Sustentabilidade” – e compreendem uma das principais ferramentas oferecidas pelo Instituto, já que é a partir dela que a empresa supostamente conhecerá seu “nível” de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade, dado necessário para a geração de um plano de ação.

A primeira versão do projeto “Tear – Tecendo Redes Sustentáveis” foi lançada em 2006 com o objetivo de trabalhar com as cadeias de valor de grandes empresas a partir da aplicação dos Indicadores Ethos¹⁵¹. Após o diagnóstico gerado pelos “Indicadores”, o Projeto – que foi desenvolvido durante quase três anos em “parceria” com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – tem o objetivo de atuar sobre as cadeias de valor de cada mercado desenvolvendo estratégias de competitividade para a sustentabilidade de pequenas e médias

¹⁵⁰ Entrevista pautada concedida via *Skype* – ferramenta eletrônica de comunicação instantânea – em 16 de fevereiro de 2012. Autorização para vinculação do cargo ocupado pelo(a) participante ao nome da empresa foi expressa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preenchido e assinado pelo(a) entrevistado(a) para a aplicação deste instrumento. O(a) participante é formado(a) em Relações Públicas e trabalha com o Grupo desde 2007, quando prestou serviço em caráter de Pessoa Jurídica ao Ethos, sendo formalmente contratado(a) em regime de CLT neste mesmo ano e atuando junto ao Uniethos desde 2010.

¹⁵¹ O projeto “Tear” foi premiado em 2008 pelo jornal “O Globo” com o prêmio “Faz Diferença”, que homenageia as empresas com as “iniciativas que mais contribuíram para transformar o país”, segundo o Relatório (2008, p. 12). O projeto “Tear” está em sua segunda edição e

empresas (PMEs), apoiando-se no que chamam de “empresas-âncoras” (organizações de grande porte representativas do seu setor) e envolvendo fornecedores, clientes e consumidores. As empresas participantes desta edição também preencheram um documento denominado de “Matriz Brasileira de Evidências de Sustentabilidade”, que é um formulário desenvolvido pela SustainAbility – consultoria de John Elkington – e International Finance Corporation (IFC) em conjunto com o Instituto.

O Relatório de Sustentabilidade (2008, p. 12) informa que participaram da primeira edição do Projeto nove “empresas-âncoras”¹⁵², e noventa e sete PMEs representantes de oito setores da economia, totalizando mais de 25 mil pessoas atingidas pela sensibilização em torno dos temas da responsabilidade social empresarial. Em sua plataforma *on line* o Instituto (2012k) também afirma que 71% das PMEs informaram que houve melhoria nas relações comerciais com suas respectivas cadeias de valor e que 130 novos clientes foram incluídos nas relações comerciais das PMEs devido a sua participação no projeto Tear. Entretanto, nenhuma das tabelas disponíveis ou dos diversos quadros que mensuram o resultado geral do Programa menciona o valor total do patrocínio obtido junto ao BID nem o custo dos serviços oferecidos pelo Grupo para a concepção e operacionalização do Projeto¹⁵³, que hoje está vinculado ao Uniethos e não mais à área de Orientação e Desenvolvimento do Instituto.

A terceira grande metodologia de atuação é a consolidação de um grupo de referência em ações de responsabilidade social e sustentabilidade, o Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade, posta em prática desde 2008 e que contou com a participação de oito empresas em sua versão piloto: Alcoa, Banco Itaú, CPFL Energia, Grupo André Maggi, Natura, Samarco, Votorantim Celulose e Papel e Whirlpool. O Programa foi idealizado em três fases, sendo que a primeira consistiu na estruturação de um processo em que cada empresa definiu seu ponto crítico em sustentabilidade para ser trabalhado no Grupo. Para esta primeira fase o Ethos (2012f) desenvolveu uma ferramenta específica, o “Roteiro de Levantamento de Variáveis Críticas”, para auxiliar as organizações a “identificar a variável crítica em função de sua materialidade para a empresa, os *stakeholders* e a sociedade”.

¹⁵² As “empresas-âncora” participantes da primeira edição do Projeto foram: Santelisa Vale Bioenergia (ramo de açúcar e álcool); Camargo Corrêa, Gafisa e Y. Takaoka Empreendimentos (ramo da construção civil), CPFL Energia (ramo de energia elétrica), Vale (ramo de mineração); Petrobrás (ramo de petróleo e gás); Arcelor Mittal Brasil (ramo de siderurgia); Grupo Pão de Açúcar (ramo do varejo).

¹⁵³ O Relatório de Auditoria 2008/2009 informa sobre valores parciais financiados pelo BID no Projeto Tear, sendo de R\$132 mil em 2008 e R\$9 mil remanescentes em 2009. O Projeto ocorreu entre 2006 e 2008 e os montantes relativos ao início do Projeto não foram encontrados para a apuração do valor total de financiamento durante a realização da pesquisa.

A segunda fase consistiu na definição de indicadores de monitoramento para o avanço da gestão destas empresas nos pontos críticos, alinhando-os aos compromissos efetivamente assumidos pelas empresas publicamente. Também foi desenvolvida uma ferramenta específica para esta fase – o “Roteiro de Desenvolvimento de Indicadores de Sustentabilidade” – que ocorreu entre 2009 e 2010, de acordo com informações do Ethos (2012f). Os indicadores possibilitaram a criação de “produtos e serviços sustentáveis” para o desenvolvimento local das empresas participantes, que só então passaram a construção das iniciativas propriamente ditas.

Em junho de 2011 é que ocorreu o primeiro encontro presencial das empresas participantes do GRES, conforme matéria vinculada pelo Ethos (2012g). Na terceira fase do Programa – que foi iniciada em março deste mesmo ano com término previsto para 2012 – o objetivo foi a concretização das iniciativas a partir de quatro “eixos estratégicos”: o acompanhamento das empresas na execução dos projetos; o fornecimento de conteúdo teórico relativo às iniciativas; a sistematização dos encontros, e a articulação entre as iniciativas propostas.

A fala do gerente executivo do Uniethos na ocasião, Reginaldo Magalhães, expressa a articulação das três fases do projeto com os objetivos do GRES, além de demonstrar o interesse do Instituto em associar as iniciativas desenvolvidas pelas empresas do Grupo às ações de outras organizações da “sociedade civil” que atuam no desenvolvimento local para a influência sobre a formulação de políticas públicas por meio da “transparência” e “participação” e da “inclusão social”:

Um dos objetivos do GRES é mobilizar as organizações locais para, em conjunto com as empresas, formular *estratégias para o desenvolvimento local*. E isso é um caminho importante para fortalecer a cooperação, estimular a inovação, facilitar o relacionamento com fornecedores, investidores, e ainda *aproximar as estratégias privadas com as políticas públicas e as organizações da sociedade civil*. (...) Um processo bem planejado, transparente e participativo de engajamento pode ampliar a competitividade das empresas e, ao mesmo tempo, *promover maior inclusão social*, maior coesão para o desenvolvimento local, além de ampliar o acesso das empresas a informações que são importantes para os negócios (grifos nossos).

Segundo o Relatório (2008, p. 12), o GRES tem o objetivo de estabelecer referências quanto às experiências empresariais em sustentabilidade, gerando a cooperação entre as empresas participantes a partir da visibilidade de evidências concretas que demonstrem o quanto “é possível unir RSE ao desempenho positivo das empresas”. Aliás,

este é um apelo recorrente do Instituto e do Uniethos para a sensibilização e mobilização das empresas e que reafirma a intenção do Grupo de superar a idéia de filantropia empresarial, como relata o(a) funcionário(a) do Uniethos:

Quando eu estou falando de RSE eu não estou falando de empresas que tem como área de responsabilidade social funções de desenvolver e implementar projeto social porque este não é o foco do Ethos. O Ethos reconhece como uma ação importante o trabalho filantrópico, às vezes os projetos sociais podem até estar inseridos num contexto que não é só filantrópico, que tenha já um objetivo mais de negócio, às vezes ele é feito de forma pontual e não como um processo... Mas a idéia da RS é que o que você faz na gestão e nas suas práticas tenha conexão com o seu negócio. Porque se você faz e não tem conexão com o seu negócio não tem consistência, não se sustenta, você não tem como argumentar, você não vence. *Você não chega no objetivo final da empresa que é ter lucro.* E a gente sabe disso e o que a gente fala é, uma vez que você trabalha a sua cadeia de valor para eliminar focos de trabalho escravo, por exemplo, *você está aumentando a sua competitividade, a sua performance. Então a RSE tem um objetivo de negócio, uma estratégia de negócio e este é o foco de trabalho do Ethos* (grifos nossos).

A articulação destas três linhas de atuação ilustra de forma clara o encadeamento comercial – e também ideológico – das ações praticadas pelo Instituto para formar o consenso sobre a sustentabilidade a partir dos temas da responsabilidade social empresarial. Como os Indicadores são disponibilizados gratuitamente funcionam como uma “isca”, pois se a empresa quiser avançar de forma sistemática na implantação de uma gestão “sustentável” fatalmente contratará os serviços do Uniethos após o diagnóstico gerado pelos Indicadores. A indicação para a participação da organização no projeto “Tear” é um dos encaminhamentos que pode ser dado para o diagnóstico, que por sua vez pode levar a organização a se tornar uma referência e integrar o grupo de empresas que formam o GRES.

O Grupo Ethos ganha em termos ideológicos com a difusão da ideologia da sustentabilidade e em termos comerciais com a venda das consultorias via Uniethos e com a formação de “parcerias” relevantes que garantem um montante de doações e patrocínios viável à operacionalização do novo padrão de intervenção através dos projetos e programas encabeçados pelo Instituto. Paulo Itacarambi destaca a função e o impacto desta articulação no Relatório (2008, p. 12):

Essas são as três grandes metodologias do Ethos, que se complementam em sua função e seu impacto. Os indicadores têm um caráter educativo de autodiagnóstico, o tear volta-se para a cadeia de valor e a difusão da RSE, e o GRES trabalha a colaboração entre as empresas em torno da construção de referências em sustentabilidade.

A estratégia de potencializar o engajamento das organizações empresariais em políticas de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial através do crescimento das

“parcerias” tem demonstrado êxito considerável, tanto que os prejuízos apontados pelo Relatório de Auditoria de 2008/2009 foram totalmente superados nos anos subsequentes. O novo relatório – que apresentou as demonstrações contábeis dos anos de 2010 e 2011 – registrou um superávit líquido de R\$ 116 mil em 2010, seguido de novo superávit líquido no montante de R\$ 1.697 mil em 2011 de acordo com o Relatório (2012m, p. 6). Além do superávit líquido, o Relatório de Auditoria 2010/2011 (p. 14) também informou o valor recebido a título de adiantamento para a execução de projetos no período, sendo de R\$ 4.542 mil em 2010 e de R\$ 3.355 mil durante 2011. No entanto, não há discriminação das fontes “parceiras” de doação e patrocínio, somente dos 24 projetos que receberam os recursos durante estes exercícios.

Outro aspecto da articulação ideológica, comercial e também política do Instituto é sua preocupação em se declarar como uma “organização não partidária”. Obviamente, o interesse desta declaração é poder atrair “gregos e troianos” para a formação do consenso sobre as virtudes da responsabilidade social e da teoria da sustentabilidade, além de ampliar sua base de associados e poder transitar no cenário político de forma mais flexível quanto ao recebimento de doações e patrocínios para seus projetos, influenciando políticas públicas de seu interesse e de seus associados.

O(a) funcionário(a) do Uniethos ressaltou em entrevista que este é um aspecto muito importante dentro da Organização, principalmente para a negociação e influência do Ethos junto ao governo no caso de políticas públicas convenientes ao modelo da sustentabilidade, ainda que os principais nomes do Instituto tenham envolvimento com a cena política no Brasil:

No Ethos existe muito a preocupação de ser uma *organização a-partidária*. Nós temos um cuidado muito grande com isso. Até por causa das políticas públicas, que é uma área importante no Instituto Ethos. Ele tem que ter uma *neutralidade* para poder ‘sentar na mesa’ com qualquer governo, para poder *influenciar* qualquer governo na formulação de políticas públicas que sejam em pró da RSE e da sustentabilidade, mesmo as maiores lideranças do Ethos tendo um histórico político também (grifos nossos).

Apesar do posicionamento do Instituto é claro que há o encadeamento político da Organização com a articulação partidária de seus dirigentes, como é o caso de Ricardo Young que deixou a presidência do Ethos em março de 2010 para participar das eleições concorrendo a uma vaga no Senado pelo Partido Verde. Na ocasião houve uma reunião dos conselheiros do Grupo que deliberou pelo apoio à candidatura de Young e seu afastamento da presidência –

porém não do Instituto – e pela indicação de Oded Grajew para assumir as funções de Young. As palavras de Grajew e Paulo Itacarambi – que continuou na vice-presidência do Ethos no período de afastamento de Young – respectivamente, são bem ilustrativas deste posicionamento do Instituto (ETHOS, 2011d):

O Ethos é uma *entidade não partidária*, composta por participantes com diferentes visões e orientações políticas, que devem ser respeitadas. É natural, portanto, que, ao decidir concorrer por determinado partido, o Ricardo tenha se afastado da direção (...) Para nós, *quanto mais gente identificada com o movimento de responsabilidade social e sustentabilidade participar das atividades políticas do país tanto melhor. Nosso objetivo principal é a construção de uma sociedade justa e sustentável. (...) Não é por uma questão moral apenas*, mas para permitir o cumprimento da nossa missão. O que nos move é o interesse público. Cobramos transparência tanto na gestão das empresas quanto na gestão pública, inclusive no processo eleitoral (grifos nossos).

O Ricardo optou por um partido, uma candidatura. Já o *Instituto Ethos continua a trabalhar em todas as frentes e também com todos os candidatos que queiram ouvir nossas propostas* (grifos nossos).

Outro caso de relacionamento do Instituto com partidos políticos é o de Oded Grajew, importante articulador da burguesia empresarial junto ao PT e as centrais sindicais desde a época de fundação do PNBE. Como as políticas sociais dos dois governos de Lula não retrocederam na consolidação do padrão de intervenção social do empresariado baseado nos pilares da sustentabilidade – integrados nos parâmetros da mundialização financeira e do neoliberalismo – o Ethos continuou atuando bem próximo às formulações e articulações políticas do governo sobre as “questões sociais”, tanto que Oded foi assessor especial da Presidência nos primeiros 11 meses do primeiro governo Lula.

O programa “Comunidade Solidária” – que havia caracterizado a nova perspectiva de atuação social do Estado em “parceria” com ONGs e iniciativa privada durante os governos de FHC – extinguiu-se estrategicamente numa tentativa de garantir que após o fim do segundo governo de Fernando Henrique “as iniciativas fossem preservadas, impedindo que se perdesse com um novo governo toda a estrutura operacional montada desde 1995”, conforme Martins (2009, p. 221). No lugar do “Comunidade Solidária” foi criado o “Comunitas: Parcerias para o Desenvolvimento Solidário” durante o ano de 2000, que assumiu a direção de todos os projetos subordinados ao Programa anterior. Esta estratégia também contou com a participação de Ruth Cardoso na direção do “Comunitas”, qualificado como OSCIP em 2001 e no qual o Ethos participou ativamente.

Um dos principais órgãos de atuação do “Comunitas” foi a Rede de Informação do Terceiro Setor (RITS), que de acordo com Martins (2009, p. 228-229) passou a coordenar 10 dos mais importantes projetos de sustentabilidade e responsabilidade social no Brasil entre 2003 e 2006. Tais projetos atuaram sobre a formação de quadros e articulações nacional-internacional para o tratamento dos temas integrantes do modelo e o autor destaca quatro deles, sendo: a criação da Revista do Terceiro Setor¹⁵⁴; do Observatório de Políticas Públicas de Inoinclusão¹⁵⁵; do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Formação¹⁵⁶; e da Ação Digital Nordeste¹⁵⁷.

A participação do Ethos junto ao governo federal se manteve durante o governo Lula. Como um dos principais articuladores do Pacto Global no Brasil, o Instituto assumiu a direção do Comitê Brasileiro em 2003 para coordenar as ações do Pacto junto ao empresariado brasileiro, como o “Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade” criado em 2004 com o objetivo de promover ações locais para mobilizar as organizações empresariais em torno das “Metas do Milênio”. O Movimento ocorre deste então com a preparação de eventos anuais – como a “Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade” – patrocinados pelas empresas associadas ao Ethos, de acordo com as informações sobre a participação do Instituto (2012j) em políticas públicas.

Também foi durante o primeiro governo Lula que o Ethos concebeu o “Fórum Empresarial de Apoio ao Município”, outra importante estratégia de mobilização dos empresários para a criação de propostas com o intuito de criar modelos e metodologias para políticas públicas de seu interesse. Não por acaso o “projeto-piloto” foi para a cidade de São Paulo – cuja prefeita era Marta Suplicy do PT – e região do ABC Paulista e, conforme a cartilha do Fórum (2005, p. 7) ressaltou mais uma vez a contribuição das empresas para o desenvolvimento social via poder econômico e a necessidade da “parceria” entre os setores

¹⁵⁴ A Revista foi criada em 1999, porém atuou como o principal veículo de difusão e manutenção da ideologia do “terceiro setor” a partir de sua inclusão na RITS, informando sobre projetos, cursos, encontros e publicações. Em 2002 contava com 21 mil assinantes passando a 60 mil no período, segundo Martins (2009). A Revista também passou a ser mantida pela venda de espaços publicitários na versão impressa e eletrônica.

¹⁵⁵ Este projeto acompanhou as políticas de inclusão digital, orientando as ONGs na definição e execução de ações desta natureza, sendo financiado, também segundo o autor (2009), pela Fundação Ford e pelo *Development Reserch Centre*, do Canadá.

¹⁵⁶ O Núcleo atua na produção de pesquisas e apoio ao armazenamento de dados e conhecimentos sobre os trabalhos realizados pelas ONGs, oferecendo capacitação para as organizações e recebendo patrocínio também da Fundação Ford, conforme Martins (2009).

¹⁵⁷ O foco deste projeto é o atendimento a 40 organizações não-governamentais pertencentes a estados nordestinos para estruturar condições de acesso à Internet. Segundo Martins (2009), o objetivo deste projeto é político, dada a visibilidade da atuação destas ONGs na região, o que potencializa a captação de recursos e projetando o nome da RITS internacionalmente, tanto que os principais patrocinadores são a IBM e a Fundação Interamericana.

público e privado, bem como a superioridade empresarial nas questões de planejamento e gestão:

O Fórum de Apoio ao Município contribui para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Para as empresas, o compromisso com o bem-estar das comunidades onde atuam é um componente básico do exercício da responsabilidade social. Como agentes econômicos poderosos, as empresas tem grande potencial para influir na transformação e na melhoria da qualidade de vida em nossas cidades. Para os governos locais, a parceria com o setor empresarial pode ser um elemento fundamental para o êxito dos seus projetos, não apenas pela possibilidade de agregar novos recursos financeiros, mas pelos conhecimentos que as empresas detêm e por sua capacidade de planejamento e gestão, que possibilitam ampliar o leque de contribuições do Fórum Empresarial de Apoio ao Município (grifos nossos).

As empresas que aturam no Projeto receberam um selo intitulado “Esta empresa ajuda São Paulo” na mesma proposta do *marketing* social dos diferenciais competitivos de outros selos já conhecidos – como o da Fundação Abrinq e Projeto Amigos da Escola. Além disso, o Fórum foi congregado ao governo de Lula em 2003, formando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social composto expressivamente por empresários “engajados”, que encampou programas decisivos para a reafirmação deste padrão de intervenção social da burguesia empresarial durante este período, como o Programa Fome Zero¹⁵⁸, o Programa de Construção de Cisternas¹⁵⁹ e o Programa Brasil Alfabetizado¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Este foi o Programa de maior visibilidade do primeiro governo Lula. Alavancado com o envolvimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o “Fome Zero” foi concebido para atuar em quatro frentes de trabalho, segundo a plataforma do Programa vinculada à Presidência da República (2012): acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; e articulação, mobilização e controle social. A estratégia do Programa consiste em “assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”.

¹⁵⁹ O Programa (P1MC) viabilizou, segundo a “Articulação no Semi-Árido” (ASA, 2012) – ONG contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Social em contrato de parceria para a construção das cisternas e que dirigiu a “Associação do Programa 1 Milhão de Cisternas para o Semi-Árido” (AP1MC), outra organização da “sociedade civil” – 119 milhões de reais na ocasião para as ações, que envolveram 778 municípios de 11 estados nordestinos, englobando 225.909 pessoas entre as famílias beneficiadas e os trabalhadores responsáveis pelas construções e pela operacionalização do Programa. Desde 2003 foram construídas mais de 300 mil cisternas, beneficiando mais de 1,5 milhões de pessoas, segundo a plataforma do P1MC <http://www.asabrasil.org.br>, que hoje é composta por 1.000 organizações da “sociedade civil” que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semi-árida. Vale a pena questionar como mesmo após estas iniciativas tão “promissoras” envolvendo “tanta gente” o problema da seca continua assolando as comunidades sertanejas do Nordeste do Brasil.

¹⁶⁰ Vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o Programa também foi iniciado em 2003 com o objetivo de formar agentes para a alfabetização de maiores de 15 anos de idade no Brasil, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). De acordo com o MEC (2012), foram repassados ao Programa 186,6 milhões de reais na ocasião, captados em convênios firmados entre estados e municípios, juntamente a contratos de “parceria” com ONGs como a “Alfabetização através da Literatura” (ALFALIT) – ONG internacional de tradição cristã evangélica – e a “Alfabetização Solidária” (ALFASOL) – criada e coordenada pelo “Comunidade

Apesar de toda a propaganda e investimentos – liberados tanto pelo governo federal quanto captado pelas organizações não-governamentais envolvidas nos respectivos projetos – os Programas não solucionaram as “questões sociais” a que se propuseram, uma vez que os objetivos não contemplaram uma reforma das condições estruturais de produção da miséria, analfabetismo e desenvolvimento local desigual. Aliás, os textos de promoção das ações trabalham muito bem com a idéia da “resposta possível”, pressupondo minimizar as condições sociais degradantes a partir do tratamento imediato de seus efeitos. É a sistematização do “melhor isso do que nada” operacionalizada pela ideologia da sustentabilidade, no qual as práticas de responsabilidade social ocupam lugar privilegiado.

Outra estratégia que pode ser inferida sobre a ineficiência dos Projetos nas causas a que se propõem é o estímulo ao empreendedorismo. A partir do encadeamento destes três Programas é possível notar que todos eles “preparam” de alguma forma o sujeito social para enfrentar as “condições naturais” do mercado às suas próprias custas. O “Fome Zero” alimenta a força de trabalho miserável para que tenha condições orgânicas de participar de um projeto de alfabetização como o “Brasil Alfabetizado”. Alimentada e munida de conhecimentos técnicos esta força de trabalho teria condições de promover sua própria inclusão social por meio do desenvolvimento local dinamizado por programas como o P1MC, desresponsabilizando o Estado inserindo-se “produtivamente” na lógica de funcionamento capitalista.

Enquanto a influência do “terceiro setor” e das empresas colecionadoras de selos “responsáveis” e “sustentáveis” crescem a ideologia da sustentabilidade reforça o papel de supervisão de organizações como o Banco Mundial e Nações Unidas no papel de difusão e internalização destas políticas sociais de assistência em todos os espaços de socialização. Obviamente, existe a transformação de trajetórias de trabalhadores singulares que de alguma forma se beneficiam destas iniciativas – tanto na condição de assistidos como na de operadores dos projetos – e esta mudança é estrategicamente manipulada para convencer “corações e mentes” das virtudes inquestionáveis de políticas sociais descentralizadas e fortemente controladas pela iniciativa privada e intermediadas pelas ONGs.

O grupo Ethos participa ativamente desta difusão, internalização e manipulação, tanto que “dá o exemplo” pela implantação de todos os pilares do modelo em sua própria

Solidária/Comunistas” ainda durante a presidência de Ruth Cardoso. Os dados referentes à cobertura e financiamento do Programa desde sua criação até hoje podem ser acessados em <http://portal.mec.gov.br>, <http://english.alfalit.org> e www.alfabetizacao.org.br.

gestão, incluindo também o desenvolvimento sustentável e a governança corporativa ao lado da responsabilidade social. O foco sobre o DS está em andamento na agenda do Instituto desde 2011 sob o direcionamento da “Plataforma por uma economia inclusiva, verde e responsável” – elaborada pelo Ethos em conjunto com as empresas Alcoa, CPFL, Natura, Suzano, Vale e Walmart – e que sob a liderança Paulo Itacarambi tem promovido debates em torno da pertinência do tema hoje para o Brasil e o mundo.

Um destes exemplos foi o seminário preparatório para a Conferência Internacional do Ethos – evento anual do Instituto que ocasiona certa *frenesi* entre o público “engajado” da sustentabilidade – que reuniu empresários para discutir as propostas que deveriam ser apresentadas na “Rio + 20” em 2012, cujo título foi “O que muda com a Rio + 20: traga sua proposta”. O Seminário gerou um documento aperfeiçoado na Conferência Internacional de 2012 do Ethos, que foi realizada bem próxima da reunião mundial da ONU propositalmente, e a apresentação do tema “A empresa e nova economia. O que muda com a Rio + 20?” foi o ponto de partida para a divulgação da “Plataforma Verde” que vem sendo liderada pelo Instituto desde então.

Demonstrando a intenção do Grupo de ampliar o horizonte dos serviços de responsabilidade social oferecidos e influenciar o padrão de intervenção do empresariado para a ideologia da sustentabilidade como um todo, o documento reafirma o papel de liderança das organizações empresariais na condução do projeto de sustentabilidade, além de tecer análises sobre a natureza da crise global que, obviamente, não expõem os fundamentos da crítica ao “modelo de desenvolvimento” como pode ser percebido pela fala de Itacarambi (ETHOS, 2012h):

De acordo com o documento, *a crise é global e de natureza estrutural e resulta do esgotamento e das fragilidades do atual modelo de desenvolvimento. (...) O encontro não se limitou a discutir as propostas para a Rio+20, mas também os meios para viabilizá-las. Assim, as empresas apresentaram uma série de compromissos que estão dispostas a assumir para que de fato ocorra a transição para a economia verde de que tanto se fala, e que será resultado, a longo prazo, das ações efetuadas hoje. (...) Mas para que esses compromissos possam ser assumidos de fato, as empresas apresentam também algumas demandas aos chefes de Estado e de governo reunidos na cúpula da ONU, no intuito de assegurar o envolvimento das corporações, que são atores indispensáveis à transição para uma nova economia, protegendo-as da perda de competitividade. (...) A preocupação com o desenvolvimento sustentável deve vir como uma resposta às crises (grifos nossos).*

O Ethos também trabalhou internamente para adequar sua estrutura de governança corporativa aos padrões de “transparência e ética” de uma empresa “responsável”. Segundo o Relatório de Sustentabilidade, a consultoria PricewaterhouseCoopers – outro agente importante na difusão global do modelo da sustentabilidade – foi contratada pelo Instituto no final de 2007 para revisar os estatutos das duas organizações – Ethos e Uniethos – e formular um novo modelo de governança, que foi aprovado em 2008. Os novos estatutos buscaram alinhar a “Missão”, “Visão” e “Carta de Princípios” – documentos relevantes do Grupo – aos processos internos.

A Assembléia Geral é o órgão mais alto no novo modelo de governança e elege os membros do Conselho Deliberativo, além de aprovar as contas do Instituto, validar seu planejamento estratégico e decidir sobre alterações futuras no Estatuto. A articulação para a consolidação do padrão de intervenção social empresarial está embutida na concepção de governança corporativa do Grupo e pode ser identificada na descrição dos membros participantes da Assembléia – formada somente por “celebridades” do mundo da sustentabilidade corporativa – na condição de pessoas físicas reconhecidas por “valorizar, praticar e influenciar sua rede de contatos com princípios de responsabilidade social empresarial e de sustentabilidade, com poder de articulação intersetorial, conduta compatível com os princípios da instituição e visão estratégica” (2008, p. 18 – grifos nossos).

A tendência do apelo moral mencionado nos discursos de governança corporativa também se encontra no Ethos. Conforme o Relatório (2008, p. 18), “desde a fundação do Instituto, os Conselheiros assumiram o compromisso de atuar como ‘*guardiões da Missão*’ do Ethos” (grifos nossos). Esta missão – que apela para valores humanos universais clássicos com solidariedade, honestidade e responsabilidade – segundo o Instituto (2012i), compreende:

Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, *tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa*. O Instituto Ethos propõe-se a disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, ajudando as instituições a: 1. compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do *comportamento empresarial socialmente responsável*; 2. implementar políticas e práticas que atendam a *elevados critérios éticos*, contribuindo para o alcance do *sucesso econômico sustentável* em longo prazo; 3. assumir suas *responsabilidades com todos aqueles que são atingidos por suas atividades*; 4. *demonstrar a seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável* para o retorno em longo prazo sobre seus investimentos; 5. identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum; 6. prosperar, contribuindo para um *desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável* (grifos nossos).

Outro aspecto interessante do modelo de governança é o de que as empresas associadas não participam dos processos decisórios internos ao Ethos. De acordo com Paulo Itacarambi (2008, p. 18), esta preocupação atesta o compromisso do Instituto com a imparcialidade nas questões que envolvem disputa entre os associados, já que o Ethos não se identifica como uma entidade representativa destas empresas, e sim como um “parceiro”:

O Ethos não se entende como entidade representativa das empresas, e o seu modelo de governança reflete essa escolha, buscando evitar que o instituto se torne um espaço de disputas de poder e garantir o alinhamento das ações aos propósitos iniciais da criação do Ethos.

O Instituto pressupõe que esta característica assegura sua imagem de “guardião” dos valores da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade perante todas as organizações associadas, preservando-se nos processos de influência corporativa que fazem parte de sua agenda política. Aliás, na maioria das publicações sobre RSE – incluindo as do Instituto – há a pressuposição de uma ética incontestável da transparência empresarial cuja “evocação” também aparece no Relatório (2008, p. 21) com relação ao posicionamento do Grupo diante de casos de denúncia envolvendo empresas associadas.

Desde 2003 o documento que baliza as relações do Instituto com seus associados e que julga absolver o Instituto de qualquer relação com uma conduta “anti-ética” é a “Carta de Princípios”. Todas as organizações que se associam ao Ethos devem assinar a “Carta” para demonstrar que estão de acordo com os princípios de atuação “socialmente responsáveis”, cujo item primeiro consiste no que consideram como “Primazia da Ética”: “O princípio ético do recíproco respeito aos direitos de cidadania e à integridade física e moral das pessoas constitui a base que orienta e fundamenta nossas relações com toda e qualquer pessoa envolvida e/ou afetada por nossas ações”.

Outro item da “Carta de Princípios” que corrobora a “primazia da ética” – que no limite significa o comportamento padrão que se dedica a qualquer pessoa e não deveria ser mencionado como algo diferencial – é o que ressalta a relatividade do que consideram como “transparência” do que “pode” ser mostrado e assegura o ocultamento do que é considerado “sigiloso”:

Consideramos indispensável que a sociedade tenha acesso às *informações sobre o comportamento ético e responsável das empresas*. Buscaremos disponibilizar, de forma satisfatória e acessível, os dados e as informações que permitam a avaliação das contribuições e dos impactos sociais e

ambientais de nossas atividades, *ressalvadas as informações confidenciais* (grifos nossos).

Existem outros materiais produzidos pelo Ethos que apelam à ética da transparência empresarial como instrumento legitimador do colaboracionismo ideológico entre as classes, como, por exemplo, a formulação dos “Indicadores” (2012d), que afirma:

A atuação baseada em *princípios éticos* e a busca de qualidade nas relações são manifestações da responsabilidade social empresarial. Numa época em que os negócios não podem mais se dar em segredo absoluto, a *transparência* passou ser a alma do negócio: tornou-se um fator de *legitimidade social* e um importante atributo positivo para a imagem pública e reputação das empresas (grifos nossos).

Todas estas formulações trabalham com a dimensão ética-moral a partir de formulações abstratas que convém à ética da sociabilidade capitalista e generalizando-a sem a preocupação de caracterizá-la mesmo em seus pressupostos ideológicos. Apreendendo a dimensão ética enquanto materialidade da práxis humana, Maria Lúcia Barroco (2010, p. 16) explica por meio da leitura lukasciana que é por meio dos fundamentos sócio-históricos que estabelecem as dimensões ontológicas do ser social que “a ética supõe a compreensão do seu sujeito, e não cabe, na perspectiva da análise sócio-histórica, tratá-la *apenas como teoria*” (grifos da autora). Dessa forma, faz-se necessária uma observação mais detalhada desta dimensão para estabelecer adequadamente os nexos da ideologia da sustentabilidade com a formação do “ethos sustentável”.

A concepção materialista da dimensão ética-moral parte das práticas sociais objetivadas no cotidiano da vida humana, que criam e reproduzem suas representações subjetivas – e ideológicas – no plano da consciência, desembocando num conjunto de valores éticos e morais que reafirmam estas práticas. Considerando-se que a ideologia da sustentabilidade possui a função social de convencer as classes sociais sobre as virtudes deste modelo – e ao mesmo tempo dissimular sua natureza de classe enquanto adapta as frações de classe subalternas segundo esta natureza – compreender esta dimensão como categoria ontológica do ser social é reconhecer que as condições materiais que possibilitam a formação e reprodução da subjetividade social são portadoras dos valores que geram e mantêm os comportamentos necessários à sua realização.

Todos os documentos das entidades representativas do empresariado brasileiro “engajado” que foram analisados trouxeram em seu discurso de forma mais ou menos enfática formulações de cunho moralizador e formador de uma ética conivente à alienação e aos processos de reificação típicos da sociabilidade capitalista, ao contrário de propor uma

alternativa genuinamente transformadora da realidade social. O tom das formulações remete a uma perspectiva histórica abstrata em que o ser social sofre as conseqüências de um processo social natural e inexorável “criado” por algo estranho a ele, cujos princípios ético-morais solucionam as contradições num plano igualmente exterior e ideal.

As regras sociais e comportamentos desejáveis para a “harmonia social” são tratados de forma abstrata no discurso empresarial por não considerarem os fundamentos sócio-históricos geradores destas circunstâncias e tampouco a dialética das categorias totalidade-particularidade-singularidade. Para a lógica do fetichismo é importante que os sujeitos sociais estejam alienados de tais fundamentos porque tal alheamento é funcional à “coisificação” das relações sociais na medida em que requer e produz os comportamentos humanos adequados à reprodução da sociabilidade capitalista.

A ética empresarial da sustentabilidade realiza concretamente a ética capitalista justamente porque seus fundamentos – ainda que aparentemente inovadores por um lado, mas questionáveis pela própria lógica do capital por outro – não contradizem os fundamentos da ética mercantil. Em outras palavras, a ética da sustentabilidade é mais uma forma de ideologia capitalista porque dissimula seu interesse de classe nos pressupostos do discurso empresarial ao mesmo tempo em que tem a função de oferecer mais uma perspectiva reformista no interior da própria lógica de funcionamento do capital.

No processo de convencimento das classes para a aceitação da teoria da sustentabilidade os sujeitos sociais são assediados pelos discursos ideológicos de seus pilares – sobretudo nos espaços organizacionais – no plano da consciência, o que não quer dizer que a formação do consenso em torno do novo padrão de intervenção seja algo ideal. Muito pelo contrário, significa que tais discursos adquirem materialidade quando internalizados pelos processos de subjetivação que perpassam o cotidiano de reprodução do ser social, assegurando a manutenção de suas matrizes nos limites funcionais que conectam o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial à ética mercantil do capital.

A pressuposição de que as formas de ser da vida material precedem a formação dos parâmetros de consciência formadores dos valores e hábitos que cristalizam os comportamentos sociais eleitos como padrão de afirmação de um modelo societal específico não é meramente um imperativo teórico-epistemológico. É um imperativo racional que parte da análise objetiva das categorias ontológicas do ser social, conforme já ressaltado por Lukács (1979, p. 40):

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria em relação à outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto que o inverso é ontologicamente impossível (...). *Pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é*, mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor” (grifos nossos).

Admitindo-se este imperativo a ética da responsabilidade social empresarial posta pelo modelo da sustentabilidade considera as contradições materiais do “modelo de desenvolvimento” capitalista parcialmente e articula intervenções igualmente ideologizadas que respondem a favor da reprodução da lógica mercantil. Estas intervenções operacionalizam um padrão de resposta que assegura os fundamentos desta forma de sociabilidade, trazendo novos agentes para a sua operacionalização – como são as organizações não-governamentais, o “terceiro setor” e os profissionais da RSE – e novos campos de influência para a construção da hegemonia da burguesia empresarial “engajada” que devem ser observados no exercício da luta entre as classes.

O discurso da responsabilidade social empresarial negocia a igualdade entre as classes no plano formal da “sociedade civil” e não considera a categoria da liberdade como prioridade ontológica no plano concreto-material. Considerando-se conforme Barroco (2010, p. 27-28) que a liberdade é “simultaneamente capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas para que novas escolhas sejam criadas”, a liberdade e igualdade proposta pelos parâmetros ético-morais do modelo da sustentabilidade é particularmente reificada quanto aos parâmetros que sustentam a reprodução da sociabilidade capitalista e tais categorias não se realizam da mesma forma para todos os sujeitos sociais porque as condições de existência dos indivíduos estão organicamente determinadas pela divisão do trabalho.

No entanto, o conjunto de valores e comportamentos deste “ethos sustentável” é transmitido a todas as classes como um “ethos universal” e superior, que por sua vez carrega a determinação de um sistema de códigos morais que é responsável pela aceitação dos comportamentos desejados para o padrão do “ethos burguês” que valoriza o solidarismo moral, o individualismo e o subjetivismo. A função ideológica deste conjunto enquanto forma particular da ideologia capitalista – apreendida como a ideologia contemporânea dominante – reverbera na constituição das individualidades quando demarca artificialmente os limites dos processos de subjetivação através dos mecanismos cotidianos de objetivação desta

ideologia. O plano da consciência passa a operar com o “padrão de pensamento” considerado adequado pela ideologia dominante e a produzir subjetividades homogêneas a este padrão.

Considerando-se conforme Oldrini (1995, p. 108-109) que “nenhuma ética moderna é possível sem um vínculo com o conceito de ‘pessoa’; assim como, correlativamente, não há e não pode haver qualquer conceito real de ‘pessoa’ que não adquira a sua validade a partir de uma teoria mais geral da ética”, pode-se afirmar que a ética da sustentabilidade como forma particular da ética capitalista influencia e aprofunda os processos de reificação da consciência dos indivíduos – e, portanto, da produção de individualidades alienadas – através da objetivação de seus pilares constituintes. Particularmente no que se refere ao pilar da responsabilidade social empresarial, o novo padrão de intervenção social do empresariado “engajado” é a base material-econômica de reprodução destes processos que influencia a formação das “personalidades” dos sujeitos sociais envolvidos no padrão de acordo com o “ethos sustentável”.

O conceito de “pessoa” – e conseqüentemente o processo de formação das “personalidades” – para Lukács (apud Oldrini, 1995, p. 119) indica “o resultado de uma dialética social que atinge as bases reais da vida do indivíduo e se relaciona com a estrutura econômica, as condições, as relações de classe, etc, em resumo, com o ‘campo de manobra histórico social concreto’, no interior do qual aquela vida se desenvolve”. Este “campo de manobra” de que trata Lukács encontra-se dominado pelas determinações objetivas da lógica mercantil de funcionamento do capital, de modo que os processos de subjetivação formadores da individualidade dos sujeitos sociais atuam de forma contraditória e deformadora, funcionando como “fetiches de um sistema de manipulação universal”.

Quanto mais as atividades humanas que integram o conjunto do “ethos sustentável” no âmbito do novo padrão de intervenção social se desenvolvem e se aperfeiçoam maior é o aprofundamento de mais esta forma do fetichismo da ética capitalista moderna, e que na esfera dos processos de subjetivação produz as individualidades alienadas convenientes à reprodução deste padrão, ainda que traga em si possibilidades para o desenvolvimento das capacidades humanas na direção do exercício livre das “personalidades” e superação das condições de opressão da liberdade e igualdade. Segundo Lukács (1978, p. 15):

O desenvolvimento do processo de trabalho, do campo de atividade, tem porém outras conseqüências: antes de mais nada, o surgimento e a explicitação da personalidade humana. Essa tem, como base inevitável, a

elevação das capacidades, mas não é sua simples e linear consecução. Aliás, é possível constatar que manifesta-se inclusive, entre os dois processos, uma freqüente relação de oposição. Uma oposição que se apresenta diversamente nas diferentes etapas do desenvolvimento, mas que se aprofunda à medida que esse se torna mais elevado. Hoje, o desenvolvimento das capacidades, que vão se diferenciando cada vez mais nitidamente, aparece inclusive como um obstáculo para o devir da personalidade, como um veículo para a alienação da personalidade humana”.

O apelo dos discursos ideológicos da sustentabilidade às dimensões subjetivas que compõe o ser social é constante, desde as mensagens mais gerais que afirmam a necessidade da “tomada de consciência” dos problemas sociais e ambientais pelos indivíduos – para que adquiram os comportamentos requeridos por esta ética nos espaços singulares de socialização – até as mais específicas que manipulam diretamente os comportamentos nos espaços de trabalho para a realização da lógica mercantil. A influência sobre a formação da subjetividade social assume centralidade na internalização da ideologia capitalista da sustentabilidade e também pode ser incluída no conjunto das formulações pós-modernas mais gerais que qualificam esta categoria sem considerar a perspectiva histórico-ontológica da qual ela faz parte organicamente¹⁶¹. Tonet (2005, p. 46) caracteriza este processo de “hipercentralidade” da subjetividade e antecipa algumas de suas consequências:

(...) pode-se dizer que hoje vigora não apenas a centralidade, mas a *hipercentralidade da subjetividade*, que se manifesta sob as mais diversas formas e nas mais variadas áreas. Na esfera do conhecimento, desde a sua forma mais extremada, que é o irracionalismo, tônica das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neo-iluminismo, o pragmatismo e outras, todas elas têm em comum a ênfase na subjetividade ante uma objetividade que se recusa – total ou parcialmente – à compreensão. E na ação ela aparece ora como demissão diante de uma realidade que parece recusar qualquer possibilidade de transformação radical, ora como *voluntarismo*, objetivando moldar à força essa mesma realidade renitente, ora como *politicismo*, atribuindo à esfera da política a capacidade de instauração de uma sociedade livre e igualitária (grifos nossos).

A perspectiva pós-moderna de subjetividade torna-se coerente às concepções de “sociedade civil”, “cidadania” e “participação” que estão impregnadas nos discursos de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial na medida em que abandona a concepção ontológica de ser social, tornando possível a abstração das diferentes condições

¹⁶¹ Dada a extensão da discussão sobre o pós-modernismo e os limites gerais e específicos desta pesquisa, o trabalho não tratará da formação das concepções pós-modernas e do seu desenvolvimento nas mais diversas áreas do conhecimento. As formulações pós-modernas estão indiretamente articuladas no âmbito das consequências que acarretam para os processos de subjetivação formadores das individualidades. Para aprofundar a discussão do pós-modernismo criticamente consultar Anderson (1993; 1999), Eagleton (1997; 1998) e Jameson (2002), dentre outros autores.

materiais para o desenvolvimento das capacidades humanas no plano político e através da fragmentação do homem em sua genericidade. Esta perspectiva trata a formação da subjetividades e individualidades sem considerar as diferenças econômico-materiais e pressupõe que os indivíduos são tão “livres” que podem “ser o que quiser” independente delas. Duarte (2004a, p. 11) chama a atenção para mais este fetiche produzido pela sociedade capitalista denominando-o de “fetichismo da individualidade”, quando o fenômeno do fetichismo substitui o processo educativo e auto-educativo formador da individualidade, de modo que “mesmo que o fetichismo da individualidade surja em nome da liberdade individual, como é o caso das várias formas assumidas pela ideologia liberal, o seu resultado é a negação da liberdade”.

Considerando-se que a formação da subjetividade está dialética e organicamente vinculada à materialidade da vida social pelas próprias atividades humanas, ocorre que “os processos de subjetivação correspondem aos processos de objetivação, e que a uma objetivação estranhada (coisificação) corresponde uma subjetivação alienada”, conforme afirma Silveira (1989, p.10). Assim, a materialidade do “ethos sustentável” só é capaz de produzir processos de subjetivação tão fetichizados e reificados quanto os processos de objetivação que lhe dão forma, daí a homogeneização dos padrões alienantes que influenciam a subjetividade social e desenvolvem as individualidades – e “personalidades” – por meio da ideologia da sustentabilidade.

O “ethos sustentável” proposto pelo modelo da sustentabilidade faz parte do complexo de fenômenos que constituem o que Kosik (1995, p. 15) caracteriza como “mundo da pseudoconcreticidade” na medida em que “povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo aspecto independente e natural”. No entanto, como este complexo se articula de forma contraditória o jogo de “claro-escuro de verdade e engano” que permeia o mundo da pseudoconcreticidade da sustentabilidade – e permite a reificação das consciências e individualidades na cotidianidade das atividades humanas – sofre a atuação dos conjuntos de mediações produzidos pelo próprio desenvolvimento contraditório da autoconsciência dos indivíduos. De acordo com Mazzeo (2009, p. 23-24):

Um universo mergulhado na *práxis utilitário-imediate*, pela sua característica essencial, somente cria respostas às suas necessidades –

enquanto *Bedürfnisse*¹⁶² – dentro do escopo de seus inerentes condicionantes históricos, que acabam por inserir as superações do mundo pseudoconcreto em novas e reelaboradas imediatidades. (...) Dentro de um universo altamente complexo, essa tendência materializa-se numa dualidade contraditória. Se, de um lado, a captação empírico-imediata do real impõe grandes dificuldades para a ruptura com uma práxis utilitário-manipulatória posta pela cotidianidade, de outro, abre caminho para uma ulterior conquista da realidade, no sentido de uma compreensão mediatizada do mundo objetivo. (...) Mesmo que determinados por uma práxis imediata, esses choques que se estabelecem com a realidade objetiva ainda não aclarada – com instituições vigentes, representações e conceitos subjetivos presentes nas formas sociais –, dado o grau de intensidade das inovações apresentadas, em geral contribuem para elevar o teor das contradições a níveis cada vez mais altos, estimulando o descobrimento de conexões e de legalidades até aquele momento desconhecidas (grifos do autor).

Os conjuntos de mediações gerados pela cotidianidade da própria práxis utilitária da teoria da sustentabilidade podem evoluir para uma forma crítica e tornarem-se capazes de alcançar a “essência do fenômeno” até a co-criação de uma nova cotidianidade em que as limitações objetivas impostas pelo fetichismo da práxis mercantil estejam desvinculadas da realização do trabalho enquanto categoria histórico-ontológica do ser social, permitindo a formação de uma subjetividade social coerente a esta nova cotidianidade e ao desenvolvimento do que Duarte (2004b, p. 238-239) chama de “individualidade livre e universal”:

A individualidade livre e universal decorrente da superação da forma capitalista de riqueza humana desenvolve-se à medida que se apropria das formas mais elevadas de conhecimento produzidas pela humanidade e participa conscientemente da construção da riqueza universal do gênero humano, o que só pode ocorrer por meio da relação consciente com a totalidade. (...) A sociedade capitalista cria as condições prévias para a existência da individualidade livre e universal, mas o faz por meio de um processo social extremamente alienante.

Obviamente a consolidação do Instituto Ethos como organização referência em responsabilidade social e sustentabilidade no Brasil faz parte do conjunto de mediações que se engendram no horizonte do neoliberalismo “social”. Acompanhando as teses de autores pós-modernos – como Giddens e Habermas – que diagnosticam a crise vivida pelo “modelo de desenvolvimento” como uma crise “comportamental” de natureza “ética”, o Ethos também acredita em uma suposta revolução dos costumes e hábitos. Esferas como a economia e a política também estariam se reconfigurando em torno de um “novo” padrão de sociabilidade

¹⁶² Tradução do autor para *Bedürfnisse* é a de necessidade sócio-histórica, conforme a teoria das necessidades desenvolvida por Heller (1986) na perspectiva da teoria social marxiana.

considerado superior e identificado com o da sustentabilidade, como nas palavras de Ricardo Young no Relatório de Sustentabilidade (2008, p. 25):

Os defensores do crescimento econômico ortodoxo prenunciam que a turbulência econômica que atingiu o mundo no final de 2008 vai colocar em xeque a sustentabilidade. Para o Ethos, essa conjuntura adversa representa uma oportunidade de fortalecer o conceito de desenvolvimento sustentável e agregara ele credibilidade. É uma crise depuradora, que vai mostrar quem está e quem não está de fato comprometido com o caminho da sustentabilidade. *Acabou a visão neoliberal de que pode haver uma acumulação capitalista sem redistribuição de renda e sem regulação do mercado e de que os padrões de produção e de consumo atuais podem se perpetuar.* Esta é uma *crise de padrão civilizatório*, e não existe mudança dessa natureza sem sofrimento. O desafio é fazer essa travessia com o mínimo de dor (grifos nossos).

Além da interpretação simplista, genérica e equivocada sobre a natureza da crise de 2008, Ricardo Young não tece maiores comentários sobre o sofrimento mencionado. Na verdade, o discurso de Young acompanha a tendência de outros porta-vozes da sustentabilidade e quer dizer que as empresas terão que investir recursos – ou seja, “pagar” pela sustentabilidade assim como em qualquer inovação organizacional – para a adoção das práticas minimamente funcionais ao modelo e nos padrões da reestruturação a que se propõem. Esta é que seria a natureza do “sofrimento” e do “mínimo de dor” a serem suportados pelos empresários e suas personificações e a dificuldade para a homogeneização do consenso no interior da classe capitalista.

A partir da perspectiva adotada pelo Instituto Ethos e dos seus mecanismos de atuação e influência percebe-se a construção de uma teia política, econômica e social para sustentar a ideologia da sustentabilidade como mais uma tentativa de reestruturação produtiva para a acumulação de capital. Os principais nomes das organizações empresariais, não-governamentais e organismos multilaterais que se ocupam dos pilares da sustentabilidade no âmbito internacional são os mesmos nomes que aparecem no lado brasileiro da teia, legitimando as articulações por meio de agentes sociais como o Ethos e seus associados no fortalecimento do novo padrão de intervenção social da burguesia empresarial brasileira por meio das ações de responsabilidade social empresarial.

As consequências sociais e ambientais de mais esta reestruturação produtiva – caso ela se “complete” no limite de seus três pilares e assuma a hegemonia perante o consenso sobre as vicissitudes do capitalismo – novamente recairão de forma nuclear sobre os agentes sociais envolvidos neste mercado de forma subalterna e sobre a dinâmica da luta entre as

classes. No que se refere ao pilar da responsabilidade social empresarial já é possível distinguir com nitidez um leque de consequências geradas pelo novo padrão de intervenção social sobre as potencialidades das formas organizativas das frações de classe subalternas e do caráter das lutas empreendidas nos limites colocados para a atuação e reconhecimento destas formas conforme apresentado até aqui.

Contudo, faz-se necessário observar empiricamente como se dá o aprofundamento dos processos de reificação no plano da consciência dos sujeitos sociais que conferem materialidade a este pilar da teoria da sustentabilidade – seja na condição de assistidos ou de operadores dos projetos de responsabilidade social empresarial. A produção e reprodução desta ideologia ocorrem de maneira contraditória e é preciso a mediação de veículos cotidianos de transmissão capazes de trafegar da forma mais natural possível pelos espaços de socialização. Estes veículos funcionam como vetores que carregam os elementos fundamentais para a cristalização do “ethos sustentável” nas atividades humanas e na consciência dos indivíduos envolvidos, ao mesmo tempo em que podem evoluir para construções mediativas críticas capazes de superar os processos de reificação.

3.5 A base material da subjetividade social reificada

As formulações de responsabilidade social empresarial superaram as de filantropia empresarial que caracterizaram os anos 1980 e a primeira metade da década de 1990. Entidades representativas da burguesia empresarial – ainda que de forma heterogênea – como Instituto Liberal, Fundação Abrinq, Cives e PNBE se articularam para profissionalizar a intervenção social do empresariado brasileiro, o que resultou na formação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Hoje esta organização não-governamental – também qualificada como uma OSCIP – aglutina grande parte da burguesia empresarial brasileira representativa de diversos setores econômicos e ramos de produção em torno das propostas da RSE e da sustentabilidade.

Integrada ao projeto global liderado por grandes corporações, consultorias empresariais e organizações não-governamentais, o Ethos se tornou uma referência no tema e tem um papel relevante na difusão do modelo de sustentabilidade no Brasil, não só diretamente – por meio da criação e operacionalização de canais próprios de formação do consenso e viabilização da ideologia – como também indiretamente, através da orientação e

do acompanhamento direto de seus associados, da manutenção de redes midiáticas e acadêmicas, e da influência política de seus dirigentes.

O modelo de sustentabilidade proposto ressalta que a empresa socialmente responsável deve *ir além* de sua obrigação legal. Este apelo se verifica na formação de um movimento internacional pela normatização da responsabilidade social empresarial que também chegou ao Brasil. O objetivo é criar mecanismos que alterem o caráter da chamada “função social” da empresa em suas respectivas estruturas de governança corporativa, que, diante do contexto da sustentabilidade, deve incorporar a RSE de forma sistematizada. O Ethos também participa deste movimento e considera que a empresa socialmente responsável é aquela que “vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores” (2012a).

Este movimento em torno da normatização da responsabilidade social empresarial resultou na norma internacional ISO 26000, desenvolvida pela International Organization for Standardization (ISO) em conjunto com técnicos de mais de 90 países e publicada em dezembro de 2010, segundo o Inmetro (2011). A Norma disponibiliza orientações destinadas a todos os tipos de organização e versa sobre os conceitos, definições, histórico, princípios, práticas, identificação e comunicação da RS, caracterizando-se como uma *norma de diretrizes de uso voluntário*¹⁶³. Até então vigorava no Brasil a Norma 16001 - Responsabilidade social, Sistema da gestão, Requisitos, publicada em 2004 já como uma prévia dos resultados obtidos com o processo de confecção da ISO 26000, que se iniciou em 2001.

O processo foi levado adiante de forma estruturada a partir de 2004, quando a ISO realizou uma conferência em Estocolmo que decidiu pela elaboração da norma efetivamente. O Brasil e a Suécia, através de seus respectivos organismos de normalização – a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Instituto Sueco de Normalização (SIS) – foram os responsáveis pela articulação do grupo de trabalho encarregado de elaborar a “Norma Internacional de Responsabilidade Social”, do qual o Instituto Ethos participou ativamente como integrante da comitiva brasileira.

A participação do Ethos não se restringiu ao grupo da ISO para a formulação da Norma. O Instituto criou um grupo próprio para influenciar as discussões no grupo da ISO – o

¹⁶³Segundo o Inmetro, a ISO 26000/2010 não tem o objetivo de gerar certificação e alerta para este propósito da Norma, ressaltando que qualquer oferta de certificação ou alegação de ser certificado pela ISO 26000 constitui em declaração falsa.

“GT Ethos-ISO 26000” – formado por mais de 70 empresas associadas. A publicação própria do Instituto (2007, p. 6) que traz o histórico da ISO 26000 articulado à participação do Ethos demonstra a articulação da teia da sustentabilidade com os princípios neoliberais de reformulação do papel do Estado para maior flexibilização, fragmentação da participação popular pela concepção de organização da “sociedade civil” e, mais uma vez, a negação da natureza do “modelo de desenvolvimento” econômico e exaltação do “poder transformador” das organizações empresariais. Nas palavras de Ricardo Young:

É inegável a cobrança da sociedade por mudanças no *atual modelo de desenvolvimento econômico*. Previstas há décadas, as consequências negativas desse modelo, que incluem a degradação ambiental e a desigualdade social, tornam-se cada vez mais reais e evidentes. No centro da questão estão as exigências por uma *profunda reformulação na atuação do Estado, no papel das organizações da sociedade civil e, sobretudo, na função social das empresas, cujo poder de transformação é patente*. A decisão de construir uma norma internacional de responsabilidade social (RS) tenta responder a essa demanda por uma nova forma de atuação das organizações (grifos nossos).

A discussão sobre a responsabilidade social empresarial como obrigatoriedade legal ocupa muitos dos autores na literatura empresarial. Oliveira (1984, p. 205) concorda que as ações qualificadas como RSE devem ser distintas das ações qualificadas como de obrigação legal, da qual partilha o Instituto Ethos. O autor alega que o cumprimento das obrigações legais “não será considerado como comportamento socialmente responsável, mas como uma obrigação contratual óbvia, aqui também denominada de obrigação social”.

Carroll e Buchholtz (2000, p. 33) – dois expoentes norte-americanos de grande visibilidade na literatura empresarial da responsabilidade social – distinguem os objetivos das ações de RSE e as classificam em quatro “níveis de responsabilidade” elaborados de acordo com estes objetivos:

- a) *Econômica*: pressuposto para os demais níveis, a responsabilidade econômica é responsável por zelar pela saúde financeira e estratégica da empresa.
- b) *Legal*: o segundo nível se refere à adequação das ações empresariais à legislação vigente e as relações com os *stakeholders*.
- c) *Ética*: não é um nível de responsabilidade obrigatório. Espera-se que a empresa adote posturas éticas e morais que convenham à sociedade na qual está inserida.

d) *Social*: abriga todas as iniciativas empresariais referentes aos problemas sociais onde a organização atua. Não é obrigatório nem esperado, mas é desejado pela sociedade.

Nesta perspectiva a empresa deve destinar recursos para a promoção de ações de responsabilidade social empresarial além dos que ela obrigatoriamente já destina em sua “função social”, no que lhe é legalmente imposto. Para os autores como Carroll e Buchholtz, as ações de RSE se encontram no nível discricionário da empresa, conferindo-lhe liberdade para apoiar ou não – além de interromper – ações desta natureza. Mesmo estes autores – que defendem uma concepção legalista de responsabilidade social empresarial – alertam para o fato de que os dois primeiros níveis são “estruturais”, determinando a ocorrência e os limites dos demais níveis. Não há autonomia e nem independência das responsabilidades ética e social sobre as responsabilidades econômica e legal.

As estratégias empresariais conseguem então invadir – e, sobretudo, *controlar* – espaços sociais e convertê-los em espaços comerciais e ideológicos. Concentrar as ações de responsabilidade social empresarial no âmbito discricionário garante à organização que ela patrocine ou doe recursos quando e como quiser ao mesmo tempo em que pode interrompê-los sem ser responsabilizada pelos impactos que a interrupção pode causar. Mesmo neste caso, a conversão mercantil do espaço social invadido não deixa de ocorrer e qualquer decisão empresarial tomada sobre este espaço repercute na vida dos indivíduos que estão envolvidos pelas ações de RSE diretamente na condição de assistidos ou indiretamente na de profissionais contratados exclusivamente para este fim.

São exemplos desta conversão mercantil projetos de intervenção social de grandes indústrias como, por exemplo, as do ramo farmacêutico. Empresas como Novartis Biociências SA e Sandoz SA¹⁶⁴ possuem projetos de responsabilidade social empresarial, integrados internacionalmente ou específicos às localidades de suas filiais, e são associadas ao Instituto Ethos (2012b) pelo Grupo Novartis. Presente em mais de 140 países em todos os continentes a Novartis possui uma plataforma global de RSE – “Corporate Responsibility” – onde destaca as principais ações globais, enquanto a filial brasileira trabalha com uma plataforma específica de RSE – denominada de “Cidadania Corporativa” – que apresenta o encadeamento

¹⁶⁴ A Sandoz SA é uma empresa do Grupo Novartis SA, adquirida em 2005 pela farmacêutica suíça. Compreende a divisão do Grupo responsável pelo desenvolvimento, produção e comercialização de medicamentos isentos de patentes – genéricos – além de princípios ativos farmacêuticos e biotecnológicos.

destas ações no âmbito local da filial. Já a Sandoz possui uma única plataforma de responsabilidade social empresarial – “Corporate Responsibility” – apenas traduzida pela filial do Brasil.

Esta divisão do Grupo Novartis acompanha as ações globais de forma isolada e pontual, como ocorre com a ação “Dia da Parceria com a Comunidade”, por exemplo. O evento acontece sempre no mês de abril em todas as unidades e divisões do Grupo no mundo e consiste em um dia de trabalho voluntário “doado” pelos trabalhadores destas unidades à alguma instituição social ou organização não-governamental. Segundo a Plataforma do Grupo Novartis (2012), esta iniciativa “oferece aos colaboradores a oportunidade de fazer a diferença em suas comunidades locais, expressando seu *compromisso individual com a cidadania corporativa*” (grifos nossos), demonstrando o solidarismo moral típico do novo padrão de intervenção, juntamente à influência corporativa sobre a dimensão singular de seus funcionários.

Em 2012 o “Dia da Parceria” da Sandoz Brasil – localizada em Cambé/ PR – ocorreu em 10 de maio – num contraponto com o calendário recomendado pela matriz – e consistiu em ações de voluntariado desenvolvidas no “Lar Santo Antonio”, entidade da cidade que funciona como creche para crianças carentes e também como abrigo para pessoas de todas as idades. As atividades foram desempenhadas por apenas 33 funcionários – dos 700 mencionados na plataforma *on line* da Unidade (2012b; 2012c) – e incluíram gincana com as crianças, distribuição de lanches, apresentação de um coral e a entrega de produtos arrecadados de higiene e limpeza, alimentos não perecíveis, vestuários de inverno, cobertores e a realização de pequenas reformas pela área de manutenção e engenharia. No dia seguinte, todos – trabalhadores da Sandoz e assistidos da Entidade – voltaram às suas rotinas e aos seus dilemas singulares de exploração e abandono normalmente.

No site institucional da Sandoz Brasil (2012a) não há uma formulação clara sobre o planejamento de projetos e ações, bem como não há distinção entre o que a filial considera política de responsabilidade social ou de patrocínio, elemento que pode ser captado na fala do ex-funcionário que foi entrevistado¹⁶⁵. Na ocasião, o Participante relatou uma das ações como

¹⁶⁵ Entrevista pautada concedida presencialmente em 15 de fevereiro de 2011. O Participante preferiu a não vinculação de seu nome às atividades da empresa, opção que foi assinalada no “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” que foi preenchido e assinado pelo Entrevistado para a aplicação deste instrumento. O Participante é formado em “Comunicação Social – Jornalismo” e foi inicialmente contratado pelo Grupo Novartis como estagiário em “Comunicação Interna” da área de Recursos Humanos na sede da Novartis em São Paulo, passando para o regime de terceirização ao final do estágio e sendo contratado em regime de CLT após um ano.

exemplo da falta de alinhamento e prioridade das ações de RSE na Unidade, ilustrando em mais este exemplo o quanto a intermitência das ações atingem diretamente a rede de “profissionais” e “assistidos” pelas iniciativas:

Quando fui para a Sandoz a linha de gestão da Presidência era extremamente focada no mercado e não havia interesse por parte da Unidade em projetos ou ações de RSE. Mesmo as doações, eram pontuais e geralmente só contemplavam de forma parcial os projetos que recebíamos. Havia um grupo de atores chamado “Plantão Sorriso” que sempre solicitava patrocínio para suas atividades. Era um grupo de atores-palhaços que realizava visitas em hospitais para humanizar o ambiente, visitando crianças vítimas de câncer, como os “Doutores da Alegria”. Nesta época o pedido havia sido algo em torno de R\$ 100 mil e eles receberam R\$ 30 mil para as ações do ano todo. Pouco mais de um ano depois houve a troca do ‘*country head*’ e as prioridades da gestão também mudaram. Este Presidente valorizava ações como esta – talvez até em função da sua formação em Enfermagem – e quando o projeto com o pedido chegou naquele ano – pois todos os anos eles enviavam – ele não só atendeu ao projeto como autorizou a doação de R\$ 200 mil. Como era eu que fazia todo o trabalho de apresentar as propostas para a Diretoria e repassar as decisões aos solicitantes pude acompanhar a felicidade do grupo do ‘Plantão’, que naquele ano expandiu suas ações contratando novos atores para integrar o Projeto e ampliou o atendimento em mais hospitais. Porém, pouco mais de um ano novamente houve nova troca da Presidência e a Sandoz deixou de patrociná-los. O novo ‘*country head*’ assumiu a gestão de forma ainda mais dura do que o primeiro gestor e vetou todos os patrocínios e doações vinculados às ações sociais. Foi muito difícil dar a notícia ao pessoal do ‘Plantão’ pois eu sabia o quanto representava para as atividades do grupo o patrocínio da Sandoz. Como logo em seguida eu fui demitido, não pude acompanhar o que houve com as atividades do ‘Plantão’.

Já os projetos da Novartis e sua filial no Brasil (2012a; 2012b) são mais robustos e se resumem à participação da farmacêutica na criação de ações de voluntariado – como o “Dia da Parceria com a Comunidade”; práticas internas de desenvolvimento sustentável – como a utilização de metas de emissão de gases de efeito estufa e redução do consumo de água e energia; políticas internas de gestão de pessoas para inclusão e diversidade; além de englobar as orientações para as “boas práticas” de governança corporativa contidas em um “Código de Conduta” mencionado em muitos dos materiais institucionais e que funciona como um “guia” para toda a Plataforma do Grupo Novartis, incluindo a Sandoz (2012a).

Contudo, os projetos com ações efetivas de intervenção social se encontram na área de “Pesquisa e Desenvolvimento”, como o Instituto Novartis de Pesquisa em Doenças

Em 2006 recebeu proposta de promoção para assumir vaga em área equivalente na planta da Sandoz do Brasil em Cambé, quando atuou de funções operacionais até o cargo de Coordenador de Comunicação, subordinado diretamente à Presidência da Unidade. O Entrevistado foi demitido da empresa em agosto de 2010, num plano de demissão aplicado pela Matriz como parte de uma reestruturação organizacional, no qual 88 trabalhadores foram desligados segundo as informações do Participante.

Tropicais – Novartis Institute for Tropical Diseases (NITD) – sediado em Singapura, e o Instituto Novartis de Vacinas e Saúde Global – Novartis Vaccines Institute for Global Health (NVGH), de acordo com as informações da Plataforma (2012a). O primeiro Instituto, NITD, trabalha com a pesquisa de novos tratamentos e métodos para a prevenção de doenças tropicais como Dengue, Tuberculose e Malária. O segundo, NVGH, pesquisa e desenvolve vacinas a “preços acessíveis” para doenças que o Instituto denomina de “negligenciadas”, como Diarréia e Pneumonia – ainda em desenvolvimento – além de vacinas desenvolvidas para a Cólera, Rotavírus e Meningite A, todas certificadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) segundo a Plataforma (2012a).

A filial brasileira da Novartis atua de forma integrada ao Instituto de Pesquisa para Doenças Tropicais com o desenvolvimento e aplicação de uma ação de responsabilidade social empresarial para a erradicação da Hanseníase no Brasil. De acordo com a plataforma “Cidadania Corporativa” (2012b), desde 2000 a Novartis oferece tratamento gratuito para a hanseníase em todo o mundo a partir de uma parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e mais de cinco milhões de pessoas foram curadas da doença por meio do “coquetel terapêutico” distribuído pela Novartis.

A “Carreta da Saúde” foi uma iniciativa do Brasil e funciona como um “caminhão-laboratório” que percorre o Norte e Nordeste do país com o objetivo de diagnosticar novos casos desde 2008. O projeto brasileiro conta com cinco consultórios e um laboratório alocados em um caminhão de 20 metros de comprimento, segundo as informações da Plataforma, e já percorreu 52 cidades realizando 12 mil atendimentos e diagnosticando 1000 casos da doença. Um(a) dos(as) funcionários(as) envolvidos(as) com este Projeto atua junto à área de “Comunicação Corporativa” (CC) da Novartis Brasil¹⁶⁶ e explica algumas das características e detalhes operacionais das ações como, por exemplo, como ocorre o repasse dos medicamentos via Organização Mundial da Saúde e o gerenciamento das ações, delegado

¹⁶⁶ Entrevista pautada concedida via *Skype* – ferramenta eletrônica de comunicação instantânea – em 09 de maio de 2012. O(a) participante preferiu a não vinculação de seu nome às atividades da empresa, opção que foi assinalada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preenchido e assinado pelo entrevistado(a) para a aplicação deste instrumento. O(a) participante é formado em “Comunicação Social – Publicidade e Propaganda” e foi inicialmente contratado pelo Grupo Novartis como trabalhador(a) terceirizado(a), sendo contratado(a) em regime de trabalho CLT alguns anos mais tarde. Desde então atua na área desenvolvendo funções operacionais até cargos em nível de coordenação e gerência.

à entidade Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN)¹⁶⁷:

É um “caminhão-laboratório”. Em parceria com as Prefeituras das cidades o caminhão vai até lá, os médicos do SUS do local são capacitados e fazem exames gratuitos para detectar a Hanseníase. A Novartis mundialmente doa a combinação de medicamentos para a Hanseníase e o paciente também sai com o início do tratamento, depois ele vai retirar o resto no SUS. Este é um projeto de responsabilidade social/doações maior, pois concentra outras ações que são acompanhadas da doação do medicamento via OMS para o SUS brasileiro. O “Caminhão” é da Novartis, mas é totalmente administrado pelo MORHAN. A Novartis repassa o recurso para o MORHAN, que faz a administração das atividades do “Caminhão” e segue com alguns medicamentos. São eles que negociam com as cidades com total liberdade onde serão os locais de atendimento, a capacitação dos médicos, etc, enquanto a gente cuida da manutenção do caminhão e ok.

Neste escopo, o entrevistado(a) comenta a existência de conflitos entre a Novartis e o MORHAN com relação à autonomia da entidade frente às decisões e comportamentos considerados estratégicos pela farmacêutica, demonstrando que a “liberdade” do Movimento não é “total” e ressaltando o objetivo da Novartis com esta ação no programa de doação de medicamentos:

A gente entra em conflito quando a gente fala que o MORHAN tem que ter um perfil de atuação específico. A Hanseníase foi eliminada em praticamente todos os países semi-desenvolvidos. De país ‘grande’ nós temos Brasil e Índia, sendo o Brasil o país com maior número de casos por mil habitantes. (...) É uma doença de diagnóstico muito simples, que é feito na hora clinicamente, sem complicações, o tratamento é de graça porque a Novartis assegura a doação deste medicamento no mundo inteiro e a pessoa que inicia o tratamento em uma semana já não transmite mais. Então *na verdade é uma questão séria de saúde pública. O problema da Hanseníase hoje é a falta de capacitação dos Postos de Saúde*, principalmente nestas regiões do Norte e Nordeste, para fazer o diagnóstico. E *o MORHAN tem uma atuação frente ao Governo bem agressiva e é neste ponto em que o trabalho deles é um pouco podado pela atuação da Novartis. Eles não podem usar o “Caminhão” para fazer crítica ao Governo porque não interessa para a Novartis. (...) O “Caminhão” tem o objetivo de aproximar a Novartis do Governo.* A Novartis tem o compromisso mundial de eliminar a Hanseníase e isso é uma meta do Grupo. *A Novartis escolheu este medicamento como o seu medicamento de responsabilidade social e não tem lucro nenhum com isso, doando 100% do medicamento sem repassar nenhum custo de produção e distribuição para qualquer diagnóstico, mesmo que não seja realizado pelo “Caminhão. (...) A função do “Caminhão” é muito mais educacional, de conscientização, pois o “Caminhão” consegue diagnosticar numa cidade em uma semana, por exemplo, 15 casos e esta*

¹⁶⁷ O MORHAN (2012) se define como entidade sem fins lucrativos e atua desde junho de 1981, concentrando suas atividades em campanhas de conscientização e construção de políticas públicas eficazes no combate e diagnóstico da doença, além de atuar massivamente com a força de trabalho voluntária: “Temos no voluntariado nossa maior força de luta”.

cidade tem, certamente, muito mais do que isso. O importante do “Caminhão” é deixar a capacitação dos médicos do SUS, pois o grande problema da Hanseníase é que ela foi ‘abandonada’ nas Escolas de Medicina, de Enfermagem. É uma ‘aulinha’ que eles precisariam ter para poder diagnosticar só ‘de bater o olho’, entendeu? (...) *O problema da relação com o MORHAN é que ele tem claro que não pode usar o “Caminhão” para atacar o Governo. Ele pode atacar o Governo, a gente não interfere e ok, mas ele não pode usar o “Caminhão” para isso. E hoje a principal ferramenta do MORHAN para informar sobre o diagnóstico é o “Caminhão”, pois ele até conta com outros patrocínios, mas de indústria farmacêutica não (grifos nossos).*

Montaño (2007, p. 208) realiza uma discussão sobre as propostas de doação enviadas às grandes empresas privadas por ONGs e OSCIPs que é bastante oportuna para este exemplo, pois aponta os “desvios” que propostas originais percorrem para obter aprovação, além de apontar o fenômeno do surgimento das “organizações especializadas em pedir”, destacando a submissão desta “atividade profissional”. É preciso demonstrar os benefícios da doação não para o “público-alvo”, mas para a instituição doadora. Se esta não concretizar o objetivo da empresa doadora não é interessante e a proposta é indeferida, caracterizando o que o autor denomina de “fetiche da doação” (p. 209).

No caso deste Projeto da Novartis Brasil, apesar de ela doar 100% dos medicamentos o objetivo maior é o estreitamento das relações políticas com o governo brasileiro para que outros medicamentos que ela “escolheu” não doar – e sim comercializar – entrem na lista dos medicamentos providos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e ela obtenha grandes lucros daí. Chamar a atenção para doenças negligenciadas como a Hanseníase é a aparência do fenômeno, pois a campanha é utilizada para articular diretamente uma “política ideológica”. Outro aspecto é que a “marca” Novartis também ganha indiretamente em propaganda, o que é bastante interessante diante da legislação brasileira para este fim¹⁶⁸, além da manipulação comercial de um problema social determinado.

Por isso o conflito com o MORHAN, cujo papel é exatamente denunciar o descaso com tais doenças pelo governo e apontar a ausência de políticas de saúde públicas eficazes. Se a “liberdade” de que fala o(a) entrevistado(a) fosse concreta o Movimento poderia utilizar o “caminhão-laboratório” para uma campanha de informação mais enfática, ampliando a dimensão da conscientização sobre os fundamentos do problema na direção de construções mediativas críticas que, conseqüentemente, trariam padrões alternativos aos do

¹⁶⁸No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é o órgão que regula a propaganda de medicamentos, liberando ao público geral somente as dos medicamentos isentos de prescrição médica. Aqueles que necessitam de prescrição só podem ser “anunciados aos profissionais de saúde que podem receitar (médicos ou dentistas) ou dispensar (farmacêuticos) medicamentos” (ANVISA, 2010).

“ethos sustentável” para a formação da subjetividade social e individualidades dos agentes. Entretanto, como o “Caminhão” é uma ferramenta importante para beneficiar os doentes e a Novartis é a única farmacêutica que patrocina esta iniciativa, o MORHAN segue as “sugestões”, que em essência traduzem-se em condições para a doação da estrutura, desviando o Movimento de seu objetivo principal.

O(a) participante também distinguiu dois tipos de ações que marcam a atuação do Grupo: a doação e o patrocínio. A primeira é tratada como de natureza social, portanto, enquadrando-se como uma ação ou projeto de responsabilidade social empresarial. O patrocínio possui natureza comercial e é classificado como uma ação ou projeto de negócio da empresa. O projeto da “Carreta da Saúde” se situa no primeiro caso, apesar de a Novartis Brasil não contar com uma área específica para a sistematização e operacionalização das ações de sustentabilidade e RSE, concentrando-as hoje junto à área de “Comunicação Corporativa”.

A Novartis (Brasil) não tem uma área de Sustentabilidade e RSE e acaba ficando como uma responsabilidade não prioritária da área de Comunicação e, indiretamente, acabamos atuando nisso. O mesmo para a questão das doações. A Novartis possui um Comitê de Doações que é formado por várias áreas (...) e a área de Comunicação fazia um bom papel aí, estávamos envolvidos. Em 2008 foi criada uma diretoria de Comunicação Corporativa e, por ter uma maior afinidade com o tema, a gente acabou assumindo ações de RS com boa parte das ações de doações, principalmente quando a gente fala de algumas leis de incentivo. (...) A gente tem uma divisão bem séria quanto às ações: *quando você tem patrocínio é patrocínio mesmo, considerado como uma ação de negócio; mas, quando é classificada como doação ela entra em RS. São dois processos diferentes (grifos nossos).*

É interessante observar a associação que o(a) entrevistado(a) faz entre sua trajetória pessoal e profissional quando indagado sobre as motivações subjetivas – ou ausência delas – que o levaram a atuar junto a uma área que concentra projetos desta natureza. “Eu sempre tive, em minha carreira, afinidade com o tema. Cheguei a atuar em algumas ONGs, já fui presidente de uma OSCIP com ações de voluntariado e sempre tive interesse, por isso busquei trabalhar um pouco próximo às ações de RSE neste sentido”. Percebe-se que, mesmo que o(a) participante tenha clareza da teia de interesses políticos e econômicos que perpassam a natureza de projetos como o da “Carreta da Saúde”, sente satisfação em atuar com projetos que de alguma forma sejam altruístas e solidários.

O sentido de pertencimento que determinados valores humanos – como solidariedade, justiça e igualdade – gera no sujeito social ocupa um importante papel quando

considerado do ponto de vista do coletivo humano-genérico, daí a satisfação que os indivíduos sentem quando ajudam uns aos outros. Porém, sob a lógica do “ethos responsável” este processo não se concretiza deste ponto de vista, pois não há autonomia e liberdade fora da lógica mercantil, realizando-se somente no âmbito da superficialidade, da aparência, do imediatismo e do utilitarismo característicos da ideologia da sustentabilidade e seus pilares. Mesmo que haja a consciência e certa crítica sobre os objetivos subjacentes às práticas de responsabilidade social empresarial ainda sim é prazeroso para os indivíduos realizar estas ações, o que garante a manutenção dos projetos e da lógica mercantil do “ethos sustentável”. Outra afirmação do(a) entrevistado(a) foi a de que não há uma relação próxima entre a Novartis Brasil e o Instituto Ethos – somente formal – de modo que mesmo “a distância” as formulações do Instituto estão alinhadas, objetiva e subjetivamente, às do Grupo Novartis.

Também é possível perceber a operacionalização do *marketing social* promovido pelas empresas, seja apoiando publicamente reconhecidas “causas sociais” ou associando a imagem da organização às ações “socialmente responsáveis”. Um dos exemplos clássicos neste contexto é o da fabricação de personalidades e mascotes corporativos para a criação de uma imagem positiva. No fluxo dos processos empresariais a escolha do “produto” ocorre no segmento que gerencia a marca da organização – o *branding* – que é o responsável por traçar estratégias de *Marketing*, Comunicação e Relações Públicas, principalmente para criar imagens corporativas positivas associadas aos seres humanos, que em outras palavras significa “personificar a organização” para a sociedade.

Para a formulação de um *branding* atraente e funcional nada mais interessante do que associar a empresa, seus executivos e trabalhadores aos programas e ações de responsabilidade social empresarial como, por exemplo, os programas de doações de medicamentos elaborados pelos laboratórios farmacêuticos. Estes programas atuam geralmente em países pobres, sobretudo africanos e asiáticos, e a divulgação destas experiências é preparada por um discurso publicitário que carrega o tom do solidarismo moral que caracteriza o “ethos sustentável”. É o caso do tratamento do Tracoma¹⁶⁹ oferecido pela farmacêutica Pfizer através da doação do medicamento antibiótico Zithromax associado à personalidade do CEO da organização.

Hank Mc Kinnell foi presidente da Pfizer até 2006 e um dos executivos que mais defendeu a doação de medicamentos para programas assistenciais no contexto da indústria

¹⁶⁹ O Tracoma é uma inflamação crônica da córnea que, em casos mais graves, evolui para seqüelas, provocando lesões mais profundas e podendo produzir a cegueira.

farmacêutica. Como uma espécie de “garoto propaganda” da responsabilidade social, o CEO justificava os programas de doações como benéficos para a empresa porque “o custo marginal de nossos medicamentos é muito baixo, então se doamos a uma pessoa que não teria condições de comprá-lo, o impacto dessa ação em nosso lucro é praticamente nulo” (apud BAKAN, 2008, p. 56). Entretanto, os benefícios substanciais que a Pfizer obtém com programas como o de combate ao Tracoma não aparecem no material de divulgação institucional da campanha.

A conquista da simpatia dos médicos, que não por acaso são os primeiros distribuidores dos medicamentos dos laboratórios – bem como dos funcionários e consumidores – articula uma “reação em cadeia” bastante conveniente à ideologia da RSE e à manipulação das dimensões subjetivas dos indivíduos que fazem parte da cadeia. Os médicos “sentem-se bem” em indicar um laboratório que “faz o bem” e os funcionários “sentem-se bem” em produzir “o bem”, e a combinação entre este “bem-estar” coletivo alcança seu elemento final que é o consumidor. Além disso, outros benefícios precisam ser avaliados, como a redução de impostos com a declaração dos medicamentos doados e a propaganda gratuita realizada pelos médicos, funcionários e consumidores, o que na indústria farmacêutica é considerável, já que existem países em que a propaganda de medicamentos é regulamentada, como é o caso do Brasil.

Autores como Melo Neto e Froes (2001) afirmam claramente os benefícios que as ações de responsabilidade social empresarial traz às empresas diante de seu público interno, atuando na esfera subjetiva na medida em que gera sentimento de orgulho e motivação entre os funcionários, que se forem “bem gerenciados” e canalizados podem aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida no trabalho. A empresa também obtém retorno social, institucional, tributário, de mídia e econômico na medida em que consolida o relacionamento com seu público externo (fornecedores, consumidores, governo e demais *stakeholders*).

A criação de mascotes corporativos e a vinculação da imagem corporativa às celebridades do mundo dos esportes, moda e entretenimento¹⁷⁰, também são algumas das estratégias utilizadas na criação de campanhas publicitárias que trazem mensagens de uma vida saudável, feliz e “socialmente responsável” dirigidas a públicos diversificados. A

¹⁷⁰ Um exemplo da criação de mascotes corporativos é o “Tony”, tigre que desde a década de 1950 ilustra as campanhas do cereal americano Kellogg, distribuído também no Brasil (KELLOGGS, 2010). “Tony” é um “amigo da garotada” e dirige-se ao público infante-juvenil como um orientador de alimentação e práticas de vida saudável, tudo enriquecido com o sucrilhos da *Kellogg*, claro.

campanha “McDia Feliz”, da cadeia de *fast food* norte-americana McDonald’s, é um excelente modelo da importância estratégica da criação do *branding* associado às ações de responsabilidade social personificadas em mascotes corporativos.

Liderada por “Ronald McDonald”, a campanha destina toda a renda obtida na venda do sanduíche “Big Mac” de um dia (último sábado de agosto) à instituições que atuam no combate e na cura do câncer infanto-juvenil. Criado pela filial canadense em 1977, o evento acontece no Brasil desde o ano de 1988 e em 2008 contou com o recorde de arrecadação de R\$11,5 milhões, segundo as informações do Instituto Ronald McDonald (2010). O dinheiro arrecadado é distribuído às entidades de combate ao câncer pelo Instituto, organização não-governamental criada em 1999 pela filial brasileira para gerenciar os recursos e os programas apoiados pela campanha. De acordo com o “Mr. Ronald”:

Além de ser uma organização socialmente responsável por se guiar por valores éticos na sua atuação junto aos públicos internos e externos, tem como objetivo contribuir para aumentar o índice de cura do câncer em crianças e adolescentes, sendo esta a expressão maior de sua responsabilidade junto à sociedade brasileira (grifos nossos).

Mais uma vez, a motivação maior da empresa em promover uma campanha desta natureza é qualificar-se enquanto “organização ética e socialmente responsável” e expressar este compromisso para a sociedade em que oferece seus serviços. E de fato há muita expressão, principalmente se pensarmos na publicidade espontânea que os holofotes midiáticos brasileiros oferecem à rede antes, durante e após a campanha, além das inúmeras unidades de batatas fritas, refrigerantes, demais sanduíches e sobremesas vendidos juntamente ao sanduíche “Big Mac” no dia do evento. No material institucional do Instituto e da filial brasileira não há mensuração destes números e tampouco qualquer informação que implique esta relação, mas não é difícil imaginar a economia em publicidade convencional e o aumento do número de vendas dos demais produtos.

A generalidade com que os “valores éticos” são citados na missão do Instituto demonstra a alusão recorrente das formulações de responsabilidade social empresarial às dimensões ético-morais, indicando que a expressão é mais um recurso mecânico e apelativo do discurso moral que busca produzir os comportamentos desejáveis ao “ethos sustentável” por meio das práticas de RSE e sustentabilidade que operam o novo padrão de intervenção social a favor desta fração da burguesia empresarial. O *marketing* social da “empresa cidadã” funciona como um aliciente subjetivo na medida em que fornece uma visão de mundo conveniente à aceitação, exaltação e propagação deste padrão no âmbito destas práticas.

As mensagens diretas e subliminares que apelam à subjetividade social são formuladas para criar uma identidade entre os interesses empresariais e sociais, a fim de transformar os objetivos capitalistas em desejos universais, omitindo o caráter mercantil destes objetivos e, sobretudo, desresponsabilizando as organizações empresariais dos impactos econômicos, sociais e ambientais causados pelas suas atividades, que sob a lógica do fetichismo assumem a forma de consequências naturais e inexoráveis do processo civilizatório.

É o caso do empreendimento da Vale em Moçambique, denominado de “Corredor Nacala” e iniciado no final de 2011¹⁷¹. Para a instalação do complexo mineiro em Moatize/Moçambique foi necessário retirar os moradores da região, o que ocorreu através de um amplo projeto de “reassentamento” proposto pela Mineradora ao governo local e que envolve 980 famílias de áreas urbanas e rurais, de acordo com as informações da Vale (2012c). O Analista de Comunicação Arão Davas – porta-voz da Vale no vídeo informativo – relata que o Projeto envolveu a comunidade local desde a sua concepção, fazendo consultas prévias e durante a construção das futuras casas às famílias que seriam deslocadas:

As comunidades foram, visitaram o Projeto – através de maquetes, visitaram as casas – e depois levamos estas mesmas comunidades para o local onde o processo de reassentamento iria acontecer. Nós levamos as famílias para irem ver uma ‘casa modelo’ e, nesta ‘casa-modelo’, as pessoas que iriam ser reassentadas – que era basicamente a família, o esposo e a esposa – foram lá e emitiram opiniões ao que elas consideravam que seria o melhor para a casa futura. Isto contou muito, mas também conta muito o fato de nós termos produzido muita mudança na vida destas pessoas.

Em seguida o vídeo elenca um conjunto de mudanças positivas que teriam sido produzidas pelo “Projeto de Reassentamento - Greenfield” no cotidiano das comunidades, como a “construção de infra-estruturas básicas para moradia, serviços de educação e cultura, saúde, esportes e apoio à agricultura familiar. Além disso, a Empresa realiza programas de

¹⁷¹ O Projeto prevê resolver uma demanda originada no processo de escoamento de carvão da mina de Moatize – localizada no litoral sudoeste de Moçambique – via linha férrea, até a cidade de Nacala no norte do país e atravessando o Malawi. O “Corredor” compreende não só restabelecer antigas ferrovias como a construção de um novo trecho que cruzará o Malawi em 137 quilômetros, entre as regiões de Chikwawa e Nkaya Junction, como uma extensão do “Corredor de Nacala”, segundo o projeto da Vale (2012a). A construção do Porto de Nacala se apresenta como uma saída ao que hoje representa um problema logístico para o escoamento de carvão produzido em Moatize, cuja infra-estrutura é considerada o melhor porto de águas profundas da África Oriental, permitindo que atraiam navios de qualquer dimensão. O valor total do Projeto está estimado em R\$ 3 bilhões e o acordo que firmou a concessão do trecho para a construção e operação da linha pela Vale foi assinado por Paulo Horta – Diretor de Operações da Vale em Moçambique – e pelo Ministro dos Transportes e Infra-estruturas Públicas do Malawi, Sidik Mia.

formação profissional para as comunidades”. Esta “contrapartida” foi negociada junto ao governo de Moçambique com a mediação do Banco Mundial – que estabeleceu “as regras” para o compromisso sócio-ambiental – para a “permissão” do deslocamento das famílias. O complexo mineiro de Moatize é o maior investimento global da Vale no ramo do carvão e o primeiro projeto “Greenfield” realizado fora do Brasil, segundo a Empresa (2012b)

Entretanto, não foi pelo compromisso altruísta – e muito menos pela fidelidade às “regras” socialmente responsáveis do Banco Mundial – que as tais melhorias foram realizadas, e sim por uma questão estratégica. As famílias que ocupavam a região foram absorvidas como força de trabalho na própria construção para a instalação do Complexo e obras do reassentamento. Neste momento a Vale é que precisava que estas famílias – organizadas sobre bases ético-sociais extremamente diferentes – se adequassem ao mínimo de “civildade” para o andamento do “progresso” sem constrangimentos aos gestores e demais executivos responsáveis pelo Projeto.

Apesar do Projeto não estar caracterizado como uma política de responsabilidade social empresarial no projeto de sustentabilidade da Vale – pois as ações desta natureza estão aglutinadas na Fundação Vale – o reassentamento está sendo aplicado também para a construção do trecho do “Corredor” que cruzará o Malawi, que também precisa deslocar famílias que habitam a região para outros locais. Contudo, a tônica do discurso que acompanha as solicitações de intervenção urbano-social da Vale junto ao governo moçambicano seguem a mesma linha do discurso proposto pelo modelo global de sustentabilidade, justificando tais intervenções pelo âmbito social-ambiental do “progresso sustentável”.

Um(a) funcionário(a) da empresa privada brasileira Diagonal Urbana¹⁷² – especializada em “gestão social” – explica como ocorre o processo de reassentamento nos

¹⁷² Entrevista pautada concedida via *Skype* – ferramenta eletrônica de comunicação instantânea – em 25 de abril de 2012. O(a) participante não autorizou a vinculação de seu nome às atividades da empresa, opção que foi assinalada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preenchido e assinado eletronicamente pelo(a) entrevistado(a) para a aplicação deste instrumento. O(a) entrevistado(a) é formado(a) em Ciências Sociais e é pós-graduado(a) em Gestão de Projetos Sociais, atuando na empresa privada Diagonal Urbana – organização brasileira no “ramo” de gestão social que também é associada do Instituto Ethos – desde maio de 2011, como Analista Sênior de Projetos Sociais. O(a) participante foi contratado(a) pela Diagonal justamente para atuar no Projeto de Reassentamento do “Corredor Nacala” em Moçambique, alocado(a) inicialmente em Maputo, como parte da equipe responsável por fazer o diagnóstico urbano-social necessário para o descolamento das famílias na construção do novo trecho que cruzará o Malawi. Na ocasião da entrevista o(a) participante estava alocado(a) em Zomba, no Malawi. O regime de trabalho está inscrito na CLT e além do salário existe uma série de benefícios – como auxílio aluguel, auxílio combustível, auxílio refeição, diárias e passagens aéreas para outras regiões que

bastidores da empresa e como é possível dissimular os documentos que atestam as ações sociais sustentáveis que supostamente teriam sido realizadas para a compensação dos efeitos do empreendimento da Vale para as famílias atingidas e corajosamente elenca os aspectos que contradizem a imagem de empresas socialmente responsáveis produzida pela Vale e pela Diagonal em seus materiais institucionais:

A gente trabalha com estes programas de reassentamento que tem parâmetros internacionais que podemos até considerar rígidos, como o princípio básico do reassentamento involuntário, por exemplo. Quando a pessoa se muda para outro lugar a empresa tem a obrigação de manter ou, preferencialmente, melhorar a qualidade de vida desta pessoa que foi reassentada. Não só dessa pessoa, mas do entorno, tem que haver esta preocupação. Mas o que eu percebo é que esta preocupação não existe, tanto para a empresa mineradora quanto para nós – e eu digo nós porque eu faço parte da Diagonal, gostando ou não, querendo ou não. Tanto faz para nós se a pessoa está viva ou morta, se ela melhorou ou piorou de vida, porque para a empresa tanto faz. O importante, na verdade, é liberar a área para a engenharia ir lá e fazer a exploração que ela precisa fazer. Isso tudo mesmo com as leis internacionais que a gente precisa seguir na série de tratados firmados com Banco Mundial, Pacto Global, etc. E como fazemos isso? Escrevendo documentos muito bonitos dizendo que as pessoas terão as suas vidas melhoradas, dizendo que a gente fez os estudos – e a gente até faz os estudos, mas eles são bem superficiais, na verdade, é um questionário bem simples e básico que não dá condições da gente entender a fundo nada, mas a gente consegue escrever fazendo o que a gente aprendeu a fazer na faculdade, aliás, o sociólogo é especialista em falar, falar e não falar nada se a gente quiser. Escrevemos documentos longos falando um monte de coisas e na verdade o comprometimento é quase nada. Isso é aprovado pelo governo, o Banco Mundial pode vir aqui auditar, a Vale vai parecer socialmente responsável, mas de fato, na realidade, quando a gente vai nas vilas e constata a qualidade de vida das pessoas o que está escrito não aconteceu. Inclusive, pode até ser que a vida destas pessoas piore. Então a gente consegue enganar as leis e etc com estes documentos e, claro, também com suborno para o pessoal do governo em todos os níveis. E é um suborno que a gente consegue fazer via ‘legal’, que a gente consegue pagar como se fosse um pagamento de um imposto qualquer para não ficar caracterizado como suborno, é claro, e é assim que funciona.

Sobre o trabalho de deslocamento e reassentamento das famílias, especificamente, o(a) participante também detalha os procedimentos ideológicos para a abordagem e convencimento sobre as vantagens do progresso que o empreendimento trará, destacando como a constituição dos elementos culturais da região são aproveitadas pelo discurso empresarial. Outra dimensão levantada pelo(a) entrevistado(a) é a de que as obras de reassentamento caracterizam mais uma “limpeza étnica” do que um projeto de realocamento:

não o país de origem do funcionário, férias duas vezes ao ano, dentre outros – que tornam a vaga extremamente atraente.

O discurso do progresso é um discurso comprado por qualquer um e estas pessoas que moram aqui tem valores e um modo de vida muito peculiar. Vamos supor que amanhã tenha um *blackout* mundial, estas pessoas que moram aqui simplesmente vão ignorar isso. Para elas tanto faz se amanhã o batom X parar de ser produzido ou se foi o carro Y. Para estas pessoas a maior parte das coisas elas tiram da natureza porque tem uma agricultura de subsistência, compram alguma coisa ou outra, mas elas não são nem monetarizadas. Então elas têm um ‘valor’ que ninguém nunca fala e ninguém nunca leva em conta e que, é óbvio, no discurso do progresso da Mineradora, aparece como algo que tem que mudar para o bem destas pessoas e é este discurso que é aceito. (...) No meu caso – que é o da construção de uma linha de trem que vai ser usada para escoar a produção de carvão até o porto para o mercado internacional – aqui no Malawi (...) esta linha de trem não é daqui, a mina não é aqui e não vai beneficiar o Malawi em absolutamente nada. Mas, a empresa (Vale) está prometendo que também vai haver um trem de passageiros, e que nas estações de trem funcionariam projetos sociais e etc. Mas, pelo que estamos percebendo, é que este trem de passageiros não existirá. E se fosse existir seria uma coisa que demoraria tanto tempo para a pessoa conseguir atravessar do Malawi a Moçambique que não seria viável de tão absurdo. O que importa é o transporte do carvão, então cada vez que o trem de carga passar o trem de passageiros teria que esperar o trem voltar para que pudesse seguir viagem. (...) Isto tudo é falado junto a questão da implementação das obras, para que as pessoas tenham uma boa expectativa, recebam bem as obras e aceitem o reassentamento sem criar problema para o andamento das obras. (...) A gente vai lá, faz uma sensibilização com estas pessoas com estas informações – porque isso foi passado para a gente no início também, é no extra-oficial que a gente sabe que não vai acontecer. (...) Lá em Moatize, onde foi feito o primeiro reassentamento foi uma coisa horrorosa, da forma mais rápida possível (...) e hoje está dando um monte de problemas. Agora, o que importa? A mina de carvão já está instalada e funcionando a todo vapor, eles já estão extraindo o carvão, então agora tanto faz o que aconteceu com estas pessoas.

Levando-se em conta as condições de vida destas famílias antes do projeto e depois – além dos elementos culturais – também é possível perceber que estas condições podem realmente piorar, como já salientado pelo(a) entrevistado(a), pois ao contrário do conjunto de ações que supostamente foi realizado no “projeto-modelo” de Moatize, no Malawi as ações de compensação operacionalizadas pela Diagonal em nome da Vale compreendem comprar as casas das famílias sem propor nenhuma infra-estrutura que viabilize a reestruturação destas famílias nos novos locais:

As áreas anfitriãs – que é para onde as famílias serão alocadas – por exemplo, gostaríamos de tê-las garantidas no começo do processo, mas não temos e isso é um assunto que ficou para trás. Estas pessoas estão por elas mesmas conquistando novas áreas. Não que elas não tenham condições de fazer isso, mas deveria ser uma preocupação o zelo por estas áreas e não é. (...) O nosso trabalho aqui hoje é fazer o pagamento para estas pessoas e elas se viram. Dar o dinheiro tem um ponto positivo, mas tem sérios pontos negativos também. Por exemplo, aqui a poligamia é permitida. Então o cara recebe o dinheiro em um dia, no dia seguinte ele está tão feliz que ele vai lá

e casa com outra, e a primeira esposa dele com os filhos e etc ficam para trás. Então este tipo de problema social começa a ocorrer porque a gente simplesmente vai lá e paga. Não pesquisa o que é que a pessoa pode fazer com este dinheiro, para onde ela vai, se ela vai gastar tudo e depois não vai mais ter uma casa, isso tudo não é monitorado. (...) A quantia que se paga, para os parâmetros destas famílias – que nem são monetarizadas então nem lidam com grandes somas de dinheiro – se analisar a renda mensal – que não passa de 50 dólares – é mais do que suficiente para começar uma nova vida. Elas recebem cerca de 3.000 dólares e é um valor super alto e impressionante para elas, uma coisa que elas nunca imaginaram receber durante toda uma vida de trabalho. Então as famílias torcem para estarem nas áreas afetadas pela exploração porque o desejo delas é receber a indenização porque é muito dinheiro para elas. E este é o problema, porque ou a pessoa fica feliz e gasta tudo, ou vem um monte de parentes pedir emprestado, e como nunca vão pagar o dinheiro acaba, às vezes antes mesmo de receber o dinheiro a família já se endividou. Tudo isso antes de comprar uma nova casa ou abrir um pequeno negócio – como as vendas de comércio local – que é o que a minoria das famílias consegue fazer.

Sobre a natureza da Diagonal o(a) participante tece comentários extremamente críticos sobre a atuação da Empresa, demonstrando a consciência dos interesses político-econômicos que engendram as atividades da empresa, que em essência comercializa a “gestão de projetos sociais” às grandes corporações multinacionais como qualquer outro produto, utilizando o “ethos sustentável” para corroborar do discurso sustentável de seu público-consumidor e atrair uma força de trabalho qualificada necessária para que ela possa “vender” este “produto”:

A Diagonal se diz uma empresa de gestão social, inclusive quando eu entrei a descrição da vaga era uma coisa muito bonita, baseada em princípios de sustentabilidade. Mas, quando a gente entra na empresa e começa a trabalhar o que se nota muito claramente é que simplesmente é uma empresa de consultoria como qualquer outra e o que importa é o lucro. Na verdade, hoje a minha função é dar lucro para a empresa. O mote ‘projeto social’ da função é só uma justificativa, poderia ser qualquer outro. É que no caso eu sou socióloga então é o mote do cargo. (...) Agora estamos trabalhando com um gerente que tem um envolvimento um pouco maior, pois tem mais conhecimento sobre as regras do Banco Mundial e etc. (...) Mas o que eu consigo perceber é que esta preocupação é pessoal, deste meu gerente. Agora, para a Vale aqui de Moçambique a preocupação é a preocupação da engenharia. O gerente que eu trabalhava era de Desenvolvimento Social e Meio-ambiente, contudo a preocupação dele era simplesmente atender a demanda da engenharia. Se a engenharia precisa da área limpa até tal dia e a um custo de no máximo X então a preocupação dele era limpar a área no prazo e dentro deste custo.

Diante de uma concepção tão realista sobre a natureza dos negócios da Diagonal em associação com os objetivos corporativos da Vale e da ênfase corajosa dada às contradições do discurso destas empresas no relato do(a) participante, cabe refletir porque ele(a) aceita atuar neste tipo de atividade consolidando-a na prática. Novamente, as pistas para

o desvendamento parecem estar contidas nas motivações subjetivas do(a) entrevistado(a), que sempre trabalhou vinculado(a) a projetos sociais e reconhece que hoje sua atuação está atrelada ao retorno financeiro que ele(a) obtém:

Minha primeira experiência em empresa privada com RSE e que tinha todo o discurso da sustentabilidade foi na Unimed Brasil, em que eu trabalhava diretamente do departamento de Responsabilidade sócio-ambiental e Educação Corporativa. Antes disso eu tive umas experiências, mas com empresas privadas financiando projetos que eram caracterizados como de RSE por meio de ONGs e outras instituições em parcerias com o governo e etc. (...) Talvez a experiência mais marcante seja um projeto em que eu trabalhei com meninos em LA – liberdade assistida – que saíam da FEBEM (Fundação Casa). (...) Não teve nada a ver com a empresa em si que estava financiando o projeto, teve a ver mesmo com a transformação do comportamento dos meninos. É claro que o que conseguimos, no final das contas, foi encaminhar um para ser empacotador de mercado, o outro para trabalhar no McDonalds, enfim...coisas que são muito pequenas e que não colaboram efetivamente para a mudança da realidade em si. Mas, trabalhar a ‘cultura de paz’ num meio que é tão violento e ver a transformação me marcou muito. (...) Mas isso é relevante para a minha trajetória pessoal, na verdade, porque a minha trajetória profissional começa com um idealismo de querer ver a transformação de realidades, de ver a implementação de projetos que no final vão ter impactos positivos, então no começo da minha trajetória eu era muito preocupada com os direitos humanos, com a desigualdade social, com a injustiça, com a pobreza, etc. E hoje o que eu vejo é que o importante na minha vida é o dinheiro. A minha trajetória é um pouco dura neste sentido, pois ela começa com este idealismo atuando em ONGs e outras instituições, e aí depois eu passo para a Unimed e fico três anos aprendendo a postura corporativa para hoje prestar serviço para uma mineradora. No sentido deste idealismo social minha carreira, na verdade, degingolou. Agora, também tem um ponto importante por outro lado, que é o de que trabalhar dentro de uma empresa organizada, privada, que precisa cumprir meta e dar lucro também exige que a gente tenha uma certa organização, um certo profissionalismo, e que dentro do terceiro setor, principalmente, a gente não encontra. (...) Nas empresas não há tempo para ficar divagando por um milhão de coisas, para ficar amadurecendo discussões, o que é ruim por um lado. Mas, por outro, traz uma praticidade e uma objetividade que, muitas vezes, falta no terceiro setor. Por este ângulo, acho que o que eu aprendi na iniciativa privada foi importante para eu poder voltar ao terceiro setor – se isso ocorrer de fato – e levar um pouco desta praticidade, pois é isso que falta. (...) Tem muita roubalheira por parte dos diretores de ONGs e conhecer como funcionam os processos pode ajudar a evitar estes desvios e fazer o dinheiro chegar no projeto para ser implementado da forma como foi concebido.

Pelo relato fica claro que o(a) participante acredita que esta experiência será útil quando puder retornar ao “terceiro setor”, demonstrando que está convencido(a) do poder transformador deste padrão de intervenção ainda que conheça suas debilidades, principalmente no que tange ao desvio de recursos por parte de seus dirigentes. As construções mediativas deste agente “operador” da RSE sugerem um nível de alienação

diferente daquele que é completamente absorvido pela lógica do fetichismo capitalista, inclusive porque o entrevistado(a) reconhece a influência da racionalidade mercantil em sua trajetória profissional.

Tanto o relato deste(a) participante quanto a do(a) entrevistado(a) da Novartis comprovam que é possível a construção de mediações críticas sobre as práticas que conferem materialidade ao “ethos sustentável” no âmbito de suas próprias atuações singulares. Contudo, o conjunto de tais mediações não compreende a totalidade social em que as particularidades destas ações se inserem, de modo que são insuficientes para romper com a lógica deste “ethos” completamente. As mediações elaboradas por estes sujeitos ainda carregam o consenso que legitima o novo padrão de intervenção social via “terceiro setor”, indicando que para estes agentes o problema está na forma de gestão privada comprometida com o lucro. Subentende-se que para eles o “terceiro setor” estaria livre deste mal pela natureza de sua forma institucional, cabendo somente “corrigi-lo” do “mal da corrupção”.

Outros dois funcionários da Diagonal também participaram da pesquisa de campo respondendo ao questionário que foi enviado para a equipe sediada no Malawi, juntamente a um funcionário da Vale que também trabalha com o grupo em Moçambique. Embora todos eles identifiquem aspectos discrepantes entre o discurso de práticas sócio-ambientais sustentáveis proferidos pela Vale e Diagonal e suas respectivas atividades singulares na operacionalização das ações, a participação do(a) analista foi sem dúvida a mais esclarecedora na investigação deste Projeto para cumprir o objetivo da pesquisa.

A contribuição de organizações bancárias para a consolidação da ideologia da sustentabilidade é bastante significativa para a operacionalização dos parâmetros do “ethos sustentável” que permitem os processos de reificação da subjetividade social. O Grupo Itaú-Unibanco possui em sua plataforma de sustentabilidade dois instrumentos que viabilizam ações desta natureza – o Instituto Unibanco (IU) e a Fundação Itaú Social (FIS) – através da responsabilidade social empresarial e do investimento social privado¹⁷³.

¹⁷³ Um dado interessante é que enquanto na lista das empresas associadas ao Instituto Ethos aparece somente o IU como organização associada, a Fundação aparece como uma associada do GIFE, Fundação ABRINQ, Unicef, Instituto Akatu, Movimento Nossa São Paulo, dentre outras em seu portal institucional, indicando que há uma divisão dos patrocínios do Grupo Itaú-Unibanco entre estas entidades. Porém, esta divisão não significa que o Grupo também está “dividido” quanto à sua articulação com burguesia empresarial “engajada”, visto que as entidades que aparecem como parceiras da FIS são as mesmas que foram apresentadas na teia de formação do Instituto Ethos.

O Instituto Unibanco concentra as atividades do Grupo desenvolvidas na área de Educação, especificamente junto ao Ensino Médio (EM), já que acredita que este nível “é estratégico tanto para a formação e inserção das novas gerações no mercado de trabalho quanto para a diminuição da pobreza e para o desenvolvimento sustentável do país”, conforme as informações do Instituto (2012a). A Fundação também trabalha com projetos na área de Educação, e segundo a definição da Fundação (2012a) a prioridade é “desenvolver metodologias e programas destinados a suportar políticas públicas para a Educação em qualquer nível”.

Sobre a atuação do Instituto Unibanco não foi possível realizar uma pesquisa de campo concreta, somente a pesquisa do material institucional de acesso público. Embora tenha havido um contato com o Instituto para a solicitação de entrevistas e/ou aplicação de questionários junto aos funcionários da organização – que no início pareceu bastante promissor – o acesso aos funcionários foi vetado após o envio do Projeto de Pesquisa desta tese em janeiro de 2012. É interessante notar que no contato inicial – que ocorreu via telefone com a responsável por “Assuntos Estratégicos” na ocasião – a pesquisa pareceu fazer sentido aos interesses de *marketing social* do Instituto, pois o que mais interessou a responsável durante o bate-papo foi o acesso que o Instituto teria sobre o material produzido. Quando informado que o acesso seria total e público, a responsável se mostrou muito simpática aos objetivos da pesquisa, solicitando o projeto para que pudesse pedir a aprovação formal da gerência da área.

Obviamente, o projeto enviado não continha todas as questões subjacentes que seriam trabalhadas pela tese e também utilizou certo eufemismo para determinados conceitos e categorias considerados “profanos” no mundo organizacional e poder atender ao “padrão científico” que estas organizações reconhecem. Entretanto, o projeto foi fiel aos objetivos investigativos da pesquisa, esclarecendo que o acesso solicitado visava *o contato direto com funcionários* do Instituto em qualquer nível – operacional ou estratégico – por meio de um dos instrumentos de coleta de dados. Após um mês do envio do projeto, a resposta obtida do Instituto Unibanco foi a seguinte:

Oi Erika, peço desculpas pelo atraso, mas é que eu não podia te dar um retorno sem o consentimento da minha gerente que estava ausente do IU. Nós analisamos a sua proposta de estudo e entendemos que não estamos enquadrados dentro do perfil da sua análise. O ideal seria que você conversasse com a equipe de responsabilidade social do Itaú Unibanco. Além disso, *achamos delicado indicar pessoas dentro de nossa instituição para falar sobre este assunto, certo que perderíamos o controle do que seria*

dito, mesmo se tratando de um depoimento confidencial. Na gestão do conhecimento não costumamos atender este tipo de solicitação, *temos como prática disponibilizar nossas bases de dados para estudos que de alguma forma possa servir de insumos para melhoria da qualidade da educação, se algum dia lhe for útil, estaremos inteiramente à disposição (grifos nossos).*

Percebe-se que o Instituto Unibanco teve atitude coerente com uma postura de controle estabelecida perante os funcionários, ainda que tenha identificado um retorno de imagem que poderia ser positivo com a participação do IU na pesquisa inicialmente. Também é possível inferir que houve um cuidado para que informações consideradas “inadequadas” fossem relatadas e abalassem a suposta imagem de agente ético-moral da sociedade – construída sobre as mesmas bases do “ethos sustentável” – que o Instituto julga possuir e a credibilidade dos projetos para a obtenção dos patrocínios e “parcerias” nas políticas públicas educacionais.

O principal projeto na “vitrine” do Instituto Unibanco é o projeto “Jovem de Futuro” (PJF), que foi “pré-qualificado como uma tecnologia educacional pelo Ministério da Educação” em 2009¹⁷⁴. O PJF consiste em uma das chamadas “tecnologias de educação” desenvolvidas pelo Instituto para aplicação no nível do ensino médio, modelando uma “gestão de resultados”. O foco das ações é sobre a capacitação de um grupo de gestão que deve ser formado por membros da própria comunidade escolar a fim de produzir o que o Projeto denomina de “Plano de Melhoria de Qualidade”, segundo as informações do Instituto (2012b). O período de implantação, monitoramento e avaliação do Projeto é de três anos e conta com o suporte técnico e financeiro do Instituto, que afirma não interferir na autonomia das decisões tomadas sobre as ações, supostamente definidas por cada escola. O objetivo institucional do Projeto é elevar o índice de desempenho validado pela avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e reduzir a evasão escolar dos alunos.

Outra “tecnologia de educação” desenvolvida pelo Instituto e que também foi “qualificada” pelo Ministério da Educação é o projeto “Entre Jovens” (2012c), que busca elevar o índice de aprendizado nas disciplinas de Português e Matemática a partir da capacitação de professores e atividades de reforço aos alunos. A previsão era de que em 2012 o projeto “Jovem de Futuro” fosse transferido para as redes públicas de ensino médio dos Estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e São Paulo. O que o

¹⁷⁴ O IU está presente em todo o país e seu Presidente é Pedro Moreira Salles, acompanhado de Pedro Malan na vice-presidência do Instituto, e também é uma organização associada ao Instituto Ethos.

Instituto não revela é que o objetivo econômico-político destas “tecnologias” é “comercializá-las” junto ao governo federal como metodologias obrigatórias para o aumento do nível de ensino e aprendizagem de professores e alunos do EM.

A incorporação de um projeto desta natureza pelo governo às políticas públicas de educação significa na prática que o Instituto Unibanco será contratado pelo Estado para fazer as capacitações e desempenhar as demais funções do projeto, liberando os recursos captados pelo Instituto para outros fins enquanto os recursos públicos da educação são destinados para IU pela política da “parceria”. A expectativa do Instituto com estes projetos acompanha a das indústrias farmacêuticas e visa, sobretudo, o estreitamento da relação com os governos. No caso das indústrias, o estreitamento leva a inclusão de medicamentos de alto custo nas listas de sistemas como o SUS brasileiro, enquanto no caso de instituições como o IU conduz à captação dos recursos públicos para a formação do que Neves (2005) denomina de “nova pedagogia da hegemonia”, ampliando a penetração do novo padrão de intervenção social.

Mesmo com a negativa do Instituto Unibanco para participar da pesquisa empírica deste trabalho houve acesso a uma ex-funcionária do Instituto¹⁷⁵ que foi demitida grávida em 2011 e atuava junto ao projeto “Jovem de Futuro”. Também neste depoimento foi possível detectar certo grau de consciência nas construções mediativas sobre as incongruências dos projetos apresentados e das ações efetivamente realizadas:

Pela lógica do sistema vigente, qualquer ação de uma empresa deve gerar mais lucro do que gastos, e isso não é diferente no terceiro setor. Não vejo problema nos Institutos lucrarem e poderem pagar dignamente seus funcionários desde que os jovens sejam atingidos pelas ações do projeto. Entretanto, nos dois projetos que trabalhei vi propostas pedagógicas serem desvirtuadas pelo objetivo do patrocinador. (...) Em busca de resultados em números, os fins justificam os meios. Uma ação que busca a diminuição da evasão escolar em tese deve trazer o aluno de volta à escola pela qualidade da educação oferecida e pelas possibilidades que o ensino terá no futuro, a perspectiva de que vale a pena investir na própria Educação. Mas a necessidade de resultados em curto prazo para que os patrocinadores continuem investindo gerava ações como caixas de bombom e passeios como prêmio aos alunos com menos número de faltas no fim do mês. (...) Acredito que ações de RSE são necessárias frente à lacuna de formação cidadã por parte do Estado e ao estreitamento de perspectivas entre os jovens de regiões periféricas da cidade, ‘catequizados’ pela escola e

¹⁷⁵ Questionário aplicado eletronicamente pela Plataforma Google Docs disponível em <http://migre.me/7tFck>. e respondido em 26 de fevereiro de 2012. A participante não autorizou a vinculação de seu nome às atividades da empresa, opção que foi assinalada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preenchido e assinado eletronicamente para a aplicação deste instrumento. A ex-funcionária é formada em Comunicação Social – Rádio e TV e também em Psicologia, atuando no Instituto como “Supervisora de Projetos”. As atribuições da função consistiam em supervisionar as ações do projeto “Jovens de Futuro” desenvolvidas em cinco escolas da região metropolitana de São Paulo.

sociedade com a impossibilidade de ascensão cultural e sentimento de menos valia (grifos nossos).

Considerando-se a função social que o “terceiro setor” ocupa junto ao novo padrão de intervenção social do qual as ações de responsabilidade social empresarial fazem parte – bem como os demais pilares do modelo de sustentabilidade – novamente o nível de consciência a respeito das contradições que aparece no depoimento indica certo nível de crítica quanto aos fenômenos mais particulares no âmbito da atuação singular do agente “operador” do padrão. No entanto, a “falha” do padrão segundo a ex-funcionária ainda está no modelo de gestão, que mesmo em uma organização não-governamental – como é o Instituto Unibanco – está subordinado aos objetivos privados dos patrocinadores, que em sua maioria compreendem grandes empresas privadas multinacionais. Para a ex-funcionária não há contradição com relação à função do “terceiro setor” em si, mas com sua limitação diante destes objetivos, que no fim do dia é o que mantém o Instituto.

Outro(a) funcionário(a) do Instituto Unibanco¹⁷⁶, responsável pelas áreas de concepção, formatação e disseminação das metodologias do IU – sobretudo do projeto “Entre Jovens” – respondeu ao questionário da pesquisa. Também foi possível detectar a ambigüidade do discurso na medida em que há concordância com o papel desempenhado por organizações como o Instituto Unibanco que conseguem “chegar onde o Estado não chega”, ao mesmo tempo em que identifica os limites deste papel para a “resolução do problema das desigualdades sociais”:

As ações de RSE são necessárias para que as empresas diminuam os impactos que sua atuação muitas vezes produz, e para devolver para o público parte do capital privado que essas empresas acumulam, muitas vezes às custas das pessoas e do meio ambiente. Também são necessárias para ajudar a suprir o que o *Estado não tem dado conta*. (...) Acredito que as práticas da RSE ajudam a amenizar os impactos das desigualdades sociais. Porém a resolução do problema das desigualdades sociais requer uma mudança estrutural que só pode ser alcançada através de uma mudança de sistema econômico e político. *Essa mudança compete ao Estado ou aos movimentos sociais/sociedade civil*. O espaço privado não tem condições e nem interesse político para resolver completamente essas desigualdades (grifos nossos).

¹⁷⁶ Questionário aplicado eletronicamente pela Plataforma Google Docs disponível em <http://migre.me/7tFck>. e respondido em 25 de janeiro de 2012. O(a) participante não autorizou a vinculação de seu nome às atividades da empresa, opção que foi assinalada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preenchido e assinado eletronicamente para a aplicação deste instrumento. O(a) funcionária em Ciências Sociais e mestre em Educação, atuando no Instituto Unibanco do Rio de Janeiro desde 2009 como “Coordenadora de Projetos”. As atribuições da função consistem em concepção, formatação e disseminação das ações do projeto “Entre Jovens” e outras metodologias do Instituto Unibanco.

A formulação de que somente através de movimentos sociais comprometidos com uma mudança estrutural é possível agir para a resolução das desigualdades indica que, mesmo a partir de uma concepção de “sociedade civil” e Estado que compromete o entendimento das relações que compõem a totalidade social, há uma clara compreensão sobre os limites das ações de responsabilidade social empresarial empreendidas ou patrocinadas no âmbito da iniciativa privada. Esta parece ser uma das tendências presentes nos processos de subjetivação que ocorrem em torno do novo padrão de intervenção social baseado nas práticas de RSE, confirmando que mesmo que os processos de objetivação fetichizados reverberem dialeticamente em processos de reificação da consciência esta relação não é automática e sim contraditória.

As mediações realizadas pela autoconsciência dos agentes sociais entrevistados até aqui indicaram que podem assumir formas parcialmente críticas, ainda que este movimento não se complete a ponto de atingir a totalidade social na qual os fenômenos da responsabilidade social empresarial estão inseridos. Nesta estado de crítica “parcial” – ou incorreta, esta tendência termina por reafirmar a lógica mercantil e os parâmetros do “ethos sustentável” que a ideologia capitalista da sustentabilidade utiliza, permitindo que esta “crítica” se resolva na síntese do “terceiro setor”, e não para além dele.

Outra tendência dos processos de subjetivação que aparece no universo da responsabilidade social empresarial se demonstra pela concepção de Evandro Silva – responsável pela área de Comunicação da Fundação Itaú Social¹⁷⁷ – em que tais processos parecem assumir os parâmetros do “ethos sustentável” completamente. Quando o participante comenta sobre suas motivações pessoais para a atuação na “área social”, mesclando-as com sua própria trajetória profissional no interior do Grupo Itaú e com as influências de sua formação religiosa – ainda que estas não tenham sido o “fator-chave” desta motivação – percebe-se que a internalização de valores como solidariedade e altruísmo, reforça a aceitação

¹⁷⁷ Entrevista pautada concedida por telefone em 23 de abril de 2012. O participante autorizou a vinculação de seu nome às atividades da empresa, opção assinalada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preenchido e assinado eletronicamente para a aplicação deste instrumento. O entrevistado é formado em Comunicação Social - Jornalismo e pós-graduado em Relações Públicas, atuando no Grupo Itaú desde 2000. O início da trajetória profissional do entrevistado se deu no Grupo via agência bancária, quando o participante desempenhou funções operacionais e comerciais relativas ao cotidiano bancário. Após formar-se no curso de Comunicação, Evandro passou a atuar na área de Comunicação do Grupo Itaú e transitar pelos seus diversos focos, como o de Financiamento de Veículos, passando pela Comunicação Institucional até chegar à Comunicação da Fundação Itaú Social.

dos parâmetros desta ideologia num nível em que o processo de reificação da subjetividade é mais profundo:

Na Comunicação Institucional, por uma questão de perfil ou de simples divisão de tarefas, eu era a pessoa responsável por atender às demandas da área de Sustentabilidade e da Fundação. (...) Fiquei dois anos fazendo comunicação com estas áreas como colaborador do Banco até que surgiu uma oportunidade para atuar na Fundação Itaú Social, pois havia sido criada uma posição dentro da FIS para um comunicador. Como eu era a pessoa que atendia a Fundação eu disse *‘quero fazer isso porque este tipo de coisa eu faria até de graça como trabalho voluntário, como cidadão mesmo’*. (...) Uma relação que acontece muito é que *muitas das coisas feitas, principalmente no trabalho voluntário, para quem trabalha na área social, são por meio da religião*. E eu acho que eu tive um pouco disso na adolescência, na infância, de atuar com algumas coisas neste sentido, e aí a trajetória da minha carreira fez o contato, por meio da Comunicação com questões de sustentabilidade e sociais, até que quando surgiu a posição eu me candidatei porque achei que isso tinha a ver comigo, com o meu perfil e com a minha trajetória de vida. (...) *A religião não foi o fator-chave, mas isso contribuiu para eu que pudesse ter este assunto como de meu interesse, minimamente um interesse, uma preocupação*. E, *tendo a oportunidade de fazer isso num ambiente em que eu era remunerado, numa organização que dá oportunidade para que este assunto seja trabalhado e executado, ‘casou’ com o que eu tinha como princípio na atuação que eu tenho hoje (grifos nossos)*.

Sobre a atuação específica da Fundação, Evandro elenca uma série de características que permitem a corroboração com os “princípios” e “valores” do Grupo Itaú e a legitimação do “ethos sustentável” enquanto práxis por meio das atividades que este agente desenvolve. O participante destaca o objetivo da Fundação de “desenvolver metodologias para a formulação de políticas públicas”, demonstrando o alinhamento com os objetivos do Instituto Unibanco – organização não-governamental que também pertence ao Grupo – que buscam influenciar as políticas públicas de Educação segundo os parâmetros do “ethos sustentável” e do modelo da sustentabilidade:

Quando eu estava na Comunicação do Banco as ações eram muito voltadas para a comunicação com o colaborador, comunicação interna ou *endomarketing*. E era muito voltada para as questões de voluntariado, para questões de atuação como cidadão, para atuação do funcionário na área social. (...) Aproveitar a força que uma empresa deste tamanho tem e fazer com que estas pessoas minimamente saibam no que a empresa acredita e possam contribuir. É uma coisa que a empresa busca também, profissionais que tenham este perfil, que se identifique com os princípios da empresa, com a sua forma de atuar, e foi um desafio bastante interessante. (...) Quando eu vim para a Fundação e passei a ser a pessoa responsável pela Comunicação da FIS e um ponto que me marcou bastante foi a forma como a Fundação atua. Por quê? Porque ela tem uma atuação com foco em Educação e isso já é uma escolha muito bem focada e que não está dissociada do negócio do Banco. Se a gente pensar, o Banco é comprometido com estas questões porque acredita que por meio da Educação é possível ter um país mais

desenvolvido, inclusive economicamente. (...) É preciso que eu desenvolva a sociedade onde eu estou atuando para que eu também tenha sustentabilidade do meu negócio. E isso por si só já era uma coisa interessante, esta consciência do Banco de investir na sociedade. E como o foco é a Educação tem algumas escolhas que podem ser feitas para se atuar em Educação. Tem organizações que optam em ter a sua própria escola, com um controle, você tem crianças que estudam naquela escola e é uma forma de investimento super legítima também. Outra forma é dar um *voucher* para o aluno, você paga, você financia a educação de um aluno em uma instituição particular de ensino. E a forma que a Fundação escolheu me chamou bastante atenção e eu me identifiquei, porque é uma forma de escolha de atuar com um equipamento que já existe. A missão da Fundação é *desenvolver metodologias que possam ser absorvidas como políticas públicas*. Você *aproveita um equipamento do governo*, que é público, e vê como pode influenciar a melhoria da Educação através da política pública de Educação (grifos nossos).

Dentre os projetos da Fundação, Evandro cita o projeto “Escrevendo o futuro”, integrado na frente de trabalho “Leitura e escrita” da FIS e que se tornou política pública em 2008, quando passou a se chamar “Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro”, e a fazer parte do Plano de Desenvolvimento da Educação do MEC, de acordo com as informações da Fundação (2012b). O Projeto foi criado em 2002 e até 2007 mais de 3,5 milhões de alunos haviam sido beneficiados pelas atividades do programa, cujas atividades consistem em fornecer material didático, cursos de formação, seminários, espaços socializadores para troca de experiências entre educadores, dentre outras.

Realizado em conjunto com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) – vinculada ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e ao Canal Futura – o Projeto acontece em duas fases, sendo a primeira relativa aos anos pares – quando ocorre a mobilização dos professores e quando é realizado um concurso de textos – e a segunda aos anos ímpares – quando as atividades de formação são direcionadas aos professores por meio dos seminários, cursos, espaços de reflexão sobre a prática pedagógica e entrega do material didático. Quanto aos recursos para o desenvolvimento do Projeto, o portavoz da Fundação explica:

Quando era “Escrevendo o Futuro” os recursos eram exclusivos da Fundação e então tínhamos o apoio de parceiros que não necessariamente eram recursos financeiros. Nós temos uma parceria grande com o CENTEC¹⁷⁸ que, geralmente, faz a coordenação técnica dos nossos projetos, já que aqui nós somos em 30 pessoas. A gestão dos programas está aqui, mas operação e execução técnica da ponta geralmente está com algum parceiro. Quando vira política pública, no caso deste projeto da Olimpíada, foi ‘meio a meio’ de recursos investidos, tudo dividido com o Ministério da Educação. (...) E

¹⁷⁸ O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) se caracteriza como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1987. Maiores informações podem ser acessadas no portal da entidade <http://www.cenpec.org.br>.

como é o recurso da Fundação? No momento em que o Banco, lá atrás, optou por fazer o seu investimento social (e isso já vem desde 1993-1994, pois em 2000 é que foi constituída a Fundação) o Banco fez um aporte, investiu um dinheiro num fundo de investimento e o rendimento deste fundo é o nosso orçamento anual. É o que resulta para a gente aplicar e investir nos projetos. A Fundação tem um patrimônio que não volta mais ao Banco (...). Só a título de curiosidade, neste ano de 2012 são R\$85 milhões de rendimento previsto para o nosso orçamento anual. O fundo eu não tenho o número exato, mas deve estar girando em torno de R\$500 milhões.

Evandro também descreve a atuação da Fundação junto às organizações parceiras a partir de outra frente das atividades da Fundação, denominada de “Avaliação de Projetos Sociais”. Pelo caráter destas atividades é possível perceber que os parâmetros da ideologia da responsabilidade social empresarial não são administrados de forma aleatória e que a política da “parceria” é acompanhada de perto para conferir credibilidade ao modelo. Ao contrário, existe a preocupação da FIS de não ser somente uma fonte de recursos e poder influenciar diretamente os projetos sob sua guarda, demonstrando o alinhamento ideológico da Fundação com a gestão de sustentabilidade praticada pelo Grupo Itaú-Unibanco:

Uma coisa que a gente não quer ser é meramente um financiador e isso é uma escolha da Fundação. Há uma escolha de atuar por meio de parcerias, mas parcerias estas onde eu tenho a gestão compartilhada do que está sendo feito. É diferente de eu financiar um projeto e só receber uma prestação de contas no final deste projeto. Todos os projetos que a gente desenvolve a maioria são projetos próprios, desenvolvidos aqui pela Fundação (...). O que a gente tem são parcerias, às vezes técnicas, como por exemplo, com o Unicef (...) a gente se associou ao Unicef para que o conhecimento que a gente não tem nesta área possa ser agregado para que a gente consiga executar algumas coisas. É dessa forma que a Fundação atua. E também em parcerias onde eu (Fundação) posso estar contribuindo com a expertise do Banco, quando eu falo, por exemplo, em casos de avaliação de projetos sociais. Nós temos como contribuir com outras organizações sociais, às vezes mais até do que a própria organização tem nesta questão (...). Na verdade, no caso específico da avaliação (depois que o projeto foi realizado), eu (Fundação) vou analisar se ele está dando retorno, se está dando impacto, se há retorno econômico para saber se vale a pena a continuidade daquele projeto ou não. Isso a Fundação realiza com os próprios projetos (...) e também executa a avaliação de políticas de governo (grifos nossos).

Quando indagado sobre a remuneração da Fundação pela prestação deste serviço de “métrica” o entrevistado cita um dos casos de avaliação junto ao governo de Belo Horizonte em um projeto que se desenvolve em uma terceira frente trabalhada pela Fundação, a de “Educação Integrada”. Neste caso específico, Evandro informou não haver “pagamento” algum, caracterizando a atuação como “uma contribuição mesmo da Fundação para a disseminação da *cultura de avaliação*”. Este aspecto segue o que outros participantes também relevaram em seus depoimentos, que a questão da mensuração para o cumprimento das

“metas sociais” é estipulada junto aos objetivos dos projetos, tal qual ocorre nos demais setores e ramos de atividade econômica.

O depoimento de Evandro reforça que a “gestão da sustentabilidade” do Grupo Itaú-Unibanco está bem alinhada aos parâmetros do “ethos sustentável” que materializa o novo padrão de intervenção social pelas práticas de responsabilidade social empresarial da qual a Fundação Itaú Social faz parte. Os agentes institucionais que viabilizam este pilar da ideologia da sustentabilidade – empresa privada, organização não-governamental e Estado – estão presentes no modelo da Fundação e a atuação singular do entrevistado demonstra o engajamento prático-subjetivo deste agente social enquanto “operador” deste modelo.

Todavia, diferente dos depoimentos anteriores os parâmetros do “ethos sustentável” foram internalizados neste sujeito social de forma aparentemente homogênea, sem a ocorrência de construções mediativas que indiquem algum nível de crítica às ações desenvolvidas no plano singular ou ao modelo de intervenção da Fundação durante toda a entrevista. Esta característica pode ter origem na própria função que o participante possui no âmbito da organização, que é a de comunicar as atividades da FIS de forma a conferir credibilidade ao modelo. Mesmo se for este o caso, a tendência que se verifica é a de que os processos de subjetivação deste agente social estão dominados pelos parâmetros do “ethos sustentável” e da ideologia da sustentabilidade, resultando em uma individualidade fortemente reificada.

Outro tema bastante presente nos projetos de responsabilidade social empresarial é o da “diversidade e inclusão”. Todos os participantes das organizações pesquisadas – Uniethos, Sandoz Brasil, Novartis Brasil, Diagonal Urbana, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social e Instituto Walmart – confirmaram que as respectivas áreas que gerenciam os projetos de RSE “têm atuado” junto ao tema. Entretanto, quando indagados sobre quais eram as práticas consideradas de “diversidade e inclusão”, todos se referiram à contratação de pessoas com deficiência nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social – e do Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011 – que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- “Plano viver sem limite”.

A legislação atua como uma “lei de cotas” em que as empresas devem reservar vagas para trabalhadores portadores de deficiência visual, auditiva, física ou mental, de acordo com o número de funcionários geral. Por exemplo, se a organização possui de 100 a 200 funcionários deve reservar obrigatoriamente 2% de suas vagas para pessoas portadoras destas deficiências. Para as empresas que têm de 201 a 500 empregados, a “reserva” deve ser

de 3%, enquanto para aquelas que possuem de 501 a mil devem ter uma cota de 4%. Note-se que a obrigatoriedade da lei é para a reserva de vagas, e não para a contratação, o que permite que as organizações não contratem estes tipos de trabalhadores alegando que não há força de trabalho deste tipo qualificada no mercado.

Entretanto, uma das maiores dificuldades apontadas pelos portadores para que esta reserva seja de fato preenchida é a falta de estrutura por parte das empresas. Existe a necessidade de se investir no ambiente de trabalho de acordo com a deficiência e com a função a ser exercida pelo portador, além da necessidade de se designar um tutor para acompanhá-lo. Na prática empresarial isto significa gasto e diminuição de produtividade, daí a alegação freqüente de que não há força de trabalho especializada no mercado. Como a fiscalização é somente sobre a cota de reserva, as empresas que preenchem as vagas com portadores de deficiência terminam por se “destacar” no universo da RSE como “socialmente responsáveis” diante deste tema.

Esta realidade foi abordada por um(a) dos funcionários(as) do grupo Unimed do Brasil¹⁷⁹, portador(a) de deficiência visual e que foi contratado(a) pelo regime de cotas da Lei nº 8.213 para atuar na área de sustentabilidade¹⁸⁰. Inicialmente os projetos em que o(a) participante atuou estavam agrupados na área de Educação Corporativa, que na ocasião da entrevista estava integrado à área específica de Responsabilidade Social Empresarial, atuando junto aos projetos de voluntariado, inclusão e diversidade e consumo consciente. A dificuldade foi relatada pelo(a) entrevistado(a) em relação à sua trajetória profissional:

Depois que as ações de RS começaram a fazer parte da gestão das empresas a ‘lei das cotas’ começou a ‘pegar’ mesmo e as oportunidades de trabalho aumentaram bastante. Antes era difícil porque as empresas viam a nossa contratação como algo que fosse dar só prejuízo. Hoje eu percebo que há um cuidado maior com os portadores de deficiência, pois é só avaliar os tipos de deficiência com as funções que podem ser exercidas que há espaço para isso e a empresa não vai perder. Em alguns casos a gente tem condições de executar as funções até melhor do que a pessoa que não porta deficiência alguma justamente pelo tipo de deficiência que portamos.

¹⁷⁹ A empresa Unimed do Brasil – antiga Unimed Federação São Paulo – congrega o maior regime empresarial cooperativista na área da saúde do mundo. De acordo as informações de sua plataforma *on line*, fundada em 1967 em Santos, a “cooperativa” está presente em 83% do território nacional e é composto por 367 unidades cooperadas e mais de 18 milhões de clientes no Brasil. A Unimed do Brasil é uma das associadas ao Instituto Ethos. Maiores informações no *website* <http://www.unimed.coop.br>.

¹⁸⁰ Entrevista pautada concedida presencialmente em 13 de março de 2012 e concluída também presencialmente em 29 de março de 2012. O(a) participante não autorizou a vinculação de seu nome às atividades da empresa, opção assinalada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preenchido e assinado para a aplicação deste instrumento. O(a) entrevistado(a) possui formação em Psicologia e atua no grupo Unimed há dois anos. Na ocasião da entrevista, o(a) participante estava há 6 meses na área de responsabilidade social empresarial. A deficiência visual é completa e foi adquirida pelo(a) entrevistado(a) num acidente doméstico ainda na infância.

O(a) participante também avalia uma motivação pessoal para atuar na área de responsabilidade social empresarial, visto que há dez anos tem se envolvido com grupos que trabalham a questão da inclusão e participado ativamente deles. As organizações citadas pelo(a) participante são organizações não-governamentais que atuam por meio da captação do investimento social privado ou de políticas de RSE, como o Instituto Iris¹⁸¹ e a Associação Beija-flor¹⁸². Nenhuma destas organizações se ocupam especificamente do tema da inclusão da pessoa portadora de deficiência, demonstrando que o engajamento do(a) entrevistado(a) não se restringe à “sua causa”, e sim ao “espírito de militância” que esta condição criou:

As ONGs que eu atuo nem são de pessoas portadoras de deficiência. Trabalham com a inclusão de crianças e jovens em vários aspectos. É claro que relação eu ter contraído esta deficiência quando ainda era criança porque eu senti na pele a necessidade da falta de apoio para crianças na minha condição. Mas é justamente por isso que eu desenvolvi um ‘espírito militante’ e decidi me envolver com causas que ajudem as crianças e os jovens como um todo e não só com a ‘minha causa’. (...) Eu tenho um trabalho dobrado para me locomover e participar das campanhas, mas quando eu tento desistir eu penso no meu filho de oito anos e no abandono que estas crianças vão sentir, então eu continuo. (...) Esta minha ligação com o trabalho voluntário facilitou bastante a minha atuação na área de RSE da Unimed porque eu me identifico muito com os projetos.

A atuação do Instituto Iris está mais alinhada ao novo padrão de intervenção social dado seu trânsito no “terceiro setor” e o maior profissionalismo de sua gestão, que conta com diversas fontes de doações e patrocínios, do que a Associação Beija-Flor. No caso do(a) participante, foi através de um dos programas do Instituto que o mesmo obteve assistência para o treinamento e aquisição de cão-guia. O “Programa de Cães” é realizado com a “parceria” de outra organização não-governamental, a norte-americana Leader Dogs for the Blind – fundada pelo Lions Club de Detroit em 1939 – que fornece treinamento para cães-guia para o acompanhamento de portadores de deficiência visual.

O(a) participante possui o cão-guia há cerca de quatro anos e informa que sua mobilidade e segurança aumentaram muito depois da aquisição. O cão-guia o(a) acompanha

¹⁸¹ O Instituto Iris – Instituto de Responsabilidade e Investimento Social foi fundado em 1999 em Salvador e mantém um leque variado de atuação junto ao “social”, cujo “objetivo social é a promoção gratuita da educação, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, destinados ao fomento da prática da responsabilidade social, e do investimento social através da criação e desenvolvimento de tecnologias sociais, especialmente ligadas ao campo da arte-educação, visando a geração de oportunidades de crescimento social de crianças e adolescentes, em conjunto com a escola, a família e a comunidade”. Para maiores informações consultar o *website* do Instituto em <http://www.institutoiris.org.br>.

¹⁸² A Associação Beija-Flor foi fundada em 2002 na cidade de e atua em conjunto com o Hospital Infantil Albert Sabin em ações e projetos cujo foco é o tratamento e melhoria da qualidade de vida de pessoas portadoras de fissura labiopalatina (lábio leporino) no Ceará. Para maiores informações consultar o *website* da Associação em <http://www.associacaobeijaflor.org>.

em praticamente todas as atividades fora do ambiente doméstico, escoltando-o(a) para o trabalho diariamente via transporte coletivo como ônibus e metrô. Uma das dificuldades relatadas é com relação à falta de consciência das pessoas com relação ao comportamento adequado diante do cão-guia – que não deve ser tocado por outra pessoa além do portador enquanto estiver “trabalhando” com a guia – e sobre a falta de respeito em alguns locais que não permitem a entrada do cão, mesmo com a Lei nº 11.126 de 2005 que assegura ao portador de deficiência visual usuário de cão-guia o direito de ingressar e permanecer nos veículos e estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo¹⁸³.

Sobre a atuação do(a) entrevistado(a) junto ao grupo Unimed Brasil especificamente, mais uma vez a motivação pessoal do(a) participante aparece de forma marcante, principalmente pelo teor moral de seu discurso quando indagado se há preconceito ou discriminação quanto à função exercida no ambiente corporativo, já que o(a) mesmo(a) ocupa o cargo de analista e desenvolve atividades de cunho intelectual que envolvem a concepção e viabilização de projetos junto a uma equipe de mais seis pessoas, das quais dois também são portadores de deficiência (auditiva e física):

A sociedade me vê como vítima. O desafio é quebrar este paradigma, pois eu posso ajudar justamente pelas habilidades que eu tenho. E fui eu que conquistei isso. Tenho orgulho disso. As pessoas com quem eu trabalho não me vêem como uma coitada, e sim como o(a) Entrevistado(a), que também faz trabalho voluntário. (...) A dificuldade maior é conscientizar os próprios deficientes disso, pois me irrita o assistencialismo. Não gosto que façam nada para mim só porque eu sou cego(a). E o que eu vejo é que os portadores de deficiência querem tudo de graça por causa das deficiências que eles têm. (...) Uso muito a minha deficiência para conscientizar outros grupos de

¹⁸³ A atuação do Instituto Iris na intermediação do acesso aos cães-guia não está fora do “circuito” do “terceiro setor” e o novo padrão de intervenção não deixa de ser concretizado pela natureza desta atuação. Contudo, chama a atenção para outra causa correlata que é a da proteção animal. Existem associações e organizações que trabalham com o recolhimento de animais abandonados – em sua maioria gatos e cachorros – e cuidam destes animais até que ocorram as adoções. Como a maioria dos animais é recolhida já em idade adulta a taxa de adoção é bem inferior que a dos animais que ficarão nos abrigos até morrerem. O gerenciamento das instituições e a realização das tarefas operacionais de cuidado aos animais são feitos pelos voluntários que mantêm as organizações e muitas delas não contam com patrocínio/doação de ISP, RSE ou acesso a recursos públicos. É o caso da organização não-governamental “Patinhas Online”, sediada em São Paulo e que acolhe cerca de 180 cachorros em um terreno doado pela Universidade de São Paulo há 10 anos, e da “Associação Bem-estar Animal (ABEAC)”, também sediada na região metropolitana de São Paulo, que cuida de mais de 1.000 cães somente com o trabalho voluntário de seus associados, doações de pessoas físicas e parcerias com lojas de ração e suprimentos veterinários, bem como clínicas especializadas. A causa animal faz parte do resgate da relação ecológica entre homem e natureza, e que deve ser pensada para a perspectiva da transição social. Sob a lógica de funcionamento do fetichismo até os animais são tratados como “brinquedos-mercadorias” que quando “quebram” ou passam a atrapalhar a rotina são “jogados fora” pelos seus proprietários. No caso destas ONGs vale questionar em que medida a existência delas concretiza e amplifica a função social do “terceiro setor” e do novo padrão de intervenção social. Parece que estas organizações – que não contam com apoio institucional privado ou público – integram o “terceiro setor” de forma marginal, utilizando-o porquê é o mais viável juridicamente para sua manutenção, que ocorre fundamentalmente pelo trabalho voluntário. Para maiores informações destas instituições consultar <http://www.patinhasonline.com.br> e [/http://www.abeac.org.br](http://www.abeac.org.br), respectivamente.

assistidos pelo trabalho voluntário, principalmente crianças em formação. Procuro quebrar preconceitos, porque as crianças ainda aprendem, mas o adulto não.

É interessante notar que o(a) participante é ao mesmo tempo um agente “assistido(a)” – quando é beneficiado por programas como o “Programa de Cães” viabilizado pelo “terceiro setor” – e um agente “operador” das práticas de responsabilidade social empresarial – pela função que desempenha no grupo Unimed Brasil. Nesta segunda condição, também faz parte das práticas de RSE como assistido(a) pelo próprio caráter de sua contratação via “lei de cotas” do portador de deficiência. Aliás, o tema da inclusão e diversidade é uma das bandeiras levantadas pelo Grupo Unimed, que conta com um “Comitê de Diversidade” e um “Programa de Inclusão”, que de acordo com o(a) entrevistado(a) possuem o objetivo de ampliar o tratamento dado a estas questões e “incluir as pessoas que não tem deficiência por meio da atuação da área de Recursos Humanos”.

A atuação destes Programas compreende uma reunião bimestral da respectiva área com os demais gestores e coordenadores da divisão Unimed Brasil para discutir medidas de sensibilização da organização sobre o tema da diversidade e inclusão. As medidas são discutidas e encaminhadas para a Diretoria de Marketing, Eventos e Comunicações, responsável pelas campanhas de responsabilidade social junto ao “Programa de Inclusão” e também ao de “Voluntariado”. O objetivo é o de que a divisão Unimed Brasil funcione como um modelo de diretrizes e práticas nestes dois temas para as demais unidades, tanto que existe uma espécie de “concurso” interno viabilizado pela Unimed Brasil em que as demais divisões cadastram experiências bem sucedidas nestas questões num sistema chamado “Banco de Boas Práticas”.

O sistema avalia a qualidade das ações de responsabilidade social e ambiental das unidades do Grupo a partir de indicadores muito semelhantes aos utilizados e disponibilizados pelo Instituto Ethos. A avaliação positiva é condição para a obtenção do “Selo de Responsabilidade Social”, premiação criada pela Unimed em 2003. Na realidade, o(a) participante relata que a premiação ocorre por meio de uma espécie de “competição velada” entre as unidades, pois há um ranking das melhores práticas segundo a avaliação do sistema. As unidades “vencedoras” têm seus projetos e ações divulgados como modelos pela plataforma da Unimed do Brasil e participam de campanhas nacionais para a sensibilização da importância das ações de responsabilidade social empresarial no Grupo, além de obterem o Selo daquele ano.

A natureza destes programas não deve ser desconsiderada para o entendimento do alcance e materialidade do novo padrão de intervenção social do empresariado. No “Banco de boas práticas” da Unimed, por exemplo, as ações desempenhadas pelas unidades envolvem não só práticas diretas realizadas pelas associadas – como doações e patrocínios às instituições do “terceiro setor” – mas também a comunidade médica das regiões em que atuam. Tanto os trabalhadores das unidades quanto os médicos e demais profissionais da saúde credenciados pelo Grupo recebem as referências do “ethos sustentável” e funcionam como vetores do padrão quando desenvolvem os projetos de RSE – além de realizarem propagandas institucionais destas ações para os mais de 18 milhões de clientes – efetivando este pilar da ideologia da sustentabilidade concretamente.

Uma terceira tendência que aparece no conjunto dos processos de subjetivação do “ethos sustentável” pode ser constatada no depoimento de Paulo Mindlin¹⁸⁴, presidente do Instituto Walmart (IW). Qualificado como uma OSCIP e como organização sem fins lucrativos, o Instituto foi criado em 2005 e é nele que estão concentradas as diretrizes para a gestão e orientação do investimento social privado e práticas de responsabilidade social empresarial do Grupo no Brasil. O objetivo do Instituto é aproximar as comunidades das atividades do Walmart nas cidades onde o Grupo atua e que ao todo compreende 18 estados distribuídos pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Distrito Federal. De acordo com o portal do Instituto (2012a), o ISP “é direcionado para três causas: Juventude e Trabalho, Desenvolvimento Local e Geração de Renda”¹⁸⁵.

O entrevistado abordou a sua motivação para atuação na área de responsabilidade social e sustentabilidade partindo da sua tradição familiar e da influência que recebeu durante as reuniões do PNBE que resultaram na fundação do Instituto Ethos. De acordo com o depoimento, percebe-se que o “ethos sustentável” está “no sangue” de Paulo Mindlin, uma vez que a alusão à gestão “cuidadosa com as pessoas” que caracterizou a atuação de seu avô – José Mindlin, advogado e empresário fundador da Metal Leve, hoje controlada pelo grupo alemão Mahle – e o envolvimento do pai Sérgio Mindlin – membro-fundador do PNBE,

¹⁸⁴ Entrevista pautada concedida por telefone em 25 de abril de 2012. O participante autorizou a vinculação de seu nome às atividades da empresa, opção assinalada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preenchido e assinado eletronicamente para a aplicação deste instrumento. O entrevistado é formado em Administração de Empresas e pós-graduado em Comunicação Empresarial e Relações Públicas, atuando no Grupo Walmart desde 2000. O início da trajetória profissional do Entrevistado no Grupo ocorreu por meio da área de Recursos Humanos, passando à área de Relações Institucionais em 2002, quando se deu o contato com as políticas de RSE. Quando houve a criação de uma vaga para “Relações com a Comunidade” o participante fez uma “movimentação lateral” e se transformou no responsável do Grupo por esta área, envolvendo inclusive a criação do Instituto Walmart em 2005, antes mesmo do posicionamento global do Grupo na área ambiental.

¹⁸⁵ Maiores informações em <http://www.iwm.org.br>.

Fundação Abrinq e Ethos, ocupando hoje a posição de presidente do Instituto – na construção do movimento pela RSE no Brasil, teria provocado sua inclinação para a área:

Minha motivação vem desde antes de começar a trabalhar. Meu avô era empresário e tinha uma *gestão tida como muito cuidadosa com as pessoas na empresa, com o apoio à cultura do Brasil* e, na época, metalúrgica era um pouco diferente, e foi uma das marcas da gestão dele. Inclusive, *meu pai sempre se envolveu com o movimento de responsabilidade social*, eu acompanhei – desde antes da criação do Instituto Ethos quando o pessoal foi conversar com o BSR nos Estados Unidos – os colegas do meu pai e os amigos começando a discutir o movimento da RSE. Nesta época eu *acompanhei o principal centro do movimento que, aqui em São Paulo, estava no PNBE*, onde os empresários estavam começando a discutir isso. Sempre tive esta provocação e durante a faculdade pensava ‘isso aqui pode ser um caminho de interesse’, já que na época você tem aquelas preocupações ‘ah, quero mudar o mundo’, ainda que de maneira genérica. De fato, iniciei a minha carreira na área de Recursos Humanos pensando em cuidar das pessoas e fazer coisas para as pessoas para construir um ambiente de trabalho melhor, mais agradável. (...) Fui percebendo que a área de RS iria ser mais interessante e quando foram aparecendo oportunidades, já aqui no Walmart, eu peguei (grifos nossos).

Sobre a atuação no Instituto Walmart, Paulo Mindlin destaca o projeto “Escola Social do Varejo” (ESV) como uma das ações mais significativas para o Instituto. O programa foi criado em 2010 e promove formação profissional para o mercado varejista, incluindo jovens de 17 a 29 anos, com o objetivo de capacitação para o primeiro emprego formal, garantindo a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Realizado nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, a ESV “tem a pretensão de ser um modelo de formação profissional para o varejo nacionalmente”. Assim como outras organizações, o Instituto também atua em “parceria” com ONGs – como o Instituto Aliança para o Adolescente¹⁸⁶ – e secretarias estaduais de educação – como a de Pernambuco, Paraná, Ceará e Rio Grande do Sul – para o desenvolvimento do Programa.

Segundo o porta-voz do Instituto, a Escola foi reconhecida internacionalmente pelo Fórum Econômico Mundial em janeiro de 2012 e firmou uma “parceria” com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que adotará a metodologia da Escola Social do Varejo desenvolvida pelo Instituto em um programa maior de formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho na América Latina e Caribe, o “New Employment Opportunity” (NEO). Um dos “compromissos” do Instituto assumido junto ao BID é o de adaptar a

¹⁸⁶ Também qualificado como uma OSCIP e organização sem fins lucrativos, o Instituto Aliança oferece suporte técnico para organizações que queiram trabalhar com o tema da Juventude em seus programas de responsabilidade social empresarial desde 2000. Maiores informações em <http://www.institutoalianca.org.br/>.

metodologia do programa para sua aplicação nos demais países, além de expandir o conteúdo ministrado na ESV, conforme notícia vinculada na plataforma do Walmart Brasil (2012).

Na verdade, esta é só mais uma iniciativa para a formação profissional subalterna de jovens qualificados em situação de “vulnerabilidade social” e a “parceria” com o BID para expandir o projeto da Escola só demonstra o alinhamento do Instituto ao novo padrão de intervenção social neoliberal. As atividades do Instituto seguem a mesma linha de concepção e operacionalização do padrão verificada em outras organizações – empresa privada, organização não-governamental, Estado – cujos parâmetros são os do “ethos sustentável”:

Nós estamos sempre abertos à parcerias, a gente acha possível, a gente acredita que no *setor social é importante a convergência de interesses*. A causa é a *causa pública do país* e não o projeto que é meu no qual eu sou prioritário e ninguém trabalha nele comigo. Porém, parceria sim, mas não a qualquer custo. *Não há parceria se isso for influenciar na metodologia*, por exemplo. (...) Não é todo e qualquer tipo de ‘colcha de retalhos’. (...) Eu não acredito no ‘qualquer coisa serve’ na área social. Ao contrário, é justamente a consistência metodológica, seja do programa que for, que é o principal. Não dá para ‘fazer por fazer’ (grifos nossos). (...) *Nunca o recurso privado vai ter a mesma escala que o recurso público*. Sempre o posicionamento do investidor social é mostrar que é possível, é mostrar os caminhos, mostrar inovações, a agilidade que a gente pode ter, a capacidade de assumir riscos – que é maior do que a do poder público – e eu acredito que esta tônica é válida para todos que estão no terceiro setor e é válida para nós também. A gente faz sim metodologias considerando esta perspectiva de escala (grifos nossos).

Conforme relatado por Mindlin, o Instituto atua como um “financiador-executor” que opera por meio de “organizações parceiras” acompanhando-as no desenvolvimento dos projetos e “olhando no olho e gastando sola de sapato”, lendo os relatórios de atividades enviados e fazendo os questionamentos necessários sobre as atividades, embora conte uma equipe de “*apenas seis pessoas*” (grifos nossos). O tom moralizador do discurso chama a atenção e deixa claro que para esta fração da burguesia empresarial o objetivo é de controlar os recursos públicos através da política das parcerias com a intermediação do “terceiro setor”.

O Grupo Walmart também conta com uma ação de voluntariado anual elaborada pelo Instituto em 2007, o “Dia na Comunidade” (2012c). Assim como no Grupo Novartis, o Walmart “libera” gentilmente aos seus funcionários um dia de trabalho para dedicação ao trabalho voluntário, preferencialmente em comunidades de atuação das lojas e centros de distribuição. Entretanto, a ação não é coordenada como no Grupo farmacêutico – que concentra as atividades de voluntariado em uma única instituição para poder “avaliar” os resultados, o que em outras palavras significa controlar quem “doou” o dia e quem não. Segundo o portal do Instituto, o papel do IW se resume a “despertar nos funcionários a

consciência de que é possível fazer a diferença” (grifos nossos), concentrando o apoio no estímulo à participação e na comunicação dos resultados.

Paulo Mindlin enumera as ações de voluntariado como parte das políticas de responsabilidade social empresarial do Instituto junto à comunidade e destaca a positividade de ações desta natureza para os funcionários, que têm a oportunidade de “viver uma experiência diferente”. Enquanto os funcionários se “auto-organizam” para oferecer o trabalho voluntário a contribuição do Instituto é mobilizar para que haja a ação. Tanto faz para o Walmart a qualidade dos trabalhos voluntários, a fonte dos recursos necessários e as instituições/comunidades que se beneficiarão da ação. O que importa é cumprir a agenda do modelo da sustentabilidade e contemplar a frente de voluntariado:

No Walmart a gente considerou a capilaridade do varejo no desenho da nossa estratégia de voluntariado. Consideramos este mecanismo que é um pouco famoso de quatro horas por mês em média, mas *como é muito complicado de você controlar estas horas nas escalas da empresa* já que temos aproximadamente 80 mil funcionários na empresa hoje e mais de 500 lojas. Então o controle seria muito complicado de fazer desta maneira. O que a gente fez foi justamente o contrário e tem dado muito certo, tanto que já estamos indo para o sexto ano. A gente faz um dia de voluntariado no ano, chama-se “Dia na comunidade” (...) quando *os funcionários se auto-organizam* em cada loja, nos centros de distribuição, para fazer as ações numa comunidade ou numa instituição ao redor de sua localidade de trabalho. *Não é algo que a gente faz centralizado em uma instituição só e a empresa apóia com a disponibilização de algumas ferramentas de trabalho, com solicitações de orçamento, apóia principalmente mobilizando* e fazendo com que as pessoas possam ter uma experiência diferente. A ação é aberta a familiares e é baseada bastante na autonomia dos voluntários que se organizam. Existem grupos que se organizam e há muito tempo tem uma atuação planejada e fazem uma coisa bem marcante e tem grupos que se organizam mais perto do dia (grifos nossos).

O depoimento de Paulo Mindlin delinea uma terceira tendência para os processos de subjetivação cristalizadores do “ethos sustentável”, cujo conjunto de mediações está conscientemente alinhado aos parâmetros da ideologia da sustentabilidade e aos processos de objetivação dos três pilares constituintes deste modelo. “Nascido e criado” no núcleo da fração da burguesia empresarial responsável pela dinamização do novo padrão de intervenção social, o entrevistado é fiel às referências recebidas e internalizadas em sua subjetividade, de modo que a singularidade de seu discurso apresenta os mesmos traços de reificação presentes no depoimento de Evandro Silva – comunicador da Fundação Itaú Social.

No entanto, mesmo que os dois processos de subjetivação demonstrem que não houve a construção de formas mediativas críticas aos parâmetros do “ethos sustentável” e confirmam materialidade à ideologia da sustentabilidade, a natureza destes processos parece ser

diferente. Paulo Mindlin é um autêntico representante da fração empresarial da burguesia brasileira formadora deste padrão de intervenção social enquanto Evandro Silva representa as frações mais subalternas da classe proletária. Para o primeiro a ideologia da sustentabilidade consiste num dos imperativos da classe que ele genuinamente representa enquanto que o segundo a assumiu através dos processos de fetichismo que a objetivam no cotidiano das práticas sociais em que ele está inserido.

O fenômeno do fetichismo da lógica mercantil perpassa todo o processo de subjetivação que internaliza a ideologia capitalista como algo natural e correto nas consciências. Isso significa que mesmo que a natureza do fetichismo pressuponha que os indivíduos se submetam ao domínio de algo supostamente exterior e misterioso, os objetivos e interesses contidos neste fenômeno podem ser descobertos por meio de mediações elaboradas pelos sujeitos individualmente, coletivamente e enquanto classe social. Este conjunto de mediações é apreendido de acordo com Lukács (2012a, p. 30-31), para quem a categoria da mediação “como alavanca metódica para a superação do simples imediatismo da experiência não é, portanto, introduzir algo de fora “subjetivamente” nos objetos, não é um juízo de valor ou um dever que se contrapõe ao seu ser, mas a abertura de sua própria estrutura, objetiva e verdadeira”.

Os sujeitos sociais que representam a classe dominante constroem as mediações deste fenômeno para a continuidade da racionalidade mercantil na medida em que as relações de identidade entre estes sujeitos estão “prontas”, enraizadas pelo processo histórico de constituição da ideologia burguesa nos limites da “falsa consciência” como elaborado por Marx (2007; 2009). Conforme afirmou Lênin (1986, p. 33) “cronologicamente, a ideologia burguesa é muito mais antiga que a ideologia socialista, *está completamente elaborada e possui meios de difusão infinitamente maiores* (grifos nossos)”, de modo que as ideologias capitalistas estão tão presentes nos processos de subjetivação do ser social e contam com tantos recursos para sua veiculação nos mais variados espaços de socialização que conferem “vantagem” considerável aos sujeitos que compõem a classe dominante.

Trata-se, portanto, de um movimento da consciência na direção de criar e reproduzir o conjunto de mediações elaborado pelas frações burguesas, cuja síntese das contradições identificadas nos processos de objetivação da ordem social se realiza para a manutenção destes processos nas esferas econômica, política e ideológica, uma vez que esta síntese não pode “evoluir” até a totalidade sem depor contra a própria classe. O que em outras palavras significa que a classe burguesa e suas frações têm conseguido elaborar esta “falsa síntese” de forma conveniente à formação de uma consciência que tem se demonstrado

hegemônica no exercício da luta entre as classes, ainda que existam disputas no interior da própria classe e fissuras.

Contudo, Iasi (2007, p. 26) ressalta que “por mais elaborada, sofisticada ou eficiente que seja uma ideologia, ela é ainda a representação mental de certo estágio das forças produtivas historicamente determinadas”. Para a manutenção da hegemonia burguesa é necessário que a ideologia capitalista esteja cristalizada nas práticas sociais de forma natural e estática a fim de evitar o que o autor caracteriza como “contradição insolúvel da sociedade capitalista”, já que “com o desenvolvimento das forças produtivas, acaba por ocorrer uma dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança. É o germe de uma crise ideológica” (2007, p. 27).

Como “germe” desta crise, desvelar o fenômeno do fetichismo para aqueles que representam as frações de classe subalternas consiste num importante passo para a criação de formas mediativas que completem a crítica até a ruptura desta racionalidade. Como este processo é dialeticamente contraditório e desordenado, a consciência imediata dos elementos que constituem o fetichismo e compreendem as ideologias burguesas não significa completar o movimento da consciência até suas determinações de classe de forma automática. Pode ocorrer que “em determinadas condições, a vivência de uma contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas pode gerar uma *inicial superação da alienação* (grifos nossos)”, conforme indica Iasi (2007, p. 28-29).

A automediação das contradições vividas pelos próprios sujeitos subalternos no âmbito da singularidade pode evoluir para relações de identidade com outros sujeitos que vivem conflitos da mesma natureza, apreendendo estas experiências como formas particulares de uma mesma experiência coletiva e negando as formas da ideologia burguesa de acordo com a percepção elaborada pelo grupo. No entanto, o autor (2007, p. 30) salienta que mesmo que o movimento de elaboração da consciência imediata seja importante à passagem para a consciência do grupo enquanto classe, “o processo de negação de uma parte da ideologia pela vivência particular das contradições do modo de produção, que pese toda sua importância, não vai destruir as relações anteriormente interiorizadas e seus valores correspondentes de uma só vez”.

Isto porque é necessário que a própria classe proletária crie o conjunto de mediações necessário para completar o processo de formação da consciência a partir de suas próprias experiências individuais-coletivas, e não do quadro de experiências fornecido pela “falsa consciência” da ideologia burguesa. O movimento das construções mediativas “parcialmente” críticas das frações de classe subalternas pode continuar até que no exercício

concreto da luta entre as classes as formas de subjetividade social evoluam e atinjam níveis de autoconsciência suficientes para não só reivindicar condições de melhoria social imediatas, mas de intervir nestas próprias condições de acordo com a sua perspectiva de classe, o que significa a interrupção dos processos reificação das relações humanas e a própria abolição do proletariado enquanto classe.

Porém, conforme já afirmado, o processo de formação das consciências não é algo homogêneo, linear e automático para nenhuma das classes. É dialético, contraditório e desordenado, de modo que se para as frações da classe burguesa ele “parece” estar concluído – dadas as condições de sua hegemonia de classe e o limite teórico-prático de superação do seu “ser precisamente assim” – para as frações do proletariado ele não só está em andamento como avança e recua de acordo com as condições das lutas de classe, que por sua vez atingem os indivíduos tanto na esfera particular dos grupos organizados como na singular, o que reage necessariamente sobre a organização destas frações dificultando que o movimento da consciência se complete e permaneça. De acordo com Iasi (2007, p. 35-36):

Na passagem da consciência em si para a consciência revolucionária, ou para si, abre-se uma importante contradição. Apesar de as alterações da consciência só poderem ser vivenciadas em nível individual, o processo de transformação que irá realizá-la é necessariamente social, envolvendo mais que a ação individual, a de classe. O amadurecimento subjetivo da consciência de classe revolucionária se dá de forma desigual, depende de fatores ligados à vida e à percepção singular de cada indivíduo. Coloca-se assim a possibilidade de haver uma dissonância, que pode ou não se prolongar de acordo com cada período histórico, entre o indivíduo e sua classe, surgindo a questão do indivíduo revolucionário inserido num grupo que ainda partilha da consciência alienada. As mediações políticas consistem, em parte, no esforço de superar essa distância.

Os discursos e práticas de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade atuam de diversas formas para a produção do que esta tese denominou de subjetividade social reificada através das quais foi possível identificar três tendências. Mesmo a partir de conjuntos de mediação diferentes todas desembocaram em algum nível de reificação que contribui para a consolidação da ideologia da responsabilidade social e do “ethos sustentável”, e conseqüentemente à hegemonia desta fração da classe burguesa perante o projeto de reestruturação proposto pela teoria da sustentabilidade. Entretanto, a tendência que esboçou construções mediativas “parcialmente” críticas – ainda que sob a influência da “falsa consciência” burguesa – demonstra que existem fissuras no processo de homogeneização destes parâmetros que podem – e devem – ser aproveitadas para e na reconstrução de formas organizativas comprometidas com a revolução social.

Considerações finais

O contexto posto pelo neoliberalismo e pela mundialização financeira evidencia as crises e contradições do capitalismo contemporâneo, que a cada dia acirram-se no cotidiano deste modo de sociabilidade. A preocupação com as chamadas questões “social e ambiental” cresce na tentativa de responder a estas contradições – impostas pela própria lógica da sociabilidade capitalista – aglutinando os mais variados públicos em torno do modelo organizacional da sustentabilidade, que conforme defendido neste trabalho traduz-se numa das formas organizacionais de controle social criadas pela ordem burguesa.

Entendido enquanto uma nova tentativa de reestruturação produtiva do capital este modelo de controle social assume a forma de uma ideologia na medida em que articula seus principais pressupostos – o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial – a uma “falsa consciência” da realidade e elabora uma visão de mundo coerente a este “falseamento”, oferecendo alternativas que são incapazes de superar as contradições sociais e ambientais tal como se pretende.

A teia global tecida para dar legitimidade social a este modelo conta com nomes de dirigentes empresariais de grandes corporações em diversos setores e ramos produtivos, bem como de personalidades políticas e “celebridades” do mundo acadêmico-corporativo, todos unidos na construção de um novo paradigma para a formação de um consenso positivo sobre as virtudes e viabilidade do modelo, criando novos espaços de intervenção social. Entretanto, a base material-econômica que gera os dilemas ambientais e sociais que se busca corrigir não é tratada no seu fundamento – e sim nos limites da “falsa consciência” da ideologia burguesa – desviando o foco de uma crítica autêntica aos limites naturais e sociais da ordem social estabelecida.

As formulações, planos e programas mundiais para a mobilização social em torno das questões sócio-ambientais – em que a iniciativa privada, liderada pela burguesia empresarial “engajada”, assume o papel de grupo dirigente e agente – adquirem um suposto viés crítico do “atual modelo de desenvolvimento” e manipulam seu discurso em tom moralizador contra as frações de classe contrárias à perspectiva “sustentável”. De modo coerente a esta ideologia, toda e qualquer crítica mais contundente ao modelo da sustentabilidade é convertida em antiética, “inimiga da natureza e dos necessitados”, impedindo um debate honesto sobre esta suposta alternativa de correção das deformidades do capitalismo.

Esta teoria encontrou ressonância também no Brasil, dado o alinhamento de parte da burguesia empresarial com tais formulações. Desde a década de 1980 – quando se delineava ainda os primeiros contornos do novo padrão de intervenção social – as ações de filantropia empresarial empreendidas por esta fração da classe burguesa demonstraram grande associação com os imperativos econômicos, políticos e ideológicos postos no plano internacional, sobretudo pela fração da burguesia empresarial norte-americana. Na década de 1990, o desenvolvimento das formulações de filantropia empresarial por grupos como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social desembocou no conjunto de práticas que compõem o pilar da RSE, conferindo maior sofisticação à proposta da sustentabilidade.

As considerações finais aqui apresentadas sintetizam algumas das observações que já foram realizadas ou sugeridas nos respectivos capítulos desta tese, de modo que expressam mais a intenção de compartilhar os principais questionamentos trazidos pela pesquisa e contribuir para o debate do que apresentar uma conclusão propriamente dita sobre o objeto (mesmo porque este objeto está em movimento e, portanto, em permanente transformação). Muitos destas observações se depararam com questões polêmicas e centrais para a perspectiva marxista, de modo que esta intenção busca a discussão destas questões e de forma alguma tem a pretensão de resolvê-las.

No que tange à discussão do primeiro pilar da teoria da sustentabilidade – o do desenvolvimento sustentável – a pesquisa esbarrou nas lacunas da discussão ecológica no interior da perspectiva marxiana, presentes principalmente nas propostas políticas de partidos reconhecidos nesta tradição. É preciso reconduzir a suposta crítica realizada pelo movimento da sustentabilidade em torno do desenvolvimento sustentável ao campo de questionamento radical do modo de sociabilidade capitalista, mas também de aprofundá-la – e em alguns casos até inseri-la – no interior destas propostas, uma vez que o esgotamento dos recursos naturais e a degradação ambiental não se restringem à classe burguesa. Pelo contrário, a discussão de uma ética ecológica é uma das questões que não deveria ser secundária para a formação da consciência de classe revolucionária, dada que é vital para a própria perpetuação da espécie humana. Conforme Lukács (apud Kofler; Holz; Abendroth; 1969, p. 41-42):

Dado que a vida humana se funda num intercâmbio material com a natureza, não há dúvida de que algumas verdades, das quais nos apropriamos com a realização desse intercâmbio material, possuem uma validade geral (...). Mas este fato foi fetichizado em sentido burguês, porque estas verdades, em certas circunstâncias, podem relacionar-se muito estreitamente com as lutas de classe. (...) Por um lado, porém, o intelecto humano está em situação de estabelecer pontos que, independentemente da valorização das diversas classes, são válidos em relação à sociedade como um todo, eventualmente até mesmo no que toca à inteira concepção de natureza. Por outro lado,

porém, cada homem está empenhado na luta social com a sua personalidade inteira, de modo que potencialmente a concordância com ou a recusa de cada teoria particular será algo condicionado pela sua inclusão numa classe.

É preciso a apropriação das pesquisas científicas produzidas no campo burguês a partir da tradição marxiana a fim de se produzir novas pesquisas nesta perspectiva, capazes de gerar alternativas concretas e viáveis a um modo de produção socialista-comunista que leve em consideração a ecologia para reconstrução de relações sociais livres e igualitárias. Conforme foi apresentado, existem autores desta tradição comprometidos com esta tarefa, mas este tema não deveria estar mais presente na agenda de intelectuais orgânicos e partidos políticos que formam esta tradição? Ou este tema é negligenciado por ser considerado um “tema burguês”?

O pilar da governança corporativa traz outro questionamento à perspectiva socialista-comunista de transformação social, que é o da divisão social do trabalho e da gestão material-econômica do trabalho e da produção. É claro que da forma como esta discussão se articula no prisma capitalista-burguês se reduz às formas de associação de capital juntamente às suas formas de manipulação, operacionalização e representação, que no limite tendem a proteger a acumulação de capital predominantemente financeira sob a propriedade privada dos acionistas criando um “exército” de gestores que agem em seu nome.

Numa sociedade socialista-comunista este prisma não faz o menor sentido e não há porque se perder tempo com ele, mas a questão da organização do trabalho – envolvendo os momentos da concepção e execução das tarefas, bem como a distribuição das riquezas socialmente produzidas – num contexto de transição parece fazer. Como construir a auto-organização, o auto-gerenciamento e execução das tarefas socialmente necessárias para o desenvolvimento de uma base material-econômica viável ao “reino da igualdade e da liberdade” de que trata Marx? Como o trabalho associado estaria efetivamente organizado num processo de transição revolucionária?

Experiências de auto-gestão empreendidas pela luta de movimentos sociais organizados em cooperativas – como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o *Flaskô-Fábricas Ocupadas* no Brasil, por exemplo – são importantes iniciativas que podem contribuir muito para a resposta destes questionamentos. Porém, parece que para o diálogo avançar de modo concreto e produtivo entre os movimentos que possuem estas experiências e as organizações tradicionais que representam a vanguarda da tradição socialista-comunista no Brasil é preciso reconsiderar o formato de partidos e sindicatos na direção de um diálogo que possa ocorrer “de igual para igual”.

A discussão do terceiro pilar da ideologia da sustentabilidade – a responsabilidade social empresarial – elenca uma série de questionamentos dos quais se optou destacar dois: a identificação de supostos “níveis” de subjetividade social reificada e a questão democrática. Vale lembrar que há a necessidade de se aprofundar ainda mais o estudo das categorias da individualidade e subjetividade para o processo de formação da consciência – bem como dos instrumentos de construção ideológica utilizados pelas formas da democracia burguesa atual – e que no âmbito desta tese não se esgotou.

Algumas entrevistas trouxeram depoimentos que foram considerados parcialmente “críticos” sobre o alcance e os limites das formulações e práticas de RSE, demonstrando que o consenso sobre estas ações não é homogêneo nos meios que objetivamente estão vinculados a elas, além de apontarem motivações pessoais para a atuação nesta área que parecem trazer em si valores que afirmam a genericidade humana, como a solidariedade e a igualdade. Se por um lado esta fissura ainda está cooptada pelo novo padrão de intervenção social que este pilar representa através do “terceiro setor”, por outro sugere um campo de atuação para ações de educação política que tenham o objetivo de construir o debate a partir da perspectiva crítica materialista.

O encaminhamento da síntese elaborada pelos participantes que constituem esta tendência chama a atenção para o “terceiro setor” na medida em que todos o identificam como a única via possível de superação das contradições identificadas, ainda que o mesmo esteja carregado de conflitos que contribuem para a manutenção daquilo que se pretende interromper. Contudo, Coutinho (2011) chama a atenção para o equívoco de se generalizar a função social das organizações não-governamentais para o aprofundamento do neoliberalismo e da mundialização financeira estendendo-a a todas elas, já que dependendo da natureza das atuações destas organizações e do tipo de recursos que utilizam esta função assume caráter diferente.

A autora (2011, p. 21-22) classifica a natureza destas atuações em três grupos e de acordo com a sistematização de Petras (2002). O primeiro seria do das “*ONGs neoliberais* – ‘subcontratadas’ para debilitar as instituições de assistência social nacional, voltadas ao trabalho assistencialista e em colaboração com as instituições imperiais (globais), enquanto o segundo está classificado como “*ONGs reformistas* – recebem financiamento médio de fundações privadas social-democratas e governos locais progressistas. Visam à correção dos excessos do mercado livre e acreditam ser possível ‘reformular’ organizações como o FMI, Banco Mundial, OMC, etc”. Já o terceiro grupo compreende as “*ONGs radicais* – querem a abolição do FMI e do Banco Mundial. Estão envolvidas com os movimentos de solidariedade

contra a ‘globalização’, o racismo e a discriminação de gênero. Procurar sem autogestionárias e, diferentemente das anteriores, têm objetivos anticapitalistas” (grifos da autora).

Considerando-se a diferenciação da função social das organizações não-governamentais quanto ao caráter de seus objetivos e fontes de financiamento, existem movimentos que contam com “ONGs radicais” que de alguma forma contrariam os objetivos da lógica de funcionamento do capital, ainda que não proponham uma revolução social de natureza socialista-comunista. Por exemplo, a organização não-governamental Green Peace não aceita financiamento de empresas e governos – somente de seus membros e voluntários – e atua em torno de causas ambientais¹⁸⁷. Isto por si só não garante que a ONGs sejam portadoras de uma “boa nova” revolucionária, mas permite que ela viabilize suas ações de protesto e denúncia de forma autônoma e diretamente contra as corporações que cometem os crimes ambientais.

A independência destas ações diante da função do “terceiro setor” parece ser positiva para a ampliação dos espaços de luta, ainda que não haja uma consciência de classe por parte destas organizações e que isso por si só seja insuficiente para criar condições de transição social. A intenção não é a de defender a existência destas organizações e tampouco do “terceiro setor”, pois a função social que estes agentes possuem na “cadeia” do novo padrão de intervenção social está muito clara. Contudo, esclarecer que esta função assume caráter diferente quando as ONGs “quebram” esta “cadeia” é importante para compreender que as fissuras deste padrão não estão restritas aos agentes singulares que a materializam na execução dos projetos e ações de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade. Esta contradição atinge a particularidade do próprio “terceiro setor” na medida em que existem organizações autônomas que agem de forma independente.

Concomitantemente a identificação desta tendência há o não reconhecimento da perspectiva socialista-comunista como alternativa de transformação para nenhum dos participantes. Se estes sujeitos não foram cooptados completamente pelos instrumentos ideológicos que manipulam a “questão social” porque não vêem a transição socialista-comunista ao menos como alternativa de debate? Talvez porque faça parte do “ser precisamente assim” da “falsa consciência” que constitui as ideologias capitalistas exorcizar qualquer visão teórico-prática que pressuponha sua superação por meio da manipulação do “senso comum” constituído nestes agentes. Conforme Meszáros (2004, p. 485):

Os grandes obstáculos que o ‘senso comum’ coloca diante da ideologia crítica – portanto resistindo ativamente à modificação do ‘panorama

¹⁸⁷ Para maiores informações consultar o *website* da organização em <http://www.greenpeace.org>.

ideológico da época' – surgem de seu relacionamento inerente com a estrutura socioeconômica capitalista. (...) Em geral, em face da relativa estabilidade e do funcionamento tranquilo do sistema que 'entrega os bens' para os quais ele é organicamente constituído, o senso comum '*internaliza*' as dificuldades proibitivas de se entrar no caminho de uma verdadeira mudança estrutural – mudança que apresentaria uma alternativa radical para o sistema estabelecido em sua totalidade – não apenas como dificuldades, mas como uma '*impossibilidade*' prática (grifos do autor).

Entretanto, satisfazer-se com este imperativo parece não contribuir ao problema do “desvendamento” da ideologia para a formação de uma consciência de classe que objetive a autonomia e a emancipação, até porque não é suficiente para esta formação o movimento “de consciência para a consciência”. Mas, para criar as condições de uma intervenção objetivo-material junto aos agentes identificados por esta tendência é preciso uma ação de educação política autêntica que os partidos e sindicatos comprometidos com a tradição marxista estejam dispostos a desempenhar. A impressão que se tem é a de que como não fazem parte do núcleo da classe e são consideradas “perdidas” para a cooptação ideológica que toma conta destes espaços não há o porquê de se “perder tempo” com isso.

Admitindo-se como verdade que o núcleo de qualquer projeto organizado para uma revolução social deve se constituir da fração operário-industrial, parece igualmente verdadeiro que esta fração não deva ser o denominador comum para a construção de frentes de resistência e luta, e sim “*o trabalho como antagonista estrutural do capital*” (grifos do autor), de acordo com Meszáros (2004, p. 51). Até porque o contato com estes sujeitos sociais pode ampliar a base sobre a qual partidos e sindicatos podem agir e a proximidade com outros grupos que acompanham movimentos sociais relevantes e que orbitam estes espaços. E, neste caso, novamente parece fazer sentido que estas formas organizativas tradicionais estendam as condições para a construção destas frentes considerando novos agentes no conjunto tático-estratégico de suas formulações.

O fato das concepções reveladas nos depoimentos terem trazido motivações e “críticas” às práticas de responsabilidade social empresarial parece indicar que a subjetividade social reificada se produz de forma heterogênea. De um lado tem-se a reprodução de uma subjetividade social parcialmente cooptada, enquanto de outro é possível perceber a ausência completa de crítica a estas práticas. Neste segundo caso, os depoimentos indicaram mais duas tendências, aquela em que os processos de subjetivação parecem estar completamente dominados pelos fenômenos do fetichismo e aquela em que tais fenômenos são parte da “falsa consciência” que contém o projeto político da fração de classe burguesa dirigente deste padrão de intervenção social.

Ambos parecem apresentar níveis mais profundos de reificação da subjetividade, pois em nenhum momento houve um relato sequer sobre limites ou contradições deste padrão, somente a exaltação de seus benefícios. Estes agentes da RSE estão convencidos de que o novo padrão de intervenção social é capaz de transformar o “pobre em rico” mantendo-o na subalternidade através de tais práticas. Considerando-se esta perspectiva nos limites da segunda tendência, o nível dos processos de reificação sugere uma cooptação ideológica que se dá por meio da identificação do indivíduo com valores que afirmam a dimensão da genericidade do homem – como solidariedade e igualdade – mas que sob a égide do “ethos sustentável” constituem-se em mais uma forma de convencimento e manipulação da ideologia burguesa.

Porém, na terceira tendência os processos de alienação e reificação parecem mais problemáticos, já que agentes deste tipo representam o “ser precisamente assim” do ethos burguês que dirige este novo padrão de intervenção social, constituindo-se no núcleo de sustentação orgânico da teoria da sustentabilidade enquanto mais uma forma da ideologia capitalista – tanto em sua “falsa consciência” como em sua “visão de mundo”. Neste caso, o nível de tais processos seria mais profundo por se tratar da essência desta ideologia de classe.

Talvez as pistas para a resolução do “enigma” da ideologia estejam contidas em cada um destes questionamentos de forma complexa, então há de se identificar e separar o “ser precisamente assim” dos fenômenos histórico-sociais de sua “legalidade na história” para compreendê-los em totalidade, de acordo com a proposta analítica de Lukács (2011). A integração e manipulação das formulações de responsabilidade social empresarial no discurso da sustentabilidade – bem como dos demais pilares – parece ser uma das manifestações do processo de democratização burguês compreendido conforme Lukács, em que sob as bases materiais da atual fase da sociabilidade capitalista se produz uma democracia altamente “ideologizada”, tanto no plano econômico-objetivo quanto no plano intelectual-subjetivo, aprisionando a igualdade e a liberdade no plano político do idealismo burguês.

A “democracia” hoje estaria seguindo a mesma tendência verificada pelo autor em 1968. O capitalismo atual – maior expressão da “socialização da sociedade”, no sentido de recuo das barreiras naturais e realização da genericidade humana em si – teria produzido uma superestrutura “democrática” capaz de converter esta realização em uma genericidade contraditória – ou reificada – que funcionaria como a essência econômica da sociabilidade capitalista. As transformações qualitativas sofridas por este modelo societal nas últimas décadas podem até ter alterado a concepção de Estado e sociedade civil burguesa incluindo novos elementos – como o “terceiro setor” e as formulações de RSE, por exemplo – mas não

alteraram esta essência, de modo que a proposta do modelo da sustentabilidade hoje seria mais um passo – ou mais uma forma – deste processo de democratização burguês liderado pela fração da burguesia empresarial “engajada”.

Portanto, para recuperar a unidade entre o *homem* e o *cidadão* – tal como entendido por Marx e Lukács, ou seja, a realização da liberdade e da igualdade na e para a produção da existência do homem em sua genericidade – seria preciso a desmistificação desta superestrutura política que a burguesia chama de democracia e de seus mecanismos, e a questão que se apresenta hoje é como fazer isso, já que a produção da existência material desta sociabilidade encontra-se sob o controle das frações de classe dominante e reverbera em todos os outros planos de formação e reprodução do ser social.

Nesta direção é que a produção da subjetividade social ganha uma preocupação especial para a transição revolucionária, pois se não estamos diante de uma conjuntura propícia é preciso criá-la e para isso convencer os sujeitos sociais de sua legitimidade e viabilidade histórica é fundamental. Então parece fazer sentido recuperarmos esta categoria e arriscar desvendá-la em seus níveis de reificação, a fim de concatená-la às relações sociais cotidianas que formam os valores e comportamentos que sustentam a ordem e a lógica da sociabilidade capitalista na prática.

É preciso avançar na crítica de que tais discursos e práticas representam somente mais uma forma de exploração do trabalho pelo capital. Não porque não o sejam, mas porque é preciso analisar os pilares que constituem a ideologia da sustentabilidade para além de si mesmos e em profundidade no interesse da classe subalterna. A decomposição destes pilares em suas formas de objetivação e subjetivação permitirá uma maior compreensão das novas formas de luta entre as classes e das disputas pela hegemonia no interior da classe dominante, compreensão que se torna vital para a reconstrução destas formas organizativas e para a reconstituição da consciência de classe do proletariado. Conforme já salientava Lênin (1986, p. 55):

A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população. Todo aquele que orienta a atenção, o espírito de observação e a consciência da classe operária exclusiva ou preponderantemente para ela própria, não é um social-democrata; pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da

sociedade contemporânea, conhecimento não apenas teórico...ou melhor: não só teórico, como fundamentado na experiência da vida política.

Talvez fosse mais conveniente ao movimento de reestruturação das formas organizativas da classe proletária ampliar inclusive a visão de que esta é uma necessidade somente da fração operária e daqueles que dela se ocupam – como partidos e sindicatos – justamente porque em meio a esta crise social estejam surgindo outros agentes sociais subalternos que não se identificam com tais formas clássicas de organização como, por exemplo, movimentos sociais rurais e urbanos que tem participado da luta de classes ativamente.

Repensar o formato destas estruturas não significa abandonar a concepção de que a fração operário-industrial continua a ser o núcleo da classe proletária e de qualquer projeto na direção de uma revolução socialista-comunista, e sim que este núcleo sozinho não dá mais conta de responder à altura às forças do capital. E nesta perspectiva, ficam as palavras de Meszáros (2004, p. 54) de que “é impossível tornar reais as potencialidades socialistas de que está carregado nosso tempo histórico sem ativar *o poder da ideologia emancipadora*” (grifos do autor).

Referências

Fontes bibliográficas

- ABREU, H. *Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ALTVATER, E. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, M. H. N. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs). **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- _____. *O Fim da história de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 2002a.
- _____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002b.
- ARARIPE, S. *Sustentabilidade*. Revista Conjuntura Econômica. Fundação Getúlio Vargas. Outubro, 2009, vol. 63, nº 10. p. 36-56.
- ARRUDA, M. *ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente?* In: DE TOMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (org). **O Banco Mundial e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 41-73.
- BAKAN, J. *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BARCELLOS, S. B. *A formação do discurso da Agroecologia no MST*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010.
- BARROCO, M. L. S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROS de CASTRO, L. *Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994)* In: GIAMBIAGI, F. [et al.] (org). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BATISTA, E. *A fantástica fábrica de dinheiro na trilha do empowerment: o discurso gerencial do Banco do Brasil*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: 2007.

_____. *Formas de organização do trabalho: apontamentos para uma "anti-sociologia" do trabalho*. Aurora - Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp/ Marília, v. 1, p. 38-46, 2008.

_____. *O poder gerencial no capitalismo contemporâneo: nova classe ou novas relações entre as classes?* Revista História & Luta de Classes, v. 7, p. 70-74, 2009.

_____. *O discurso empresarial da responsabilidade social e a construção da subjetividade: desafios para a emancipação humana*. In: GORROCHATEGUI, N.; OLIVEIRA, V. M. (Org.). **Responsabilidad Social de las Organizaciones: perspectivas de nuevos marcos institucionales en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2011, p. 22-28.

_____. MORAES, L.C.M. *A inserção do Brasil na financeirização capitalista e as articulações no mundo do trabalho: os setores bancário e industrial*. Novos Rumos, Marília, v. 49, nº 1, janeiro-junho, 2012, p. 139-158.

BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

BIANCHI, A. *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. São Paulo: Xamã, 2001.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOITO Jr, A. *A burguesia no governo Lula*. In: *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, v.21, p. 52-77, 2005.

_____, A. *As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil*. In: Vários Autores. **Sujeitos sociales y nuevas formas de protesta em La historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____, A. *O futuro do sindicalismo*. In: Vários Autores. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: IFCH, Unicamp, 2005.

BORGES, L.F.X.; SERRÃO, C.F.B. *Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, nº 24, 2005, p. 111-148.

BOSCHI, R. R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOWEN, H. *Responsabilidades sociais do homem de negócios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRAGA, R. *Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia*. In: **Novas Tecnologias. Crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 1.366 de 12 de janeiro de 1995*. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de janeiro de 1996.

_____. *Decreto nº 2.999 de 25 de março de 1999*. Dispõe sobre o Conselho da Comunidade Solidária e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de março de 1999.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BROWN, L. R. *Plano B*. Resgatando um planeta sob stress e uma civilização em apuros. Earth Policy Institute: Portugal, 2006.

BRUNHOFF, S. *Etat et Capital*. Recherches sur La politique économique. Paris: FM/Foudations, 1982.

BUTLER, E. *A contribuição de Hayek às ideias políticas e econômicas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal; Nórdica, 1987.

CARDOSO, F. H. *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*. Revista de Economia Política, vol. 15, n. 4 (60), out.-dez. 1995, pp. 148-155.

_____. *O desenvolvimento na berlinda*. In: As ideias e seu lugar. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980, pp.129-63.

CARDOSO, R. *Um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade: Sete lições da experiência da Comunidade Solidária. Documento-Base para a IV Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária* (Terceira Gestão, 1999-2000). Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

_____.; et al. *Comunidade Solidária: fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Comunitas, 2002.

CARONE, E. *O PCB*. Vol. 2 e 3. São Paulo: Difel, 1982.

CARROL, A.; BUCHHOLTZ, A. *Business and Society: ethics and stakeholder management*. Thomson Learning: South-Western College Publishing, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Resoluções da 9ª plenária nacional Santos Dias*. São Paulo, 1999.

CESAR, M. J. A. *“Empresa-cidadã”*: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUI, M. S. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. *O capital produtor de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: _____. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 16. São Paulo: Boitempo, março - 2003.

CHILCOTE, R. H. *PCB. Conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CLEGG, S. *As organizações modernas*. Oeiras: Celta, 1998.

COELHO, E. *Uma esquerda para o capital*. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2005.

COMISSÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA. *Livro verde: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas, 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. *Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil*. Rio de Janeiro: CNI, 1988.

_____. *Responsabilidade social empresarial*. Brasília: CNI, 2006.

COSTA, E. *A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores*. *Novos Temas, Revista de debate e cultura marxista* nº 1. Salvador: Quarteto; São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, Março a setembro de 2009, p.133-150.

COSTA NETO, C.P. L.; CANAVESI, F. *Sustentabilidade em assentamentos rurais*. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecologia Política: Natureza, Sociedad y Utopia**. México: Clacso, p. 203-215. 2002.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Cidadania e modernidade*. *Revista Perspectivas*, nº 22. São Paulo, 1999, p. 41-59.

COUTINHO, J. A. *Ongs e políticas neoliberais no Brasil*. Florianópolis: UFSC, 2011.

DALY, H. E. *A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: SA-PTA, 1991.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez- Oboré, 1992.

_____. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

DI GIRÓLAMO, S. *Da decisão política à prática empresarial. Razões e modelos facilitadores para a implantação de um programa de cidadania corporativa ou responsabilidade social*. São Paulo: Editora do Autor, 2007.

DINIZ, E. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____; BOSCHI, R. R. *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2004.

DREIFUSS, R. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DRUCKER, P. *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Pioneira, 1997.

DUARTE, N. *O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade*. In: _____. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004a.

_____. *A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal*. In: _____. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004b.

DUPIN, E. *A felicidade como uma questão política*. Le Monde Diplomatique Brasil, Agosto, 2009, p. 14-15.

EAGLETON, T. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca. Os três pilares da sustentabilidade*. São Paulo: Editora Makron, 2001.

_____; HAILES, J. *The Green consumer guide. From shampoo to champagne: how to buy goods that don't cost the earth*. London: Gollancz, 1988.

FAYOL, H. *Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle*. São Paulo: Atlas, 1965.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Livre para crescer: uma proposta para um Brasil moderno*. São Paulo: Cultura, 1990.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Zahar Editores, 1973.

FERNANDES, R. C.; LANDIM, L. *Um perfil das ONGs no Brasil*. Comunicações do ISER, 22, ano 5, 1986.

FERREIRA, G. J. *A importância da ação social*. In: FEBRABAN. Bancos e a sociedade – balanço social dos bancos (2000-2001). São Paulo: FEBRABAN, 2002.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FIORI, J. L. *Globalização, hegemonia e império*. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. (org) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *O cosmopolitismo de cócoras*. Revista Educação & Sociedade, ano XXII, nº 77, dez/2001. p. 11-27.

_____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FORD, H. *Os princípios da prosperidade*. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FORD, K.C.; FOTTLER, M.D. *Empowerment: a matter of degree*. IEEE Engineering management review. v. 24, n. 3, Fall, 1996. p. 19-24.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx*. Marxismo e natureza. São Paulo: Civilização Brasileira: 2011.

FREEMAN, E. R. *Strategic Management: a stakeholder approach*. Pitman: Boston/ Massachusetts, EUA, 1984.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *Entrevista*. In: Achbar, M.; Abbott, J. (dir) **The Corporation**. Canadá, 2004.

FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FURTADO, C. *O Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Os desafios da nova geração*. Revista de Economia Política. Vol.24, n. 4 (96) outubro-dezembro 2004, pp. 483-486.

GIANNOTTI, V. *A Força Sindical: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GALBRAITH, J. K. *Uma breve história da euforia financeira*. São Paulo: Pioneira, 1992.

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Para além da esquerda e da direita*. O futuro da política radical. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

GOLDBERG, R. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GORE, A. *Uma verdade inconveniente*. São Paulo: Editora Manole, 2006.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GRACIOLLI, E. J. *Trabalhadores e a ideologia da responsabilidade social: desconstrução da identidade de classe*. Anais do III Congresso Latino-americano de Ciência – Democracia e Desigualdades. Associação Latino-americana de Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2006b.

_____. *Responsabilidade social: possibilidades, limites e significados*. Anais do V Workshop Empresas, Empresários e sociedade – o mundo empresarial e a questão social. Porto Alegre: PUC, 2006a.

GRAJEW, O. *Responsabilidade social ou barbárie*. Jornal Valor Econômico, São Paulo, p. 05, 2 de outubro de 2001.

_____; OLIVEIRA, M. D. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRESPLAN, J. *Marx*. São Paulo: PubliFolha, 2008.

GROS, D. B. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Tese (Doutorado em Ciência Política – Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 2003.

GRUN, R. *Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 20, nº 58, 2005, p.67-208.

- GUIOT, A. P. *Um moderno Príncipe para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006.
- GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Tomo I. Madri:Taurus, 1999.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- _____. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HEGE, A.; DUFOUR, C. *Syndicalismes*. Dynamique des relations professionnelles. Paris: Dunod, 1992.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- _____. *Teoría de las necesidades em Marx*. Barcelona: Península, 1986.
- HERF, J. *El Modernismo Reaccionario*. México: FCE, 1990.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HONNETH, A. *Teoria crítica*. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro. Civilizacao Brasileira, 1977.
- IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). *Pesquisa de opinião pública sobre o Instituto Ethos*. São Paulo: Instituto Ethos, Nov. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo: IBGC, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (IPEA). *Radar Social 2005*. Brasília: IPEA, 2005.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Contribuição do GT Ethos para a ISO 26000*. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

_____. *Fórum empresarial de apoio ao município*. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

IOSCHPE, E. B. (org) *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: GIFE; Paz e Terra, 2000.

JAMESON, F. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.

KOFLER, L.; ABENDROTH, W.; HOLZ, H. H. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

KOVEL, J.; LÖWY, M. *Manifesto ecossocialista internacional*. In: LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

KUZNETS, S. S. *Crescimento Econômico Moderno. Ritmo, Estrutura e Difusão*. São Paulo: Nova Cultural: 1986.

LAGE, P. *Ação sindical e cidadania geram empregos sustentáveis*. In: **São Bernardo do Campo: território de inovação**. São Paulo: MP Editora, 2010.

LAGOA, M. I. *Considerações acerca da crise política do Partido dos Trabalhadores*. Revista Lutas Sociais n°15/16, 2006.

LANDIN, L.; SCALON, M. C. *Doações e trabalho voluntário no Brasil – uma pesquisa*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1986.

LINS, C.; ZYLBERSZTAJN, D. *Sustentabilidade e Geração de Valor. A transição para o século XXI*. São Paulo: Campus-Elsevier, 2010.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. Entrevista: Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da 'economia verde'. Revista Caros Amigos, São Paulo, nº 180, mar/2012.

LUKÁCS, G. *Prefácio (1967)*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012a.

_____. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012b.

_____. *O processo de democratização*. In: NETTO, J. P.; COUTINHO, C. N. (org). **Socialismo e democratização: escritos políticos (1956-1971)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

_____. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Coleção Temas de Ciências Humanas, vol. 4, p. 1-18. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

_____. *Il problema dell'ideologia*. In: **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1981.

_____. *El Asalto a la Razón*. Barcelona: Grijalbo, 1972.

_____. *Estetica I*. La peculiaridad de lo estético. Barcelona/México: Ediciones Grijalbo, 1966.

MACPHERSON, C.B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARINI, R. M. *Dialética de la dependencia*. México: Era, 1973.

MARTINELLI, A. C. *Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora*. In: IOSCHPE, E. B. (org) **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: GIFE; Paz e Terra, 2000.

MARTINS, A. S. *A direita para o social*. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARTINS FILHO, J. R. *A Rebelião Estudantil: 1968*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

_____. (org). *1968 faz 30 anos*. São Carlos: Universidade de São Carlos, 1998.

MARX, K. *Miséria da filosofia: resposta à "Filosofia da Miséria" do senhor Proudhon*. Porto: Escorpião, 1974.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____. *O Capital*. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. In: COUTINHO, C. N. (et.al.) **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MAY, P. (org.) *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010.

MAYO, G. E. *The social problems of industrial civilization*. Boston: Division of Research Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1945.

MAZZEO, A. C. *O vôo de minerva*. A construção da política, do igualitarismo e da democracia no ocidente antigo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. *Sinfonia Inacabada*. A política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. *Notas sobre Lênin e a Comuna*. Novos Temas, Revista de debate e cultura marxista nº 4. Salvador: Quarteto; São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, Ano III, setembro de 2011, p.103-115.

MEDEIROS, J. L.; SÁ BARRETO, E. *Lukács y Marx contra El “ecologismo acrítico”*: por uma ética ambiental materialista. Revista Herramienta. Debate y crítica marxista. Nº 6, Septiembre de 2010.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELO, A. A. S. *Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico*. In: NEVES, L. (org) **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MENDONÇA, S. R. *O ruralismo brasileiro de 1888 a 1931*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILLS, C. W. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Agenda 21 brasileira: ações prioritárias/ Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. Brasília: 2004.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOTA, A. E. *Políticas sociais setoriais e por segmento: trabalho. Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, Módulo 3*. Brasília: UnB/Cead, 2000.
- MOTTA, F.C.P. *Teoria geral da administração: uma introdução*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- NAVES, M. *A ilusão da jurisprudência*. In: **Lutas Sociais**, PUCSP, São Paulo, v. 7, p. 67-72, 2001.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.
- NEVES, L. M. W. (org) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. *Brasil ano 2000: uma nova divisão de trabalho na educação*. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias, 1997.
- O'CONNOR, J. *Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction*. In: CNS, 1, Fall, 1988, pp. 11-23.
- _____. *Theoretical notes: on the two contradictions of capitalism*. In: CNS, 2, 3, outubro, 1991, pp. 107-108
- _____. *Natural causes: essays in ecological marxism*. London: Guilford Press, 1998.
- OHNO, T. *O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- OLDRINI, G. *Lukács e o caminho marxista ao conceito de "pessoa"*. Revista Práxis, nº3, Belo Horizonte, 1995.

- OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- _____. *Crítica à razão dualista*. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, J.A. *Responsabilidade social em pequenas e médias empresas*. Revista de Administração de Empresas. V. 24, nº 4, out/dez, 1984. p. 203-210.
- PAGÈS, M. (et al.) *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.
- PELIANO, A. M. T. M. (coord) *A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação das empresas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2003a.
- _____. *A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- _____. *Bondade ou interesse? Como e porque as empresas atuam na área social*. Brasília: IPEA, 2003b.
- PETRAS, J. *As ONGs na conjuntura de psicose de guerra*. **PUC-Viva 15**. São Paulo, v.4, p. 58-67, jan/mar, 2002.
- PLIHON, D. *Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano*. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.
- POMAR, V. *Empresários no PT*. Teoria e debate. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 29, jun./jul./ago. 1995.
- PORTER, M.; KRAMER, M. *A vantagem competitiva da filantropia corporativa*. Harvard Business Review, dez, 2002.
- PRADO JR, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres*. New York: PNUD, 2004.
- PRZEWORSKI, A. *A falácia neoliberal*. Lua Nova, nº 28-29. São Paulo, Cebec, 1993.
- RAMALHO, J. R. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- REIS FILHO, D. *A Revolução falou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____.; FERREIRA DE SÁ, J. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____.; MORAES, P. 1968: *a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REPA, L. *Jurgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica*. In: NOBRE, M. Curso livre de teoria crítica. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 161-182.

RICO, E. M. *O empresariado, a filantropia e a questão social*. Serviço Social e Sociedade, nº 58. São Paulo: Cortez, 1998.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

RODRIGUES, C.H.R.; SANTOS, F.C.A. *Empowerment: estudo de casos em empresas manufatureiras*. Revista Gestão e Produção, v. 11, n. 2, mai-ago. 2004.p. 263-274.

_____. *Empowerment: ciclo de implementação, dimensões e tipologia*. Revista Gestão e Produção, v.8, n.3, dez. 2001. p. 237-249.

ROMEIRO, A. R. *Economia ou economia política da sustentabilidade*. Campinas, IE/UNICAMP, n. 102, set, 2001.

ROMERO, D. (org.) *Marx: sobre as crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Sundermann, 2009.

_____. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAUVIANT; C. *Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e no novo poder acionário*. In: CHESNAIS, F. (org) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. *The Tripple Bottom Line*. San Francisco, CA: Jossey Bass, 2006.

SCOTT, R. W. *Institutions and organizations*. London: Sage publications, 1995.

SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, F. L. G. *A fábrica como agência educativa*. Araraquara: laboratório Editorial/FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

SILVEIRA, P. *Da alienação ao fetichismo*. Formas de subjetivação e objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (orgs.) **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SMITH, C. The new corporate philanthropy. Harvard Business Review, may-june, 1994.

SYRKIS, A. Os Carbonários. São Paulo: Parma, 1980.

TAYLOR, F.W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

TOMEI, P. *A responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional*. Revista de Administração de Empresas. V. 24, nº 4, out/dez. 1984. p. 189-202.

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1980.

UNITED NATIONS. *Our Common Future*. Annex in **Report of the World Commission of Environment and Development**. General Assembly: 1987.

VAISMAN, E. *A ideologia e sua determinação ontológica*. Verinotio, Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, nº 12, Ano VI, out/2010, p.41-64.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

_____. *Mundo em Transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*. Campinas: Editora Autores Associados, 2009.

_____. *Indicadores de sustentabilidade*. Estudos Avançados 68, jan-abr, 2010.

VEIGA, J. P. C. *O compromisso das empresas com as metas do milênio*. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VINHA, V. da. *As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa*. In: May, P. (org.) **Economia do meio ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Fontes em meio eletrônico

AES Brasil (Eletropaulo). *Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://aesbrasilsustentabilidade.com.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

AGÊNCIA FAPESP. *Poli/Usps inaugura laboratório de sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br>>. Acesso em: set. de 2010.

AMARAL, M. *Natura demite trabalhadores doentes*. Destaque nacional. Brasil de Fato. São Paulo, 21 de dezembro de 2010. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em: jan. de 2011.

ANVISA. *Propaganda. Regras básicas de propaganda.* Disponível em: <<http://www.portal.anvisa.gov.br>> Acesso em: 25 jan. 2010.

ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO (ASA). Programa 1 Milhão de Cisternas para o Semi-Árido. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em: mai de 2012.

ASSOCIAÇÃO Beija-Flor. *Quem somos.* Disponível em <<http://www.associacaobeijaflor.org>>. Acesso em: dez de 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). *Carta de princípios.* Disponível em <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: mai de 2012a.

_____. *Números e dados das fundações e associações privadas sem fins lucrativos no Brasil.* Disponível em <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: mai de 2012b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS (ABRINQ). *Quem somos.* Disponível em <<http://www.abrinq.com.br>>. Acesso em: mai de 2012.

BALANÇO SOCIAL. *Mensagem do Betinho.* Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: mai de 2012.

BANCO BRADESCO. *Responsabilidade socioambiental.* Disponível em <<http://www.bancodoplaneta.com.br>>. Acesso em: mar de 2012.

BORGES, B. *Gestão sustentável está fora do foco de químicas.* Folha de São Paulo. Negócios. São Paulo, 1 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: ago. de 2010.

BORNILA FILHO, V. *Volkswagen consegue R\$ 342 mi do BNDES para desenvolver carros no país.* Folha de São Paulo. Negócios. São Paulo, 9 de julho de 2012. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: jul. de 2012.

BRASIL DE FATO. *Itaú leiloa propriedade e ameaça despejar camponeses.* Destaque Nacional. Goiás, 12 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

BRASIL; BNDES. *BNDES cria nova linha para empresas investirem na área social.* In: Notícias. Brasília, 13 de julho de 2006. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em: out. 2011.

BRASIL; INMETRO. *ISO26000.* Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>>. Acesso em: dez. de 2011.

BRASIL; MINISTÉRIO DA FAZENDA; BANCO CENTRAL. *Carta de intenção ao FMI.* Brasília, 02 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>> Acesso em out. 2011.

BRASKEM. *Química sustentável*. Disponível em: <<http://www.braskem.com.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

BRITO, C. *Sustentabilidade como parte do negócio*. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo, 4 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: jun. de 2010.

CAHIERS MARXISTES. *Critiques de la (dé)croissance*. Bruxelas, nº 235, maio-junho, 2007. Disponível em: <<http://www.cahiers-marxistes.be>>. Acesso em: mai de 2012.

CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO (Amcham). *Histórico da Amcham*. Disponível em: <<http://www.amcham.com.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

CAROS AMIGOS. *Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da “economia verde”*. Entrevista. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br>>. Acesso em: abr. de 2012.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA EAESP (GVces). *Programas*. Disponível em: <<http://ces.fgvsp.br>>. Acesso em: nov. de 2011.

CHESNAIS, F. Mundialización: extrema pobreza, destrucción del medio ambiente y guerras... In: Jornada de debate “Pensar El Comunismo, El Socialismo, Hoy”, Buenos Aires, Argentina, 2006. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar>>. Acesso em: mar. de 2013.

_____. Las contradicciones y antagonismos del capitalismo mundializado y sus amenazas a la humanidad. In: Revista Herramientas nº 34, año 2007. Dossiê “Pensar El Comunismo, El Socialismo, Hoy”. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar>>. Acesso em: mar. de 2013.

CLUB OF ROME. *About the Club of Rome*. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org>>. Acesso em: dez. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Cartilha de recomendações da CVM sobre governança corporativa*. São Paulo: 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: jan. de 2011.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ (CPFL). *Sustentabilidade e responsabilidade corporativa*. Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

DIAGONAL URBANA TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.diagonal.net>>. Acesso em: abr de 2012.

DINIZ, A. S. ; et al. *Documento dos doze*. São Paulo, 1983. Disponível em: <<http://www.lideres.org.br>> Acesso em: mai. de 2012.

ECOSOCIALIST INTERNACIONAL WORK. Disponível em: <<http://ecosocialistnetwork.org>>. Acesso em: mai. de 2012.

EMBRAER. *Responsabilidade socioambiental*. Disponível em: <<http://www.embraer.com>>. Acesso em: mar. de 2012.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *O que é o FSM?* 2004. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>> Acesso em: nov. 2011.

FUNDAÇÃO ABRINQ. *Apresentação*. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Escola de Administração de Empresas de São Paulo*. Disponível em: <<http://eaesp.fgvsp.br>>. Acesso em: mar. de 2011.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. *Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro*. Disponível em: <<http://www.fundacaoitausocial.org.br>>. Acesso em: abri. de 2012b.

_____. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.fundacaoitausocial.org.br>>. Acesso em: abr. de 2012a.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. *Learn about GRI and sustainability reporting*. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: dez. de 2009.

GLOBESCAN. *Our Clients*. Disponível em: <<http://www.globescan.com>>. Acesso em: fev. de 2011.

GRUPO DOS INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. *O GIFE*. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012a.

_____. *O investimento social privado*. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012b.

_____. *Código de Ética*. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012c.

_____. *Relatório de Atividade 2001*. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012c.

_____. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012e.

HSM MANAGEMENT. *Expomanagement 2010: Empreender com responsabilidade*. Disponível em: <<http://www.hsm.com.br>>. Acesso em: out. de 2010.

INSTITUTO AKATU. *Consumo consciente para um futuro responsável*. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>. Acesso em: fev. de 2011.

_____; INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas – A percepção do consumidor brasileiro. Pesquisa 2006-2007*. São Paulo: Akatu/Ethos, 2008. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>. Acesso em: fev. de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Governança Corporativa*. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: dez. de 2010.

INSTITUTO CARBONO BRASIL. *Protocolo de Quioto*. Disponível em: <<http://www.institutocarbonobrasil.org.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

INSTITUTO COCA-COLA BRASIL. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.institutococacola.org.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

INSTITUTO EMBRAER. Disponível em: <<http://www.institutoembraer.com.br/>>. Acesso em: mar. de 2012.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. *O que é RSE*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jan. de 2012a.

_____. *Lista de associados*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jun. de 2012b.

_____. *Plataforma de economia inclusiva, verde e responsável*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: fev. de 2012c.

_____. *Ética e qualidade nas relações*. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jan. de 2012d.

_____. *Relatório de Sustentabilidade 2008*. Ethos e Uniethos. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jan. de 2012e.

_____. *Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade (GRES)*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jan. de 2012f.

_____. *GRES realiza o primeiro encontro presencial de sua terceira fase*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jan. de 2012g.

_____. *A contribuição das empresas para a Rio+20*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jul. de 2012h.

_____. *O Instituto Ethos*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jan. de 2012i.

_____. *Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jun. de 2012j.

_____. *Programa Tear*. Tecendo redes sustentáveis. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br>. Acesso em: jan. de 2012k.

_____. *Relatório de auditoria Ethos*. Auditores independentes. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e 2008. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br>. Acesso em: dez. de 2012l.

_____. *Relatório de auditoria Ethos*. Auditores independentes. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2011. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br>. Acesso em: dez. de 2012m.

_____. *Relatório de Atividades de 2000*. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br>. Acesso em: jan. de 2011a.

_____. *Relatório de Atividades de 2001*. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br>. Acesso em: jan. de 2011b.

_____. *Relatório de Atividades de 2002*. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br>. Acesso em: jan. de 2011c.

_____. *Ricardo Young deixa a presidência do Ethos*. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br>. Acesso em: jan. de 2011d.

INSTITUTO IRIS. *Conheça o Iris*. Disponível em: <http://www.institutoiris.org.br> . Acesso em: dez. de 2012.

INSTITUTO LIBERAL. *O que é o Instituto Liberal?* s/d. Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br> Acesso em: mar. de 2010.

INSTITUTO RONALD MCDONALD. *McDia feliz*. Disponível em: <http://www.instituto-ronald.org.br>. Acesso em: 24 jan. 2010.

INSTITUTO UNIBANCO. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.unibanco.com.br>. Acesso em: jan. de 2012a.

_____. *Jovem de Futuro*. Disponível em: <http://www.unibanco.com.br>. Acesso em: jan. de 2012b.

_____. *Entre Jovens*. Disponível em: <http://www.unibanco.com.br>. Acesso em: jan. de 2012c.

INSTITUTO WALMART. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.iwm.org.br>. Acesso em: abr. de 2012a.

INSTITUTO _____. *Escola social do varejo*. Disponível em: <http://www.iwm.org.br>. Acesso em: abr. de 2012b.

INSTITUTO _____. *Dia na comunidade*. Disponível em: <http://www.iwm.org.br>. Acesso em: abr. de 2012c.

ITAÚ-UNIBANCO. *Itaú Sustentabilidade*. Disponível em: <http://ww2.itaubr.com.br/sustentabilidade>. Acesso em: out. de 2011a.

_____. *Essência da Sustentabilidade*. Disponível em: <http://ww2.itaubr.com.br/sustentabilidade>. Acesso em: out. de 2011b.

_____. *Política de Sustentabilidade*. Disponível em: <http://ww2.itaubr.com.br/sustentabilidade>. Acesso em: abr. de 2012a.

_____. *Relatório de Sustentabilidade 2011*. Disponível em: <<http://ww2.itau.com.br/sustentabilidade>>. Acesso em: abr. de 2012b.

KELLOG. *História do Tony*. Disponível em: <www.sucrilhos.com.br>. Acesso em: jan. de 2010.

LA LUTTE OUVRIÈRE. Union communiste. *La décroissance, un point de vue parfaitement réactionnaire*, Lutte de classe, Paris, n° 121, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.lutte-ouvriere.org>>. Acesso em: mai. de 2012.

LATOUCHE, S. *Pour une société de décroissance*. Le Monde Diplomatique França, Novembro, 2003. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr>>. Acesso em: mai. de 2012.

MARKET ANALYSIS. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.marketanalysis.com.br>>. Acesso em: fev. de 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Programa Brasil Alfabetizado*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

MOVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE (MORHAN). *História*. Disponível em: <<http://www.morhan.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

NATURA. *A empresa*. Disponível em: <<http://scf.natura.net>>. Acesso em: jun. de 2010.

_____. *Natura e Sociedade*. Disponível em: <<http://scf.natura.net>>. Acesso em: mar. de 2012.

NOVARTIS BIOCÊNCIAS AG. *Corporate responsibility*. Disponível em: <<http://www.novartis.com>>. Acesso em: mai. de 2012a.

NOVARTIS BRASIL SA. *Cidadania corporativa*. Disponível em: <<http://www.novartis.com.br>>. Acesso em: mai. de 2012b.

O BOTICÁRIO. *Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

OBJETIVOS DO MILÊNIO. *8 jeitos de mudar o mundo*. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta da terra*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: abr. de 2012

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). *A estratégia e a tática do PCB*. Disponível em: <<http://pcb.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL). *Programa do PSOL*. Disponível em: <<http://psol50.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS (PSTU). *O Brasil precisa de uma segunda independência*. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

PENSAMENTO NACIONAL DAS BASES EMPRESARIAIS. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.pnbe.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

PETROBRAS. *Meio ambiente e sociedade*. Relatório de sustentabilidade 2010. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

PFIZER. *Responsibility*. Internacional trachoma initiative. Disponível em: <<http://www.pfizer.com>> Acesso em: jan. 2010.

PRÊMIO ECONOMIA E SOCIEDADE (Prêmio ECO). *Histórico*. Disponível em: <<http://www.premioeco.com.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei Nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: fev. de 2011.

_____. *Lei Nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: fev. de 2011.

_____. *Programa Fome Zero*. Programas e ações. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

_____. *Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: dez. de 2012.

_____. *Decreto Nº 7.612 de 17 de novembro de 2011*. Instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Plano Viver sem Limite. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: dez. de 2012.

_____. *Lei Nº 11.126 de 27 de junho de 2005*. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: dez. de 2012.

PRICE WATERHOUSE AND COOPERS. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br>>. Acesso em: fev. de 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*. Anuais: 2004-2011. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: dez. 2011a.

_____. *Iniciativas com o setor privado e a sociedade civil*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: mai. de 2011b.

REDE BRASIL VOLUNTÁRIO. *Sobre a RBV*. Disponível em: <<http://www.brasilvoluntario.org.br/>>. Acesso em: mai. de 2012.

SANDOZ AG. *Corporate responsibility*. Disponível em: <<http://www.sandoz.com>>. Acesso em: mai. de 2012.

SANDOZ DO BRASIL SA. *Responsabilidade corporativa*. Disponível em: <<http://www.sandoz.com.br>>. Acesso em: mai. de 2012a.

_____. *A empresa*. Disponível em: <<http://www.sandoz.com.br>>. Acesso em: mai. de 2012b

_____. *Sandoz participa de ação voluntária global e beneficia a entidade Lar Santo Antonio*, em Cambé. Disponível em: <<http://www.sandoz.com.br>>. Acesso em: mai. de 2012c.

SANTANDER BRASIL. *Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://sustentabilidade.santander.com.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Indústria metal-mecânica*. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: ago. de 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/>>. Acesso em: ago. de 2011.

SUSTAINABILITY COMPANY. Disponível em: <<http://www.sustainability.com>>. Acesso em: nov. de 2010.

TAM BRASIL. *Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.tam.com.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

TELEFONICA/VIVO. *Responsabilidade corporativa e sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.telefonica.com.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

THE WORLD BANK. *Millennium development goals*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: mar. de 2012.

TORNQUIST, C. E. *Herman Daly deixa o banco Mundial e prega o abandono ao livre comércio*. Disponível em: <<http://www.agirazul.com>>. Acesso em: mai de 2012.

WALMART BRASIL. *BID exporta Escola Social do Varejo*. Disponível em: <<http://www.walmartbrasil.com.br>>. Acesso em: jul. de 2012.

UNIETHOS. *O que fazemos*. Disponível em: <<http://www.siteuniethos.org.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

UNIMED DO BRASIL. *Sobre a Unimed*. Disponível em: <<http://www.unimed.coop.br>>. Acesso em: dez. de 2012.

_____. *Selo Unimed de Responsabilidade Social*. Disponível em: <<http://www.unimed.coop.br>>. Acesso em: dez. de 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Laboratório de Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://lassu.usp.br>>. Acesso em dez. de 2011.

UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (UPMS). *Início*. Disponível em: <<http://www.universidadepopular.org>>. Acesso em: mai de 2012a.

_____. *Iniciativas de sucesso*. Escola Nacional Florestan Fernandes. Disponível em: <<http://www.universidadepopular.org>>. Acesso em: mai. de 2012b.

VALE. *Projetos*. “Corredor Nacala”. Disponível em: <<http://www.vale.com>>. Acesso em: abr. de 2012a.

_____. *Conheça a Vale em Moçambique*. Disponível em: <<http://www.vale.com>>. Acesso em: abr. de 2012b.

_____. *Sustentabilidade*. Vídeo Institucional “Catalisador de desenvolvimento local: Moçambique. Reassentamento”. Disponível em: <<http://www.vale.com>>. Acesso em: abr. de 2012c.

VIOTTO, J. *As práticas sustentáveis reduzem o "turnover"*. Folha de São Paulo. Entrevistas. São Paulo, 13 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: jun. de 2010.

Outras fontes

QUANTO vale ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Brasil, 2005.

THE CORPORATION. Direção: Achbar, M; Abbott, J. Roteiro: Bakan, J. Canadá, 2004.

THE SHOCK Doctrine. Direção: Whitecross, M.; Winterbottom, M. Roteiro: Klein, N. Reino Unido, 2009.

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, XXXXXXXXXXX, portador do RG XXXXXXXX, concordei em participar voluntariamente da pesquisa de título provisório “A produção de subjetividades pela RSE: uma análise histórico-crítica”, realizada por Erika Batista, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, nível doutorado, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo.

Declaro ainda estar ciente de que as informações aqui prestadas somente serão utilizadas para fins de análise científica e que nenhuma associação ao meu nome será realizada sem minha expressa autorização. Também fui informado(a) de que as informações obtidas tanto pelas entrevistas quanto pelos questionários serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa de doutorado e divulgadas somente na literatura especializada da área.

() Sim, autorizo a vinculação de meu nome às informações concedidas neste instrumento de coleta (entrevista ou questionário).

() Não autorizo a vinculação de seu nome às informações concedidas neste instrumento de coleta (entrevista ou questionário).

(local), / / (data).

Assinatura do Participante



Assinatura do Pesquisador

Anexo B – Pauta das Entrevistas

Bloco I – Informações Pessoais

- a) Idade;
- b) Formação;
- c) Religião/Filosofia;
- d) Partido político;
- e) Organização atual.

Bloco II – Início trajetória Sustentabilidade/RSE

- a) Desde quando atua na área;
- b) Motivação para atuação na área;
- c) Primeiro projeto na área/ características, conquistas, desafios.

Bloco III – Experiência atual

- a) Cargo/função desempenhado;
- b) Descrição atividades;
- c) Principal projeto/ características, conquistas, desafios.

Bloco IV – Cultura organizacional para sustentabilidade no Brasil

- a) Parâmetros governança, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social/ ênfase RSE;
- b) Interesses corporativos e sociais;
- c) Incentivos públicos/ PPPs;
- d) Fundações e institutos vinculados/associados;
- e) Voluntariado;
- f) Potencial de influência sobre os profissionais;
- g) Impactos e capacidade de transformação social.

Anexo C – Questionário de RSE e Sustentabilidade

01. Qual a sua idade?
02. Possui formação universitária ou pós-graduação, concluídas ou em andamento? Se sim, qual o curso ou área?
03. Atualmente está em pelo menos um projeto vinculado à ações de RSE/ Sustentabilidade? Se sim, qual? Se não, qual foi seu último trabalho desta natureza?
04. Qual a sua função ou cargo neste projeto?
05. Por favor, descreva as atividades que desempenha ou desempenhou neste cargo ou função.
06. Sente-se satisfeito e motivado neste trabalho? Por quê?
07. Qual o regime de trabalho pelo qual você está ou estava contratado?
08. Há quanto tempo você trabalha ou trabalhou na área RSE/ Sustentabilidade?
09. Qual o principal motivo que o levou a trabalhar com estas ações ?
10. Você acredita em alguma religião ou filosofia? Se sim, qual e há quanto tempo?
11. Qual foi seu primeiro trabalho na área de RSE/Sustentabilid
12. Sentiu-se satisfeito e motivado neste trabalho? Por quê?
13. Você concorda que ações de RSE são necessárias frente ao projeto global de sustentabilidade? Por qual motivo?
14. De acordo com sua atuação e conhecimento em projetos de RSE/ Sustentabilidade indique as principais virtudes e beneficiários das respectivas ações em geral.
15. Você poderia elencar pelo menos um exemplo de projeto em que participou ou que acompanhou que obteve resultados que contemplem estas virtudes?
16. Ainda conforme sua atuação e conhecimento no tema da RSE/ Sustentabilidade, indique as principais dificuldades enfrentadas pelas respectivas ações em geral.
17. Você já participou ou acompanhou algum projeto em RSE/ Sustentabilidade que foi interrompido por alguma destas dificuldades? Se sim, qual a natureza do projeto e como foi esta experiência para você?
18. Houve impactos ambiental e/ou social para você e/ou os colaboradores do projeto e para os assistidos pelas ações? Se sim, qual ou quais foram os principais?
19. Em caso de resposta afirmativa na questão anterior, você acha que estes impactos poderiam ser evitados? Se sim, como e por quem?
20. Qual a sua experiência mais marcante durante o tempo em que atua ou atuou como profissional da área de RSE/ Sustentabilidade? Por quê?

21. Você acredita que as práticas de RSE no projeto global de sustentabilidade representam um caminho concreto de superação das desigualdades sociais? Por quê?
22. Você é filiado a algum partido político? Se sim, qual?

- a) Concordei em participar voluntariamente da pesquisa de título provisório “A produção de subjetividades pela RSE: uma análise histórico-crítica”, realizada por Erika Batista, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, nível doutorado, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo. Declaro ainda estar ciente de que as informações aqui prestadas somente serão utilizadas para fins de análise científica relativos a esta pesquisa e que nenhuma associação ao meu nome será realizada sem minha expressa autorização.
- b) Por favor, escreva seu nome e RG.
- c) Você autoriza a vinculação de seu nome às informações concedidas neste questionário?

Recomenda-se também acessar o Questionário eletronicamente, pois o formato e orientações gerais sobre os procedimentos para preenchimento na íntegra não são possíveis de reprodução no formato de arquivo deste texto. Para isso, acesse <http://migre.me/7tFck>.